



Comportamento
Eleitoral
e Atitudes Políticas
dos Portugueses

AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E PRESIDENCIAIS 2005-2006

Campanhas e escolhas eleitorais
num regime semipresidencial

MARINA COSTA LOBO
PEDRO MAGALHÃES
(organizadores)

ICS

As Eleições Legislativas e Presidenciais 2005-2006

**Campanhas
e escolhas eleitorais
num regime
semipresidencial**

**Marina Costa Lobo
Pedro Magalhães**
(organizadores)

ICS

**Imprensa
de Ciências
Sociais**

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa- Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
As eleições legislativas e presidenciais 2005-2006 : campanhas
e escolhas eleitorais num regime semipresidencial /
organizadores Marina Costa Lobo, Pedro Magalhães. - Lisboa : ICS.
Imprensa de Ciências Sociais, 2009
ISBN 978-972-671-254-1
CDU 324



Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Soares de Almeida
Impressão e acabamento: Tipografia Guerra – Viseu
Depósito legal: 297742/09
1.ª edição: Setembro de 2009

Índice

Os autores 15

Introdução

Um sistema partidário sob pressão: as legislativas de 2005
e as presidenciais de 2006 em Portugal..... 19

Marina Costa Lobo

Parte I

As campanhas eleitorais e os *media*

Capítulo 1

Os *media* e as eleições em Portugal: estudo da cobertura noticiosa
das legislativas de 2005 e das presidenciais de 2006 39

Susana Salgado

Capítulo 2

Debates presidenciais na televisão: à procura de interesse, avaliação
e efeitos..... 75

Eduardo Cintra Torres

Capítulo 3

A campanha eleitoral de 2005 nos *media*: padrões
e factores de exposição 105

José Santana Pereira

Parte II

As escolhas eleitorais

Capítulo 4

Os cidadãos que nunca abandonam o governo:
o caso das eleições legislativas portuguesas de 2005..... 129

Braulio Gómez Fortes e Irene Palacios

Capítulo 5	
No meio está a virtude? As preferências e posições de eleitores e partidos nas legislativas de 2005	155
<i>Carlos Jalali</i>	
Capítulo 6	
Valores, temas e voto em Portugal, 2005 e 2006: analisando velhas questões com nova evidência.	183
<i>André Freire</i>	
Capítulo 7	
A escolha de um primeiro-ministro: os efeitos de líder nas legislativas portuguesas de 2005	225
<i>Marina Costa Lobo</i>	
Capítulo 8	
O que são, afinal, as eleições (semi)presidenciais? Um estudo de caso das eleições portuguesas de 2006.	245
<i>Pedro Magalhães</i>	
Conclusão	283
<i>Pedro Magalhães</i>	
Índice remissivo	295

Índice de quadros, figuras e mapas

Quadros

I.1	Eleições para a Assembleia da República, 2005 e 2002.	24
I.2	Resultados eleitorais presidenciais, 2006	25
1.1	A opinião sobre os candidatos na imprensa escrita	56
1.2	Distribuição e <i>bias</i> da opinião por canais de televisão	58
2.1	Factores que influenciaram o voto nas eleições legislativas de 2005 . .	78
2.2	Muito e algum interesse na política e na campanha segundo o voto nas presidenciais.	82
2.3	Acompanhamento mediático da campanha	83
2.4	Fonte de acompanhamento.	84
2.5	Percepção de enviesamento segundo o voto: houve um candidato beneficiado e esse candidato foi...	86
2.6	Debates televisivos presidenciais, 2005	88
2.7	Valores médios da audiência dos quatro debates de cada candidato . .	89
2.8	Número de debates a que assistiu	89
2.9	Interesse pela campanha segundo os debates a que assistiu	90
2.10	Acompanhamento segundo o voto.	92
2.11	Número de debates televisivos vistos segundo o voto	92
2.12	Recordação de notícias na TV relativas aos candidatos	93
2.13	Índices de notoriedade dos candidatos nas notícias da TV no total das três vagas e nos períodos dos debates e índice de desempenho nos debates	94
2.14	Resultados oficiais das eleições, desempenho nos debates em geral e índice de desempenho nos debates em particular e posição relativa	95
2.15	Melhor desempenho nos debates por opção de voto.	97
2.16	Vota de certeza ou vota de certeza e talvez vote por vagas do inquérito	98

2.17	Intenção de voto no candidato após cada debate em que participou .	99
3.1	Determinantes do índice geral de exposição à campanha nos <i>media</i> .	121
3.2	Determinantes do índice geral de exposição à campanha na televisão, na imprensa e na rádio	122
4.1	Avaliação da gestão do governo de Durão Barroso e do de Santana Lopes	135
4.2	Lembrança de voto nas eleições de 2002 e nas eleições de 2005 dos eleitores do PSD	138
4.3	Grau de informação recebida pela televisão, rádio e imprensa.	139
4.4	Conhecimento político dos eleitores do PSD	140
4.5	Índice de conhecimento político	140
4.6	Idade e voto no governo entre os eleitores do PSD	142
4.7	Nível educativo e voto no governo entre os eleitores do PSD.	143
4.8	Género e voto no governo entre os eleitores do PSD	144
4.9	Ideologia e voto no governo entre os eleitores do PSD	145
4.10	Grau de interesse pela política entre os eleitores do PSD.	146
4.11	Percepção da economia e apoio ao governo	147
4.12	Simpatia por Santana Lopes	148
4.13	Voto declarado no PSD entre os eleitores do PSD nas eleições de 2002.	149
4.14	Resumo das influências no apoio político dos eleitores do PSD ao governo nas eleições de 2005	151
5.1	Posicionamento esquerda-direita segundo as plataformas políticas, PS e PSD (2005).	167
5.2	Avaliação na escala esquerda-direita e distância entre os principais partidos, avaliação de especialistas	171
5.3	Posicionamento esquerda-direita por eleitores e programas eleitorais, PS e PSD (2005).	173
5.4	Correlação entre o autoposicionamento esquerda-direita e a posição relativamente a temas políticos.	174
5.5	Modelos de regressão logística para o voto nos partidos centristas em 2005	176

6.1	Variáveis independentes e dependente: explicação do voto nas legislativas de 2005	196
6.2	Variáveis independentes e dependente: explicação do voto nas presidenciais de 2006.	197
6.3	Preferências políticas e orientações valorativas	203
6.4A	Temas políticos e voto nas legislativas de 2005: regressões logísticas multinomiais (sem controlo de identidades ideológicas e avaliação dos candidatos)	207
6.4B	Temas políticos e voto nas legislativas de 2005: regressões logísticas multinomiais (com controlo de identidades ideológicas e avaliação dos candidatos)	208
6.5A	Temas políticos e voto nas presidenciais de 2006: regressões logísticas multinomiais (sem controlo de identidades ideológicas e avaliação dos candidatos)	211
6.5B	Temas políticos e voto nas presidenciais de 2006: regressões logísticas multinomiais (com controlo de identidades ideológicas e avaliação dos candidatos)	212
7.1	Rotação <i>Varimax</i> da ACP das características de José Sócrates (solução com dois factores)	231
7.2	Rotação <i>Varimax</i> da ACP das características de Santana Lopes (solução com dois factores)	231
7.3	Regressão logística multinomial, escolha eleitoral PS <i>vs.</i> BE, eleições legislativas de 2005	236
7.4	Regressão logística multinomial, escolha eleitoral PS <i>vs.</i> PCP, eleições legislativas de 2005	237
7.5	Regressão logística multinomial, escolha eleitoral PSD <i>vs.</i> CDS, eleições legislativas de 2005	238
7.6	Regressão logística multinomial, escolha eleitoral PSD <i>vs.</i> PS, eleições legislativas de 2005	239
7.7	Regressão logística multinomial, escolha eleitoral PS <i>vs.</i> abstenção, eleições legislativas de 2005	240
7.8	Regressão logística multinomial, interacção com a intensidade da identificação partidária	241

8.1	Resultados eleitorais nas eleições legislativas de 2005 e presidenciais de 2006.	255
8.2	Estimativas dos parâmetros da regressão logística multinomial das opções de voto nas eleições legislativas de 2005 em Portugal . .	259
8.3	Estimativas dos parâmetros da regressão logística multinomial das opções de voto nas eleições presidenciais de 2006 em Portugal. . .	260
8.4	Efeitos da ideologia e da proximidade aos partidos do governo . . .	262
8.5	Abordagens do comportamento eleitoral em eleições presidenciais «menos importantes»	267
8.6	Estimativas dos parâmetros da regressão logística multinomial das opções de voto nas eleições presidenciais entre anteriores votantes no PS (2006)	268
8.7	Efeitos de diferentes variáveis em anteriores votantes no PS	270
8.8	Efeitos de diferentes variáveis em anteriores votantes no PS	271

Figuras

I.1	A participação eleitoral nas eleições legislativas e presidenciais, 1976-2006.	27
I.2	A evolução do sistema partidário entre 1976 e 2005.	31
1.1	A cobertura noticiosa da imprensa escrita	52
1.2	Número de referências aos candidatos na imprensa escrita	53
1.3	Número de referências aos candidatos na televisão	54
1.4	As presidenciais na imprensa escrita: número de peças jornalísticas	64
1.5	Número de referências aos candidatos presidenciais	66
1.6	Os principais temas da campanha presidencial.	69
3.1	Índice geral de acompanhamento da campanha para as legislativas de 2005 através dos meios de comunicação social	113
3.2	Frequência de exposição à campanha para as legislativas de 2005 nos três tipos de <i>media</i>	114

4.1	Identificação partidária nas eleições de 2005	133
4.2	Percentagem de desemprego e variação do PIB: Portugal (2001-2005)	134
4.3	Percepção subjectiva da economia portuguesa (2005)	135
4.4	Comparação do resultado real/lembrança de voto (2005)	137
5.1	Desigualdade de rendimento (2005)	160
5.2	Diferença no posicionamento entre os dois principais partidos na escala esquerda-direita segundo as plataformas políticas	167
5.3	Os temas mais salientes do programa eleitoral do PS (2005)	169
5.4	Os temas mais salientes do programa eleitoral do PSD (2005)	169
5.5	Os temas prioritários para os inquiridos	170
5.6	Saliência e distância entre os dois principais partidos no tema da intervenção do Estado na economia, <i>expert surveys</i>	172
6.1	Posicionamento ideológico dos principais partidos políticos portugueses na escala esquerda-direita segundo as percepções dos eleitores (2002 e 2005).	190
6.2	Posicionamento ideológico na escala esquerda-direita dos principais candidatos às eleições presidenciais de 2006 segundo as percepções dos eleitores	190
6.3	Modelo da opção de voto	194
6.4	Preferências políticas dos portugueses, 2005: temas sócio-económicos (esquerda-direita)	200
6.5	Preferências políticas dos portugueses, 2005: temas <i>vs.</i> divisão libertários-autoritários.	201
6.6	Preferências políticas dos portugueses, 2005: temas <i>vs.</i> divisão materialistas-pós-materialistas	201
6.7	Percepções dos cidadãos sobre a economia (no último ano), 2005-2005 e 2005-2006.	204
6.8	Avaliação do governo e do presidente, 2005 e 2006	205
6.9	Mais ou menos intervenção do futuro presidente?	205
7.1	Avaliação do líder do PS, José Sócrates, nas dimensões «desempenho» e «mediatismo» por grupos de identificação partidária (2005)	233

7.2	Avaliação do líder do PSD, Santana Lopes, nas dimensões «desempenho» e «mediatismo» por grupos de identificação partidária	234
-----	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Mapas

I.1	PS – mudança na percentagem de voto por círculo entre 2002 e 2005.....	27
I.2	PSD – mudança na percentagem de voto por círculo entre 2002 e 2005.....	27
I.3	PS – mudança nos assentos ganhos por círculo entre as legislativas de 2002 e 2005.....	28
I.4	PSD – mudança nos assentos ganhos por círculo entre as legislativas de 2002 e 2005.....	28
I.5	Diferença na percentagem de voto por círculo entre o voto no PS em 2005 e o voto em Mário Soares em 2006.....	29
I.6	Diferença na percentagem de voto por círculo entre o voto no PSD e no CDS em 2005 e o voto em Cavaco Silva em 2006 ..	29

Os autores

André Freire é professor auxiliar no ISCTE e investigador sénior do CIES-ISCTE. A sua investigação tem incidido no comportamento eleitoral e nas atitudes políticas, nos sistemas eleitorais, partidários e de governo e ainda nas elites políticas. Foi co-coordenador do Estudo Eleitoral Nacional (2001-2006), sendo actualmente investigador do mesmo. Dirige presentemente um estudo sobre a representação política em Portugal e na Europa. Tem publicado nas seguintes revistas: *European Journal of Political Research*, *Journal of Legislative Studies*, *West European Politics*, *International Political Science Review*, *South European Society and Politics*, *Journal of Elections Public Opinion and Parties*, *Pôle Sud*, *Party Politics*, *Portuguese Journal of Social Science*, *Análise Social*, *Sociologia – Problemas & Práticas*, entre várias outras. O seu livro mais recente (em co-autoria com M. Meirinho Martins e Diogo Moreira) apresenta não só um diagnóstico comparativo do funcionamento do sistema eleitoral português (Assembleia da República), mas também uma série de propostas para a sua reforma (e os seus efeitos esperados): *Para Uma Melhoria da Qualidade da Representação. A Reforma do Sistema Eleitoral* (Sextante, 2008).

Braulio Gómez Fortes é investigador doutorado do Conselho Superior de Investigações Científicas, no Instituto de Estudios Sociales Avanzados. Tem doutoramento em Ciências Políticas pela Universidade Complutense. É o director técnico do Barómetro de Opinião Pública da Andalucía e co-director do primeiro inquérito deliberativo realizado em Espanha pelo IESA-CIS. Participou em vários projectos relacionados com a democracia e as instituições tanto em Espanha como em Portugal. Actualmente, os seus principais interesses de investigação estão relacionados com a opinião pública, o comportamento eleitoral e a qualidade da democracia. As suas publicações mais recentes são *El Control Político de los*

Procesos Constituyentes. Los Casos de España y Portugal (2007) e *Una Historia Política de Portugal: La Difícil Conquista de la Democracia* (2006).

Carlos Jalali é professor na Universidade de Aveiro, sendo director do mestrado em Ciência Política desta universidade, e investigador no Centro de Estudos de Governação e Políticas Públicas (CEGOPP), também na Universidade de Aveiro. Tem doutoramento em Ciência Política pela Universidade de Oxford. A sua investigação centra-se na área das instituições políticas portuguesas em perspectiva comparada, partidos e sistemas de partidos e comportamento eleitoral, sendo coordenador do programa de investigação *Patronagem Política* em Portugal. É autor de mais de vinte artigos e capítulos publicados em revistas e livros nacionais e internacionais. Das suas obras mais recentes, destaca-se a monografia *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005* (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007), e *Estado, Sociedade e Administração Pública: para um Novo Paradigma do Serviço Público*, obra editada em co-autoria com José Manuel Moreira e André Azevedo Alves (Almedina, 2008).

Eduardo Cintra Torres é professor de Estudos Televisivos na Universidade Católica e doutorando em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da UL; crítico de TV e *media* no *Público* desde 1996 e de publicidade no *Jornal de Negócios* desde 2003. Entre outros livros, escreveu *Anúncios à Lupa* (Bizâncio, 2006), *Tragédia Televisiva* (ICS, 2006), *Reality Shows, Ritos de Passagem da Sociedade do Espectáculo* (Minerva, 2002), *Cem Anos a Ranger nas Calhas* (Assírio & Alvim, 2001). Autor de capítulos de livros e artigos em revistas como *Análise Social, Sociologia – Problemas e Práticas, OBS**, *MédiaMorphoses*. Jornalista e comentador na imprensa desde 1983. Autor de documentários televisivos; programador e autor de rádio; autor de materiais didácticos, incluindo os CD-ROMs *Vamos Ler Imagens!* (Ministério da Educação, 2006).

Irene Palacios trabalha como investigadora no Instituto de Estudios Sociales Avanzados, em Espanha, na linha de investigação relativa à democracia e ao sistema político. Dentro desta linha, participa actualmente nos programas *Qualidade da Democracia em Espanha* e *Atribuição de Responsabilidades em Governos Multínível*. As suas áreas de interesse são a opinião pública, o comportamento eleitoral e os sistemas democráticos. Foi bolsreira de investigação na equipa do *European Social Survey* em Espanha e actualmente encontra-se a preparar uma tese de doutoramento sobre a qualidade da democracia em Espanha.

José Santana Pereira é doutorando no Instituto Universitário Europeu (Florença) e licenciado em Psicologia Social pelo ISCTE. Frequentou o mestrado em Política Comparada do Instituto de Ciências Sociais entre 2005 e 2007, no contexto do qual desenvolveu uma tese sobre o efeito do conteúdo da imprensa na opinião pública (*agenda-setting*) em Portugal. Assistente de investigação do programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses* (Dezembro de 2004-Agosto de 2008) e secretário executivo da equipa portuguesa do programa *IntUne* (Janeiro de 2007-Agosto de 2008), publicou textos sobre desenvolvimento do racismo na infância, activismo, novas formas de participação política, factores de exposição a campanhas eleitorais nos *media* e participação na campanha do referendo de 2007. É, desde 2005, membro da equipa de redactores do relatório nacional do Eurobarómetro.

Marina Costa Lobo é investigadora auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É co-coordenadora executiva do projecto *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses* e co-directora da revista *South European Society and Politics*. As suas áreas de interesse são os comportamentos eleitorais, os partidos políticos e as instituições políticas portuguesas. Entre outros livros, é autora de *Governar em Democracia* (ICS, 2005), organizadora de *Em Nome da Europa, Portugal em Mudança, 1986-2006* (Principia, 2007) e de *Portugal at the Polls* (Lexington, 2007). Escreveu vários capítulos de livros e tem artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras, nomeadamente na *Análise Social*, *Electoral Studies*, *Party Politics*, *European Journal of Political Research* e *South European Society and Politics*.

Pedro C. Magalhães é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e um dos coordenadores executivos do programa de investigação *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*. Os seus principais interesses são a cultura política, o comportamento eleitoral, as instituições judiciais e as instituições políticas portuguesas. É o autor de vários livros publicados em Portugal e Espanha e de artigos na *Comparative Politics*, na *West European Politics*, no *International Journal of Public Opinion Research*, no *Journal of Elections, Public Opinion and Parties* e na *Análise Social*, entre outros.

Susana Salgado é doutorada e mestra em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e licenciada em Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Actualmente, é docente na Uni-

versidade Nova de Lisboa e na Universidade Católica Portuguesa e encontra-se a desenvolver um projecto de investigação sobre democracia e novos *media* na Universidade de Westminster, em Londres. É autora do livro *Os Veículos da Mensagem Política* (Livros Horizonte, 2007) e de vários artigos em publicações nacionais e estrangeiras. É ainda coordenadora adjunta do Grupo de Trabalho de Comunicação Política da SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. As suas áreas de interesse incluem comunicação política, campanhas eleitorais e *media*, efeitos dos *media* na política, no comportamento eleitoral e na cidadania.

Introdução

Um sistema partidário sob pressão: as legislativas de 2005 e as presidenciais de 2006 em Portugal

Este é um livro sobre a mudança eleitoral em Portugal no início do século XXI. As eleições legislativas de 2005 e as presidenciais de 2006, que aqui analisamos, representam um marco na evolução democrática portuguesa. Em 2005, pela primeira vez, o Partido Socialista (PS) obteve uma maioria absoluta de lugares na Assembleia da República. Apesar de o PS ter sido sempre, desde a instauração da democracia, um dos principais partidos em Portugal e ter formado várias vezes governo, sozinho ou em coligação, nunca havia logrado vencer uma maioria dos assentos no parlamento (Lisi 2009). Por seu lado, as eleições presidenciais seguintes não foram menos importantes, já que venceu o candidato apoiado unicamente pelos partidos da direita, Cavaco Silva. Desde a civilianização da Presidência, ocorrida em 1986 com a eleição de Mário Soares, apenas os candidatos apoiados pelo Partido Socialista haviam ganho as eleições presidenciais.

Com estas eleições, a alternância democrática em Portugal pode, pois, considerar-se completa. Por um lado, porque os dois principais partidos já formaram governos monopartidários maioritários, fornecendo as condições institucionais mais favoráveis à governabilidade; por outro, porque cada um desses partidos conseguiu vencer as eleições para os dois órgãos

* A autora agradece à Edalina Sanches o seu apoio na preparação dos gráficos deste capítulo e ao Pedro Magalhães comentários ao texto.

nacionais eleitos por sufrágio universal em Portugal, nomeadamente para a Assembleia da República e para a Presidência.

Estas não foram apenas eleições históricas à luz do que haviam sido os resultados anteriores em cada um destes tipos de eleições. Elas foram importantes também devido ao contexto político extremamente difícil em que tiveram lugar. As legislativas vieram fechar um ciclo de crescente instabilidade governativa, por desistências dos primeiros-ministros – primeiro Guterres, depois Durão Barroso – ou pela sua queda involuntária – o caso de Santana Lopes. Por outro lado, as presidenciais também ocorreram num clima de percepção de maior saliência do cargo de chefe de Estado. Os acontecimentos políticos entre 2004 e 2006 vieram relembrar aos portugueses que o papel do presidente não era meramente protocolar. Pelo contrário, numa situação de instabilidade governativa, o chefe de Estado podia assumir funções chave na formação de governos e sua demissão (Costa 2009).

Do ponto de vista do eleitorado, estas eleições foram também significativas. Desde logo, porque no caso das legislativas vieram inverter a tendência de aumento da abstenção que se vinha verificando desde meados dos anos 90. Mas sobretudo porque o eleitorado revelou uma grande fluidez. As eleições legislativas de 2005 tiveram lugar a 22 de Fevereiro de 2005, enquanto as presidenciais decorreram menos de um ano depois, a 22 de Janeiro de 2006. Na medida em que a maioria legislativa obtida pelo PS em 2005 não foi replicada nas presidenciais de 2006 no apoio ao candidato desse partido, estamos perante um *puzzle* interessante de mudança no sentido de voto que interessa compreender.

Estes resultados eleitorais sugerem ainda outra possibilidade, nomeadamente a importância de considerações estratégicas no cálculo eleitoral dos portugueses: o desejo de ter a representação da direita na Presidência da República, no seguimento de o principal partido de esquerda ter vencido com maioria absoluta.

Neste livro, os autores tratam de temas explicativos dos desfechos eleitorais e das escolhas dos votantes, tentando iluminar estas importantes eleições de perspectivas distintas. Antes de apresentar os capítulos julgamos oportuno fazer aqui uma breve contextualização destas duas eleições em Portugal que deverá servir como pano de fundo para as análises empíricas a nível individual de que tratam os capítulos do livro. Para isso, na primeira secção descrevemos o contexto da campanha e os resultados eleitorais nas legislativas e presidenciais. De seguida, apresentamos a participação eleitoral de uma perspectiva longitudinal, bem como a análise da distribuição do voto e assentos por círculos eleitorais nos principais

partidos para fornecer uma perspectiva agregada da mudança ocorrida. Por último, e para completar a análise do ponto de vista agregado, fazemos considerações sobre as alterações no sistema partidário.

As eleições de 2005: contexto, campanha, resultados

As eleições legislativas de 2005 ocorreram num período relativamente conturbado da história democrática portuguesa. A durabilidade dos governos havia declinado substancialmente desde 2001. Nesse ano, António Guterres, primeiro-ministro socialista de um governo minoritário, demitiu-se depois de obter resultados medíocres nas autárquicas de Dezembro. Perante esta decisão do primeiro-ministro, o presidente Sampaio decidiu dissolver o parlamento e convocar novas eleições. Realizadas a 17 de Março de 2002, estas levaram à formação de um governo de coligação entre os dois partidos da direita em Portugal, com Durão Barroso, líder do PSD (Partido Social-Democrata), como primeiro-ministro (quadro I.1). Numa conjuntura económica cada vez mais difícil, pouco depois das eleições de 2004 para o Parlamento Europeu, Durão Barroso foi escolhido para ser o novo presidente da Comissão Europeia e demitiu-se do cargo de primeiro-ministro.

Novamente confrontado com a «desistência» de um primeiro-ministro, o presidente tinha duas opções: dissolver o parlamento e convocar eleições legislativas; ou aceitar o sucessor proposto pelo primeiro-ministro demissionário, Pedro Santana Lopes, que à época era presidente da Câmara de Lisboa. Jorge Sampaio aceitou o sucessor escolhido por Durão Barroso, argumentando que, «enquanto o governo produzido por eleições legislativas continuar a apresentar consistência, vontade política e legitimidade, a renúncia de um primeiro-ministro *per se* não é razão suficiente para [...] convocar eleições antecipadas».¹

No entanto, passados apenas quatro meses, Sampaio decidiu dissolver a Assembleia da República e convocar eleições, invocando a falta de coordenação no seio do governo como principal fundamento da sua decisão (Gabriel 2007). Esta decisão constituiu um ataque directo ao primeiro-ministro, Santana Lopes, embora o presidente não tenha optado pela

¹ Discurso de Jorge Sampaio por ocasião da decisão de nomear Pedro Santana Lopes como o próximo primeiro-ministro (consultado em 2004 em www.presidencia.pt).

demissão do governo. José Sócrates, secretário-geral do PS desde Setembro de 2004, viria a liderar o seu partido nas eleições legislativas subsequentes.

Ao contrário do poder de demitir o governo, que, segundo a revisão constitucional, poderia ser usado a partir de 1982 apenas para «garantir o funcionamento regular das instituições», o poder de dissolver o parlamento permaneceu inalterado desde 1976, portanto sem necessitar de qualquer justificação formal. As duas decisões-chave do presidente em 2004 – convidar Santana Lopes a formar governo e, depois, demiti-lo – vieram lembrar que, apesar das mudanças constitucionais, o papel do presidente na nomeação e exoneração de governos e na dissolução de parlamentos continua a ser absolutamente crucial em épocas de instabilidade governamental.

Um inquérito realizado no seguimento da decisão de Jorge Sampaio revelou que apenas 17% dos portugueses consideravam que o presidente era responsável pela crise, enquanto 72% imputavam responsabilidades quer a Santana Lopes, quer a Durão Barroso (*Expresso*, 30-9-2004). As decisões do presidente Sampaio podem também ter tido em conta as mudanças na liderança do Partido Socialista. Em Julho, aquando da aceitação do governo de Santana para formar eleições, o líder do PS era Ferro Rodrigues. No seguimento dessa decisão de Sampaio, Ferro Rodrigues demitiu-se e foi José Sócrates que assumiu a liderança do PS em Setembro de 2004 (Freire e Lobo 2006).

A campanha de Sócrates determinou o tom do debate ao denunciar as deficiências do líder do PSD, Santana Lopes, que acusou de ser «o campeão da instabilidade política» e de «não ter credibilidade para formar um bom governo». ² Durante a campanha surgiram notícias de um alegado envolvimento de Sócrates num caso de licenciamento pouco transparente do centro comercial *Freeport* de Alcochete, que, contudo, não parecem ter tido efeito na popularidade do candidato (Salgado 2007).

Do lado do PSD, a campanha foi dominada pelas tentativas do primeiro-ministro cessante de se apresentar como vítima. Santana Lopes tentou, sem êxito, culpar outros (nomeadamente o seu partido, o PS, o presidente da República e a comunicação social) pela crise económica e política em que o país se encontrava.

O CDS-PP, encabeçado por Paulo Portas, esperava beneficiar com a derrocada anunciada do PSD. Esta atitude assentava nos seguintes pres-

² Sócrates citado in *Diário de Notícias*, 5 de Fevereiro de 2005.

supostos: em primeiro lugar, os eleitores iriam atribuir toda a responsabilidade pela crise governamental aos líderes do PSD e não ao parceiro menor da coligação; em segundo lugar, avaliariam de forma positiva o desempenho dos ministros do CDS-PP que integravam o governo.

À semelhança dos socialistas, os dois partidos mais pequenos da esquerda do espectro ideológico (PCP – Partido Comunista Português e BE – Bloco de Esquerda) criticaram vigorosamente o desempenho do governo, realçando o legado económico e social negativo do governo de coligação. Os comunistas tinham um novo secretário-geral, Jerónimo de Sousa, que veio a revelar-se bastante mediático. No BE, Francisco Louçã, denunciou não só a inépcia da direita, mas também as ambiguidades económicas de Sócrates, defendendo simultaneamente as políticas sociais libertárias, que são uma marca deste partido.

Durante a campanha constatou-se haver um consenso negativo em relação ao primeiro-ministro no poder e às políticas dos governos anteriores. Uma série de sondagens realizadas pela Marktest sobre a popularidade dos líderes revelou que, na véspera das eleições, o líder do PSD era o menos popular de todos os líderes partidários;³ e as sondagens sobre as intenções de voto revelavam que os socialistas iriam obter uma maioria absoluta (*Expresso, Público*).

Com efeito, pela primeira vez o PS obteve uma maioria parlamentar, com 45% dos votos e 121 dos 230 lugares da Assembleia da República. O PSD sofreu uma derrota retumbante – depois de ter obtido 40% dos votos em 2002, apenas conseguiu ganhar 28%, o segundo pior resultado da história legislativa do partido. Pouco depois, Santana Lopes abandonou a liderança do PSD.

Este descalabro não teve um impacto líquido positivo no desempenho eleitoral do outro partido da direita do espectro ideológico, o CDS-PP. Bem pelo contrário, o apoio eleitoral a este partido diminuiu para 7,54% e 12 lugares no parlamento, em comparação com 8,72% e 14 deputados em 2002, o que levou à demissão do líder partidário na noite eleitoral, pouco depois de serem conhecidos os resultados finais.

O panorama dos partidos pequenos da esquerda do leque ideológico era bastante mais animador. Os comunistas conseguiram aumentar ligeiramente os votos obtidos para 7,54%, elegendo 14 deputados (6,95% dos votos e 12 deputados em 2002). A maior alteração deu-se em relação ao

³ «PS e PSD reforçam ações de campanha à beira do fim», in *Diário de Notícias*, 17 de Fevereiro de 2005.

Quadro I.1 – Eleições para a Assembleia da República, 2005 e 2002

Partidos	2005			2002		
	Assentos N	Votos (milhares)	Votos %	Assentos N	Votos (milhares)	Votos %
PS	121	2 588	45,0	105	2 201	40,2
PSD	75	1 653	28,8	96	2 068	37,8
PCP/PEV	14	433	7,5	12	380	6,9
CDS-PP	12	416	7,3	14	477	8,7
BE	8	364	6,4	3	150	2,7
Outros	0	122	2,1	0	89	1,7
Votos inválidos e brancos	–	169	2,9	–	108	2,0
Total	230	5 747	100	230	5 473	100
Participação eleitoral	–	5 747	64,3	–	5 473	100

Fontes: Ministério da Justiça (2002 eleições), www.eleicoes.mj.pt; http://www.cne.pt/Eleicoes/dlfiles/resultados_ar2005.pdf (2005 eleições).

BE, cuja percentagem de votos duplicou, aumentando de 2,74% em 2002 para 6,35% em 2005, tendo o número de deputados aumentado de 3 para 8 (quadro I.1). Globalmente, houve grande satisfação à esquerda do leque ideológico, ao passo que a coligação de direita no poder, especialmente o PSD, sofreu uma derrota eleitoral muito significativa.

As eleições presidenciais de 2006: contexto, campanha, resultados

Tendo em conta esta vitória muito expressiva da esquerda, em geral, e do PS, em particular, nas legislativas de 2005, a vitória de Cavaco Silva nas eleições presidenciais menos de um ano depois foi de certa forma inesperada.

A fragmentação da esquerda, em geral, e do PS, em particular, foi a característica dominante das eleições presidenciais de 2006. Em contraste, a campanha de Cavaco Silva foi cuidadosamente planeada com considerável antecedência e uniu os partidos da direita em torno do candidato. Num contexto em que a crise económica e social se ia agudizando, Cavaco Silva realçou, por um lado, a sua competência a nível económico (capaz de lidar com os problemas em concreto) e o seu perfil social-democrata (com sensibilidade social e solidário com os mais desfavorecidos) (Salgado 2007, 515).

Contra a candidatura de Cavaco Silva, a esquerda parlamentar apresentou quatro candidatos. Os líderes do Bloco de Esquerda e do Partido

Quadro I.2 – Resultados eleitorais presidenciais, 2006

Candidatos/partidos que os apoiaram	Votos (milhares)	Votos %
Cavaco Silva (PSD, CDS-PP)	2 746	50,59
Manuel Alegre	1 125	20,72
Mário Soares (PS)	778	14,34
Jerónimo de Sousa (PCP)	466	8,59
Francisco Louçã (BE)	288	5,31
Garcia Pereira (PCTP/MRPP)	23	0,44
Votos brancos e nulos	102	–
Total	5 529	100
Participação eleitoral	5 529	62,61

Fonte: www.eleicoes.mj.pt/

Comunista, nomeadamente Francisco Louçã e Jerónimo de Sousa, concorreram nestas eleições. Embora não tivessem quaisquer hipóteses de vencer ou sequer de passar à segunda volta das eleições, as presidenciais foram mais uma ocasião para estes partidos poderem defender as suas plataformas ideológicas.

Já no Partido Socialista a escolha do candidato revelou-se mais problemática. Mário Soares foi escolhido um pouco tardiamente, depois de terem sido ventilados vários nomes (Salgado 2007). Esta escolha veio a revelar-se infeliz. Soares já era octogenário em 2006, surgindo dúvidas sobre as suas capacidades físicas para o desempenho do cargo. Além disso, Soares não se revelou consensual do ponto de vista das políticas, tendo aparecido demasiado colado ao governo precisamente num momento de queda de popularidade deste último (Jalali e Lobo 2007). Pouco depois do anúncio da candidatura de Soares, Manuel Alegre, que havia sido preterido por Sócrates enquanto candidato, decidiu avançar com uma candidatura própria à Presidência.

A campanha desenrolou-se, pois, a dois níveis: por um lado, todas as sondagens colocavam Cavaco Silva em primeiro lugar e a grande distância dos candidatos seguintes, embora com o aproximar do dia das eleições a certeza de tudo ficar decidido na primeira volta fosse diminuindo. O combate mais interessante deu-se, no entanto, entre Soares e Alegre. A disputa pelo segundo lugar iria fragilizar o PS (quadro I.2).

Cavaco Silva conseguiu vencer à primeira volta por uma margem muito pequena (quadro I.2). À parte este resultado histórico, Manuel Alegre foi a grande surpresa: tendo concorrido sem qualquer apoio partidário e lançando tarde a sua candidatura, reuniu mais de 1 milhão de

votos. Os grandes derrotados destas eleições foram, sem dúvida, o governo, o PS e Mário Soares, que obteve apenas 14% dos votos. Esta campanha e o seu desfecho eleitoral serviram por isso para ilustrar com clareza a forma como o contexto eleitoral influencia fortemente a importância da identificação partidária no comportamento do voto em Portugal.

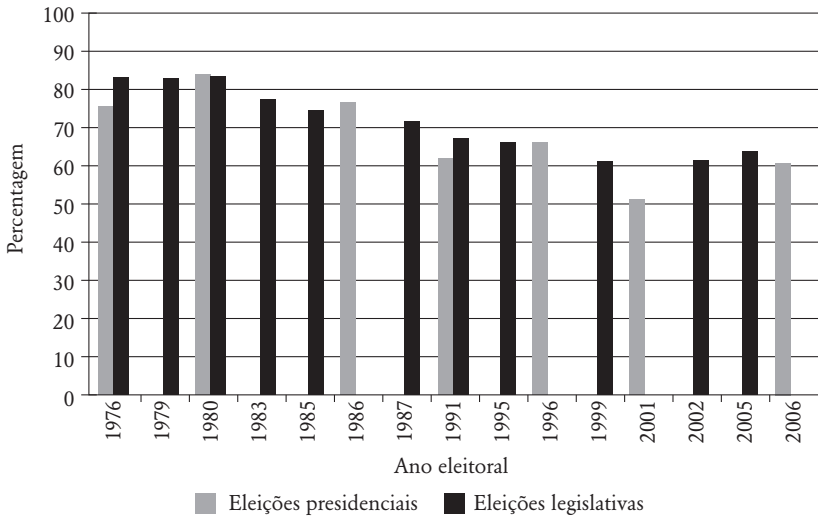
Perspectivas agregadas da mudança eleitoral

Tendo apresentado, ainda que de forma breve, o contexto em que se realizaram estas eleições, iremos de seguida apresentar alguns dados que permitem ter uma perspectiva agregada, seja da evolução da participação eleitoral, do formato do sistema partidário e da evolução geográfica do voto. Todos estes indicadores servem para complementar a análise de dados a nível individual, que é privilegiada pela maior parte dos capítulos do livro.

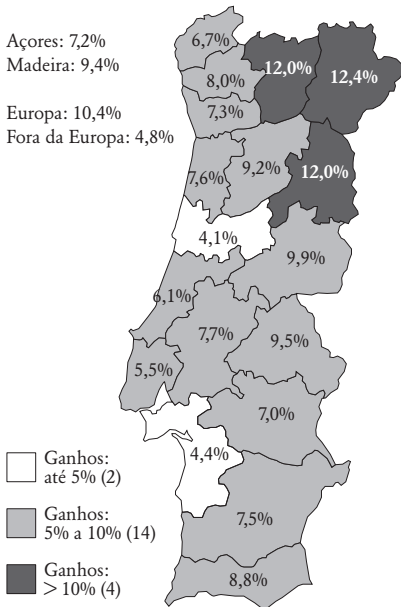
Tal como assinalámos acima, estas eleições foram particulares da perspectiva da participação eleitoral. Nas legislativas, e tal como se pode observar na figura I.1, pela primeira vez desde 1980, houve um crescimento na participação eleitoral, ou seja, uma diminuição da abstenção, em termos percentuais. Já no que concerne às presidenciais, embora o activismo presidencial se tenha feito sentir de forma acentuada no último mandato de Sampaio, mesmo assim a participação eleitoral foi ligeiramente inferior àquela que se tinha verificado da última vez em que não se tinha tratado de uma reeleição presidencial. De facto, em 1996 a participação atingiu os 66,3%, tendo ficado pelos 62,6% em 2006.

Os mapas seguintes dão conta da dimensão geográfica da vitória do PS e da derrota do PSD. Embora os factores de comportamento eleitoral assumam a individualidade dos eleitores nos contextos em que estão inseridos, os partidos que competem por votos no terreno lutam, círculo a círculo, por uma vitória eleitoral. É essa história que as figuras seguintes contam. No caso do PS, que ganhou votos em todos os círculos, vemos que os maiores ganhos ocorreram em quatro círculos: Vila Real, Bragança, Guarda e Castelo Branco (mapa I.1), onde o PS venceu com mais 14 pontos percentuais dos votos, em média, do que em 2002. As perdas do PSD foram muito mais distribuídas, tendo perdido mais de 10 pontos percentuais dos votos em quinze dos vinte círculos eleitorais. Além disso, não houve nenhum círculo onde o PSD tenha conseguido ganhar votos. As perdas maiores foram sofridas nos seguintes distritos: Bragança (14,2%), Guarda (13,9%), Vila Real (13,8%) e Algarve (13,1%) (mapa I.2).

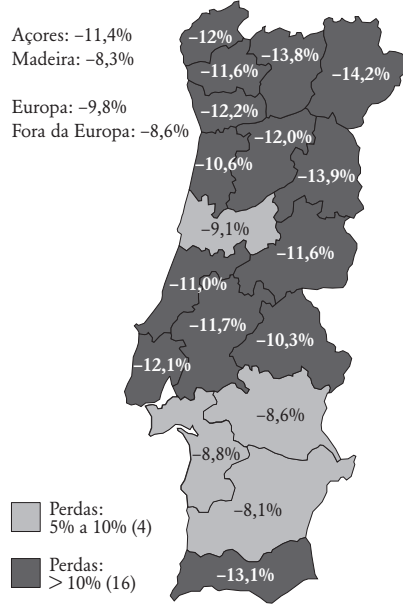
Figura I.1 – A participação eleitoral nas eleições legislativas e presidenciais, 1976-2006



Mapa I.1 – PS – mudança na percentagem de voto por círculo entre 2002 e 2005

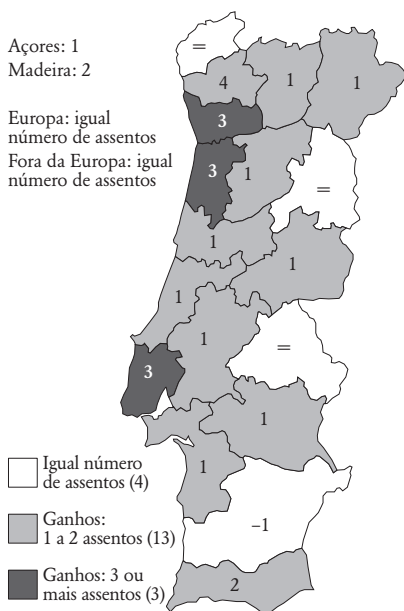


Mapa I.2 – PSD – mudança na percentagem de voto por círculo entre 2002 e 2005



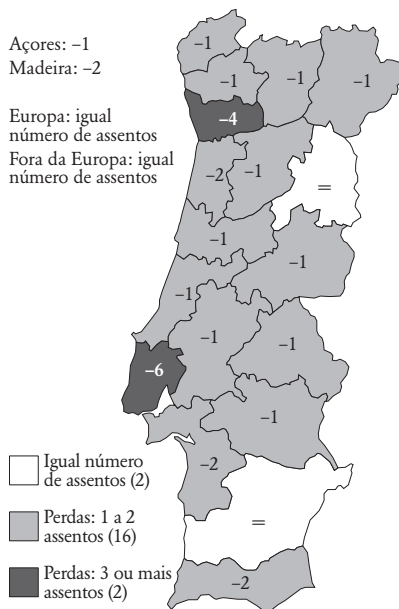
Fonte: CNE.

Mapa I.3 – PS – mudança nos assentos ganhos por círculo entre as legislativas de 2002 e 2005



Fonte: CNE.

Mapa I.4 – PSD – mudança nos assentos ganhos por círculo entre as legislativas de 2002 e 2005

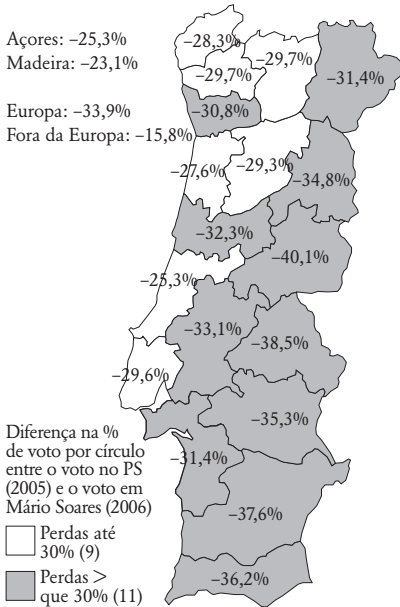


Fonte: CNE.

Traduzidos em mandatos, no entanto, os ganhos e perdas dos principais partidos distribuem-se de uma forma relativamente diferente. Globalmente, o PS venceu, com mais 27 assentos (mapa I.3), tendo o PSD perdido 31 lugares na Assembleia da República (mapa I.4). A maioria destes assentos foi ganha ou perdida no conjunto do país. Nem a vitória do PS se ficou a dever a um ou dois círculos nem a derrota do PSD se pode atribuir a perdas de mandato numa região do país. No entanto, foi nos círculos maiores que naturalmente se fizeram sentir as maiores diferenças. Em Lisboa, o PSD perdeu seis mandatos e no Porto quatro. Já para o PS os maiores ganhos por círculo ocorreram em Lisboa, Porto e Aveiro, tendo vencido três deputados em cada um.

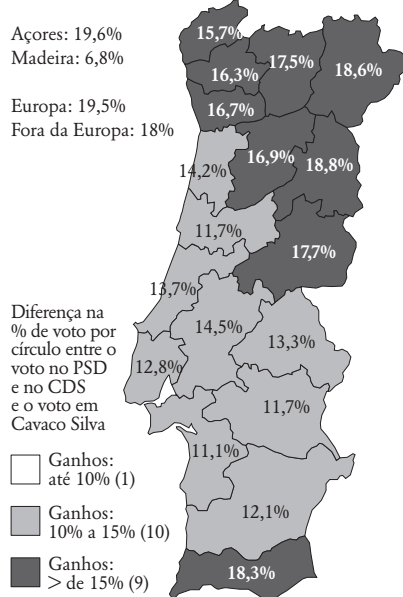
Por motivos de espaço, optámos por não apresentar os gráficos correspondentes para os pequenos partidos. Nestas eleições legislativas, e comparando com as de 2002, o Bloco de Esquerda destaca-se por ter conseguido mais do que duplicar o número de assentos parlamentares

Mapa I.5 – Diferença na percentagem de voto por círculo entre o voto no PS em 2005 e o voto em Mário Soares em 2006



Fonte: CNE.

Mapa I.6 – Diferença na percentagem de voto por círculo entre o voto no PSD e no CDS em 2005 e o voto em Cavaco Silva em 2006



Fonte: CNE.

ganhos, passando de 3 para 8. Esses cinco lugares adicionais foram conseguidos nos seguintes círculos: Lisboa (2), Setúbal (2) e Porto (1). O Partido Comunista Português também conseguiu aumentar o seu grupo parlamentar, passando de 12 deputados para 14 em 2005. A perda de um deputado em Setúbal foi compensada por ganhos nos seguintes círculos: Braga (1), Lisboa (1) e Porto (1). Os reforços da esquerda parlamentar ficaram a dever-se a ganhos essencialmente nos grandes círculos urbanos, confirmando as vantagens da proporcionalidade para os partidos mais pequenos.

Finalmente, o Grupo Parlamentar do Partido Popular perdeu dois deputados. Apesar de ter conseguido eleger um deputado por Viana do Castelo, perdeu um representante em cada um dos seguintes círculos: Aveiro, Porto e Santarém. Este declínio, aliado ao facto de este partido ter perdido grande terreno nas eleições autárquicas de 2005, é bem ilustrativo do declínio territorial deste partido nestas eleições.

Na eleição presidencial, todos os votos contam igualmente, na medida em que existe apenas um círculo nacional único. No entanto, para efeitos de comparação, apresentamos no mapa I.5 a diferença na percentagem de votos, círculo a círculo, entre o voto no PS em 2005 e o voto em Mário Soares em 2006. Em onze círculos, as diferenças de voto entre um resultado e outro foram superiores a 30 pontos percentuais, sendo que as maiores perdas se verificaram no interior e no Sul do país (Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e Faro). Soares perdeu mais onde a esquerda é tradicionalmente mais forte.

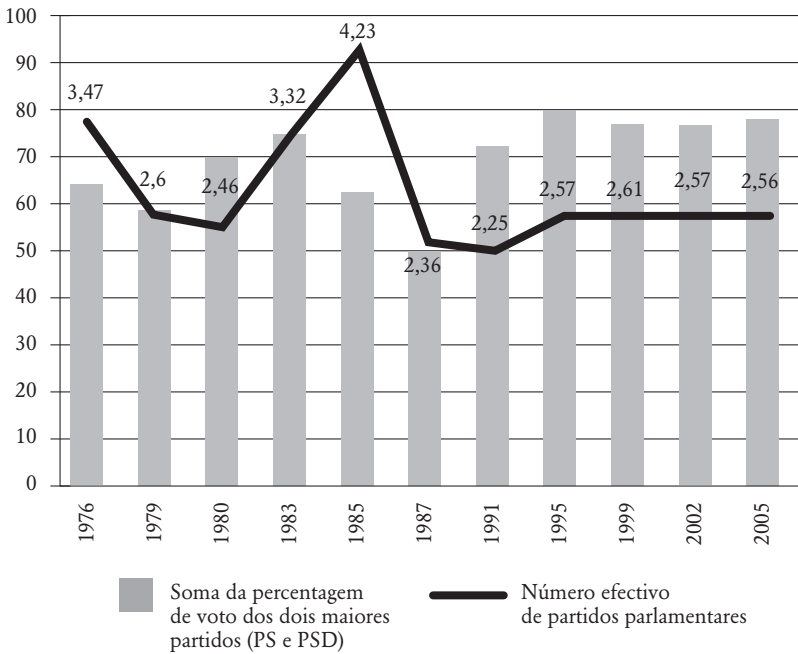
Cavaco Silva teve o apoio de dois partidos parlamentares, o PSD e o CDS/PP. O mapa I.6 compara o voto nestes dois partidos somados para as legislativas e o voto no candidato da direita nas eleições presidenciais seguintes. As oscilações neste campo ideológico foram menores. Os distritos onde se fizeram sentir maiores aumentos na percentagem de voto (acima dos 18%) foram os seguintes: Europa, Guarda, Bragança e Algarve. Estas duas eleições foram de uma assinalável volatilidade, de uma perspectiva agregada. A oscilação no voto dos dois principais partidos e dos candidatos apoiados por estes de uma eleição para a outra foi globalmente muito significativa. Não sobram, pois, dúvidas da importância desta eleição. A perspectiva agregada permite observar tendências gerais do movimento do eleitorado. No entanto, apenas quando entendidas com base em dados individuais é que podemos interpretar esta realidade.

O sistema partidário sob pressão

No seu conjunto, as eleições legislativas e presidenciais assinalam mudanças substantivas do ponto de vista do comportamento eleitoral. É por isso tanto mais interessante verificar que, apesar de tudo, o sistema partidário se manteve, em larga medida, intacto. Depois da instabilidade governativa vivida entre 2001 e 2005, que teve a sua origem, não numa mudança no sistema partidário, mas em decisões das elites políticas uma percentagem significativa de eleitores quis voltar a dar condições de governabilidade inequívocas, desta vez ao PS.

Em ambas as eleições, no entanto, o formato do sistema partidário esteve ameaçado. Nas legislativas, o aumento dos pequenos partidos à esquerda do PS, bem como o descalabro no PSD, poderiam ter levado ao fim da tendência para o bipartidarismo que se tem verificado desde 1987 e que tem estado subjacente ao grande aumento na estabilidade governativa que existiu a partir dessa data.

Figura I.2 – A evolução do sistema partidário entre 1976 e 2005



Fonte: Lobo, Pinto e Magalhães (2009).

A figura I.2 mostra tanto o número efectivo dos partidos parlamentares⁴ como a soma da percentagem de voto no PS e PSD. A concentração do voto nestes dois partidos em 2005 atingiu 73,8%, um valor bastante inferior ao de 2002 (78%), tendo os pequenos partidos da esquerda ganho terreno. Apesar desta diminuição dos grandes partidos no seu conjunto, o número efectivo de partidos parlamentares ficou sensivelmente idêntico ao de 2002 (2,57), reflectindo o efeito algo redutor do sistema eleitoral português. É certo que por trás desta continuidade se escondem variações no peso relativo dos dois partidos, PS e PSD. Portanto, em 2005, apesar das mudanças nas percentagens individuais dos partidos, o sistema bipartidário, bem como a durabilidade do mandato governativo, ficaram assegurados. Mas as tendências para a fragmentação, denotadas no crescimento dos partidos pequenos são inequívocas.

⁴ O número efectivo de partidos parlamentares deriva da seguinte fórmula, desenvolvida por Laakso e Taagepera (1979): $N = (Sp^2)^{-1}$, onde N é o número efectivo de partidos e P_i a proporção de assentos ganhos pelo partido i .

Nas presidenciais, o sistema partidário também esteve ameaçado. Embora os candidatos presidenciais não sejam oficialmente partidários, cada um dos partidos parlamentares apoia um candidato. Tal como foi explicado acima, o candidato que ficou em segundo lugar, Manuel Alegre, teve uma votação muito expressiva (20,72%). Por outro lado, Cavaco Silva ultrapassou por muito pouco o limiar necessário de votos para ser eleito à primeira volta (quadro I.2). Se Cavaco Silva não tivesse logrado essa vitória na primeira volta, seria a primeira vez que uma segunda volta seria disputada por um candidato não apoiado inicialmente por nenhum partido.

Vistas no seu conjunto, as eleições de 2005 e de 2006 exibem tendências contraditórias na definição da evolução da relação entre partidos e eleitores: por um lado, a diminuição da abstenção, a maioria absoluta concedida ao PS, e a manutenção do número efectivo de partidos parlamentares são elementos de alguma melhoria ou estabilidade no sistema partidário português. No entanto, se analisarmos tanto o crescimento dos pequenos partidos, bem como o sucesso da campanha de Manuel Alegre, em particular à luz das contínuas dificuldades sócio-económicas de Portugal, e a par das atitudes que conhecemos dos portugueses em relação aos partidos podemos concluir que estamos perante um sistema partidário sobre pressão.

Estrutura do livro

Para além de questões concretas sobre as razões que podem estar subjacentes à dinâmica eleitoral verificada neste início de século, este livro também resulta dos objectivos mais latos do nosso programa de investigação *Comportamento Eleitoral*, tal como ele foi gizado na sua 2.^a edição, isto é, privilegiando o contexto em que decorrem as eleições.

Nesta segunda versão do programa optou-se por privilegiar os «contextos» do comportamento eleitoral. Por um lado, trata-se do estudo das campanhas eleitorais, nomeadamente o contexto mediático em que as eleições decorrem. Sabemos que uma percentagem importante do eleitorado decide nas últimas duas semanas se deve ir votar ou não, e em que partido votar. Assim, pela primeira vez empreendemos um estudo que incluiu a recolha e tratamento das notícias do jornal e da televisão para o período das duas campanhas de 2005 e 2006. Além disso, e para as legislativas, foi realizado também um pequeno painel de duas vagas em que o primeiro inquérito foi realizado antes do início da campanha e o segundo logo depois do acto eleitoral.

A segunda vertente em que o contexto destas eleições é analisado deriva do facto de o principal inquérito à opinião pública realizado ter sido concebido como um estudo de painel. Quer isto dizer que uma parcela do total de eleitores inquiridos em 2005 ($N = 2801$), no seguimento das legislativas, foi novamente inquirida aquando das eleições presidenciais em 2006. Esta escolha metodológica é extremamente útil, pois permite observar os mesmos inquiridos em contextos diferentes e compreender os factores que terão levado à mudança no sentido de voto.

A terceira vertente de análise contextual encontra-se no próprio questionário que foi colocado em 2005. Parte do questionário inclui um conjunto de questões sobre as redes sociais, informacionais e associativas em que o inquirido se encontra, na linha metodológica desenvolvida pelo *Comparative National Election Project*.

Os capítulos do livro reflectem precisamente esta nova orientação, dada nesta segunda versão do programa *Comportamento Eleitoral*. A primeira parte do livro é inteiramente dedicada aos *media* e à campanha que se desenrolou nos dois actos eleitorais.

No capítulo 1, Susana Salgado faz uma análise da cobertura noticiosa, tanto das notícias nos jornais como na televisão, para as legislativas de 2005 e as presidenciais de 2006. A autora propõe-se determinar a forma como os candidatos em ambas as disputas eleitorais foram retratados nos *media*. Indo para além disso, mostra também quais os temas mais discutidos e em que medida estes se relacionavam com as candidaturas que concorreram nas eleições, sejam individuais, sejam partidárias.

No capítulo seguinte, Eduardo Cintra Torres faz uma análise da campanha presidencial centrada exclusivamente nos debates televisivos ocorridos entre os candidatos. Esta análise impõe-se não apenas por estarmos perante uma eleição para um cargo unipessoal, como também pelo facto de ter havido debates entre todos os candidatos, num total de dez. Com base em diversos estudos individuais, o autor tenta correlacionar o visionamento dos debates com percepções políticas, incluindo a intenção de voto. O principal objectivo do texto é compreender o efeito do visionamento dos debates na mobilização do eleitorado.

A secção sobre a influência do contexto mediático termina com um capítulo de José Santana Pereira. Centrando-se nas eleições legislativas de 2005, este capítulo identifica primeiro quais os padrões de exposição aos *media* em Portugal. De seguida, empreende uma análise dos factores que explicam o grau de exposição aos *media* durante o período da campanha eleitoral. Este capítulo situa-se a montante dos efeitos mediáticos,

pretendendo determinar qual o perfil dos eleitores que são mais sensíveis ao contexto mediático envolvente.

A segunda parte do livro é subordinada ao tema das «escolhas dos eleitores». Aqui entramos no terreno das explicações sobre o comportamento eleitoral, que tem sido basilar para o desenvolvimento desta área de estudos em Portugal.

Gómez Fortes e Palacios comparam o perfil sócio-demográfico dos votantes que mantiveram o seu voto no principal partido do governo, o PSD, entre 2002 e 2005 com aqueles que, tendo votado no PSD, optaram por não repetir a mesma escolha em 2005. Esta análise vai de encontro a uma questão fundamental nos estudos eleitorais de hoje. Qual o perfil do eleitor volátil (tendência crescente nas democracias avançadas) e quais as características que distinguem aqueles votantes dos que, pelo contrário, decidem permanecer fiéis ao seu partido? A chave do comportamento destes eleitores dá pistas importantes sobre o que determina a identificação partidária em Portugal.

O capítulo seguinte, da autoria de Carlos Jalali, também investiga as escolhas eleitorais em 2005, focando, em especial, os eleitores dos dois principais partidos. Este autor tem vindo a dedicar-se às escolhas feitas ao centro do espectro partidário, escolhas essas que incluem a maioria dos votantes. O autor parte de uma hipótese, a saber: os factores de curto prazo são bastante explicativos em Portugal devido à falta de diferenciação ideológica entre o PS e o PSD. Para tal, faz-se uma análise aos posicionamentos dos principais partidos usando dados do *Comparative Manifesto Project*, comparando-os com as atitudes dos eleitores em relação aos temas mais importantes. Na secção final explica-se a escolha entre estes dois partidos numa análise multivariada em que, além dos factores sócio-demográficos, ideologia e factores políticos, se incluem temas políticos para compreender o impacto destes no voto.

O capítulo de André Freire regressa ao *puzzle* da fraca importância que os temas políticos têm revelado em análises prévias do comportamento eleitoral em Portugal (Freire 2004). O inquérito de 2005 é o mais completo alguma vez administrado em Portugal do ponto de vista do número de questões sobre temas políticos incluídos. Este é, portanto, um esforço que vale a pena fazer na medida em que a qualidade dos dados recolhidos em 2005 permite testar a importância dos temas políticos como não havia sido conseguido até então. O autor distingue entre temas posicionais e consensuais. Depois de descrever as preferências dos eleitores em 2005, bem como as suas avaliações dos incumbentes e da economia do país (2005 e 2006), testam-se os modelos explicativos do comportamento elei-

toral tanto para as eleições legislativas de 2005 como as presidenciais de 2006.

No meu capítulo prossigo a investigação sobre o impacto dos líderes, mas de uma forma qualitativamente diferente. Sendo certo que a importância dos líderes está inequivocamente estabelecida para Portugal, continua a ser fundamental compreender o significado da importância desse factor. No questionário pós-eleitoral de 2005 introduziram-se pela primeira vez questões que inquiriam os eleitores directamente sobre um conjunto de características pessoais de Pedro Santana Lopes e José Sócrates. As respostas a essas questões estão no centro da análise feita neste capítulo. Em lugar de utilizar o tradicional «barómetro de simpatia» do líder, criam-se variáveis novas que representam dois tipos de características (mediatismo e competência) e essas são incluídas no modelo multivariado do voto para determinar o significado dos efeitos de líder em Portugal.

O objectivo principal do capítulo de Pedro Magalhães é compreender os factores explicativos de uma eleição presidencial, que não é nem uma eleição de primeira ordem nem um «concurso de popularidade». De facto, o regime semipresidencial em Portugal pode ser considerado *premier-presidential* (Shugart e Carey 1992), significando que o presidente da República, embora não seja o chefe do governo, mantém prerrogativas importantes e pode funcionar como um agente de veto em determinados contextos políticos. Tendo em conta essas particularidades, o autor constrói um modelo explicativo do comportamento eleitoral e aplica-o à base de dados legislativa de 2005 e presidencial de 2006. Pretende-se comparar o peso relativo dos factores em cada modelo para compreendermos como se elege um presidente em Portugal, indo, pois, ao encontro do que terá explicado o reverso de fortuna do PS nestes dois combates eleitorais no mero espaço de um ano.

O programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses* sempre se distinguiu por ser um esforço colectivo. Queremos, por isso, mais uma vez, agradecer aos autores que participaram neste livro, bem como a todos aqueles que têm contribuído de uma forma ou de outra para a solidez do programa *Comportamento Eleitoral*, e em especial ao ICS, que acolhe desde 2001 este projecto. Devemos agradecer às instituições que nos apoiam: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Fundação Tinker, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Fundação Gulbenkian e Comissão Nacional de Eleições. Finalmente, uma palavra de agradecimento ao José Pereira, Edalina Sanches e à Imprensa de Ciências Sociais pelo seu contributo na publicação do livro.

Bibliografia

- Costa, Fernando Marques. 2009. «To boldly go where no man has gone before: as decisões do presidente Sampaio de Dezembro de 2001 e de Julho e Dezembro de 2004». In *Portugal: Uma Democracia em Construção*, orgs. Manuel Villaverde Cabral, Marina Costa Lobo e Rui Feijó, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 175-216.
- Freire, André. 2004. «Voto por temas: orientações perante as políticas públicas, desempenho do governo e decisão eleitoral». In *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, eds. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 159-192.
- Freire, André, e Marina Costa Lobo. 2006. «The strongest victory of the left since 1974: the 2005 legislative elections in Portugal». *West European Politics*, 29 (3): 581-588.
- Gabriel, João. 2007. *Confidencial – A Década de Sampaio em Lisboa*. Lisboa: Prime Books.
- Jalali, Carlos, e Marina Costa Lobo. 2007. «The trials of a socialist government: right-wing victories in local and presidential elections in Portugal, 2005–2006». *South European Society and Politics*, 11 (2): 287-299
- Laakso, Markku, e Rein Taagepera. 1979. «Effective number of parties: a measure with application to West Europe». *Comparative Political Studies*, 12 (1): 3-12.
- Lisi, Marco. 2009. *A Arte de Ser Indispensável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lobo, Marina Costa, António Costa Pinto e Pedro Magalhães. 2009. «As instituições da democracia portuguesa». In *Portugal: Uma Democracia em Construção*, orgs. Manuel Villaverde Cabral, Marina Costa Lobo e Rui Feijó. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 141-174.
- Salgado, Susana. 2007. «Parliamentary and presidential elections in Portugal, 2005-2006». *Electoral Studies*, 26: 507-533.
- Shugart, Matthew, e John Carey. 1992. *Presidents and Assemblies*, Nova Iorque: CUP.

Jornais consultados

Público, *Expresso* e *Diário de Notícias*.

Parte I
As campanhas eleitorais
e os *media*

Capítulo 1

Os *media* e as eleições em Portugal: estudo da cobertura noticiosa das legislativas de 2005 e das presidenciais de 2006

Introdução

Este capítulo tem como principal finalidade analisar a forma como os *media* realizaram a cobertura noticiosa das eleições legislativas de 2005 e das eleições presidenciais de 2006. Na prática, isto pressupõe estudar o tratamento jornalístico das várias candidaturas, avaliando, por exemplo, se a cobertura noticiosa favoreceu algum candidato em particular ou se existem diferenças significativas na forma como os diferentes órgãos de informação apresentaram a mensagem das várias candidaturas. No que se refere à mensagem dos candidatos, esta análise pressupõe ainda a identificação dos temas mais debatidos nas campanhas eleitorais e a relação entre os temas evidenciados pelos jornalistas e os temas de cada uma das candidaturas.

Este tipo de abordagem das campanhas ganha especial pertinência se acreditarmos que o tipo de informação política a que o eleitor tem acesso e a forma como ela é transmitida contribuem para delinear o contexto em que se desenrola um exercício eleitoral e podem ter influência no processo de escolha eleitoral. Se muitas vezes é relativamente difícil estabelecer uma relação directa entre a exposição aos *media* e a alteração do comportamento eleitoral, é praticamente consensual entre os investigadores que os *media* influenciam, pelo menos, a percepção dos contextos em que as decisões são tomadas (por exemplo, McCombs e Shaw 1972, Rogers 1973, Protess e McCombs 1991 e Dearing e Rogers 1996).

A comprovar a pertinência da realização de estudos sobre a forma como a mensagem política é transmitida estão igualmente as pesquisas sobre as transformações sofridas pela mensagem política quando é sujeita ao processo de mediatização, bem como os autores que defendem a impossibilidade de neutralidade dos *media*. Por exemplo, para Gerstlé, Lee e Sanders (1991) «os jornalistas comunicam o significado da política» porque inscrevem os acontecimentos e os protagonistas políticos em quadros narrativos próprios e para Castells «a lógica e a organização dos *media* enquadram e estruturam a política», advertindo que «tal enquadramento da política nos espaços dos *media* causa um impacto não só nas eleições, mas também na organização política, nos processos de tomada de decisão e nos métodos de governo, alterando, em última análise, a natureza da relação entre o Estado e a sociedade» (2003, 380). Wolf, por sua vez, explica o tratamento mediático primário a que está sujeito qualquer tipo de mensagem: «Os acontecimentos que foram retirados de um contexto específico, ao serem seleccionados entre outros, são posteriormente recontextualizados mas, num quadro diferente, dentro de um formato noticioso, que pode ser o alinhamento de um telejornal ou as páginas de um jornal impresso» (1992, 217). Como estes procedimentos da rotina jornalística acrescentam significação à mensagem política, podemos afirmar que os jornalistas se tornam co-produtores da mensagem política, evidenciando a oportunidade de estudos desta natureza.

Tendo presente que, actualmente, a grande maioria dos eleitores toma contacto com a política através dos órgãos de informação e da mensagem mediatizada pelos jornalistas, impõe-se, assim, estudar a forma como a mensagem política é transmitida, averiguando simultaneamente a que tipo de alterações está sujeita para ser veiculada pelos *media*. Subjacente a estas preocupações está igualmente a clássica questão «do campaigns matter?» (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet 1966[1944]; Farrell e Schmitt-Beck 2002).

A fim de proceder à análise de conteúdo dos *media* no período de campanha eleitoral das eleições legislativas de Fevereiro de 2005 e das eleições presidenciais de Janeiro de 2006, interpretámos a informação organizada em diferentes bases de dados e onde foram classificadas e categorizadas todas as peças jornalísticas recolhidas. Sempre que necessário, recorreremos igualmente aos inquéritos eleitorais para complementar e explicar a informação obtida pela análise de conteúdo dos órgãos de informação.

Todavia, impõe-se uma nota prévia para explicar algumas diferenças existentes nos parâmetros de análise da cobertura noticiosa das duas eleições. Apesar de o tipo de análise feito ser semelhante aos dois exercícios

eleitorais, a análise de conteúdo, as bases de dados que lhes estão subjacentes, são diferentes no formato e foram elaboradas segundo critérios e orientações de recolha da informação diferentes. Daqui resulta que o tratamento realizado sobre os dois exercícios eleitorais difere em alguns dos elementos abordados, o que acaba por se reflectir na exposição das principais conclusões obtidas.

As bases de dados sobre as legislativas foram realizadas por duas empresas sob a orientação do programa *Comportamento Eleitoral*, a Memorandum, que se dedicou à recolha dos dados da televisão, e a Cyberlex, que ficou encarregue da parte relativa à imprensa escrita. O trabalho de recolha e classificação da cobertura noticiosa das presidenciais ficou a cargo do programa *Comportamento Eleitoral*.

Na prática, uma primeira diferença que importa desde já assinalar é a de que as eleições legislativas foram analisadas na imprensa escrita e na televisão e o estudo das eleições presidenciais foi realizado apenas na imprensa escrita. No caso das eleições legislativas foram analisados os seguintes órgãos de informação: RTP1, SIC, TVI, *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã*, *24 Horas*, *Expresso*, *Independente*, *Sábado* e *Visão*, enquanto no caso das eleições presidenciais a análise de conteúdo se centrou apenas nos jornais e nas revistas referidos e não incluiu os canais televisivos.

Nestes primeiros esclarecimentos cabem ainda alguns dados relativos à tiragem e à audiência dos órgãos de informação analisados. No que respeita à imprensa escrita diária, o *Correio da Manhã* é o jornal com maior tiragem, com perto de 118 000 exemplares distribuídos por dia em 2005 e menos 3000 no ano seguinte, enquanto a circulação do segundo diário mais lido, o *Jornal de Notícias*, oscilou entre 98 000 e 97 000 exemplares nos dois anos em análise. Os restantes quotidianos apresentam valores de circulação entre 51 000 e 42 000 exemplares, no caso do *24 Horas* e do *Público*, sendo que no *Diário de Notícias* estes valores diminuem para cerca de 37 000. Na imprensa escrita semanal, o *Expresso* destaca-se dos restantes jornais e revistas por apresentar o valor mais alto de exemplares em circulação: entre cerca de 128 000 e 132 000 em 2005 e 2006. A *news-magazine Visão* vendeu, neste período, entre 99 000 e 95 000 exemplares por edição, enquanto a revista *Sábado* se ficou entre os 50 000 e os 59 000 exemplares. O semanário *O Independente*, que publicou a sua última edição no dia 1 de Setembro de 2006, teve uma circulação de cerca de 12 000 exemplares em 2005. Por fim, em 2005 o *share* de audiência dos três canais generalistas de televisão distribuiu-se da seguinte forma: RTP1 23,6%, SIC 27,2% e 30% a TVI, sendo ainda importante referir que em

Portugal cada adulto gastou em média, em 2005 e 2006, cerca de 216 minutos por dia a ver televisão, apesar de este valor não distinguir entre programas de informação e de entretenimento.¹

Antes de apresentar os resultados dos estudos importa dedicar alguma atenção ao contexto em que decorreram as duas eleições e ao enquadramento teórico das análises efectuadas.

O país e as eleições

Em menos de um ano, Portugal viveu a realização de três exercícios eleitorais nacionais diferentes: as legislativas em Fevereiro de 2005, as autárquicas em Outubro do mesmo ano e as presidenciais em Janeiro de 2006. Apesar de não se inscreverem nesta análise, interessa mencionar aqui as autárquicas, pois, devido ao contexto específico em que ocorreram, ajudaram a marcar o tom da cobertura noticiosa da política pelos órgãos de informação portugueses. Falamos do debate em torno da corrupção e da política, da definição dos apoios partidários e dos candidatos independentes.

Após duas saídas consecutivas de dois primeiros-ministros antes do final do mandato – primeiro a demissão de António Guterres na sequência de maus resultados eleitorais do PS nas autárquicas de 2001 e depois a de José Manuel Durão Barroso para liderar a Comissão Europeia – e a curta experiência (cerca de quatro meses) do governo que se seguiu, as eleições legislativas de Fevereiro de 2005 ocorreram na sequência de uma série de escândalos políticos largamente noticiados pelos *media* e especialmente centrados na aparente inconsistência governativa do primeiro-ministro Pedro Santana Lopes. Esta conjuntura terá conduzido à decisão de dissolução da Assembleia da República e de convocação de eleições antecipadas por parte do presidente Jorge Sampaio.

No que respeita ao PS, a recente eleição de José Sócrates para o cargo de secretário-geral do partido e o afastamento de Ferro Rodrigues, que viu o seu nome associado ao processo de pedofilia da Casa Pia, também acentuaram o interesse dos órgãos de informação. Não só se tratava da primeira prova eleitoral de José Sócrates, como as sondagens de opinião lhe atribuíam vantagem nas intenções de voto dos eleitores portugueses. De uma forma geral, os *media* acompanham sobretudo as iniciativas dos

¹ Dados do Gabinete para os Meios de Comunicação, antigo Instituto da Comunicação Social.

candidatos e dos partidos políticos com maiores possibilidades de ganhar a eleição, atribuindo-lhes mais espaço e tempo, logo mais visibilidade e saliência.

Ainda mais do que as anteriores, a campanha eleitoral para as legislativas de 2005 foi essencialmente marcada pela falta de debate sobre os assuntos relevantes para a governação do país e especialmente concentrada nas vidas privadas dos líderes do PSD e do PS, Santana Lopes e José Sócrates. A posição destes candidatos nas sondagens de opinião e a forma como estavam a decorrer as suas iniciativas eleitorais também foram amplamente noticiadas.

Um comportamento dos jornalistas que se inscreve, em certa medida, na tendência identificada por Cappella e Jamieson (1997) como dominante na cobertura noticiosa actual da política, que denominam por «estratégica». Estes autores identificam as seguintes características na cobertura noticiosa estratégica da política: são «estórias» com actores (políticos), críticos (jornalistas) e audiência (eleitores) onde existe uma centralidade do desempenho e estilo do candidato, um grande peso da divulgação das sondagens de opinião e da posição que os candidatos ocupam nelas e onde é frequente uma linguagem de competição, jogos e guerra.

A obra de Thomas Patterson *Out of Order* (1993) deu uma enorme contribuição para a elaboração da tese da «cobertura estratégica das campanhas eleitorais». Patterson argumenta, com base em várias análises empíricas, que as notícias se têm tornado cada vez mais negativas e interpretativas, menos direccionadas para os temas e mais para a perspectiva de competição entre os políticos. Segundo este autor, a emergência deste estilo de jornalismo mais agressivo coincidiu com o impacto da televisão comercial e com a divulgação cada vez mais frequente das sondagens de opinião. Também Swanson e Mancini (1996) referem a presença destas características da cobertura noticiosa da política em vários países.

No contexto português, Estrela Serrano estudou a cobertura jornalística das campanhas presidenciais entre 1976 e 2001 no *Diário de Notícias* e na televisão e identificou algumas tendências jornalísticas ao longo desses vinte e cinco anos. Entre outras, a autora refere as seguintes características: «um aumento progressivo do número de peças dedicadas à campanha eleitoral, sinal da importância conferida à cobertura das campanhas; o domínio da agenda eleitoral dos candidatos sobre a agenda jornalística, o que aponta para um jornalismo muito dependente das fontes oficiais, que, contudo, encontra compensação na crescente intervenção do jornalista como intérprete dos acontecimentos; um crescimento significativo de enquadramentos centrados na estratégia e no jogo

eleitoral, enquanto o enquadramento na *substância* das matérias diminui progressivamente» (2006, 471-472). Estrela Serrano encontrou, assim, evidências do peso crescente atribuído à estratégia das candidaturas, em detrimento das peças jornalísticas sobre os «temas» ou das propostas dos candidatos sobre os principais problemas do país, tendências estas que encontram confirmação na nossa análise de conteúdo sobre as candidaturas presidenciais de 2006.

Ao concentrar a cobertura nas iniciativas dos líderes partidários, os *media* também intensificaram a tendência crescente para a personalização da campanha eleitoral. No que respeita à lógica dos *media*, a «personalização» é um dos critérios noticiosos dos órgãos de informação, identificado desde os primeiros estudos sobre *newsmaking*. Seguindo a máxima de que um acontecimento ou um tema é mais fácil de noticiar e será mais compreensível para o público se tiver um rosto, os órgãos de informação procuram personalizar grande parte das suas notícias. Por outro lado, a personalização também tem sido reconhecida como uma característica inerente à vida política: as organizações partidárias são conduzidas por indivíduos e muitas vezes as causas são personificadas em personalidades. Existe, todavia, o risco de reduzir a política a uma luta entre personalidades se a ênfase for colocada apenas nos indivíduos, porque pode conduzir a uma descontextualização dos problemas políticos e à ocultação da existência de outras relações de poder.

Pasquino (2001) reforça a ideia da influência da personalização nos nossos dias e na política actual, afirmando que a personalização é praticamente a base da escolha eleitoral numa época em que os próprios programas de governo dos vários partidos são muito semelhantes entre si. No contexto português, Marina Costa Lobo (2006) demonstrou como o afecto pelo líder partidário é um importante factor explicativo do voto e que essa importância manifestou uma tendência crescente.

Enquanto os políticos procuram que se fale sobre eles, ou seja, buscam visibilidade mediática, concentrando muitas vezes a sua actividade em acontecimentos e temas com potencial noticioso, os *media* procuram e necessitam de notícias com interesse para os seus públicos para construir os noticiários e tendem a apresentá-las da forma mais apelativa possível, recorrendo, se necessário, à criação de factos políticos, visível, por exemplo, através do procedimento jornalístico habitual de pedir aos políticos para comentarem os discursos ou as supostas intenções dos seus adversários.

Foi o caso, por exemplo, do fim do segundo mandato do presidente Jorge Sampaio e da impossibilidade da sua recandidatura, que terá au-

mentado o interesse dos *media* nos possíveis candidatos presidenciais e na eleição presidencial de Janeiro de 2006. Quando uma eleição presidencial implica a reeleição do presidente em exercício, como ocorreu em 2001 (e em 1980 e 1991), os candidatos que disputam a eleição com o incumbente são, de uma forma geral, politicamente mais fracos e o interesse pela eleição é menor, pelo que, conseqüentemente, o debate menos motivante tanto para os eleitores como para os *media*.

Acresce que a decisão de Jorge Sampaio de dissolver a Assembleia e de convocar eleições legislativas antecipadas, no final de 2004, influenciou o contexto em que viriam a disputar-se as eleições presidenciais seguintes, pois colocou na agenda dos *media* o debate sobre os poderes presidenciais e a importância deste cargo político para o país e a discussão relativa ao perfil do presidente português. Desta forma, e apesar de os poderes presidenciais estarem bem definidos na Constituição e de terem sido largamente circunscritos na revisão constitucional de 1982, a intervenção de Jorge Sampaio relançou o debate sobre as possibilidades da intervenção do presidente na política do país.

A crise económica e orçamental e o perfil de um dos candidatos presidenciais também parecem ter contribuído para fomentar a discussão sobre o papel do presidente no sistema político português. Cavaco Silva, o candidato que apresentou sempre mais intenções de voto nas sondagens de opinião (mesmo antes de se assumir como candidato em Outubro de 2005), possuía formação académica em Economia e Finanças e foi apresentado por muitos comentadores na imprensa como a melhor opção para um país em crise. Cavaco Silva não só tinha experiência governativa decorrente dos seus dez anos como primeiro-ministro, como detinha os conhecimentos técnicos apropriados para lidar com a crise. Isto apesar de o presidente em Portugal não possuir competências em matéria executiva ou legislativa e de a sua possibilidade de actuação nestas áreas se restringir, a maior parte das vezes, ao direito de veto. Não possuindo poderes executivos no domínio da governação, o presidente da República possui, a nível simbólico, um poder e uma influência que fazem dele o árbitro e o moderador da sociedade portuguesa e exerce aquilo que Mário Soares designou como uma «magistratura de influência». Mas as funções do presidente da República não foram sempre as mesmas desde o 25 de Abril de 1974. Na verdade, foi a Constituição de 1982 que limitou, em grande medida, as competências do presidente da República.

Actualmente, no regime semipresidencial português, o presidente deve representar a República, garantir a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas, tendo

funções essencialmente fiscalizadoras e de intervenção política. É ainda o comandante supremo das Forças Armadas. Porém, como referem André Freire e António Costa Pinto: «Em Portugal, o poder presidencial tenderá a ser maior quando a maioria parlamentar não é absoluta e se verificam crises no sistema partidário. Pelo contrário, o sistema tenderá a ter um maior pendor parlamentar quando a maioria que suporta o governo é absoluta. Ou seja, quando o governo tem uma maioria monopartidária, disciplinada e coesa que o suporta, não só ficam muito limitados os poderes de veto do PR, como a estabilidade do governo torna menos indispensável a acção do presidente para promover consensos e acordos políticos entre os partidos parlamentares, sobretudo se o PR for de uma família política oposta à da maioria parlamentar» (2005, 84).

A política e os *media*

Mas qual é o papel que os *media* desempenham actualmente na política e nas eleições? Construção ou reflexo da política? Na verdade, ainda não existe consenso entre os investigadores, que hesitam entre atribuir um papel determinante aos *media* nas práticas actuais da política e um papel menor de mero veículo da mensagem política. No entanto, muito se avançou desde a perspectiva predominante até há cerca de cinquenta anos, que se limitava a olhar para a suposta função utilitária da comunicação para a política e para os políticos. A ilustrar esta perspectiva, Eldersveld e Janowitz, em 1956, colocaram a comunicação política como um dos três processos de intervenção (juntamente com a liderança e as estruturas de grupo) através dos quais as influências políticas seriam mobilizadas e transmitidas entre as instituições governamentais formais, de um lado, e o comportamento eleitoral, do outro.

Seguindo a mesma lógica, em 1968, na *International Encyclopedia of Social Sciences*, De Sola Pool define a comunicação política de forma restrita como «a actividade de certas instituições encarregues de difundir informações, ideias e atitudes relativas aos assuntos governamentais» (Gerstlé 1992, 22).

Nestas definições estão presentes os três actores da comunicação política: os políticos, os *media* e o público-eleitor, mas não se prevê nenhum tipo de interacção entre eles. A mensagem parte do emissor, os políticos, é transmitida através de um canal, os *media*, para os receptores, o público-eleitor. Mas a comunicação política não depende unicamente do estatuto de quem fala, do conteúdo da comunicação e daqueles a quem se destina. Na ver-

dade, a cada momento ela encerra tudo isto. Pelo que um conceito actual de comunicação política terá de incluir os três actores identificados acima, mas terá igualmente de prever algum tipo de interacção entre eles.

Actualmente, a melhor forma de compreender os fenómenos políticos, como as eleições, é considerar o estudo das interacções entre os *media*, os políticos e o público-eleitor. Por um lado, porque, é inegável a importância que os *media* têm para os políticos, que, através destes meios, encontraram uma forma de fazer chegar a sua mensagem a um maior número de cidadãos-eleitores: os *media* são hoje a maior fonte de informação política para a maioria das pessoas. Por outro lado, a própria definição da paisagem mediática de um país, assim como as condições que os jornalistas encontram para o desempenho efectivo da sua profissão, são, em grande medida, enquadradas pela acção dos políticos e pela cultura política do país. Falamos, por exemplo, da relação dos jornalistas com as suas fontes de informação política, da liberdade de publicação de todo o tipo de peças noticiosas e do enquadramento que é dado a essas notícias.

Além disso, diversos estudos comprovam, como vimos, a impossibilidade da neutralidade dos *media* quando transmitem as mensagens políticas (e outras). Desta forma, torna-se cada vez mais indiscutível a importância do papel desempenhado pelos *media* na vida política. Não somente os políticos dispensam uma grande atenção à preparação das suas agendas mediáticas, coadunando a sua agenda com a agenda dos *media*, como também os governos, a oposição, os partidos, os candidatos, adquirem grande parte da sua informação através dos meios de comunicação social. Devido a esta tendência, a política viu acentuar, por parte dos seus actores, o objectivo de visibilidade, ou seja, aparecer e transmitir a sua mensagem perante o maior número possível de pessoas.

Em Portugal, a acompanhar esta realidade, os estudos empíricos que se centram nos *media* e na política têm conhecido um considerável impulso nos últimos anos. No que se refere ao estudo da cobertura jornalística de campanhas eleitorais, é importante referir o trabalho de Estrela Serrano sobre o estudo das eleições presidenciais de 1976 a 2001 na imprensa e na televisão (2006) e os de Susana Salgado sobre as eleições legislativas de 1999 (2007a) e sobre as eleições legislativas de 2005 e as eleições presidenciais de 2006 (2007b). Sobre a opinião nos órgãos de informação, a obra de Rita Figueiras (2005) e, mais recentemente, a sua tese de doutoramento, centradas nos comentadores do panorama mediático português, fazem uma caracterização deste tipo de colaboradores da imprensa, analisando as suas tendências principais. Felisbela Lopes, por seu lado, que se tem dedicado ao estudo da televisão portuguesa, no-

meadamente *O Telejornal e o Serviço Público* (1999), na sua tese de doutoramento sobre a informação não diária de 1993 a 2003, defendida em 2006, salientou que a classe política foi a mais privilegiada nos programas de debate e grande entrevista, mesmo quando o tema não estava relacionado com a política. Ainda na área dos estudos televisivos são de mencionar os trabalhos de Eduardo Cintra Torres.

O n.º 2 da revista *Comunicação e Cultura*, intitulado «Lobbying e marketing político», condensou ainda alguns outros contributos relevantes: o artigo de Rogério Santos sobre a cobertura jornalística de congressos partidários onde são apresentados os resultados da análise de notícias de cinco jornais e revistas, de 1994 a 2001, sobre aqueles eventos políticos, o artigo de Isabel Ferin, que estudou as tendências jornalísticas na cobertura noticiosa do final do segundo mandato da governação de Cavaco Silva (1994-1995), e ainda o artigo de Paula do Espírito Santo, que apresenta as conclusões de uma análise de conteúdo dos *slogans* das eleições presidenciais de 1976 a 2006. Esta última autora também se tem dedicado ao estudo dos cartazes e dos debates televisivos em contexto eleitoral. É de referir ainda o contributo de Estrela Serrano (2002) com um estudo na área das estratégias de comunicação dos políticos portugueses, nomeadamente do presidente Mário Soares.²

A análise de conteúdo

A complexificação das relações entre jornalistas e políticos torna a análise da cobertura noticiosa das campanhas eleitorais e das eleições particularmente interessante nos nossos dias. Uma das metodologias mais empregues no estudo académico da forma como os jornalistas noticiam a política e as suas manifestações tem sido a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por fim a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo. Obriga à definição de categorias pertinentes ao objecto de análise. Desta forma, os resultados da pesquisa quantitativa dependem, em grande medida, de um trabalho anterior de análise interpretativa.

O desenvolvimento das comunicações de massa no século XX, primeiro da imprensa e depois da radiodifusão, criou a necessidade da com-

² Esta descrição não pretende ser exaustiva, mas apenas chamar a atenção para alguns dos investigadores portugueses que se têm dedicado à realização de estudos empíricos sobre os *media* e a política e citar alguns dos trabalhos mais recentes neste campo.

preensão específica deste tipo de comunicação. A Escola de Jornalismo da Universidade de Colúmbia iniciou a tradição nestes estudos e depois disso multiplicaram-se as análises quantitativas dos jornais. No início pouco mais eram do que a contagem das notícias de cada rubrica dos jornais, por exemplo, «Política», «Desporto», «Crime», «Economia», etc., mas com o tempo passou a haver a preocupação de seguir a evolução de um órgão de imprensa, de medir o grau de «sensacionalismo» dos seus artigos, comparar diferentes órgãos de informação, etc. A publicação em 1926 da obra *The Country Newspaper*, escrito por Malcom Willey, aparece como emblemática desta primeira fase dos estudos de análise de conteúdo dos meios de comunicação social.

A primeira fase dos estudos realizados através da análise de conteúdo ficou marcada por uma preocupação essencialmente pela quantificação. Exagerada, segundo alguns investigadores, como referiu o sociólogo P. Sorokin (1959) num livro onde analisa as tendências e os exageros da sociologia americana. Numa fase posterior, às análises de conteúdo dos jornais foram sendo introduzidas outras dimensões de análise: começou a ser medida a superfície dos artigos, o tamanho dos caracteres utilizados e dos títulos das peças jornalísticas ou as fotografias escolhidas para acompanhar os textos, por exemplo. Paralelamente, também com a preocupação subjacente de perceber os efeitos dos meios de comunicação, a Primeira Guerra Mundial causou um tipo de análise que se amplificou aquando da segunda: o estudo da propaganda e da persuasão política.

A codificação da técnicas da propaganda e a sua aplicação mais sistemática ocorreram quando o presidente americano Woodrow Wilson contratou o jornalista Walter Lippmann e o psicólogo Edward Bernays para participar no *Committee on Public Information*, cujo objectivo era essencialmente descobrir a melhor forma de convencer a opinião pública das vantagens da participação dos Estados Unidos da América na primeira Grande Guerra. Com um objectivo instrumental na sua génese, a análise de conteúdo servia ainda para descodificar as intenções dos países inimigos dissimuladas nas mensagens que eram veiculadas pelos *media* informativos e outros.

A análise de conteúdo tem sido, desta forma, utilizada nos estudos da comunicação política pelo menos desde 1915. De referir também, pelo seu pioneirismo, o contributo de Harold Lasswell, que, logo em 1927, publicou uma obra sobre as técnicas de propaganda utilizadas durante a guerra que viria a ser uma referência para as investigações sobre comunicação e persuasão realizadas posteriormente, em especial durante a Se-

gunda Guerra Mundial.³ Por fim, pela sua importância e sistematicidade, convém mencionar os trabalhos sistemáticos de Holli Semetko,⁴ que grande impulso deram a este campo de estudos na actualidade.

Este tipo de investigação baseada na análise de conteúdo dos meios de comunicação inscreve-se na linha dos estudos sobre os efeitos dos *media* e tem sido uma das formas mais comuns de avaliar o impacto do trabalho jornalístico sobre a política.

No que respeita aos possíveis efeitos dos *media* noticiosos, podemos considerar a distinção entre dois níveis de influência. Por um lado, o efeito dos *media* nos políticos, ou seja, as alterações que a imagem e a mensagem política sofrem para serem transmitidas pelos *media*. E, por outro, o efeito dos *media* no comportamento eleitoral, ou seja, a ideia de que, através da forma como realizam a sua cobertura noticiosa dos eventos, temas e protagonistas políticos, os *media* possam ter algum tipo de influência no processo de decisão individual de voto. Convém, no entanto, salientar que, apesar de esta distinção entre os dois níveis de influência permitir, de forma instrumental, operacionalizar e caracterizar os estudos sobre os *media* e a política, na realidade e na prática torna-se complicado distinguir de forma tão linear estes dois níveis de efeitos, porque o público-elector não é indiferente à forma como a mensagem política é transmitida, isto é, a forma como a mensagem é percebida depende, em grande medida, da forma como é construída e apresentada.

Iyengar e Kinder (1987) descobriram, por exemplo, que os assuntos que são enfatizados nos *media* durante a campanha eleitoral são os mesmos que as pessoas usam para avaliar os diferentes candidatos e as suas propostas eleitorais. Posteriormente, noutra estudo, Iyengar (1992) demonstrou também que a importância que as pessoas dão aos temas influencia a sua opinião sobre o desempenho e a actuação dos políticos e que a forma como as notícias são enquadradas e apresentadas influencia a atribuição de responsabilidade nos temas sociais e políticos.

Os *media*, ao seleccionarem os temas da actualidade e ao informarem sobre a realidade, indicam às pessoas os assuntos sobre os quais devem pensar e qual a importância que lhes deve ser atribuída, indicando, desta forma, os quadros de referência através dos quais os cidadãos-electores devem avaliar os candidatos e os políticos de uma forma geral. Além

³ *Propaganda Technique in the World War*, Nova Iorque, Knopf.

⁴ Por exemplo, H. Semetko *et al.* (1991), *The Formation of Campaign Agendas: A Comparative Analysis of Party and Media Roles in Recent American and British Elections*, Nova Jérsea, Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

disso, a forma como uma notícia é escrita ou apresentada também pode influenciar a percepção que as pessoas têm. Porque os jornalistas, ao realizarem a edição de uma notícia, podem escolher citações específicas de uma posição em detrimento de outra, ou podem dar mais relevo a um candidato em detrimento de outro, por exemplo. No caso da imprensa escrita, podem ainda relegar a notícia para as páginas interiores do jornal ou dar-lhe relevo de primeira página, enquanto, no caso da televisão, podem optar por colocar um dos candidatos na abertura do telejornal ou conceder-lhe um directo televisivo, atribuindo aos outros candidatos um destaque menor.

O caso das presidenciais de 2006 em Portugal é particularmente elucidativo destas hipóteses. Apesar de ser difícil provar que Cavaco Silva venceu as eleições por causa disso, os *media*, através da cobertura noticiosa que realizaram durante esse período, enfatizaram a situação de crise económica no país e a necessidade de medidas urgentes. Pelo que, neste contexto, a candidatura presidencial de um especialista em economia e finanças aparecia com um enquadramento favorável. Acresce que esta candidatura também teve maior exposição mediática do que as restantes.

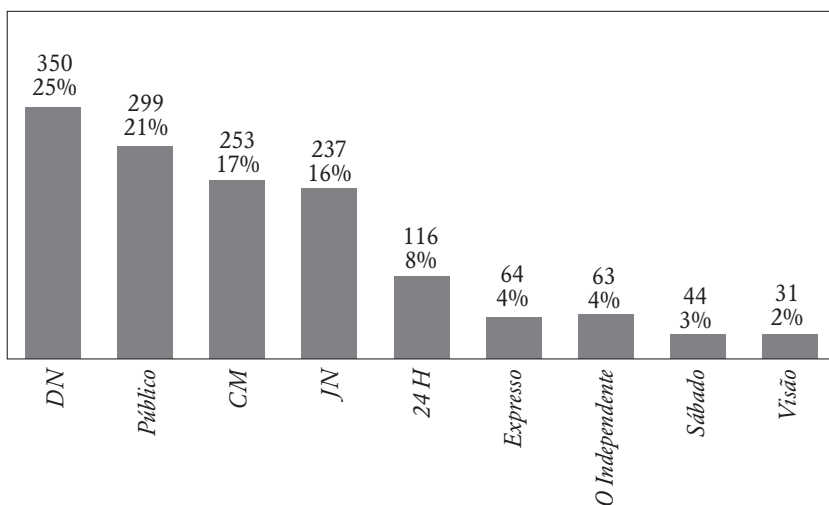
A análise de conteúdo da eleição legislativa

No que respeita à análise da cobertura noticiosa das eleições legislativas de 2005, foram recolhidas, analisadas e categorizadas 2064 peças noticiosas publicadas na imprensa escrita e transmitidas na televisão durante o período da campanha eleitoral, que decorreu de 6 a 18 de Fevereiro. Na televisão foram considerados os três principais canais generalistas, a RTP1, a SIC e a TVI, através dos dois principais noticiários diários e dos dois debates realizados entre os candidatos.⁵ Em relação à imprensa escrita, foram analisados cinco diários, o *Público*, o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias*, o *Correio da Manhã* e o *24 Horas*, dois semanários, o *Expresso* e *O Independente*, e ainda duas revistas, *Sábado* e *Visão*.

A informação recolhida foi tratada com o objectivo de esclarecer três dimensões diferentes. Primeiro, o volume de informação dedicado à cam-

⁵ De referir que o único debate com todos os candidatos, o da RTP1, não contou com a participação até ao final de Jerónimo de Sousa, que estava com problemas de voz. O outro debate foi entre Pedro Santana Lopes e José Sócrates e foi transmitido na SIC e na RTP2 em simultâneo.

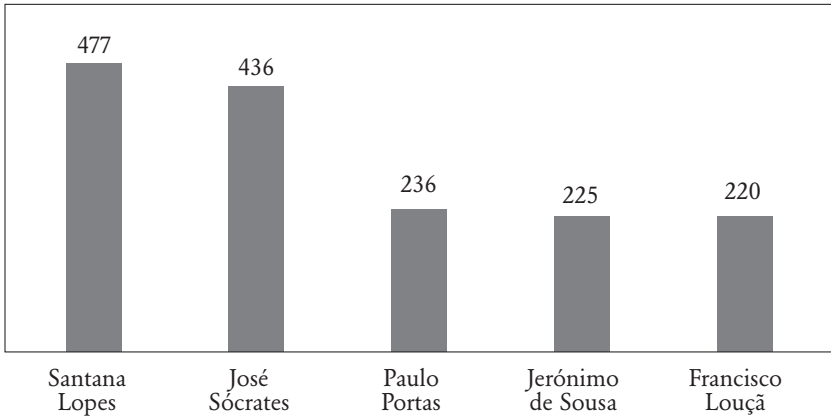
Figura 1.1 – A cobertura noticiosa da imprensa escrita



panha eleitoral e a distribuição dessa informação por cada um dos candidatos a primeiro-ministro; depois, o *bias*, ou o enviesamento da informação, isto é, se as notícias foram essencialmente neutras, positivas ou negativas para os candidatos; por fim, foram ainda tratados os temas da campanha eleitoral e analisada a forma como estes foram associados aos diferentes candidatos.

No que respeita ao volume de informação dedicado à campanha eleitoral, foi analisado um total de 607 peças televisivas referentes aos candidatos a primeiro-ministro, com um tempo total de exposição de 22 horas, 35 minutos e 22 segundos. Na imprensa escrita foram analisadas 1457 peças noticiosas, sendo que, destas, 649 correspondem ao *Diário de Notícias* (350) e ao *Público* (299), que foram os jornais que mais espaço dedicaram à cobertura noticiosa da actividade dos candidatos, representando 44,5% de toda a informação recolhida sobre a campanha eleitoral na imprensa escrita. O facto de o *Diário de Notícias* e o *Público* serem jornais diários e publicações jornalísticas de referência, ou seja, que conferem grande importância a temas de interesse público e dedicam várias páginas à política, explica a maior percentagem de cobertura jornalística da campanha nestes órgãos de informação. Este tipo de publicação é também o mais lido pelas elites políticas e o que dedica mais espaço à componente interpretativa dos factos e dos temas políticos. Pelo contrário, os jornais considerados «sensacionalistas» ou «tablóides», como o *24 Horas*, por exemplo, não só dão

Figura 1.2 – Número de referências aos candidatos na imprensa escrita



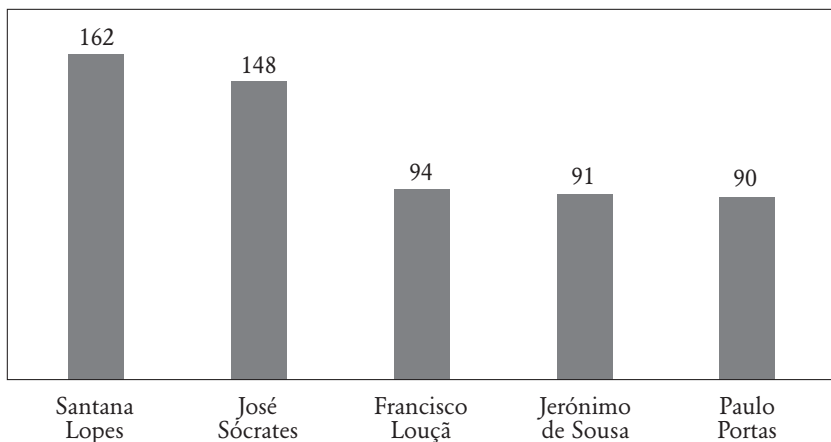
prioridade a outro tipo de assuntos nas suas agendas, como geralmente tratam os acontecimentos através de formatos mais curtos e condensados. O que está reflectido nos valores desta análise: o *24 Horas* publicou 116 peças noticiosas sobre a campanha eleitoral dos candidatos.

Os semanários *Expresso* e *O Independente* apresentaram valores semelhantes no que respeita ao volume de informação dedicado à cobertura da campanha: 64 e 63 peças jornalísticas, respectivamente. Nas revistas, a *Sábado* deu sensivelmente mais importância às eleições legislativas do que a *Visão* no que se refere ao número de artigos publicados, 44 e 31.

Os principais partidos candidatos às legislativas de 2005 foram o PSD, o PS, o CDS-PP, o PCP e o BE e estes partidos foram representados pelos seus líderes na altura, Santana Lopes, José Sócrates, Paulo Portas, Jerónimo de Sousa e Francisco Louçã. Em relação à distribuição da informação por cada candidato na imprensa escrita, observamos que os valores reflectem a ordem política vigente na sociedade portuguesa na altura. Ou seja, os candidatos que receberam uma maior cobertura noticiosa foram os que tiveram mais intenções de voto nas sondagens de opinião realizadas na altura e os provenientes dos partidos que geralmente têm maior expressão eleitoral, o PS e o PSD.

No que se refere à lógica dos *media*, este facto pode encontrar uma explicação simples: por serem os candidatos que representam os partidos mais votados, as suas iniciativas interessam a mais leitores da imprensa e, por isso, os jornais dedicam-lhes mais espaço, esperando, dessa forma, cativar a atenção de um maior número de leitores. Importa problematizar esta questão, questionando, por exemplo, se, através deste tipo de com-

Figura 1.3 – Número de referências aos candidatos na televisão



portamento, os *media* não estarão, eles próprios, a interferir na percepção que as pessoas têm da realidade política e da campanha eleitoral, pois, induzindo a ideia de que são esses os partidos e os candidatos que têm mais possibilidades de vencer, poderão, por isso, influenciar determinados comportamentos eleitorais. Recorde-se, a este respeito, o *Bandwagon effect*, ou seja, a vontade geral de fazer parte do grupo vencedor, que Noelle-Neumann (1995 [1984]) relaciona com o desejo de evitar o isolamento, decorrente da natureza social das pessoas.

Vejamus então na prática quantas vezes os candidatos foram mencionados nas notícias publicadas na imprensa escrita: Santana Lopes, 477; José Sócrates, 436; Paulo Portas, 236; Jerónimo de Sousa, 225; Francisco Louçã, 220.

Uma pequena nota apenas para esclarecer que o número total das notícias publicadas sobre a campanha e os candidatos pode, por vezes, não coincidir com a soma total das notícias sobre os candidatos em cada órgão de informação. A razão para esta discrepância numérica prende-se com o facto de que a uma notícia podem corresponder referências a mais do que um dos candidatos. Por esta razão, e porque nos interessa, mais do que o número absoluto de notícias dedicadas à campanha em geral, o número de vezes que os candidatos e as suas iniciativas eleitorais foram, de facto, mencionados nos órgãos de informação, daqui por diante trataremos o número de referências aos candidatos, e não o número absoluto de notícias sobre a campanha.

Na televisão, a tendência é a mesma verificada na imprensa escrita, excepto no caso dos candidatos Paulo Portas e Francisco Louçã, que trocam

de posição. Francisco Louçã terá sido mais interessante para a cobertura televisiva, já que as suas iniciativas de campanha motivaram mais referências nas peças jornalísticas do que Paulo Portas. A explicação para isto poderá estar relacionada com o facto de que a lógica de funcionamento da televisão apela à introdução de imagens apelativas nos seus noticiários e o Bloco de Esquerda, geralmente, promove iniciativas que visam precisamente chamar a atenção, marcando a diferença em relação aos restantes partidos políticos. A própria linguagem do seu líder, Francisco Louçã, também se inscreve nesta tendência, repleta de imagens e metáforas, visa provocar uma reacção nos ouvintes, surpreendendo e impressionando, por vezes. Um bom exemplo pode ser o seu discurso num comício em Braga, no dia 14 de Fevereiro, em que falou de «esquerda fria, do autoritarismo, da obediência e da exclusão»,⁶ quando se referia ao PCP.

A distribuição das referências aos candidatos na televisão foi a seguinte: Santana Lopes, 162; José Sócrates, 148; Francisco Louçã, 94; Jerónimo de Sousa, 91; Paulo Portas, 90.

No que respeita à distribuição por canal de televisão e ao tempo de exposição de cada candidato, verificamos que o canal que dedicou mais tempo à campanha eleitoral foi a RTP1 e o que dedicou menos tempo foi a SIC, enquanto a TVI realizou a cobertura mais equilibrada em termos de visibilidade atribuída aos candidatos, isto é, onde existem as diferenças menos acentuadas no tempo dedicado ao tratamento noticioso das iniciativas de cada um dos vários candidatos. A SIC, por exemplo, dedicou um tempo total de 2 horas e 2 minutos a Pedro Santana Lopes e de 1 hora e 55 minutos a José Sócrates; Paulo Portas só apareceu em cerca de 58 minutos, Francisco Louçã em 46 minutos e Jerónimo de Sousa em 44 minutos. Os mesmos candidatos, na TVI, mereceram todos cobertura noticiosa de mais de uma hora: Santana Lopes, 1 hora e 55 minutos; José Sócrates, 1 hora e 39 minutos; Paulo Portas, 1 hora e 23 minutos; Francisco Louçã e Jerónimo de Sousa, cerca de 1 hora e 11 minutos cada um. Estas diferenças são mais acentuadas na RTP1, que dedicou 2 horas e 14 minutos a Santana Lopes, apenas um minuto menos a José Sócrates, 1 hora e 28 minutos a Paulo Portas, a Francisco Louçã 1 hora e 21 minutos e a Jerónimo de Sousa 1 hora e 13 minutos.

No que se refere ao segundo parâmetro de análise, o *bias* da cobertura noticiosa, convém começar por referir que na imprensa escrita foram classificados apenas os artigos de opinião. Destes, 28% tiveram valoração

⁶ In *Jornal de Notícias*, 15 de Fevereiro de 2005.

Quadro 1.1 – A opinião sobre os candidatos na imprensa escrita

	Santana Lopes	José Sócrates	Pulo Portas	Jerónimo de Sousa	Francisco Louçã
Opinião	38%	37%	31%	28%	29%
Negativa	30%	28%	22%	17%	21%
Positiva	8%	9%	9%	11%	8%

positiva ou negativa, sendo que 20% da cobertura noticiosa foi realizada de forma negativa e 8% de forma positiva.

O tratamento jornalístico na imprensa escrita da campanha de Sócrates, por exemplo, foi o seguinte: 37% dos artigos publicados foram de opinião, dos quais 9% foram positivos e 28% negativos. Esta tendência verifica-se nos outros candidatos, excepto em Jerónimo de Sousa, cuja campanha foi tratada com maior equilíbrio no que respeita à publicação de artigos de opinião: foram 28%, 11% positivos e 17% negativos.

Em relação a José Sócrates, *O Independente* foi o jornal que mais artigos negativos publicou – 54% dos artigos publicados sobre este candidato foram negativos –, e a seguir foi o *Público*, com 29% de opinião negativa. A revista *Sábado* foi o órgão de informação que publicou mais artigos de valoração positiva (17%) sobre este candidato, seguido do jornal *O Correio da Manhã* (15%).

O jornal que publicou mais artigos de opinião desfavorável a Santana Lopes foi igualmente *O Independente* (46%), seguido pela revista *Sábado*, com 40% de opinião negativa. Os órgãos de informação mais positivos para este candidato foram *O Correio da Manhã* e o *Jornal de Notícias*, com 12% e 11% de opinião favorável, respectivamente.

No que respeita à campanha eleitoral de Paulo Portas, *O Independente* foi, mais uma vez, o jornal a reunir mais opinião negativa (44%), seguido pelo *Expresso* (40%), enquanto a revista *Sábado* publicou a maior percentagem de opiniões positivas (25%). De destacar que, sobre este candidato, não foi publicado qualquer artigo de opinião positiva nos semanários *Expresso* e *O Independente*.

A revista *Sábado* foi igualmente a mais positiva para Jerónimo de Sousa – 25% dos artigos foram classificados como favoráveis para este candidato – e *O Independente* foi o jornal mais negativo (50%). O segundo jornal mais crítico em relação à actuação do líder dos comunistas foi o *Expresso*, com 22% de opinião negativa. Jerónimo de Sousa foi ainda o único candidato sobre quem foram publicados artigos de opinião positiva no

jornal *24 Horas*, uma vez que sobre os restantes candidatos este jornal só publicou opinião negativa.

Para Francisco Louçã, *O Independente* também foi o jornal mais negativo, mas com um valor expressivo de 67% dos artigos de opinião com valoração negativa. A este semanário seguiu-se o *Expresso*, onde 43% dos artigos de opinião foram negativos. *O Correio da Manhã* realizou a cobertura mais isenta da campanha de Francisco Louçã, pois apresenta a mesma percentagem de artigos de opinião negativa e de opinião positiva, 21%.

De referir que, apesar de *O Independente* apresentar sempre os números mais altos no que se refere ao *bias* negativo dos artigos, este jornal apresentou valores ainda mais elevados quando os artigos de opinião se referiam aos candidatos de esquerda – Francisco Louçã, 67%; José Sócrates, 54%; Jerónimo de Sousa, 50% –, enquanto Santana Lopes apresentava 46% e a Paulo Portas 44%. O jornal com pior opinião sobre os candidatos políticos foi, desta forma, *O Independente*, com um total de 93% dos artigos de opinião com valoração negativa. E, no geral, o mais positivo foi o *Jornal de Notícias*, com 41% dos artigos de opinião favoráveis aos candidatos.

Através dos números apresentados verifica-se que grande parte dos artigos de opinião foi publicada na imprensa semanal, o que comprova a sua tendência preferencial para a interpretação e análise dos acontecimentos, enquanto a propensão da imprensa diária se prende mais com o acompanhamento das iniciativas diárias de campanha dos vários partidos, apesar de também dedicar um espaço cada vez maior à interpretação e à análise dos factos.

Na televisão, a avaliação de cada candidato diz respeito, não a espaços específicos dedicados à opinião de comentadores nem ao conteúdo das intervenções dos próprios candidatos, mas às observações e comentários por parte dos jornalistas na cobertura noticiosa. Essa favorabilidade foi avaliada de forma positiva, se o jornalista fez alguma observação favorável (como, por exemplo, o candidato teve «casa cheia»), negativa, se a observação foi menos favorável («um discurso sem novidades»), e neutra, se a intervenção do jornalista foi absolutamente neutra ou ainda se uma observação menos positiva se anula com uma observação mais favorável.

Do total das peças transmitidas, 25% apresentaram valoração positiva ou negativa, sendo que 17% da cobertura da campanha foi realizada de forma negativa e 8% de forma positiva. O canal televisivo que realizou a cobertura mais neutra foi a RTP1, com um total de apenas 21 peças com conotação positiva ou negativa (11 positivas e 10 negativas), sendo que a maioria das peças com enviesamento ou é positiva para Sócrates ou é negativa para Portas.

Quadro 1.2 – Distribuição e *bias* da opinião por canais de televisão

	RTP1		SIC		TVI	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
José Sócrates	8	2	0	10	9	16
Santana Lopes	1	1	1	21	3	21
Paulo Portas	0	5	0	8	1	6
Jerónimo de Sousa	2	0	1	2	12	4
Francisco Louçã	0	2	2	1	8	5
Totais	11	10	4	42	33	52

A SIC apresentou a segunda cobertura mais isenta da campanha eleitoral no que se refere ao número de intervenções dos jornalistas com valoração positiva ou negativa: foram 46 no total. No entanto, destas 46, 42 foram negativas e apenas quatro positivas, o que revela um grande desequilíbrio e a prevalência de uma opinião desfavorável sobre os candidatos. Uma leitura possível destes valores é a apreciação negativa da prestação de José Sócrates e dos candidatos da coligação governamental: Santana Lopes e Paulo Portas.

A TVI realizou a cobertura mais parcial. 85 intervenções dos jornalistas foram classificadas como positivas ou negativas (33 positivas e 52 negativas). Neste canal televisivo, os principais alvos das apreciações de teor negativo foram os candidatos dos dois maiores partidos, PS e PSD, apesar de a cobertura feita à campanha de José Sócrates ter sido realizada de forma mais equilibrada, quando comparada com a de Santana Lopes. Jerónimo de Sousa parece ter conquistado alguma simpatia juntos dos jornalistas da TVI, uma vez que teve 12 comentários positivos e apenas 4 negativos.

De uma maneira geral, Jerónimo de Sousa foi o candidato cuja campanha foi tratada de forma mais positiva nos órgãos de informação, quer na televisão, quer nos jornais. O operário de raízes humildes que substituiu Carlos Carvalhas na liderança do PCP apenas dois meses antes da campanha parece, desta forma, ter agradado aos jornalistas. E o candidato político que recebeu o tratamento mais negativo foi Santana Lopes, ao que não será alheio certamente o seu recente desempenho como primeiro-ministro.

Em relação à terceira parte desta análise, a referente ao estudo dos temas da campanha eleitoral e da forma como foram associados aos diferentes candidatos, há a salientar o facto de a grande maioria da cobertura noticiosa se ter concentrado na campanha e na forma como esta estava a decorrer.

No tema «Campanha eleitoral» foram contabilizadas as referências ao local de campanha de cada um dos candidatos, às intervenções dos candidatos no contexto da sua campanha eleitoral ou dos jornalistas referindo-se às mesmas e as críticas entre os vários candidatos. Na imprensa escrita verificamos que a categoria «campanha eleitoral» dominou as páginas dedicadas às eleições legislativas, com 1114 artigos, e que o tema a seguir com maior destaque foi «Sociedade», com apenas 82 peças jornalísticas. Em seguida, os temas mais abordados foram «Economia e finanças» (50), «Política» (48) e, por fim, «Comunicação social» (22).

Também na televisão, a categoria «campanha eleitoral» dominou os noticiários informativos, contabilizando, no total, mais de 15 horas de emissão. Seguiu-se o tema «Economia e finanças», ao qual foram dedicados cerca de 80 minutos, «Trabalho/emprego», com 69 minutos, «Saúde e segurança social», com 53 minutos, e, por fim, a categoria «ambiente», com 46 minutos.

A partir destes valores é possível depreender que a campanha eleitoral para as legislativas de 2005 foi marcada por uma escassez de debates e pela presença nos *media* de muitos assuntos da vida privada dos candidatos e vários ataques entre eles, o que faz com que, no reflexo da cobertura, o tratamento dos problemas do país seja reduzido. De recordar, neste contexto, os boatos lançados sobre a suposta homossexualidade do candidato socialista, assim como as suspeitas lançadas à sua actuação enquanto ministro do Ambiente do governo de António Guterres. José Sócrates teve de responder sobre uma possível falta de transparência na atribuição da licença para a construção do *outlet Freeport* em zonas protegidas de Alcochete e ignorou as suspeitas lançadas sobre a sua vida pessoal, o que não impediu, todavia, que outros políticos mencionassem o tema e que os jornalistas e comentadores o relatassem nas peças que elaboraram sobre a campanha eleitoral, tornando este assunto um dos mais referidos.

Quando foi realizado um cruzamento entre os valores totais dos temas dominantes e a campanha de cada candidato, o tema «Ambiente» surgiu com grande destaque no caso de José Sócrates, o que pode, em certa medida, ser explicado através do caso *Freeport* e do passado político do candidato socialista, que ocupou o cargo de secretário de Estado adjunto do ministro do Ambiente em 1995 e no segundo governo de António Guterres foi ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território. No caso de Pedro Santana Lopes, o tema mais saliente foi a «Comunicação social», o que está certamente relacionado com o facto de este candidato ter empregue parte considerável do seu tempo de campanha a acusar os

órgãos de informação de falta de objectividade e imparcialidade e as empresas de sondagem de opinião de fraude, tendo mesmo ameaçado processar todas as empresas cujas previsões não se confirmassem no dia das eleições.

À semelhança de José Sócrates, também o passado como ministro da Defesa de Paulo Portas parece ter acompanhado a sua campanha para estas eleições, pois o tema que lhe foi mais associado foi «Defesa». De facto, durante a campanha eleitoral, Paulo Portas foi alvo de várias críticas relativamente à sua actuação no governo de Durão Barroso e dedicou grande parte do seu tempo de campanha a responder a essas interpelações.

«Sociedade» também foi um tema presente, quer na campanha de Paulo Portas, quer na de José Sócrates, tendo sido, contudo, especialmente associado a Francisco Louçã e a Jerónimo de Sousa. As campanhas destes dois últimos candidatos centraram-se sobretudo nos debates sobre o tema «Saúde e segurança social», sendo que Jerónimo de Sousa também dedicou parte do seu tempo aos «Transportes». As pensões, a idade de reforma e o aborto foram assuntos fortes na campanha do Bloco de Esquerda.

Estes dados permitem-nos concluir que os pequenos partidos, com menos oportunidades de formar governo, foram os que mais activamente contribuíram com o debate de temas para a campanha eleitoral. O facto de não terem de explicar governações anteriores e de dificilmente conseguirem a votação para formar governo confere-lhes a liberdade necessária para introduzir diferentes temas na agenda, sem o condicionamento de abordar possíveis questões sensíveis para a governação. É importante referir que esta tendência já se verificou em eleições anteriores.⁷

Outro apontamento importante refere-se aos debates. Até aqui temos estado a analisar a cobertura jornalística de iniciativas partidárias. Os debates inserem-se numa categoria diferente: são iniciativas políticas de campanha, mas são iniciados pelos *media*. Os debates podem, por isso, escapar mais ao controlo dos políticos, uma vez que os temas e as questões são decididos pelos jornalistas, e são geralmente concebidos para, em última instância, servirem interesses de mercado e cativar audiências. Esta campanha eleitoral contou apenas com a realização de dois debates na televisão: um transmitido simultaneamente

⁷ Sobre as eleições legislativas de 1999 portuguesas, cf. o estudo de Susana Salgado (2007a) *Os Veículos da Comunicação Política. Estudo de Uma Campanha Eleitoral nos Media*, Lisboa, Livros Horizonte, CIMJ.

na SIC e na RTP2 entre Santana Lopes e José Sócrates e um na RTP1 com todos os candidatos.

Os debates tiveram a vantagem de introduzir na agenda a opinião dos candidatos sobre temas menos abordados nas suas campanhas. Ou seja, alguns temas ganharam relevo na campanha dos candidatos quando foram contabilizados os debates televisivos, o que significa que, se não foram introduzidos, pelo menos foi acentuada a ênfase destes temas pelos canais de televisão. Esses temas foram «Sociedade» e «Saúde» na campanha de Santana Lopes, «Saúde» na campanha de José Sócrates, «Educação» e «Saúde» na campanha de Paulo Portas e «Educação» na campanha de Francisco Louçã. No caso de Jerónimo de Sousa, esta comparação entre os temas da campanha e os temas do debate coincide, excepto na saliência atribuída aos temas «Indústria» e «Finanças». «Indústria» tem mais peso nas iniciativas de campanha de Jerónimo de Sousa e «Finanças» tem mais peso nos debates. Uma explicação plausível será a afonia de Jerónimo de Sousa no único debate televisivo em que participou, que o forçou a abandonar o estúdio durante a sua realização, transformando o único debate com todos os candidatos num debate entre apenas os quatro restantes. De mencionar ainda que neste debate os temas que dominaram foram «Economia» e «Desemprego».

Neste contexto, é importante referir quais foram os principais problemas identificados nos inquiridos realizados a fim de averiguar se o debate e a campanha foram ao encontro das principais preocupações dos eleitores. Para cerca de 38% dos inquiridos, o principal problema é o «desemprego», enquanto 20% referiram a «má situação da economia» como a sua principal preocupação. Os outros problemas mais referidos foram «ordenados, rendimentos e pobreza» (5%) e a «saúde» (5%). De facto, excluindo as referências à «campanha eleitoral», ou seja, relacionadas com as iniciativas de cada candidato, um dos temas mais abordados na televisão e nos jornais foi «Economia e finanças», o que demonstra que, pelo menos em alguns momentos, foram debatidos na campanha alguns dos problemas identificados como mais preocupantes pelos inquiridos.

Por fim, e recuperando as principais conclusões desta análise de conteúdo da cobertura noticiosa das legislativas de 2005, convém destacar que, no que respeita ao volume de informação, a televisão e a imprensa escrita trataram os candidatos de forma semelhante: os representantes dos maiores partidos reúnem o maior número de notícias. Em relação ao *bias* da cobertura noticiosa, a SIC, na televisão, e *O Independente*, na imprensa escrita, realizaram a cobertura mais negativa da campanha dos

vários candidatos e a RTP1 e o *Jornal de Notícias* apresentaram a cobertura mais neutra. O candidato com a cobertura mais negativa foi Pedro Santana Lopes, sobretudo na televisão, e o que teve a mais positiva foi Jerónimo de Sousa. Esta foi ainda uma campanha com pouco debate de temas e com uma grande concentração de ataques pessoais, em especial aos líderes dos dois maiores partidos, o PSD e o PS. Exceptuando o tratamento noticioso do desempenho dos candidatos na campanha eleitoral, que foi predominante em todos os órgãos de informação, o tema com maior cobertura noticiosa foi «Economia e finanças» na televisão e a «Sociedade» na imprensa escrita.

A análise de conteúdo da eleição presidencial

As eleições presidenciais de 22 de Janeiro de 2006 ganharam uma relevância especial devido à conjuntura específica do país, marcada pela crise económica e pela discussão no espaço público das possibilidades e dos limites da intervenção presidencial. Contudo, esta também foi uma eleição presidencial que não significava a renovação de mandato do presidente em exercício e que representava uma forte possibilidade de ser eleito um presidente oriundo da direita, o que, a consumir-se, seria a primeira vez desde o 25 de Abril.

Para além destas razões de acrescido interesse para o tratamento noticioso, os candidatos eram bem conhecidos dos eleitores portugueses: Cavaco Silva antigo primeiro-ministro e antigo candidato presidencial, Mário Soares, antigo primeiro-ministro e presidente, Manuel Alegre, poeta e deputado do PS, e os líderes partidários Francisco Louçã (BE), Garcia Pereira (PCTP-MRPP) e Jerónimo de Sousa (PCP), os dois últimos também antigos candidatos presidenciais. A notoriedade dos candidatos também terá, assim, contribuído para acentuar o interesse dos *media* nesta eleição.

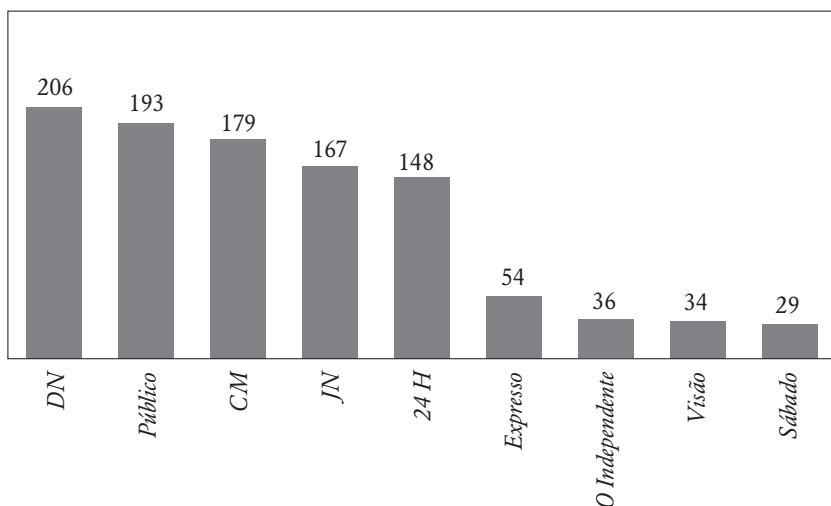
Cavaco Silva foi visto como o mais provável vencedor desde 2001, ano em que as primeiras sondagens de opinião sobre as presidenciais de 2006 começaram a ser publicadas nos meios de comunicação social. Os *media*, quase indiferentes ao facto de este possível candidato não confirmar as suas intenções políticas nem comentar a sua posição nas preferências das opiniões consultadas através das sondagens, realizaram a cobertura noticiosa de todas as suas intervenções públicas e contribuíram para alimentar o interesse da sua candidatura durante todos estes anos. De facto, só no dia 20 de Outubro, a cerca de três meses da data das elei-

ções (22 de Janeiro), é que Cavaco Silva confirmou publicamente a sua intenção e apresentou a sua candidatura presidencial.

Simultaneamente, a esquerda debatia-se com a falta de um candidato forte para derrotar Cavaco Silva. Vários nomes foram avançados e retirados logo em seguida. António Guterres, António Vitorino e Ferro Rodrigues foram alguns exemplos. Durante o Verão de 2005, a falta de consenso interno no Partido Socialista em relação ao nome de Manuel Alegre levou à ponderação de outras alternativas e Mário Soares avançou com a sua candidatura presidencial, a terceira. Todo este cenário de negociações e de avanços e recuos também é coerente com a linguagem dos *media*, que vêem mais facilidade em noticiar sobre um tema quando este vai despoletando vários eventos com protagonistas definidos e em conflito entre si. Além disso, o próprio processo de decisão de Manuel Alegre em apresentar uma candidatura independente resultou igualmente de uma interação entre as suas aspirações pessoais e as notícias que os *media* divulgaram. Foram, assim, largamente noticiadas a indecisão de Manuel Alegre, a possibilidade de apoio partidário, a escolha de José Sócrates, enquanto secretário-geral do PS, de um candidato para este partido apoiar e, depois, a decisão de Mário Soares, que foi entendida como traição contra o amigo Manuel Alegre, que desconhecia o interesse do antigo presidente numa nova candidatura. Por exemplo, alguns dias antes do anúncio da candidatura de Mário Soares, a edição do *Público* de 23 de Julho de 2005 noticiava desta forma os avanços relativamente às definições das candidaturas de esquerda: «Já há um candidato a Presidente. Alegre assume em declarações ao *Público* a disponibilidade para se candidatar contra Cavaco. Ontem, Soares esclareceu que não é candidato.» Toda a história encerrou os ingredientes explicativos do interesse dos *media*: protagonistas conhecidos, posições contraditórias e conflitos e, por fim, traição e fim de uma amizade antiga. O tema alimentou a cobertura mediática durante bastante tempo, porque os políticos recorreram aos *media* para explicar as suas posições (por exemplo, o jantar em Viseu que Manuel Alegre organizou com um discurso em directo para os telejornais, seguido de conferência de imprensa, logo após a confirmação da candidatura de Mário Soares) e os órgãos de informação não só noticiaram todas estas iniciativas, como procuraram recolher os comentários e a posição de outros políticos sobre os factos que iam ocorrendo.

No que respeita à análise de conteúdo das eleições presidenciais, só foi analisada a imprensa escrita (jornais e revistas), como já referimos. Foram, assim, recolhidas e classificadas as notícias e os artigos de opinião publicados sobre os candidatos às presidenciais de 2006 de 8 a 20 de Janeiro,

Figura 1.4 – As presidenciais na imprensa escrita: número de peças jornalísticas



o período oficial de campanha eleitoral, de cinco jornais diários, dois semanários e duas revistas de informação. Os órgãos de informação analisados foram os seguintes: os diários *24 Horas*, *O Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Público*° os semanários *Expresso* e *O Independente* e as revistas *Sábado* e *Visão*.

Foi analisado um total de 1036 peças jornalísticas sobre a campanha, que representaram 2532 referências aos candidatos presidenciais, que foram apenas classificadas em relação ao espaço e à sua localização no interior do órgão de informação e aos temas abordados, o que não nos permitirá obter uma análise semelhante à que foi realizada sobre as legislativas, onde foi analisado também o enviesamento das peças noticiosas sobre cada candidato. De qualquer forma, os dados permitem-nos apresentar algumas conclusões importantes sobre o modo como a imprensa escrita tratou as eleições presidenciais e os candidatos.

Os órgãos de informação que mais espaço dedicaram à cobertura noticiosa das presidenciais foram *O Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e o *Público*. O facto de serem jornais diários e com o costume de noticiarem as iniciativas de campanha diárias dos vários candidatos explica o maior número de notícias. De entre as publicações semanais, o *Expresso* foi o jornal que mais espaço dedicou às presidenciais.

No período oficial de campanha, *O Correio da Manhã* publicou 206 peças jornalísticas sobre os candidatos presidenciais, o *Diário de Notícias*

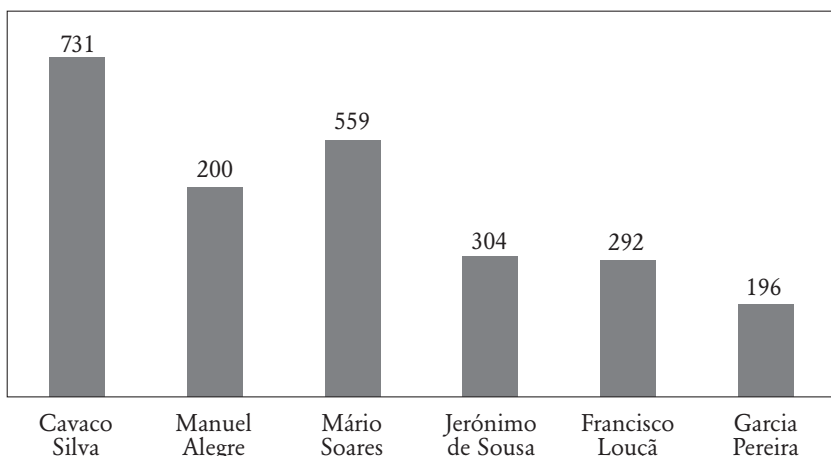
193 e o *Público* 179. Estes valores são ligeiramente menores no *24 Horas* e no *Jornal de Notícias*, 157 e 148 referências, respectivamente. Em relação aos semanários, o *Expresso* publicou 54 peças sobre os candidatos, *O Independente* 36 e a *Visão* e a *Sábado*, 34 e 29, respectivamente. Como vimos, o processo de formação de algumas candidaturas presidenciais e a forma como os candidatos recorreram aos *media* poderão ter provocado um interesse acrescido nesta competição eleitoral e causado um maior interesse dos jornais classificados como populares, como *O Correio da Manhã* e o *24 Horas*.

Em todos os jornais analisados, Cavaco Silva foi o candidato sobre o qual mais referências foram feitas. Do total das 1036 referências, 731 foram sobre ele, ou seja, 70,6%. E o peso que lhe foi atribuído é semelhante em todos os órgãos de informação: entre 50,3% no *24 Horas* e 82,4% no *Diário de Notícias* e 80,6% no semanário *O Independente*. Os outros jornais apresentam valores igualmente elevados: o *Expresso* com 79% e no *Público* este valor foi 77%.

Convém esclarecer que cada notícia pode fazer referência a mais do que um candidato, facto que justifica o estudo da cobertura jornalística em termos de referências a candidatos e não de número de notícias. Na verdade, paralelamente à cobertura noticiosa feita sobre a campanha e as iniciativas de cada candidato que geralmente motivam uma peça jornalística, são cada vez mais frequentes as peças jornalísticas de análise que tendem a concentrar-se em mais de um candidato e na comparação entre os seus desempenhos ou na forma como eles interagem entre si. É importante referir ainda que os dados de que dispomos não nos permitem classificar a natureza desta presença dos candidatos na imprensa escrita, isto é, se as referências que foram feitas sobre eles foram essencialmente positivas, negativas ou neutras, à semelhança do que fizemos anteriormente na análise das legislativas.

O segundo candidato que obteve maior visibilidade através da sua presença nos *media* escritos foi Mário Soares, pois motivou 559 referências sobre as suas iniciativas e a sua campanha. Manuel Alegre foi o terceiro candidato mais referido: 450 vezes. Depois, Jerónimo de Sousa e Francisco Louçã, que mereceram um tratamento muito semelhante nos jornais: 304 e 292 referências, respectivamente. Por fim, Garcia Pereira foi o candidato menos referido nos jornais. Foram feitas 196 referências à sua candidatura e às suas iniciativas de campanha. Neste contexto, convém salientar o papel fulcral que os *media* desempenham na inclusão dos temas e dos «actores» políticos na agenda pública. A exclusão não é apenas a ausência numa eleição, pode ser igualmente a ausência nos meios de comunicação social e nos debates.

Figura 1.5 – Número de referências aos candidatos presidenciais



Através da sua função de agendamento, os *media* desempenham um papel crucial ao permitir que alguns temas se tornem conhecidos como questões públicas, e este processo pode ter implicações políticas importantes se essas preocupações públicas estiverem na génese das prioridades do governo e com isso ajudarem a delinear a actuação dos políticos e o estabelecimento dos seus programas políticos para eleições. No caso de eleições, o agendamento é visível através do tipo de cobertura noticiosa das várias candidaturas. Não se trata apenas de conceder espaço nas páginas do jornal a todos os candidatos e de destacar uma equipa de jornalistas para acompanhar o dia-a-dia das campanhas, trata-se primeiro de reconhecer a existência no espaço político e público das várias propostas em debate, independentemente do número de votos que possam vir a obter.

Apesar de o estudo da televisão não fazer parte da presente análise sobre os candidatos presidenciais, é importante mencionar que Garcia Pereira esteve praticamente ausente da cobertura televisiva da campanha e não participou em nenhum dos debates televisivos organizados entre os restantes candidatos. No que se refere à cobertura da imprensa escrita, verificamos que a este candidato foi atribuído um espaço menor do que o dedicado aos outros candidatos e que Garcia Pereira foi praticamente ignorado em alguns jornais, como *O Independente*, que, durante toda a campanha, só se referiu a este candidato duas vezes. Este comportamento comprova a tendência de cobertura noticiosa identificada no estudo

sobre as eleições legislativas: os *media* tendem a atribuir mais saliência aos candidatos que apresentam mais intenções de voto nas sondagens de opinião.

Todos os candidatos de esquerda elegeram como principal objectivo da sua candidatura impedir a vitória de Cavaco Silva, e a cobertura noticiosa dá conta disso. Um dos mais ferozes oponentes de Cavaco Silva foi Mário Soares, que fez uma campanha essencialmente negativa, repleta de críticas e ataques pessoais. Manuel Alegre, por seu lado, também se apresentou como o «único candidato» capaz de derrotar Cavaco Silva e realizou uma campanha estrategicamente centrada na sua independência em relação ao «aparelhismo partidário». Por seu lado, os líderes partidários Jerónimo de Sousa e Francisco Louçã candidataram-se para ajudar a desmistificar a estratégia da direita para estas eleições. E Garcia Pereira, depois de ter chamado a atenção para a necessidade de encontrar um candidato que representasse toda a esquerda, resolveu candidatar-se contra o que designou como «os candidatos do sistema»: Cavaco Silva e Mário Soares.

Através desta pequena descrição dos principais objectivos de cada candidato observamos que apenas Cavaco Silva não se candidatou contra ninguém e que, por isso, no seu caso, seria exequível a introdução de mais «temas» na campanha e o recurso a um discurso mais positivo, já que não estaria especialmente centrado em críticas, pois não se candidatava para derrotar ninguém. No entanto, este candidato realizou uma campanha muito estudada, onde ficaram de fora todos os temas mais controversos, sobre os quais ele se absteve de tomar posição, como foi o caso do aborto, por exemplo. Além disso, teve a preocupação constante de sublinhar a sua intenção, se eleito presidente, de cooperar com o governo socialista (e com os restantes órgãos de soberania) e foram cunhadas algumas expressões utilizadas para o efeito, como «cooperação institucional» ou «magistratura presidencial que favoreça o consenso», por exemplo, o que também retirou da sua agenda os temas através dos quais fosse possível subentender possíveis críticas à governação de José Sócrates.

De qualquer forma, a discussão de temas numa campanha eleitoral presidencial tem geralmente menos relevância, pois, devido à natureza das funções presidenciais em Portugal, os candidatos não têm de apresentar propostas referentes à governação do país. Aliás, se o fizerem, isso pode ser entendido como desejo de intervir nas áreas de actuação próprias do governo. Em Portugal, o presidente não tem poderes executivos ou legislativos e só pode intervir nas políticas adoptadas através do seu direito de veto. Tem ainda o uso da palavra no espaço público e a «ma-

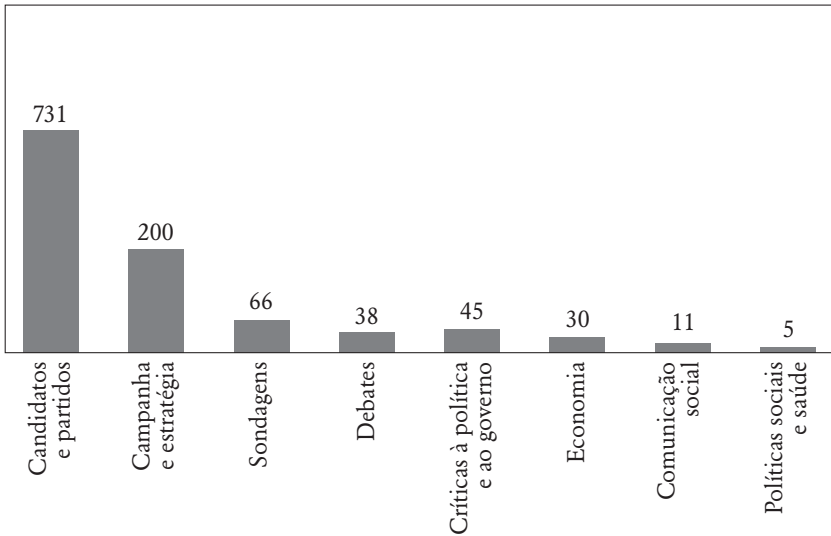
gistratura de influência». O que, todavia, não invalida a relevância de se conhecer a posição dos vários candidatos presidenciais sobre os temas mais importantes para o país naquele momento não só porque em campanha eleitoral o debate gerado poderá contribuir para a activação da discussão pública e para a participação dos cidadãos que se sentem mais motivados para acompanhar a discussão de temas que afectam directamente o seu quotidiano, mas também porque pode, em algumas situações, ajudar um eleitor indeciso a optar por uma das candidaturas.

Através da classificação dos assuntos abordados nas peças jornalísticas da imprensa escrita observamos que tudo isto está evidenciado na cobertura noticiosa que foi feita da campanha eleitoral. Dois temas tiveram mais destaque do que todos os outros: o primeiro foi «Candidatos, partidos e políticos» e o segundo «Campanha e estratégia». Isto em relação ao cômputo geral de todos os jornais, mas também quando foram analisadas as referências a cada candidato. Os dois temas referidos totalizam 629 das referências sobre a campanha na imprensa escrita, representando cerca de 61% da cobertura noticiosa.

Isto significa que a cobertura noticiosa não se centrou no discurso dos candidatos e, se o fez, foi para noticiar sobre as críticas que eles trocaram entre si, sobre as características dos candidatos ou o seu desempenho e estilo. As relações entre os candidatos e os partidos políticos também foram amplamente exploradas, o que poderá ter sido motivado pelo facto de dois dos candidatos se terem assumido como independentes, Cavaco Silva e Manuel Alegre, apesar de o primeiro ter utilizado os recursos do PSD e do CDS-PP na campanha e de o segundo só ter decidido apresentar-se como independente depois da recusa do PS em apoiar a sua candidatura. De qualquer forma, a coexistência de candidaturas independentes com candidaturas de líderes partidários serviu para lançar o debate sobre o papel dos partidos numa eleição presidencial em Portugal.

Ainda em relação aos temas da campanha é importante salientar que sempre que o tema foi «Economia» a notícia referiu também o candidato Cavaco Silva (o que não sucedeu com os outros candidatos). Apesar de não ser possível, com a presente base de dados, perceber se essa referência foi positiva ou negativa, sabemos que na cobertura noticiosa a crise económica foi apresentada como um dos mais importantes problemas do país, necessitando de resolução urgente, pelo que se pode depreender que o candidato com maiores conhecimentos sobre essa área seria também o mais bem posicionado para participar e ajudar nessa tarefa. Esta tendência na cobertura noticiosa poderá ter tido importância nos resultados obtidos pelas diferentes candidaturas presidenciais, pois, como

Figura 1.6 – Os principais temas da campanha presidencial



vimos anteriormente, algumas investigações realizadas sobre o agendamento e o enquadramento mostraram que os eleitores tendem a avaliar os candidatos através dos temas que os *media* referem na cobertura noticiosa, ou seja, os assuntos que são enfatizados nos *media* durante a campanha eleitoral são os mesmos que as pessoas usam para avaliar os diferentes candidatos.

Convém referir ainda que o terceiro tema com mais destaque foram as sondagens de opinião e o posicionamento de cada candidato nesses estudos de opinião. De salientar, neste contexto, que uma cobertura jornalística guiada pela divulgação de sondagens de opinião pode causar uma redução da discussão dos problemas políticos e sociais existentes num dado momento. E que, numa eleição, a publicação frequente de sondagens de opinião pode ajudar a transformar o debate entre candidatos numa corrida ou num jogo em que a principal preocupação acaba por ser identificar, a cada momento, quem está a ganhar. Nesta disputa, os órgãos de informação podem ajudar a acelerar a construção de candidaturas, ofuscando oponentes ou até mesmo passar a informação de que a eleição acabou antes mesmo da ida às urnas.

De entre os problemas do país, a «economia» foi o tema mais abordado nos órgãos de informação analisados, o que está relacionado quer com o contexto de crise económica, quer com as características de um

dos candidatos, Cavaco Silva. É importante salientar, neste contexto, que no inquérito pós-eleitoral sobre as presidenciais, quando foi solicitado aos inquiridos para indicarem o candidato presidencial em «melhores condições para contribuir para a resolução do problema mais importante do país», Cavaco Silva foi referido pela maioria das pessoas (53%). A nível do estudo das características pessoais dos candidatos presidenciais, Cavaco Silva destacou-se ainda dos seus adversários, tendo sido apontado como o mais «honesto» (52%), «o que sabe defender políticas responsáveis» (57%), «um líder forte» (67%), o que «sabe como tomar decisões» (65%), «sabe como fortalecer a economia» (80%), «sabe como combater o desemprego» (64%), «o mais carismático» (39%) e «o que fala melhor» (39%).

Vejamus então as principais conclusões deste estudo sobre as presidenciais. Os candidatos que tiveram mais cobertura noticiosa na imprensa escrita foram os candidatos que os *media* perceberam como tendo mais possibilidades de vencer a eleição: Cavaco Silva e Mário Soares. O que acabou por não se verificar, pois Manuel Alegre teve mais votos do que o candidato apoiado pelo PS.

O tom da campanha foi essencialmente negativo, pois a maior parte dos candidatos centrou a sua campanha nas críticas aos adversários, o que acabou por se reflectir nos jornais. Por essa razão, e pela natureza das eleições, o debate sobre os temas foi praticamente inexistente. Apesar da diminuta visibilidade concedida ao tema no cômputo geral da cobertura noticiosa, uma excepção foi a «economia» e o facto de, associado a este tema, estar sempre o candidato Cavaco Silva. O que poderá ter sido relevante para influenciar o comportamento de alguns eleitores se acreditarmos nas hipóteses defendidas por Iyengar e Kinder (1987), segundo as quais, em contextos de campanha eleitoral, as pessoas recorrem aos temas enfatizados pelos *media* para fazerem as suas avaliações dos candidatos.

Conclusões

As análises aqui apresentadas sobre as eleições legislativas de 2005 e sobre as presidenciais de 2006 ajudam a sustentar a hipótese de que a forma como os *media* realizam a cobertura noticiosa das eleições pode ter implicações na maneira como os cidadãos percebem a política e eventualmente na forma como votam. Alguns estudos demonstram, por exemplo, que uma cobertura jornalística baseada na «estratégia» activa o cinismo quer em relação aos políticos, quer em relação aos próprios

meios de comunicação social, e pode resultar num aumento da abstenção eleitoral (Cappella e Jamieson 1997).

Em relação às presidenciais, o enquadramento da cobertura noticiosa foi essencialmente estratégico, para utilizar a terminologia de Cappella e Jamieson, o que significa que a cobertura se centrou no desempenho dos candidatos e na forma como estavam a decorrer as suas iniciativas de campanha, onde teve igualmente um grande peso a divulgação das sondagens de opinião e a evolução da posição dos candidatos. A cobertura noticiosa das legislativas também não foi muito diferente do que acabámos de referir, como vimos. A campanha eleitoral também foi essencialmente negativa, quer no caso das legislativas, onde foram lançados boatos sobre um dos candidatos, quer no das presidenciais, onde o tom da campanha de alguns candidatos foi marcadamente crítico e depreciativo, o que terá contribuído para aumentar o interesse dos órgãos de informação, inclusive os que não dedicam habitualmente um peso tão grande à política na sua agenda noticiosa.

Fazendo recurso destes dois exemplos recentes, podemos então referir a existência de padrões de cobertura noticiosa de eleições nos *media* portugueses? Foi possível identificar um foco na estratégia dos candidatos e a divulgação frequente de sondagens de opinião⁸ e uma maior cobertura noticiosa dos partidos e dos candidatos que apresentam mais intenções de voto nas sondagens. O que nos conduz a uma outra questão: até que ponto a exposição mediática mede a importância de um candidato? Apesar de existirem diferenças significativas no tratamento jornalístico das várias candidaturas, a visibilidade atribuída pelos *media* é, em alguns casos, superior ao peso eleitoral dos candidatos, ou seja, existe uma certa desproporção entre a representação mediática e a representação eleitoral. Por exemplo, nas eleições presidenciais, Jerónimo de Sousa teve 8,64% dos votos e 12% de cobertura mediática, Francisco Louçã teve uma votação de 5,32% e 11,5% de cobertura mediática e Garcia Pereira, com 0,44% de votação, teve, a partir dos dados recolhidos no estudo da imprensa escrita, 7,7% de cobertura jornalística. Estas discrepâncias são, em parte, explicadas pelas normas que regem a profissão jornalística e que apontam para a realização de uma cobertura imparcial de todas as forças políticas. Estas directrizes foram criadas após o 25 de Abril de 1974 devido a uma preocupação do legislador em atribuir espaço igual a todas

⁸ O caso do *Diário de Notícias* nas eleições presidenciais foi paradigmático, pois durante o período oficial de campanha publicou diariamente estudos de opinião sobre a evolução da intenção de voto em cada um dos candidatos.

as forças políticas não só porque era difícil prever o peso que cada uma delas iria ter no futuro político do país, mas também por razões de equidade e legitimidade. Esta directriz ainda se mantém actualmente, mas não é integralmente cumprida pelos órgãos de informação, especialmente durante os períodos de pré-campanha, onde a atenção dirigida para os candidatos com menos possibilidades de vencerem a eleição é ainda menor.

Através do estudo da cobertura noticiosa das legislativas verificámos ainda que a maioria da opinião publicada sobre os candidatos é negativa e que a orientação do órgão de informação pode não ser indiferente no tipo de tratamento dado a cada uma das candidaturas. Por exemplo, *O Independente* publicou mais opinião negativa sobre os candidatos de esquerda e o *24 Horas*, cujo director era simpatizante do PCP, não publicou nenhum artigo de opinião desfavorável a Jerónimo de Sousa.

Mais do que mero palco para a política e para os candidatos, os *media* podem ajudar a definir as situações políticas. Foi, por exemplo, o caso do processo de decisão da candidatura presidencial de Manuel Alegre, mas também o da cobertura noticiosa realizada durante o período de governo de Santana Lopes. Neste último, a constante divulgação de conflitos e de problemas de governação acentuou o clima de instabilidade política e seria decisiva para a decisão do presidente Jorge Sampaio de dissolver a Assembleia, convocando eleições legislativas antecipadas.

Bibliografia

- Cappella, Joseph, e Kathleen Hall Jamieson. 1997. *Spiral of Cynicism. The Press and the Public Good*. Oxford: Oxford University Press.
- Castells, Manuel. 2003. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O Poder da Identidade*. Vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dearing, James, e Everett Rogers. 1996. *Agenda-Setting*. Califórnia: Sage Publications.
- Farrell, David, e Rüdiger Schmitt-Beck. 2002. *Do Political Campaigns Matter? Campaign Effects in Elections and Referendums*. Londres-Nova Iorque: Routledge.
- Figueiras, Rita. 2005. *Os Comentadores e os Media. Os Autores das Colunas de Opinião*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Freire, André, e António Costa Pinto. 2005. *O Poder dos Presidentes. A República Portuguesa em Debate*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Gerstlé, Jacques. 1992. *La communication politique*. Paris: PUF.
- Gerstlé, Jacques, Lynda Lee Kaid e Keith Sanders. 1991. *Mediated Politics in Two Cultures. Presidential Campaigning in the United States and France*. Nova Iorque: Praeger.
- Iyengar, Shanto. 1992. *Is Anyone Responsible? How Television News Frames Political Issues*. Chicago: Chicago University Press.

- Iyengar, Shanto, e Donald Kinder. 1987. *News that Matters: Television and American Opinion*. Chicago: Chicago University Press.
- Lazarsfeld, Paul, Bernard Berelson e Hazel Gaudet. 1966 [1944]. *The People's Choice: How the Voter Makes up His Mind in a Presidential Campaign*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Lobo, Marina Costa. 2006. «Short-term voting determinants in a young democracy: leader effects in Portugal in the 2002 legislative elections». *Electoral Studies*, 25: 270-286.
- Lopes, Felisbela. 1999. *O Telejornal e o Serviço Público*. Coimbra: Minerva.
- McCombs, Maxwell, e Donald Shaw. 1972. «The agenda-setting function of mass-media». *Public Opinion Quarterly*, 36: 176-185.
- Noelle-Neumann, Elisabeth. 1995 [1984]. *La Espiral del Silencio, Opinión Pública: Nuestra Piel Social*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Patterson, Thomas. 1993. *Out of Order. How the Decline of the Political Parties and the Growing Power of the News Media Undermine the American Way of Electing Presidents*. Nova Iorque: Knopf.
- Pasquino, Gianfranco. 2001. «The new campaign politics in Southern Europe». In *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*, eds. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 183-223.
- Protest, David, e Maxwell McCombs. 1991. *Agenda-Setting. Readings on Media, Public Opinion and Policymaking*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Rogers, Everett. 1973. «Mass media and interpersonal communication». In *Handbook of Communication*, ed. Ithiel de Sola Pool. Chicago: Rand McNally, 290-310.
- Salgado, Susana. 2007a. *Os Veículos da Comunicação Política. Estudo de Uma Campanha Eleitoral nos Media*. Lisboa: Livros Horizonte e CIMJ.
- Salgado, Susana. 2007b. «Parliamentary and presidential elections in Portugal, 2005 and 2006». *Electoral Studies*, 26: 507-533.
- Serrano, Estrela. 2002. *As Presidências Abertas de Mário Soares. As Estratégias e o Aparelho de Comunicação do Presidente da República*. Coimbra: Minerva.
- Serrano, Estrela. 2006. *Jornalismo Político em Portugal. A Cobertura de Eleições Presidenciais na Imprensa e na Televisão (1976-2001)*. Lisboa: Colibri.
- Sorokin P. 1959. *Tendances et déboires de la sociologie américaine*, trad. francesa, Paris: Aubier.
- Swanson, David, e Paolo Mancini. 1996. *Politics, Media and Modern Democracy. An International Study of Innovations in Electoral Campaigning and their Consequences*. Westport: Praeger Series in Political Communication.
- Wolf, Mauro. 1992. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença.

Capítulo 2

Debates presidenciais na televisão: à procura de interesse, avaliação e efeitos *

O impacto dos debates eleitorais nas imagens que os espectadores fazem dos candidatos, na percepção do seu desempenho e na intenção de voto é estudado há quase meio século. A complexidade da análise tem permitido interpretações contraditórias. As eleições presidenciais de 2006 em Portugal proporcionaram uma primeira oportunidade de avaliação das relações entre a assistência aos debates e o interesse pela política e pela campanha, o acompanhamento mediático da campanha, em especial pela televisão, a percepção do desempenho dos candidatos e a intenção de voto. As fontes permitem algumas respostas, mas não conclusões definitivas. Mesmo assim, reafirmam a importância da televisão na informação dos eleitores e comprovam a relação entre a audiência dos debates e as simpatias pelos candidatos e entre essas simpatias e a opinião do seu desempenho. Ficam indícios de que a opinião de desempenho encontra eco na intenção de voto a curto prazo e de que poderá ter tido importância na confirmação ou rejeição do voto em dois candidatos (Cavaco e Soares), melhorado a intenção de voto de outros (Alegre e principalmente Louçã) e impedido uma melhor intenção de voto de Jerónimo de Sousa. Mas a hipótese mais significativa que colocamos é a de que a impossibilidade de provar uma relação directa entre os debates e a intenção de voto deve ser incorporada na teoria sobre o assunto, menos como

* Este trabalho contou com a colaboração de Alice Ramos (ICS) na exploração e tratamento estatístico de dados, bem como na verificação dos quadros e sua interpretação e na leitura das várias versões. Todavia, quaisquer erros no trabalho são da exclusiva responsabilidade do seu autor.

uma dificuldade metodológica do que como uma comprovação de que os indivíduos não se comportam como espectadores de debates da mesma forma que como eleitores.

Introdução

A democracia portuguesa tem uma já longa tradição de debates políticos eleitorais na televisão, não ficando atrás de outros países com democracias mais antigas. Depois do debate não eleitoral que juntou Mário Soares e Álvaro Cunhal em Novembro de 1975 e de outro pós-legislativas em 26 de Abril de 1976 entre Soares, Freitas do Amaral, Sá Carneiro e Acácio Barreiros, registaram-se debates antes de todas as eleições presidenciais, o mesmo acontecendo em eleições legislativas e até europeias e autárquicas (v. Sena 2002; sobre os debates presidenciais de 1985 e 1995, v. Torres 1995, 217-230). Terminado o período de estabelecimento da democracia, os debates televisivos tornaram-se uma característica inerente aos processos eleitorais.

O impacto dos debates televisivos nos eleitores tem sido estudado desde os fundadores quatro frente-a-frente entre os candidatos R. Nixon e J. Kennedy em 1960. Desde então suscitaram interesse entre os cientistas políticos, em especial entre os sociólogos e até entre os cientistas da linguagem (Forti 2006), mas não entre os estudiosos da TV: não encontramos qualquer artigo específico sobre debates nos *readers* dos estudos televisivos (por exemplo, Mellencamp 1990, Geraghty e Lusted 1998, Newcomb 2000 e Allen e Hill 2004) nem referências em manuais da disciplina (Bignell 2004; Miller 2002; Casey e Casey 2002; Jost 2005). Em Portugal, apesar da razoável literatura sobre programas de informação na TV e da tese de Sena (2002) na área da ciência política sobre os debates políticos de 1974 a 1999, não conhecemos nenhum *paper* sobre debates presidenciais na perspectiva dos estudos televisivos. Esse desinteresse poderá dimanar da menor presença selectiva e interpretativa da TV nos debates, fortemente controlados pelos intervenientes exteriores, nomeadamente para garantir a igualdade de tratamento aos candidatos, daí resultando uma percepção de «transparência» dos debates em relação a outras formas de campanha política em que as mediações técnica e ideológica são mais evidentes, como as notícias e reportagens televisivas ou radiofónicas, os relatos escritos, os tempos de antena, a publicidade, etc.

Os estudos realizados sobre os encontros Kennedy-Nixon não foram concludentes quanto ao seu efeito no desfecho dos resultados, mas reve-

laram que o candidato democrata beneficiou dos debates por se dar a conhecer e impor uma imagem presidencial e porque as transferências de voto a eles devidas lhe foram vantajosas (Lang e Lang 2002). Estes debates originaram um «mito urbano» a respeito das capacidades miraculosas de efeitos nas audiências, para o que terá contribuído a alegada opinião do próprio Kennedy acerca de ter ganho por causa deles (*id.*, *ibid.*; Schroeder 2000). De facto, ganhou as eleições por pequena margem, sendo fácil atribuir a vitória aos efeitos do debate sobre muitos eleitores. Daí que diversos estudos considerassem crucial o melhor desempenho televisivo de Kennedy (Lanoue 1991, 80; Schrott 1990, 568). Mas Elihu Katz e J. J. Feldman, em 1962, analisando 31 estudos sobre os debates, concluíram ser «muito difícil dizer» se afectaram o resultado da eleição. O mesmo sucedeu com os estudos a respeito do reencontro Carter-Ford de 1976 (Lanoue 1992, 168) e outros posteriores. Uma das poucas certezas a respeito dos debates é, afinal, sobre o seu próprio estudo: «Para os cientistas sociais, a indagação sobre os debates centra agora a análise da campanha eleitoral na televisão» (Berrocal 2003, 145).¹

A avaliação dos efeitos dos debates é muito complexa. Em primeiro lugar, confunde-se com a avaliação dos efeitos dos próprios *media*, que originou uma série de teorias contraditórias entre si (McQuail 1999, 493-560). Apesar da recorrente discussão sobre os efeitos dos *media*, nomeadamente na repercussão que o tema obtém nos próprios meios de massas, pode afirmar-se que, havendo «prova de que os *media* podem ser poderosos e por vezes malignos», normalmente «o seu impacto é mediado e condicionado por uma variedade de outras e mais poderosas forças», pelo que constituem uma «força fraca». Por essa razão, defende-se que o paradigma actual a respeito da influência dos *media* é o dos «efeitos mínimos» (Newton 2006, 210-229).

Em segundo lugar, os debates não têm existência isolada, englobando-se num fluxo de informação e comentário mediáticos que ocupa inúmeros *media* em concorrência, como a própria TV, rádio, imprensa, suportes de publicidade política e hoje a web. A maioria dos investigadores considera que os debates são «eventos únicos entre uma multitude de eventos de campanha e não pode por isso esperar-se que tenham um forte efeito no eleitorado» (Schrott 1990, 568). Todavia, a sua importância poderá ser, para os indivíduos, maior do que a de outras manifestações

¹ Um resumo dos modelos de debates em França, EUA, Alemanha e Espanha em Marín (2003, 213-238).

Quadro 2.1 – Factores que influenciaram o voto nas eleições legislativas de 2005 (médias)

1.º	A situação económica do país	3,36
2.º	A governação do governo anterior	3,33
3.º	A situação económica da própria pessoa	3,22
4.º	A simpatia pelo líder do partido	3,21
5.º	Os debates na TV entre os líderes	2,95
6.º	Os discursos dos líderes dos partidos	2,87
7.º	As reportagens televisivas	2,79
8.º	As conversas na família	2,78
9.º	O jornal que mais lêem	2,66
10.º	As conversas com amigos e colegas	2,64
11.º	A opinião pública	2,64
12.º	Os programas dos partidos	2,52
13.º	O que ouvem na rádio	2,27
14.º	Os tempos de antena na TV	2,27
15.º	As listas de candidatos a deputados	2,25
16.º	O que lêem na internet	2,22
17.º	Os cartazes de rua	1,98

Fonte: Inquérito de conveniência conduzido por José Nascimento e Eduardo Cintra Torres, Lisboa, ISCEM, Março de 2005; $N = 1060$; escala: 1 – discordo totalmente a 4 – concordo totalmente.

dos *media*, embora menor do que o impacto da economia na vida dos cidadãos. Num inquérito por amostra de conveniência realizado após as legislativas portuguesas de 2005, entre 17 razões que mais teriam influenciado o voto, os teledebates entre os líderes surgiram na 5.ª posição, depois da situação económica do país, da governação do governo anterior, da situação económica do próprio eleitor e da simpatia pelo líder do partido (quadro 2.1). Os debates são mais importantes do que as reportagens televisivas, o jornal mais lido, a cobertura na rádio, os tempos de antena na TV, o lido na internet e os cartazes na rua (Torres 2006, 39).

Acrescente-se, em terceiro lugar, o impacto indirecto dos debates através da sua referência e discussão nos outros *media*: falamos da «cobertura mediática pós-debate» (Lang e Lang 2002). No caso dos debates presidenciais de 2006, alguns foram retransmitidos e todos foram sujeitos a intenso reaproveitamento em noticiários e debates de pequenos extractos dos mesmos, sem contar com o impacto noutras *media*.

Em quarto lugar, é muito relevante o impacto indirecto resultante da troca social com familiares, amigos e colegas (Katz e Feldman 1962; *apud* Abramowitz 1978, 684). O inquérito referido no quadro 2.1 indica que essa sociabilidade se sobrepõe a algumas manifestações mediáticas.

Em quinto lugar, temos os «impactos poderosos das crenças e preferências prévias» aos debates, que explicam o aparente paradoxo das limi-

tadas descobertas científicas neste domínio (Siegelman e Siegelman 1984, 627). A cultura prévia dos indivíduos explica que a audiência de um debate esteja «altamente polarizada» entre os candidatos «antes de ouvir uma palavra da boca deles» (Trowt 2005, 41).

Há ainda um conjunto de razões adicionais da complexidade da avaliação dos efeitos dos debates relativo ao nível cognitivo dos eleitores quanto às questões em discussão, ao «lugar» ocupado pelos candidatos (no poder ou na oposição no momento dos debates), à simpatia por partidos ou líderes, como o referido inquérito indicava. Os debates podem motivar o reforço das escolhas anteriores dos espectadores ou a sua alteração, não havendo um padrão de efeitos de confirmação ou conversão ao longo da sua história. Há, porém, um «impacto consistente» da opinião pública a respeito do melhor desempenho sobre a probabilidade mais elevada de voto nesse candidato (Schrott 1990).

Feito este levantamento, fica o alerta para a dificuldade em generalizar a recepção de um só «evento idiossincrático», como é um debate ou uma campanha (Lanoue 1991, 92). Neste trabalho, as dificuldades de relacionar tantos factores e de explorar a fundo as bases de dados levaram-nos a procurar exaustivamente e a apresentar diversos elementos de forma a propiciar um quadro interpretativo a partir desses retalhos. Reconhecemos a importância de recorrer a métodos alternativos, como os grupos de foco, que só encontramos referidos, porém, num único trabalho.² Não tendo recorrido aos grupos de foco, trabalhamos as fontes disponíveis nas seguintes áreas:

- Relação entre o interesse pela política e o interesse pela campanha presidencial;
- Acompanhamento mediático da campanha presidencial, segundo os *media*, o interesse político e o voto;
- Relação da percepção de enviesamento mediático com os debates;
- Impacto nos telespectadores da informação a respeito dos candidatos;
- Audiência e acompanhamento dos debates, sua relação com o interesse político e o voto declarado;
- Percepção de desempenho dos candidatos nos debates;
- Relação entre o desempenho nos debates e a intenção de voto.

² Diana B. Carlin e Mitchell S. McKinney (eds.) (1994), *The 1992 Presidential Debates in Focus*, Westport, Conn., Praeger, *apud* Schroeder (2000).

Métodos

Usámos três fontes: inquérito do CESOP para o ICS, com painel para as legislativas de 2005 e as presidenciais de 2006; inquérito em três vagas Intercampus-APEME realizado entre Novembro de 2005 e Janeiro de 2006; dados audimétricos dos debates recolhidos e tratados pela Markdata.³ Da audimetria interessaram-nos as audiências de cada debate (*rating* numérico e em percentagem; *share*), ficando de fora a procura de traços distintivos das audiências dos debates segundo variáveis sócio-demográficas. Do painel ICS, apesar de nos concentrarmos nos resultados de 2006, utilizámos como amostra o painel que respondeu ao questionário de 2005 sobre as legislativas e ao questionário de 2006 sobre as presidenciais ($N = 810$). Foi aplicado um ponderador baseado nos resultados das eleições presidenciais de 22 de Janeiro. Dado que o candidato Garcia Pereira não participou nos debates, e dado o seu escasso resultado eleitoral (0,44%), com um apoio residual na amostra, não o considerámos na investigação. Os resultados permitem avaliar aspectos importantes da relação entre o interesse pela política e o interesse pela campanha presidencial, sobre o voto e a exposição aos *media* e aos debates televisivos, as preferências de desempenho nos debates e o enviesamento dos *media* em campanha. O painel não indica os debates vistos pelos respondentes. Ora, quando há mais de um debate, «precisamos de saber *qual* foi visto pelo espectador» para testar os seus efeitos (Baker e Norporth 1981, 344). Assim, o painel ICS não permite estabelecer com rigor a influência dos debates concretos sobre as opiniões de desempenho, as escolhas eleitorais e outras questões relacionadas. O inquérito APEME permite responder a questões com algum grau de certeza, visto incluir inquéritos diários em três vagas com pergunta concreta de desempenho sobre os debates.⁴

³ A partir daqui, painel ICS, inquérito APEME e audimetria. O trabalho de campo do Inquérito APEME foi realizado pela Intercampus com tratamento estatístico pela APEME. A utilização dos resultados foi autorizada pelos então responsáveis da candidatura de Cavaco Silva, a quem agradecemos, bem como a Carlos Liz e Rita Valadão, da APEME, a disponibilidade e apoio nesta investigação.

⁴ Universo nas três vagas do inquérito APEME: indivíduos de ambos os sexos com idades superiores a 18 anos, residentes em lares com telefone fixo, nas Regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto. Método de recolha de informação: entrevistas telefónicas entre as 20 horas e 30 minutos e as 22 horas e 30 minutos apoiadas pelo sistema CATI (*computer assisted telephone interview*), tendo como base um questionário composto por perguntas abertas e fechadas, cuja duração de resposta foi de, aproximadamente, cinco minutos. Tipo de amostra: por quotas, com uma distribuição proporcional ao universo, tendo em consideração as variáveis «região», «sexo» e «idade». Seleção aleatória dos lares e dos indivíduos. Na primeira vaga,

Além disso, a proximidade entre o evento e o inquérito permite verificar o possível efeito momentâneo dos debates, bem como evitar o eventual enviesamento na opinião resultante do conhecimento do resultado eleitoral e excluir em parte o efeito da cobertura mediática pós-debate. Sem a base de dados não foi possível com esta fonte realizar testes estatísticos, apenas se retiram informações seriais. Usámos os resultados diários com N reduzidos apenas quando agrupados. A partir das percentagens criámos índices de impacto das notícias sobre as eleições e de avaliação do desempenho dos candidatos através de uma fórmula simples que valoriza a opinião positiva (P) e a opinião idêntica (I), ignorando a opinião negativa (N) e as não-respostas (NR).⁵ A escala é de 0 a 400.

O interesse pela política e pela campanha

O interesse em seguir a campanha eleitoral das presidenciais foi apenas ligeiramente superior ao interesse pela política em geral. Tiveram muito ou algum interesse em seguir a campanha presidencial 57,7% dos inquiridos, enquanto se dizem muito ou razoavelmente interessados pela política em geral 54,7%. A correlação entre o interesse pela política e o interesse pelas presidenciais é muito forte. A relação entre o interesse pela política e o interesse na campanha presidencial segue o mesmo padrão das legislativas, mas estas motivaram uma atenção ligeiramente mais acentuada.

de 11 a 20 de Maio de 2005, foram feitas 1547 entrevistas, com N diário entre 130 e 175; erro amostral de 2,6% para a amostra total, considerando um intervalo de confiança de 95%. Na segunda vaga, entre 5 e 21 de Dezembro de 2005, foram feitas 2593 entrevistas, com N diário entre 137 e 176; erro amostral de 2,0% para a amostra total, considerando um intervalo de confiança de 95%. Na terceira vaga, entre 10 e 17 de Junho de 2006, foram realizadas 1250 entrevistas, com N diário entre 134 e 174; erro amostral de 2,8% para a amostra total, considerando um intervalo de confiança de 95%. Todos os indivíduos entrevistados viram, na parte ou no todo, um noticiário televisivo. Não está indicada na fonte a margem de erro para as amostras parciais diárias. Os dados foram re trabalhados para corresponderem à necessidade da investigação. Não estando disponível a base de dados, trabalhou-se apenas com as percentagens apresentadas consideradas como valores absolutos. Os dados devem, pois, ser lidos com cautela, mais como tendências do que como resultados seguros. Evitando usar dados diários, considerámos ou a totalidade de cada vaga ($N = 1547$, $N = 2593$, $N = 1250$), ou os conjuntos diários agrupados de acordo com os dias em que se fizeram perguntas sobre os debates presidenciais. Para oito dos debates foram colocadas questões em cinco dias consecutivos (cinco dias: $N = 744$, $N = 764$, $N = 765$, $N = 746$, $N = 740$, $N = 739$, $N = 743$ e $N = 751$; três dias: $N = 482$; dois dias: $N = 326$). Foi pedida a opinião de desempenho aos que afirmaram tê-los visto em cinco dias para os primeiros oito debates ($N = 330$, $N = 249$, $N = 312$, $N = 193$, $N = 259$, $N = 334$, $N = 207$ e $N = 243$); em três dias para o nono debate ($N = 143$); para o último durante dois dias ($N = 170$).

⁵ Índice = $(P \times 3) + (I \times 1) + (N \times 0) + (NR \times 0)$.

Quadro 2.2 – Muito e algum interesse na política e na campanha segundo o voto nas presidenciais (em percentagem)

	Voto				
	Cavaco Silva	Francisco Louçã	Jerónimo de Sousa	Manuel Alegre	Mário Soares
A – Política em geral	63,7	73,9	78,9	72,5	66,1
B – Presidenciais	74,1	79,2	63,2	70,0	65,6
Diferença B–A	+10,4	+5,3	-15,7	-2,5	-0,5

Fonte: Painel ICS.

Não há diferenças significativas no interesse pela política em geral ou entre o interesse pela campanha presidencial e entre os eleitorados de cada candidato [$\chi^2(15) = 22,6; p > 0,05; \chi^2(15) = 19,7; p > 0,05$]. O cruzamento entre o interesse pelas presidenciais e o voto indica que é entre os eleitores de Francisco Louçã (35,7%) e Jerónimo de Sousa (37,3%) que mais se encontram os muito interessados na campanha; o mesmo já sucedia nas legislativas com os eleitores dos seus partidos (BE e PCP). As médias do interesse geral na política mostram que os candidatos da «periferia» (Louçã e Jerónimo) são mais interessados do que os do «centro» (Mário Soares, Manuel Alegre e Cavaco Silva), usando os conceito de «centro e periferia» de Shils (1992). Todavia, não se nota uma fractura entre os candidatos do «centro» e os da «periferia» no interesse pela campanha presidencial. A inexistência dessa fractura explica-se se considerarmos apenas os eleitores que manifestam muito ou algum interesse na política e na campanha. Verifica-se que os maiores aumentos nestes grupos ocorreram entre os eleitorados de Cavaco e de Louçã; os mais interessados entre os eleitores de Alegre e de Soares e principalmente de Jerónimo manifestaram menos interesse nas presidenciais do que na política em geral (quadro 2.2).

Acompanhamento mediático da campanha eleitoral

O principal *media* de acompanhamento da campanha foi, como habitualmente, a televisão. Ela foi seguida pela TV uma vez por semana ou mais com a mesma intensidade nas legislativas (86,3%) e nas presidenciais (86,5%). O perfil de consumo mediático por tipo de *media* é muito semelhante entre as duas eleições. Nas presidenciais, 69,0% dos inquiridos acompanharam diariamente ou quase a campanha pela TV;

Quadro 2.3 – Acompanhamento mediático da campanha (em percentagem)

	Imprensa	Rádio	TV
Diariamente ou quase	33,8	22,1	69,0
3-4 dias semana	6,9	4,5	6,9
1-2 dias semana	11,0	6,1	7,2
Menos frequência	13,4	17,0	6,9
Nunca	35,0	50,3	10,0
Média	2,91	2,31	4,18

Escala de 1 – nunca a 5 – diariamente ou quase.

Fonte: Painel ICS.

só uma minoria de 16,9% nunca viu ou viu menos de uma a duas vezes por semana. O contacto com outros *media* é bastante menor. Mesmo assim, a imprensa é contactada pelo menos um ou dois dias por semana por mais de metade dos inquiridos (51,7%; nas legislativas, 53,5%), embora só metade dos que vêem TV diariamente contacte diariamente a imprensa escrita (44,2%). O contacto com a rádio nas presidenciais teve um perfil específico: só cerca de um quarto (22,1%) a ouviu diariamente ou quase; metade (50,3%) nunca a ouviu (quadro 2.3).

Quanto ao consumo *multimedia*, o quadro 2.4 mostra o acompanhamento da campanha segundo os *media* utilizados. Uma minoria (8,1%) apresenta-se como totalmente desinteressada, não acompanhando a campanha por qualquer *media*. Tratar-se-á da população infoexcluída, por escolha própria ou imposta pelas condições de vida. Quanto aos restantes 91,9% da amostra, o acompanhamento da campanha faz-se maioritariamente através de mais de um *media*. São quantitativamente negligenciáveis os que acompanham a campanha apenas através da rádio (0,2%) ou apenas através dos jornais (1,2%), mas os que o fazem só através da televisão constituem cerca de um quinto do total (21,2%). Menos de metade dos inquiridos (43,5%) contactou em algum momento com a campanha através da TV, da rádio ou da imprensa. O *media* mais utilizado para acompanhar a campanha foi a televisão, tendo sido contactada por nove em cada dez indivíduos (90,0%).

Cruzando o interesse por política e campanha segundo os tipos de *media* consumidos, nota-se que os infoexcluídos se distinguem de todos os outros e apresentam uma média baixa de interesse. Os que consomem vários tipos de *media* (imprensa, rádio e TV) distinguem-se igualmente dos restantes no interesse pela política, mas no interesse pela campanha deixam de se distinguir dos que consomem dois desses tipos de *media* e dos que lêem a imprensa: a subida de grau do interesse dos cidadãos pela

Quadro 2.4 – Fonte de acompanhamento (em percentagem)

	%
Só TV	21,2
TV + jornais	19,8
TV + rádio	5,5
TV + jornais + rádio	43,5
Jornais + rádio	0,5
Só jornais	1,2
Só rádio	0,2
Nada	8,1

Fonte: Painel ICS.

campanha corresponde a um limar de arestas nas diferenças entre os consumidores de um ou de mais tipos de *media*.

Cruzando o grau de interesse na campanha presidencial com o acompanhamento nos *media*, confirma-se o papel importante da TV no aumento da penetração da política na população desinteressada. Dos 19,7% que não tiveram nenhum interesse na campanha, mais de um terço contactou com ela só pela TV, enquanto os sem interesse que seguiram a campanha só através da imprensa são apenas 1,3% e só pela rádio nenhum. Isto é, a TV está presente apesar do desinteresse dos inquiridos. Por isso, como veremos, desinteresse não significa ausência de acompanhamento da campanha, pois também os menos interessados viram bastante os debates presidenciais.

Percepção de enviesamento dos *media* não atinge os debates

Conhecer a percepção de confiança nos meios de comunicação de massas é menos importante para avaliar a informação dos *media* do que para avaliar a sua capacidade de influenciar os receptores. É, por isso, elemento de estudo de eventuais efeitos das mensagens, pois, «quanto menos se confia e menos se acredita num meio, menor é a sua influência» (Newton 2006, 216).

Nas presidenciais de 2006 a percepção de enviesamento dos *media* a favor de um candidato foi bastante superior à ocorrida na campanha legislativa de 2005. Nesta, segundo o painel ICS, mencionaram não ter havido favorecimento cerca de 90%. Nas presidenciais, esse valor baixou para 69,1%, menos um quinto do que nas legislativas. A percepção de enviesamento triplicou, com 30,9%. Tal como nas legislativas, para os

inquiridos o beneficiário do enviesamento foi o vencedor das eleições: o PS nas legislativas, com valores de 62,1%, 63,6% e 71,5% (na TV, imprensa e rádio, respectivamente), e Cavaco nas presidenciais, com 75,9% (no conjunto dos *media*). O segundo beneficiário do enviesamento foi, nas legislativas, o PSD (segundo partido mais votado) e Mário Soares nas presidenciais (15,3%). Comparando com os níveis de recordação das notícias no inquérito APEME (quadro 2.12), verificamos que os dois candidatos mais beneficiados pelo enviesamento no painel ICS são os que os inquiridos mais recordam: Cavaco e Soares. Assim, a percepção de enviesamento poderá também resultar dos níveis acrescidos de atenção e memorização dos inquiridos. Mas a razão principal residirá nas opiniões prévias dos inquiridos e na influência posterior dos resultados eleitorais. Como se aprecia o enviesamento dos *media* de acordo com a opção de voto? No quadro 2.5 pode ver-se que os eleitores de Jerónimo de Sousa são os que mais referem o enviesamento e os únicos que o fazem de forma expressiva: 64,7% consideram que os *media* favoreceram um candidato. Recorde-se que este grupo de eleitores foi o que menos interesse manifestou na campanha presidencial. Também os eleitores dos outros candidatos de esquerda ou centro-esquerda manifestaram expressivamente a mesma ideia de enviesamento (45,3% dos eleitores de Alegre, 43,9% dos de Soares e 36,4% dos de Louçã). Distingue-se apenas o eleitorado do candidato vencedor, Cavaco, que considera esmagadoramente (80,7%) não ter havido enviesamento. Segundo os inquiridos que responderam sim, quem foi o candidato beneficiário do enviesamento? Há uma relação estatisticamente significativa entre o voto e a percepção de enviesamento: é entre os eleitores dos candidatos perdedores que se encontra maior insatisfação com a independência dos *media*. Assim, a percepção de enviesamento indica que o grande beneficiário foi Cavaco Silva: os resultados são esmagadores entre os eleitorados de Louçã, Soares, Alegre e Jerónimo. Só o de Cavaco se afasta deste padrão e refere como beneficiário do enviesamento Soares, mas também o próprio Cavaco. Os mesmos inquiridos, segundo a opção de voto nas eleições de 2005, colocaram o partido vencedor (PS) como primeiro beneficiário desse enviesamento. Jerónimo não foi considerado beneficiário de enviesamento.

Não há uma relação estatisticamente significativa da percepção de enviesamento com o número de debates presidenciais vistos [$\chi^2(3) = 4,0$; $p > 0,05$]. Tal como já se verificou nas legislativas, a percepção de enviesamento resulta principalmente da posição política do indivíduo relativamente aos actores no acto eleitoral, tendendo a considerar os *media* in-

**Quadro 2.5 – Percepção de enviesamento segundo o voto:
houve um candidato beneficiado e esse candidato foi...
(em percentagem)**

Votou	Média favoreceram...				
	Um candidato	Cavaco Silva	Francisco Louçã	Manuel Alegre	Mário Soares
Cavaco Silva	19,3	44,1	0,0	5,9	50,0
Francisco Louçã	36,4	100,0	0,0	0,0	0,0
Jerónimo de Sousa	64,7	86,4	0,0	4,5	9,1
Manuel Alegre	45,3	92,1	2,6	2,6	2,68
Mário Soares	43,9	95,8	0,0	4,2	0,0

Fonte: Painel ICS.

clinados no sentido do vencedor. A percepção de enviesamento a favor dos candidatos está relacionada com a existência de um candidato com melhor desempenho nos debates [$\chi^2(5) = 21,1; p < 0,000$], mas não com a opinião concreta sobre o candidato com melhor desempenho [$\chi^2(15) = 19,1202,2; p > 0,05$]. A percepção de enviesamento não deverá estar ligada aos debates, cuja apresentação televisiva pretende estar próxima da «transparência» na relação entre os candidatos e os espectadores, anulando-se ao máximo os efeitos de ruído habitualmente acrescentados à comunicação por parte da realização, produção e jornalismo.

Os dez debates presidenciais

Os debates presidenciais das eleições de 22 de Janeiro de 2006 ocorreram no período de pré-campanha, entre 5 e 20 de Dezembro de 2005.

A antecipação dos debates convinha aos candidatos já declarados em Novembro de 2005, pois permitia-lhes uma exposição máxima, dava-lhes tempo ou para potenciar bons desempenhos ou para controlar danos, conforme lhes corresse os debates, e permitia excluir eventuais candidatos das periferias políticas, cuja presença não interessava nem aos candidatos nem ao desejo dos operadores generalistas de audiências razoáveis no *prime time*. Se realizados durante o período oficial da campanha, os operadores de TV, em especial o do Estado (RTP), teriam de considerar todas as candidaturas aceites, critério que não tinham obrigação de seguir antes desse período. O facto de se interpor o período de Natal e Ano Novo entre a declaração de candidaturas e o início da campanha forneceu um argumento para a realização dos debates no princípio de Dezembro de 2005. Afinal, o único candidato que veio a ficar de fora dos debates foi Garcia Pereira, ligado ao MRPP, único que não provinha ou

não tinha o apoio de partidos parlamentares. A realização precoce dos debates é um dos modelos possíveis, mas torna complexa a sua comparação com outros casos em que os debates se realizam poucos dias antes das eleições, como nas legislativas alemãs.

O formato dos debates televisivos é variável. Nas legislativas de 2005 favoreceu-se o formato do debate multicandidato. O formato bipolar do debate entre dois candidatos escolhido para as presidenciais é o favorito do *media* por evidenciar o carácter confrontacional do evento (Gaber 1998, 267). Ambos os formatos foram discutidos nos períodos pré-eleitorais, cabendo a decisão aos dirigentes ou aos candidatos. É interessante notar que os argumentos favoráveis a um formato servem para uma das eleições, mas não para a outra. Tal controvérsia, que valeria a pena estudar através da sua repercussão na imprensa escrita e de entrevistas aos protagonistas, revela o grau de complexidade inerente aos debates, bem como a sua intensa construção prévia, ao nível das ferramentas técnicas e ideológicas. São elementos que realçam o interesse de tal estudo a partir dos Estudos Televisivos.

O modelo dos debates de Dezembro de 2005 foi acordado entre as candidaturas: debates a dois, com dois jornalistas. Tal como sucede nos EUA, aí com extraordinário detalhe, acordaram-se regras específicas para garantir a igualdade de tratamento televisivo a todos os candidatos. A isso juntaram-se outras características televisivas que sublinham a importância dos debates: participação diminuta dos jornalistas, com liberdade de intervenção reduzida e também acordada previamente; transmissão em directo, sem edição e selecção (como nas notícias e reportagens), assim proporcionando uma relação entre candidatos e eleitores quase sem intermediários; caracterização agónica dos debates, com os confrontos comparados a partidas desportivas. O modelo dos debates da responsabilidade dos políticos, sendo a televisão minorizada (Schroeder 2000), fez-se para permitir ao candidato a exposição dos seus temas, por iniciativa própria ou em resposta aos jornalistas; permite uma interacção controlada entre os contendores; permite a colocação controlada de algumas questões pelos jornalistas a um ou a outro dos contendores; e permite, o que é essencial, a hipótese (se bem que remota) do confronto entre ambos, embora controlado, através da resposta à resposta do outro. No modelo adoptado para os frente-a-frente presidenciais o debate de ideias nos moldes realizados foi «enriquecedor» face a outros modelos (Santo 2006, 17).

Realizaram-se 10 debates em 16 dias, tendo cada um dos cinco candidatos – Cavaco, Louçã, Jerónimo, Alegre e Soares – participado em quatro

Quadro 2.6 – Debates televisivos presidenciais, 2005

Data	Participantes	Canal	Audiência (N)	Audiência (%)	Share
5 de Dezembro	Alegre × Cavaco	SIC	1 534 700	16,2	36,0
8 de Dezembro	Soares × Jerónimo	RTP1	1 184 300	12,5	27,7
9 de Dezembro	Cavaco × Louçã	TVI	1 535 000	16,2	39,0
12 de Dezembro	Alegre × Louçã	RTP1	966 900	10,2	23,2
13 de Dezembro	Cavaco × Jerónimo	SIC	1 165 200	12,3	28,4
14 de Dezembro	Soares × Alegre	TVI	1 728 300	18,3	42,0
15 de Dezembro	Jerónimo × Louçã	RTP1	1 024 300	10,8	26,0
16 de Dezembro	Soares × Louçã	SIC	1 102 100	11,7	29,2
19 de Dezembro	Alegre × Jerónimo	TVI	1 163 400	12,3	29,2
20 de Dezembro	Soares × Cavaco	RTP1	1 378 000	14,6	34,6

Fonte de audiência: e-teleport, Markdata.

(quadro 2.6). Os debates começaram todos cerca das 20 horas e 45 minutos, durando, em média, 64 minutos. Os dez programas foram divididos por acordo pelos três operadores generalistas: quatro na RTP1, três na SIC e três na TVI. Em média, cada um foi visto por 1,28 milhões de espectadores. Só um dos debates (Alegre-Louçã) teve um *rating* inferior a um 1 milhão de espectadores; todos estiveram entre os programas mais vistos do dia; o *rating* médio foi de 13,5% e o *share* médio de 31,5%. O debate Soares-Alegre foi o programa mais visto do dia e os debates Alegre-Cavaco e Soares-Cavaco foram os terceiros mais vistos do dia. A comparação de audiências entre debates específicos não é aconselhável, pois cada um apresenta-se em concorrência com outros programas, dependendo ainda do dia da semana e de eventuais condições exteriores à audiência televisiva.

Todavia, considerando que essas condições ocorrem aleatoriamente, podem agrupar-se os debates por candidato, de forma a avaliar as respectivas médias de audiência. Encontra-se semelhança entre a audiência média dos debates em que cada candidato participou e a sua posição nos resultados eleitorais mais de um mês depois: os debates com Cavaco tiveram, em média, mais audiência do que os dos outros candidatos; Alegre e Soares ficam numa posição intermédia, com uma «vantagem muito pequena de Alegre; Jerónimo e Louçã aparecem nas posições inferiores, mas com vantagem para este. Os resultados da questão «assistiu/não assistiu» no inquérito APEME fornecem a mesma ordem quanto à audiência dos debates: Cavaco, Soares, Alegre, Louçã e Jerónimo (quadro 2.7).

Encontramos assim um indício de gratificação – uma *gratificação política* – por parte substantiva dos espectadores: uma parte da audiência tende, em geral, a assistir aos debates com o candidato da sua preferência,

Quadro 2.7 – Valores médios da audiência dos quatro debates de cada candidato

Debates com	Rating (N)	Rating (%)	Share (%)	Assistiu (APEME)
Cavaco Silva	1 403 225	14,8	34,5	44,0
Manuel Alegre	1 348 325	14,3	32,6	36,3
Mário Soares	1 348 175	14,3	33,4	40,5
Francisco Louçã	1 157 075	12,2	29,4	32,8
Jerónimo de Sousa	1 134 300	12,0	27,8	31,5

Fontes: e-telereport, Markdata (colunas 1-3); inquérito APEME (coluna 4).

Quadro 2.8 – Número de debates a que assistiu (em percentagem)

	Legislativas 2005	Presidenciais 2006
Nenhum	33,7	31,8
1 a 3	54,6	37,4
Mais de 3	11,8	30,8

Fonte: Painel ICS.

como faz com os outros programas televisivos. Mas a audiência dos debates de Louçã, sem correspondência no voto, é um primeiro indicador de que nem sempre a atitude do espectador é a atitude do eleitor.

Acompanhamento dos debates presidenciais

Quase dois terços dos inquiridos no painel ICS (68,2%) viram pelo menos um dos dez debates, no todo ou em parte, entre os candidatos. O acompanhamento dos debates presidenciais foi ligeiramente mais intenso do que o das legislativas (quadro 2.8). Em 2005, 33,7% dos inquiridos não viram nenhum debate. Nas presidenciais, esse valor foi de 31,8%. Nas legislativas, 11,8% dos inquiridos viram mais de três debates, nas presidenciais a percentagem subiu para cerca do triplo (30,8%). Tendo em conta que o interesse na campanha parlamentar foi superior ao interesse na campanha presidencial, esta assistência acrescida aos debates presidenciais confirma a sua importância relativa. Recordemos que a distância entre o objecto da eleição e as personagens dos debates é total nesta eleição, enquanto nas legislativas, apesar da crescente personalização na escolha dos líderes partidários, há mediações do parlamento, partidos e listas de candidatos.

Há uma relação estatisticamente significativa [$\chi^2(36) = 239,6; p < 0,000$] entre o acompanhamento da campanha presidencial e a quantidade de

Quadro 2.9 – Interesse pela campanha segundo os debates a que assistiu
(em percentagem)

	Nenhum	1 a 3	4 a 6	7 a 10
Muito	8,4	34,8	21,9	34,8
Algum	19,5	44,2	20,5	15,8
Pouco	44,3	37,9	8,0	9,8
Nenhum	67,3	24,5	4,1	4,1
Médias (total: 2,40)	3,06 <i>a</i>	2,29 <i>b</i>	19,4 <i>c</i>	1,79 <i>c</i>

* Valores com letras diferentes representam médias estatisticamente diferentes (teste de Scheffé).

Fonte: Painel ICS.

debates a que se assistiu no todo ou em parte. O painel indica que manifestar interesse pela campanha presidencial é compatível com o consumo de «apenas» 1 a 3 debates, dado que para um eleitor reforçar ou modificar a sua opinião sobre o(s) candidato(s) poderia ser suficiente ver um debate, por exemplo, entre Soares e Cavaco, Soares e Alegre ou Jerónimo e Louçã. A maior parte dos inquiridos teve um contacto bastante grande com os debates. Das pessoas muito interessadas na campanha, 91,6% viram um ou mais debates; dos inquiridos com algum interesse pela campanha, 80,5% viram um ou mais debates; 55,7% dos pouco interessados viram um ou mais debates e o mesmo aconteceu com 32,7% dos que disseram não ter nenhum interesse pela campanha (quadro 2.9).

Os inquiridos que não viram debates e os que viram 1 a 3 debates distinguem-se de todos os grupos consoante o interesse pela campanha, enquanto os que viram 4-6 ou 7-10 debates não apresentam diferenças entre si. Os resultados indiciam que, havendo pouco interesse na campanha, ele esgota-se acompanhando um ou poucos mais debates e que, mesmo para os que manifestaram muito interesse pela campanha, não é incompatível o consumo de 1 a 3 debates, pois nesse ou nesses debates podem ter participado o candidato da preferência do espectador ou aqueles entre quem balançava a sua opção. Uma eleitora «nem sequer precisa de se expor, e ainda menos pensar seriamente acerca de toda a peça informativa disponível» numa campanha, pois «para ela, um subconjunto de informação disponível pode ser suficiente» (Lupia 2006, 227). Podemos aqui validar a «noção de informação suficiente» (id., *ibid.*, 228) no acompanhamento dos debates presidenciais. Esta tese considera que, «se é custoso adquirir informação e se ela requer esforço para processar e recordar, então saber tudo é no mínimo supérfluo» (id., *ibid.*, 232). Recordemos que os debates foram mais vistos de acordo com as preferências eleitorais aproximadas, como indicam a audimetria e o inquérito APEME (quadro

2.10). O presente estudo não pretende avaliar a aprendizagem e conhecimento proporcionados aos espectadores pelos debates, nem tal seria possível com os dados disponíveis. Mas estudos recentes nos EUA e noutras democracias ocidentais indicam que «a maioria dos eleitores está muito pouco informada acerca do estado do país, do sistema político e dos temas dos candidatos e partidos» (Maurer e Reinemann 2006, 489). Todavia, tal não é para os eleitores um paradoxo, sendo antes uma «ignorância racional» adequada a um nível de empenho político que pouco ou nada ultrapassa o voto (Hardin 2006; Lupia 2006; Somin 2006).

Os dados sugerem que um número significativo de indivíduos mantém um acompanhamento mínimo da campanha eleitoral: para a maioria, a campanha é um período *agitato, ma non troppo*. Tendo em conta que os debates presidenciais cristalizam em poucas ocasiões e em pouco tempo as personalidades dos candidatos e seus temas de campanha, é de realçar que um terço do painel (31,8%) declare não ter visto nenhum debate, incluindo parte significativa dos que só acompanharam a campanha pela TV (40,9% desse grupo).

Como contactaram com os debates os inquiridos segundo o seu consumo de imprensa, rádio e TV? Encontramos um expectável maior interesse junto dos inquiridos *multimedia*. Mas mais importante é anotar a penetração da TV. Como vimos pelo quadro 2.4, mais de um quinto da população (21,2%) não precisa de contactar com outros *media*; parece que a TV basta. Mas esse grupo acompanha bastante os debates: um quarto (25%) viu 4 ou mais. Dos infoexcluídos, mais de quatro quintos (87,5%) não tiveram qualquer contacto com os debates. Os inquiridos que mais contactam com todos os *media* foram também os que assistiram a mais debates.

Segundo a opção eleitoral, os eleitores que mais viram todos ou quase todos os debates (7-10) foram, em especial, os da «periferia»: só entre os eleitores de Louçã e Jerónimo houve acima de 30% que viram entre 7 e 10 debates; quer dizer, estes eleitores tenderam a ver debates com mais ou todos os candidatos, enquanto os eleitores do «centro» tenderam a não ver os debates com os dois candidatos «periféricos» (quadro 2.10). Os eleitores de Cavaco foram os que mais tenderam a ver apenas 1 a 3 debates (41,9%), o que pode sugerir que para este grupo os debates funcionaram como meio de confirmação da opção. Os eleitores de Louçã foram os que viram mais debates, estando os de Jerónimo e Soares igualmente acima da média. Os eleitores de Cavaco coincidem com a média total e só os eleitores de Alegre viram menos debates do que a média (quadro 2.11). Todavia, as diferenças não são estatisticamente significativas entre os grupos de eleitores ($\chi^2 > 0,05$).

Quadro 2.10 – Acompanhamento segundo o voto (em percentagem)

	Nenhum	1 a 3	4 a 6	7 a 10
Cavaco Silva	18,1	41,9	20,0	20,0
Francisco Louçã	18,2	27,3	18,2	36,4
Jerónimo de Sousa	19,4	36,1	11,1	33,3
Manuel Alegre	28,1	37,1	14,6	20,2
Mário Soares	22,0	33,9	22,0	22,0

Fonte: Painel ICS.

Quadro 2.11 – Número de debates televisivos vistos segundo o voto (médias)

Cavaco Silva	2,42
Francisco Louçã	2,68
Jerónimo de Sousa	2,59
Manuel Alegre	2,28
Mário Soares	2,44
Total	2,42

Fonte: Painel ICS.

Assistir ou não aos debates permite distinguir diferenças de voto? Vários autores referem essa possibilidade. John G. Geer afirma que a aquisição de nova informação motiva mudanças no voto (*apud* Lanoue 1992, 170). Baker e Norpoth (1981) afirmam ter encontrado entre os espectadores uma melhoria líquida de votação para o ganhador do debate, enquanto os perdedores dos debates terão ganho entre os não-espectadores. Cruzando a indicação de voto com a assistência ou não a debates televisivos, não encontramos no painel ICS diferenças estatisticamente significativas, mas nota-se que Alegre, com um nível de desempenho baixo junto dos que viram os debates, teve mais votos entre os que não viram debates do que entre os espectadores deles. Pelo contrário, o vencedor nos debates, Cavaco Silva, teve menos votos entre os não-espectadores (44,3%) do que entre os espectadores (52,4%).

Impacto das notícias televisivas sobre os candidatos

O nível de recordação das notícias televisivas sobre cada um dos candidatos indica que, antes dos debates, Cavaco Silva e Mário Soares eram os candidatos mais recordados, possivelmente por terem maior notorie-

Quadro 2.12 – Recordação de notícias na TV relativas aos candidatos
(em percentagem)

Vaga	Cavaco Silva	Mário Soares	Manuel Alegre	Jerónimo de Sousa	Francisco Louçã
11 a 20 de Novembro de 2005	35	46	23	18	14
5 a 21 de Dezembro de 2005	27	37	24	21	21
10 a 17 de Janeiro de 2006	40	39	37	29	26
Média das 3 vagas	34	41	28	23	20

Fonte: Inquérito APEME.

dade (quadro 2.12). Mas na segunda vaga, coincidente com os debates, o nível de recordação das notícias sobre ambos desce substancialmente, enquanto aumenta o dos outros candidatos. Isso poderá dever-se a dois factores: mais notícias sobre os candidatos e maior memorização dessas notícias por ocasião dos debates. Na terceira vaga, coincidindo com a campanha eleitoral, sobe o nível de recordação das notícias sobre todos os candidatos, o que indica a eficácia da campanha e do seu acompanhamento jornalístico. No conjunto das três vagas, a memorização de Cavaco e Soares manteve-se nos lugares cimeiros, mas nota-se como os outros candidatos beneficiaram do debate e da campanha.

O índice que criámos sobre o impacto das notícias televisivas – positivo, negativo ou igual a período anterior – permite verificar que o nível de recordação das notícias é independente da avaliação dos candidatos.

Soares, apesar da mais alta notoriedade nas notícias, obteve, no índice de avaliação pelas notícias criado para o total das vagas e para os períodos dos debates, a mais baixa avaliação, 85 e 87 para um máximo teórico de 400; foi alvo de uma atenção negativa. Já Alegre obtém o melhor lugar nos dois índices, beneficiando de um impacto positivo superior ao de Cavaco; recebeu uma atenção positiva. No período dos debates, Louçã teve uma apreciação superior à de Jerónimo nas notícias, consequência, como veremos, do seu melhor desempenho nos frente-a-frente (quadro 2.13).

Percepção de desempenho dos candidatos nos debates

Os inquéritos ICS e APEME dão-nos valores de desempenho dos candidatos nos debates, mas não sabemos o que isso significa para os inquiridos. De facto, o que é «ganhar» um debate? A apreciação pode resultar

Quadro 2.13 – Índices de notoriedade dos candidatos nas notícias da TV no total das três vagas e nos períodos dos debates e índice de desempenho nos debates

	Total	Períodos dos debates	Debates
Cavaco Silva	120	131	166
Mário Soares	85	87	105
Manuel Alegre	126	134	121
Jerónimo de Sousa	115	116	85
Francisco Louçã	112	127	145

Fonte: Inquérito APEME; índice de 0 a 400.

da escolha prévia do indivíduo, da simpatia partidária, da *performance* do candidato no debate, das suas posições políticas, mas principalmente do seu estilo pessoal, como referem Lang e Lang (2002).

O inquérito APEME permite comparar o nível de assistência aos debates com a opinião de desempenho. Não há uma relação directa total entre o nível de assistência aos debates de cada candidato e o nível de agrado pelo desempenho de cada um. Só o primeiro e o último lugares – Cavaco e Jerónimo – coincidem na ordenação. Soares foi o segundo a chamar espectadores, mas o quarto na apreciação de desempenho, trocando de posições com Louçã. Encontramos um indício de expectativas de gratificação da audiência não concretizadas no caso de Soares e ultrapassadas no caso de Louçã.

A comparação da percepção de desempenho nos debates com os resultados eleitorais revela semelhanças em traços gerais, nomeadamente na coincidência entre a votação em Cavaco e a opinião sobre o seu desempenho (quadro 2.14). Os outros candidatos, dois a dois (Alegre/Soares e Jerónimo/Louçã) também se agrupam de acordo com o traço grosso dos resultados eleitorais. Todavia, há diferenças importantes no caso de Alegre, Louçã e Jerónimo. Alegre e Jerónimo tiveram uma votação eleitoral mais alta do que o apreço pelo seu desempenho. Louçã, por seu lado, teve um desempenho nos debates muito superior ao resultado eleitoral. Tal como nas legislativas, Jerónimo teve uma *performance* nos debates inferior ao voto, o que parece indicar uma certa opção fixa de voto que ultrapassa o representante nos debates (o PCP, ou o que ele representa para os eleitores, «antes de» ou «acima» de Jerónimo). Visto de outro modo, pode dizer-se que Louçã é o candidato que sai dos debates com uma imagem política mais positiva quando comparada com a sua representatividade eleitoral. Já nos debates legislativos Louçã tivera uma opi-

Quadro 2.14 – Resultados oficiais das eleições, desempenho nos debates em geral (em percentagem) e índice de desempenho nos debates em particular e posição relativa

Candidato	Resultados oficiais	ICS	APEME	
	Votação	Desempenho debates	Índice	Venceu debates
Cavaco Silva	50,5	50,7	166 – 1.º	4
Francisco Louçã	5,3	11,2	145 – 2.º	3
Jerónimo de Sousa	8,6	4,7	85 – 5.º	0
Manuel Alegre	20,7	13,6	121 – 3.º	2
Mário Soares	14,3	12,4	105 – 4.º	1

Fontes: Resultados oficiais CNE, painel ICS e inquérito APEME.

ção de desempenho que quase duplicava o voto no BE, mas, em termos gerais, essa opinião não tem correspondência nas opções de voto.

No mesmo quadro 2.14 acrescentámos o índice baseado no estudo APEME relativo à percepção de desempenho. Este índice é significativo, pois é construído para cada candidato a partir das respostas dos inquiridos na noite do debate e nas noites seguintes.⁶ O índice mostra que a apreciação do desempenho nos dias dos debates e dias seguintes coincide em boa parte com a opinião pós-eleitoral do painel ICS, excepto no segundo lugar de Louçã, muito acima dos dois candidatos socialistas (tal enviesamento a favor de Louçã poderá resultar de o inquérito APEME ter sido feito apenas nas regiões urbanas de Lisboa e Porto). De acordo com os inquiridos, Cavaco teve o melhor desempenho nos quatro debates em que participou, Louçã em três, Alegre em dois, Soares em um e Jerónimo em nenhum. As piores avaliações de candidatos em debates específicos foram as de Jerónimo e de Soares contra Cavaco (59% e 53%, respectivamente, com saldos negativos de 47% e 28%). Em três debates houve mais inquiridos inclinados para um empate (Cavaco-Alegre, Soares-Jerónimo, Alegre-Jerónimo) do que os que se inclinaram para um ou para o outro candidato.

Os resultados apontam para alguma discrepância entre o voto e a opinião do desempenho nos debates; numa parte do eleitorado que viu debates a opinião prévia, a opinião geral dos inquiridos sobre os candidatos ou ainda outros factores poderão ter prevalecido no momento do voto. Podemos considerar a hipótese de que, em geral, a opinião sobre o de-

⁶ Cinco em todos os debates, excepto nos dois últimos, em que as questões só foram colocadas em três e em duas noites.

sempenho resulta dessa opinião prévia. Ao mesmo tempo, deve considerar-se o caso singular de Louçã como uma indicação de que o bom desempenho nos debates poderá ter resultado numa subida em Dezembro de 2005 da intenção de voto, mas apenas numa pequena parte dos que exprimiram essa opinião.

Cavaco, com 166, obtém o índice mais elevado nos debates. O eleitorado considerava, em geral, que Cavaco seria o ganhador das eleições. Esse facto pode detectar-se, no painel ICS, na percepção de pouca probabilidade ou até improbabilidade de uma segunda volta (62,5%) ou no facto de 57,5% terem decidido o seu voto mais de um mês antes das eleições (e dessa parte do eleitorado 61,1% terem votado Cavaco, enquanto os outros candidatos só solidificaram o voto em períodos mais próximos das eleições). Mais de um mês antes das eleições (no período em que se realizaram os debates televisivos) já tinham decidido o seu voto seis em cada dez eleitores, sendo que mais de metade deles tinha optado por votar em Cavaco Silva. A indecisão foi mais forte entre os eleitores de Alegre, Soares e também Louçã. No índice que criámos Louçã aproximou-se da nota de Cavaco. Alegre beneficia de um confortável terceiro lugar, bastante acima do seu contendor na mesma área política, Soares. Jerónimo tem uma pontuação muito baixa nos debates, mas ela é compensada pela apreciação nas notícias em geral, como vimos. Este índice não dá directamente conta das opiniões negativas nos debates, que foram muito altas no caso de Soares (39%, em média), logo a seguir a Jerónimo (41%).

A percepção de desempenho só em parte corresponde ao voto expresso no painel ICS. Cavaco é o candidato que obtém a maior apreciação positiva nos debates por parte do seu eleitorado: 74,5%. Segue-se Louçã, com 64,7% dos seus eleitores a darem-lhe o melhor desempenho nos encontros. Os outros três candidatos tiveram uma apreciação de desempenho do seu eleitorado sempre inferior a metade dos votos que obtiveram. Dos votantes em Soares, 42,9% acharam que ele teve o melhor desempenho; dos que votaram em Alegre, apenas 36,7% o acharam o melhor *performer* nos debates; e Jerónimo ficou em último nesta relação entre o desempenho e o voto, com apenas 28,6% dos que nele votaram a considerá-lo o candidato de melhor desempenho, opinião que teve de partilhar com os seus eleitores que deram o primeiro lugar nos debates a Cavaco (quadro 2.15).

Cavaco ficou em segundo lugar entre os outros eleitorados ou mesmo empatado em primeiro entre os eleitores de Jerónimo. Mesmo entre os que votaram Jerónimo e Louçã considerou-se que Cavaco teve melhor desempenho do que candidatos ideologicamente mais próximos. Podemos adiantar duas interpretações: sendo o inquérito pós-eleitoral, alguns

Quadro 2.15 – Melhor desempenho nos debates por opção de voto
(em percentagem)

	Melhor desempenho					Nenhum
	Cavaco Silva	Francisco Louçã	Jerónimo de Sousa	Manuel Alegre	Mário Soares	
Cavaco Silva	74,5	7,9	3,6	7,9	3,6	2,4
Francisco Louçã	11,8	64,7	5,9	5,9	5,9	5,9
Jerónimo de Sousa	28,6	14,3	28,6	10,7	7,1	10,7
Manuel Alegre	18,3	15,0	1,7	36,7	18,3	10,0
Mário Soares	19,0	9,5	4,8	9,5	42,9	14,3

Fonte: Painel ICS.

inquiridos tenderam a indicar o candidato que venceu como o melhor nos debates; se tomarmos a resposta pelo seu valor facial, parte desses eleitorados achou que de facto Cavaco «ganhou» os debates, sendo possível que se originasse uma concomitante probabilidade maior de voto no candidato que se considerou vencedor dos debates (Schrott 1990). Mas as fontes não chegam para confirmar esta hipótese.

Desempenho nos debates e intenção de voto

Regressando ao cruzamento do voto nas presidenciais com a opinião acerca do candidato com melhor desempenho nos debates, podemos verificar quantos foram os eleitores que viram os debates votando num candidato apesar de acharem que ele não teve o melhor desempenho nesses debates. Encontramos enormes variações entre os candidatos. Do eleitorado de Cavaco Silva que viu debates, um quarto (25,5%) não achou que ele ganhasse os debates, inclinando-se para outros ou para nenhum. No caso de Louçã, esse valor sobe para 35,3%, mas nos outros candidatos a separação é de mais do dobro: dos eleitores que viram debates e votaram Soares, Alegre e Jerónimo, 57,1%, 63,3% e 71,4%, respectivamente, não acharam que eles tivessem ganho os debates. Isto significará que para uma parte do eleitorado a prestação nos debates é pouco ou nada importante em relação a outros factores de voto. Não se encontra um efeito directo. Melhor: encontra-se uma racionalidade na independência entre a opinião sobre o desempenho e o voto.

Sem acesso à base de dados, o Inquérito APEME apenas permite intuir relações entre o desempenho nos debates e a intenção de voto. De facto, olhando para as opções de voto entre Novembro de 2005 e Janeiro de

Quadro 2.16 – Vota de certeza ou vota de certeza e talvez vote por vagas do inquérito (em percentagem)

	Vota de certeza				Vota de certeza e talvez vote		
	1. ^a vaga	2. ^a vaga	3. ^a vaga		1. ^a vaga	2. ^a vaga	3. ^a vaga
Cavaco	33	34	36	Cavaco	57	55	51
Soares	7	7	7	Soares	29	23	19
Alegre	6	8	10	Alegre	36	34	34
Jerónimo	3	4	4	Jerónimo	16	14	14
Louçã	2	3	4	Louçã	18	19	19

Fonte: Inquérito APEME.

2006, o que primeiro se nota é a passagem de indecisos para eleitores certos, porventura em resultado de melhor esclarecimento após a campanha e os debates. Mas o maior vencedor dos debates, Cavaco, apesar de ganhar em voto firme de vaga para vaga (33% → 34% → 36%), perde mais nos indecisos (24% → 21% → 15%), pelo que o seu eleitorado potencial diminui (quadro 2.16).⁷ Mas ao mesmo tempo verificamos que, nos períodos dos quatro debates em que participou, Cavaco ganhou na opção de voto, aumentando os que estão certos do seu voto, em especial depois dos debates com Jerónimo e Soares (quadro 2.17). A percentagem dos eleitores certos de não votarem Cavaco mantém uma constância assinalável. Parece verificar-se que os debates tiveram um efeito de curto prazo (aumento da intenção de voto) e um efeito de médio prazo (sustentação da intenção de voto), mas Cavaco não terá alargado a sua base de eleitores.⁸ Já no caso de Soares, os eleitores que talvez votassem nele mais facilmente mudaram de candidato do que confirmaram o voto nele. Entre os que votam de certeza ou talvez, Soares tem o melhor resultado após o único debate que venceu (o primeiro, contra Jerónimo), mas termina com menor intenção de voto do que quando começou, em especial após o debate com Cavaco, aquele em que Soares obteve o seu pior desempenho.

Nos casos de Alegre e principalmente de Louçã notam-se subidas no voto certo de vaga para vaga e pode considerar-se que o desempenho nos debates contribuiu, ou pelo menos não contrariou essa tendência. Quanto a Jerónimo, perdeu nos indecisos, o que coincidiu com a per-

⁷ Esta mesma tendência de descida, «ultralenta e, na verdade, carecendo de significância estatística», era notada por Pedro Magalhães na análise de 24 sondagens entre Outubro de 2005 e Janeiro de 2006 (<http://margensdeerro.blogspot.com/>).

⁸ As sondagens apontam para uma descida das intenções de voto em Cavaco Silva a partir dos primeiros dias de Janeiro, duas semanas após o debate que deu a melhor vitória a Cavaco sobre Soares (v. nota 7). No inquérito APEME encontra-se uma diminuição da intenção de voto certo e indeciso em Cavaco (quadro 2.16).

Quadro 2.17 – Intenção de voto no candidato após cada debate em que participou (em percentagem)

Cavaco Silva			
Debate	De certeza	De certeza + talvez	Não de certeza
CS-MA	34,1	59,4	40,6
CS-FL	33,9	59,3	40,7
CS-JS	36,5	59,2	40,8
CS-MS	40,5	60,0	40,0
Mário Soares			
Debate	De certeza	De certeza + talvez	Não de certeza
MS-JS	7,3	27,7	72,3
MS-MA	8,0	24,7	75,3
MS-FL	8,5	25,6	74,4
MS-CS	6,7	20,7	79,3
Manuel Alegre			
Debate	De certeza	De certeza + talvez	Não de certeza
MA-CS	8,2	38,2	61,9
MA-FL	9,4	37,6	62,4
MA-MS	8,6	33,4	66,6
MA-JS	8,6	36,2	63,8
Jerónimo de Sousa			
Debate	De certeza	De certeza + talvez	Não de certeza
JS-MS	3,7	16,1	83,8
JS-CS	4,2	14,1	85,8
JS-FL	4,2	13,4	86,6
JS-MA	3,4	13,7	86,3
Francisco Louçã			
Debate	De certeza	De certeza + talvez	Não de certeza
FL-CS	2,6	21,1	78,9
FL-MA	1,9	21,9	78,0
FL-JS	2,7	19,5	80,5
FL-MS	3,1	20,4	79,6

Fonte: Inquérito APEME.

cepção de mau desempenho nos debates e a intenção de voto nesses períodos de Dezembro: a intenção de voto após o último debate é a mais baixa. O quadro 2.17 revela estas diferenças entre a intenção de voto após cada debate para cada candidato. Estes dados, meramente indicadores de tendências, coincidem com as posições relativas dos candidatos na opinião de desempenho nos debates. Os candidatos que chegam ao fim

dos seus quatro debates com mais votos seguros do que no início são os que apresentam mais ou igual número de vitórias do que derrotas nos debates: Cavaco, Louçã e Alegre. Jerónimo e Soares perdem eleitores certos entre o primeiro e o quarto debates. Isto é, estes elementos apontam para alguma coincidência entre a opinião sobre os debates e a decisão definitiva sobre o voto no período em que decorreram os debates.

No inquérito APEME Soares e Alegre são os que apresentam algumas diferenças de nota na intenção de voto antes dos debates, no período dos debates e após a sua realização. A relação entre a opinião de desempenho e a intenção de voto entre os dois candidatos oriundos do PS é contraditória. Alegre teve o seu melhor desempenho contra Soares, mas nos dias após o debate desce nas intenções de voto (certas e de indecisos), enquanto Soares ganha alguns eleitores certos, mas perde entre os indecisos. Estes valores não coincidem com a tendência geral das intenções de voto seguro em Alegre, que ultrapassa o rival socialista entre a primeira e a terceira vagas dos inquérito APEME; recorde-se que os debates coincidiram com a segunda vaga do inquérito (quadros 2.16 e 2.17). Já na soma do voto certo com o voto ainda por confirmar Alegre estava à frente de Soares antes dos debates, mas foi a queda do antigo chefe de Estado que fez destacar a posição de Alegre. Este poderá não ter beneficiado em intenções de voto momentâneas da sua vitória no debate com Soares, mas uma prestação mais regular no conjunto dos debates poderá tê-lo beneficiado face a um adversário perdedor nos debates.

Conclusões

A primeira conclusão é a de que as conclusões de estudos anteriores não são automaticamente válidas, o que significa que as eleições e a inserção dos debates nas campanhas – ainda por cima sujeitos a datas e modelos diversos – são sempre suficientemente diferentes para impedir que se retirem consequências idênticas. Há semelhanças, mas parece não haver modelos teóricos válidos sobre os debates e seus efeitos em diferentes países, épocas e sistemas políticos e eleitorais. «Por entre tantos sinais diferentes, pode retirar-se uma conclusão sólida acerca dos espectadores de debates: eles são tão imprevisíveis como os próprios debates» (Schroeder 2000, 214).

No caso das eleições de 2006, o eleitorado percecionou muito cedo Cavaco Silva como *incumbente* e os outros candidatos, em geral, como *challengers* (desafiadores, pretendentes). Nas legislativas alemãs, cujo perfil

é de alguma forma «presidencial», Schrott (1990, 575) encontrou esse efeito: os espectadores tendem a favorecer o candidato visto como incumbente e a desfavorecer os candidatos vistos como *challengers*. Tal resultaria das estratégias adoptadas, pois encontra-se o efeito contrário nas eleições presidenciais americanas. As estratégias erradas seriam as de atacar o incumbente, como fez Soares em toda a campanha e nomeadamente no debate com Cavaco, o que coincidiu com uma baixa significativa nas intenções de voto certo e indeciso (quadro 2.17). Alegre não seguiu essa estratégia e não foi penalizado como Soares. Ao não atacar nenhum oponente, e ao afirmá-lo repetidamente, Cavaco colocava-se na posição de não desafiar nenhum deles e, portanto, colocava-se na posição de «presidente». Teria assim beneficiado do efeito de incumbente, o que poderá ter contribuído para ganhar cada um dos debates em que participou (inquérito APEME), mantendo após as eleições essa imagem de melhor desempenho, em geral, nos debates (painel ICS). Todavia, a posição de incumbente sem ataque aos adversários permite também a erosão da sua base de apoio, pois parte da posição ideal quando apresenta a sua candidatura para uma campanha que desgasta essa base de apoio sem que o candidato esteja em posição de a defender, excepto nos debates presidenciais, que Cavaco venceu. No período dos debates, Cavaco assegurou votos e não acrescentou votos contra. Mas essa vitória, expressiva nos resultados estatísticos, não se traduz num alargamento da base eleitoral a prazo.

No caso de Mário Soares, verifica-se que a sua enorme notoriedade junto dos espectadores de notícias é independente da avaliação do candidato nessas mesmas notícias, que foi a mais baixa dos cinco candidatos analisados. O *challenger* Soares não recuperou nas notícias nem nos debates presidenciais, em que foi o segundo pior em desempenho. No caso deste candidato, os debates parece que serviram, em geral, para confirmar opções anteriores.

Quanto a Manuel Alegre, verificou-se que, ao contrariar sistematicamente a ideia de que era *challenger* de Cavaco, obteve uma espécie de neutralidade colaborante dos espectadores, que poderá ter resultado numa conquista de eleitorado da área socialista. Ao mesmo tempo verificámos que Alegre (talvez pela sua retórica patriótica) captou um eleitorado aparentemente menos interessado em política e em acompanhar os debates. Face ao seu adversário mais directo, Soares, Alegre arrecadou apoio durante o período dos debates.

Os resultados de Jerónimo e de Louçã mostram os limites da notoriedade e da avaliação de desempenho: o primeiro teve o pior desempenho nos debates, mas mais votos do que Louçã, e este teve uma avaliação muito

superior ao seu voto, o contrário da relação linear entre ganhar/perder debates e ganhar/perder votos.

Ser visto como ganhador dos debates foi útil para três dos candidatos (Cavaco, Louçã e Alegre), criando uma dinâmica positiva junto do espectador: «com toda a clareza, ser visto como o vencedor ajuda enormemente um político na sua avaliação» (Schrott 1990, 576). Ser visto como perdedor dos debates não ajudou dois outros candidatos (Soares e Jerónimo) a descolar nas intenções de voto. Mas vimos que a percepção da prestação nos debates em boa parte não coincide com o voto, para o qual contribuem muitos factores e não apenas os debates: «Diz bem do senso comum da audiência que, apesar de muito vistos, os debates não foram excessivamente influentes. Os eleitores vêem os debates ao vivo na TV como apenas uma ferramenta para avaliar os candidatos – e que até é imperfeita» (Schroeder 2000, 213). Convém recordar que as grandes tendências do eleitorado já estavam estabelecidas antes dos debates, o que desde logo relativiza a consideração de efeitos directos dos debates sobre opções de voto.

Os debates contribuem para a imagem geral do candidato em resultado da opinião sobre o desempenho; essa avaliação pelos espectadores coincide, em traços gerais, com a dinâmica global das intenções de voto; a eventual influência dos debates em opções de voto poderá verificar-se mais com uns candidatos do que com outros da mesma eleição, pelo que não só cada eleição é um caso, como cada candidato deve ser tratado como um caso; os debates servem funções de reforço e de certeza de voto, não sendo possível confirmar estatisticamente com as fontes disponíveis uma ligação a um efeito de conversão de parte do eleitorado. A ausência de confirmação estatística deve ser levada à letra: concluímos que em frente do televisor, assistindo a um debate, o indivíduo é um espectador, não pode ser confundido com um eleitor. O espectador age como espectador, não como eleitor; o eleitor age como eleitor, não como espectador. Os debates são espectáculos televisivos próprios, incrustados na eleição, mas que não se confundem com ela. Ao assistir a debates, o espectador opina ou decide do vencedor também em função de características audiovisuais do espectáculo e do debate e não apenas de questões de personalidade. E opina ou decide em boa parte sem dependência das suas simpatias partidárias, as quais poderá, todavia, respeitar no voto.

Os debates televisivos são um elemento valorizado da campanha, mas são apenas um entre muitos numa constelação complexa de factores em movimento. No momento de votar, o que os eleitores vêem é um boletim de voto, não a memória de um ecrã de televisão.

Bibliografia

- Allen, Robert, e Annette Hill, orgs. 2004. *The Television Studies Reader*. Londres: Routledge.
- Baker, Kendall, e Helmut Norpoth. 1981. «Candidates on television: the 1972 electoral debates in West Germany». *Public Opinion Quarterly*, 45: 329-345.
- Berrocal, Salomé. 2003. «La campaña electoral televisionada: posibles influencias en el electorado». In *Comunicación Política en Televisión y Nuevos Medios*, coord. Salomé Berrocal. Barcelona: Ariel, 135-162.
- Bignell, Jonathan. 2004. *An Introduction to Television Studies*. Londres: Routledge.
- Casey, Bernardette, e Neil Casey. 2002. *Television Studies. The Key Concepts*. Londres: Routledge.
- Gaber, Ivor. 1998. «Television and political coverage» In *The Television Studies Book*, eds. Christine Geraghty e David Lusted. Londres: Arnold, 264-273.
- Geraghty, Christine, e David Lusted, eds. 1998. *The Television Studies Book*. Londres: Arnold.
- Hardin, Russell. 2006. «Ignorant democracy». *Critical Review*, 18 (1-3): 179-195.
- Jost, François. 2005. *Comprendre la télévision*. Paris: Armand Colin.
- Katz, Elihu, e Jacob J. Feldman. 1962. «Debates in the light of research: a survey of surveys.» In *The Great Debates. Background, Perspectives, Effects*, ed. Sidney Kraus. Bloomington: Indiana University Press, 173-223.
- Lang, Kurt, e Gladys Engel Lang. 2002. *Television and Politics*. New Brunswick e Londres: Transaction Publishers.
- Lanoue, David. 1991. «The ‘turning point’: viewer’s reaction to the second 1988 presidential debate». *American Politics Quarterly*, 19 (1): 80-95.
- Lanoue, David. 1992. «One that made a difference: cognitive consistency, political knowledge and the 1980 presidential debate». *Public Opinion Quarterly*, 56: 168-184.
- Lupia, Arthur. 2006. «How elitism undermines the study of voter competence». *Critical Review*, 18 (1-3): 222-223.
- Marín, Benjamín. 2003. «Debates electorales por televisión». In *Comunicación Política en Televisión y Nuevos Medios*, coord. Salomé Berrocal. Barcelona: Ariel, 207-243.
- Maurer, Marcus, e Carsten Reinemann. 2006. «Learning versus knowing: effects of misinformation in televised debates». *Communication Research*, 33 (6): 489-506.
- Mcquail, Denis. 1999. *Introducción a la Teoría de la Comunicación de Masas*. 3.ª ed. Barcelona: Paidós.
- Mellencamp, Patricia, ed. 1990. *Logics of Television*. Londres: BFI.
- Miller, Toby. 2002. *Television Studies*. Londres: BFI.
- Newton, Kenneth. 2006. «May the weak force be with you. *European Journal of Political Research*, 45: 209-234.
- Santo, Paula do Espírito. 2006. «Comunicação política na campanha das eleições presidenciais: análise de conteúdo do ciclo de debates televisivos de 2006». Comunicação apresentada no III Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Lisboa, 30-31 de Março.
- Schrott, Peter. 1990. «Electoral consequences of ‘winning’ televised campaign debates». *Public Opinion Quarterly*, 54: 567-585.
- Sena, Nilza Mouzinho de. 2002. *A Interpretação Política do Debate Televisivo 1974-1999*. Lisboa: UTL-ISCSIP.

- Shils, Edward. 1992. *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel.
- Somin, Ilya. 2006. «Knowledge about ignorance: new directions in the study of political information». *Critical Review*, 18 (1-3): 255-278.
- Torres, Eduardo Cintra. 2006. «Television in Portuguese daily life». In *Television, Aesthetics and Reality*, ed. Anthony Barker. Cambridge: Cambridge Scholars Press, 11-48.
- Torres, Nuno Cintra. 1995. *Televisão Política. Os Segredos da Campanha de Televisão de Freitas do Amaral '86*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Trowt, Cornelis. 2005. «The effects of preexisting preferences on televised viewing of the 2000 presidential debates». Ohio State University, <https://dspace03.it.ohio-state.edu/dspace/bitstream/1811/566/1/CornelisTrouw.pdf>.

Capítulo 3

A campanha eleitoral de 2005 nos *media*: padrões e factores de exposição

Introdução

Nas sociedades democráticas, os meios de comunicação social são entendidos como mecanismos que facilitam a afirmação e a criação de diferenças, ou, por outras palavras, «meios essenciais para a formação de um público crítico abrangente, interveniente e bem informado, capaz de assumir a influência política a que um público crítico mais restrito não poderia aspirar» (Sá 2002, 5). A existência de meios de comunicação social livres e independentes é, aliás, uma característica central das sociedades que vivem em democracia, decorrente da liberdade de expressão e de informação concedida aos cidadãos.

Os meios de comunicação (ou *media*) apostaram numa acessibilidade que tenta ultrapassar os limites impostos pelo poder de compra e pela classe social da audiência. Como resultado, conseguiram que lhes fosse outorgado um papel crucial no dia a dia das populações, providenciando às suas audiências informação e entretenimento de forma continuada e dando-lhes a conhecer eventos, personalidades e realidades que, de outra forma, lhes estariam vedados.

A imprensa, a televisão e a rádio conquistaram a designação de meios de comunicação de massas devido à sua capacidade de chegar à generalidade das populações de forma fácil e continuada, mas também porque são entendidas como instrumentos e veículos de massificação. Os meios de comunicação social podem tornar-se um instrumento de eliminação das diferenças e fomentar a homogeneização das opiniões e formas de estar. Para além disso, o facto de a comunicação estabelecida por estes

meios ser primordialmente unilateral e vertical faz com que esteja mais próxima da propaganda e da manipulação do que uma comunicação horizontal e bidireccional em que ambos os agentes são simultaneamente emissores e receptores colocados no mesmo plano e em que a discussão e o confronto de pontos de vista distintos são parte integrante do processo comunicacional (Sá 2002). Por estes motivos, desde os seus primórdios e até à actualidade, estes meios de comunicação social têm sido perspectivados como uma forma eficaz e simples de influenciar a opinião dos seus consumidores.

A academia apercebeu-se deste potencial dos meios de comunicação social muito cedo. O interesse das ciências sociais pela influência dos *media* nas atitudes e nos comportamentos políticos dos cidadãos remonta aos primeiros anos do século XX, altura em que estes se afirmam como meios de comunicação de massas, bem como começam a ser usados como instrumentos de propaganda política de uma forma generalizada (Sears 1987). O progresso rápido das tecnologias de comunicação social (surgimento da rádio e da televisão), a sua grande difusão e os acontecimentos observados nos regimes totalitários da Europa nas décadas de 20 e 30 criaram a imagem de que os *media* tinham, de facto, um imenso poder de manipulação das populações. Neste contexto, a persuasão era entendida como funcionando da mesma maneira que uma injeção hipodérmica – os candidatos influenciariam os eleitores através da difusão de uma mensagem cuidadosamente elaborada que seria integral e imediatamente interiorizada pela audiência (Iyengar e Simon 2000).

Ao longo do século, contudo, a opinião da academia sobre o facto de os meios de comunicação social terem influência nas atitudes políticas dos cidadãos que a eles se expõem sofreu algumas variações. Os cientistas sociais começam a perspectivar com suspeição o modelo hipodérmico (por exemplo, Lundberg 1926), tanto assim que, na década de 40, a propaganda de campanha e os *mass media* eram já perspectivados de forma distinta (Mott 1944; Sears 1987). É nesta década que tomam lugar os primeiros estudos de escopo alargado, entre os quais se destaca a investigação clássica levada a cabo por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet [1966 (1944)]. Este trabalho vem definitivamente enfraquecer a hipótese de que a exposição a mensagens políticas através dos *media* tenha, de facto, efeitos persuasivos significativos, verificando-se que, quanto mais as pessoas se expunham aos *media*, menos mudavam as suas posições. Com base nesta evidência empírica, toma lugar o «paradigma dos efeitos mínimos» (Klapper 1960, cit. in Kinder 1998), que postula que, de uma forma geral, a comunicação política feita através dos *media* serve apenas para reforçar

atitudes prévias e não conduz à mudança de atitudes, enquanto a comunicação interpessoal assume um papel preponderante como elemento de persuasão política (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet 1966 [1944]; Lipset *et al.* 1954). Entretanto, devido aos resultados pouco motivadores obtidos, este domínio de investigação conhece algum desinteresse e abandono por parte das ciências sociais.

A partir da década de 70 ressurgiu o interesse das ciências sociais pelo efeito persuasivo das mensagens políticas veiculadas pelos *media*. No entanto, «este retorno aos efeitos dos *media* não significa um retorno à ideia que se tinha no início dos anos 40 sobre influências e efeitos directos, uma vez que agora se pretende revelar a forma indirecta e subtil através da qual os *media* contribuem para a formação da nossa percepção do meio envolvente e para a organização dos nossos padrões de resposta» (Vala 1984, 53, tradução minha). Assim sendo, a investigação sobre a comunicação política mediatizada tem-se centrado fortemente nos denominados efeitos cognitivos: a *agenda setting* (influência da saliência de um tema nos *media* na importância que a opinião pública lhe confere; McCombs e Shaw 1972), o *priming* (utilização da agenda estabelecida pela cobertura mediática como fonte de critérios de avaliação das personalidades políticas; Iyengar e Kinder 1987) e o *framing* (utilização de enquadramentos de um determinado tema que realçam um dos seus aspectos, influenciando o entendimento público do tema, das suas consequências e da sua importância; Jasperson *et al.* 1998).

O marasmo proporcionado pelo paradigma dos efeitos mínimos deu, assim, lugar a uma corrente de investigação dinâmica e imaginativa, nomeadamente no contexto dos estudos sobre fenómenos sócio-cognitivos de influência. A exposição à informação de natureza política através dos meios de comunicação social, no contexto de campanhas políticas ou fora dele, voltou a ser considerada uma variável fundamental para o entendimento das atitudes e do comportamento dos indivíduos – podendo influenciar os temas que são considerados mais importantes em determinado momento, os critérios de avaliação dos candidatos (incumbentes ou não), ou até mesmo a perspectiva através da qual se entende determinado assunto público.

No entanto, se é verdade que existe um acervo gigantesco de investigação científica realizada sobre os efeitos da exposição à informação de natureza política (informação, debates, publicidade política) (v., por exemplo, Kinder 1998), o mesmo não se pode dizer sobre os factores que explicam esta exposição. De facto, num contexto em que os principais meios de comunicação social – televisão, imprensa e rádio – chegam

ao conjunto da população de uma forma fácil e contínua, interessa conhecer os padrões e os factores que influenciam o grau de exposição à informação política veiculada. No início do século, o público era visto como uma audiência genérica, vasta, cativa e facilmente influenciável (Sears 1987). Hoje em dia não faz sentido pensar na população como uma amálgama indiferenciada de indivíduos.

Por outro lado, se as ciências sociais reconhecem que os meios de comunicação social têm efeitos interessantes e se a exposição a esses meios é condição *sine qua non* para a ocorrência de tais efeitos (ainda que moderada por factores como a atenção; Hill 1985; Price e Zaller 1993), interessa perceber exactamente quais são os factores que conduzem a um maior grau de exposição.

O objectivo desta investigação é então o de fazer uma análise dos padrões e dos factores que influenciam a exposição a informação política através dos meios de comunicação social no contexto de uma campanha eleitoral, centrando a análise no caso das últimas eleições legislativas em Portugal. Os dados utilizados para dar resposta às questões de investigação colocadas foram recolhidos num momento posterior às eleições legislativas de 20 de Fevereiro de 2005. Os dados foram recolhidos pelo projecto *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses* (CEAPP), do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

O objectivo acima explicitado insere-se num propósito mais amplo – o de fazer uma análise sistemática e aprofundada da questão dos efeitos da comunicação política mediatizada, cujos estudos centrados no caso português são muito pouco numerosos. De facto, um estudo pioneiro do comportamento eleitoral e das atitudes políticas dos portugueses, levado a cabo por Mário Bacalhau e Santos Lucas (IPOPE 1973), continha uma bateria de questões sobre a exposição aos *media*, a preferência e a confiança; apesar disso, a análise feita pelos investigadores é meramente descritiva, não levantando quaisquer questões acerca da relação entre aqueles indicadores e os comportamentos e atitudes políticas que também foram focados no inquérito. Após a transição para o regime democrático foram realizados outros estudos em que a questão dos *media* estava presente. Os inquéritos de 1978, 1984, 1985, 1987, 1993, 1999 e 2002 incluíam questões sobre a exposição aos meios de comunicação de massa e um outro estudo realizado em 1988 questionava os inquiridos acerca do grau de atenção que dispensavam às notícias políticas (v. Freire *et al.* 2005). Apesar disso, a revisão da literatura permite-nos concluir que a utilização deste acervo de dados em estudos sobre a relação entre os *media* e as atitudes e comportamentos políticos praticamente não tomou lugar.

Este capítulo está organizado em duas partes. A primeira constitui uma reflexão sobre o contexto em foco – a campanha para as eleições legislativas de 2005 –, nomeadamente através da apresentação dos protagonistas, de algumas das temáticas que marcaram a campanha e dos resultados destas eleições. Na segunda parte começa-se por fazer uma análise descritiva da exposição à campanha mediatizada para as eleições de Fevereiro de 2005, tentando identificar os principais padrões que caracterizaram essa exposição, quer de uma forma geral, quer em relação aos três diferentes meios em estudo: imprensa, rádio e televisão. Depois disto sugerem-se algumas hipóteses relativas aos factores que influenciam o grau de exposição à campanha nos meios de comunicação social e testam-se essas hipóteses com recurso aos dados recolhidos pelo inquérito pós-eleitoral.

A campanha para as legislativas de 2005: antecedentes, protagonistas e resultados

Após as eleições de 2002 em Portugal, o Partido Social-Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP) formaram uma coligação, garantindo dessa forma uma maioria de deputados na Assembleia da República e criando a possibilidade de constituírem governo em conjunto. Em meados de 2004, o primeiro-ministro Durão Barroso deixa o país para ocupar o cargo de presidente da Comissão Europeia, acontecimento que conduziu Pedro Santana Lopes à chefia do governo. Os meses seguintes foram marcados por algumas polémicas e instabilidade governativa, pelo que, a 30 de Novembro de 2004, o presidente da República, Jorge Sampaio, decidiu dissolver a Assembleia da República e convocar novas eleições.

Nas palavras de Almeida e Freire (2005, 456), a causa da dissolução do parlamento e convocação de novas eleições foi «a volatilidade e o comportamento errático do chefe de governo e a sua falta de competência para o cargo, que causaram um descontentamento tão generalizado que ultrapassou a divisão entre esquerda e direita» (tradução minha). O motivo pelo qual Jorge Sampaio terá optado por não dissolver a Assembleia da República aquando da saída de Barroso (como várias forças políticas tinham solicitado; Almeida e Freire 2005) estaria, segundo alguns analistas, relacionado com o desejo de Sampaio não querer ser acusado de julgar Pedro Santana Lopes *a priori*, bem como com o entendimento de que a convocação de eleições naquela ocasião poderia não conduzir a um resultado estabilizador da

situação política portuguesa.¹ Ora, em Novembro, o governo de Santana Lopes tinha dado ao país provas da sua instabilidade (Almeida e Freire 2005); adicionalmente, o principal partido da oposição passara por uma substituição da sua liderança – enquanto, em Julho de 2004, o Partido Socialista (PS) era comandado por Ferro Rodrigues, que tinha sido indirectamente envolvido no escândalo do processo Casa Pia, em Novembro o líder era José Sócrates, um jovem e carismático político com experiência governativa e uma grande legitimidade interna devido à vitória esmagadora nas eleições directas para a liderança do partido (Almeida e Freire 2005).

As eleições de Fevereiro de 2005 tomaram lugar no contexto de uma dissolução da Assembleia da República, e não porque se chegara ao final de um mandato legislativo. Já as legislativas anteriores, ocorridas no início de 2002, também foram produto de eleições antecipadas, tendo ocorrido devido à demissão do governo de Guterres. No entanto, o facto de o primeiro-ministro em funções ser, por um lado, alguém que não se apresentou nas eleições como líder de um partido político (e, logo, candidato ao lugar de primeiro-ministro) e, por outro, alguém cuja experiência governativa foi bastante curta (decorreram quatro meses entre a tomada de posse e o anúncio da dissolução) e amplamente contestada (Almeida e Freire 2005) é uma característica bastante *sui generis* das eleições legislativas de 2005, por comparação com os actos eleitorais anteriores.

O período oficial de campanha decorreu entre os dias 6 e 18 de Fevereiro. De entre os cinco líderes dos partidos com assento parlamentar (PSD, PS, CDS-PP, CDU² e Bloco de Esquerda – BE), três deles (Pedro Santana Lopes, primeiro-ministro, José Sócrates, líder do PS, e Jerónimo de Sousa, da CDU) apresentavam-se a eleições legislativas pela primeira vez. Já Francisco Louçã (pelo BE) e Paulo Portas (pelo CDS-PP) eram «repententes» neste tipo de sufrágio. Os partidos mais pequenos também participaram na campanha, ainda que as suas actividades tenham conhecido uma visibilidade menor do que as acções dos partidos com representação parlamentar. Este facto gerou alguma polémica, nomeadamente entre o PCTP-MRPP e a televisão estatal.³

¹ V. o artigo de opinião de Vital Moreira em <http://aba-da-cao.blogspot.com/2004/12/democracia-parlamentar-e-poderes.html>.

² Coligação Democrática Unitária – coligação entre o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista «Os Verdes».

³ V., a título de exemplo, os artigos «MRPP insurge-se contra a RTP (*Diário de Notícias*, 9 de Fevereiro de 2005), «PCTP-MRPP protesta contra RTP» (*Público*, 9 de Fevereiro de 2005) e «RTP na mira do PCTP/MRPP» (*Diário de Notícias*, 11 de Fevereiro de 2005).

De acordo com Almeida e Freire (2005), a campanha eleitoral para as eleições de 2005 esteve longe de ser intensa e animada. As actividades de campanha do Partido Social-Democrata terão sido decepcionantes (marcadas por episódios tristes, como boatos relativos à vida privada do líder do Partido Socialista) e as do CDS-PP muito discretas, tendo o partido tentado essencialmente desmarcar-se dos aspectos menos positivos do executivo de Santana Lopes, de que fazia parte, como partido coligado. As sondagens publicadas desde Janeiro de 2005 apontavam para uma vitória clara do Partido Socialista,⁴ sendo que a principal dúvida relativa aos resultados durante a campanha era o facto de este partido ir conseguir a maioria absoluta.

A campanha foi estruturada em temas como o desenvolvimento económico do país (questão central na proposta de um plano tecnológico, ou «choque tecnológico», feita pelo PS;⁵ Almeida e Freire 2005) e nas questões económico-sociais clássicas em qualquer campanha, como o desemprego, a pobreza e a exclusão social.

Durante a campanha, dois eventos assumiram um destaque especial. Em primeiro lugar, uma questão de natureza religiosa – a irmã Lúcia, uma «pastorinha de Fátima», faleceu durante a campanha eleitoral, o que gerou uma ampla discussão em torno da reacção dos partidos a esta fatalidade, nomeadamente a interrupção das actividades de campanha por parte de alguns partidos e o suposto aproveitamento deste acontecimento.⁶ Em segundo lugar, a situação interna do Partido Social-Democrata foi amplamente noticiada, principalmente devido ao boato sobre o desejo de Cavaco Silva (na altura, ex-primeiro-ministro afastado da vida política activa no PSD) de que o Partido Socialista vencesse as eleições e às reacções por parte de personalidades do partido,⁷ mas também pela

⁴ V. o historial das sondagens para as legislativas de 2005 no *site* da Marktest: <http://www.marktest.com/wap/a/p/id~bf.aspx>.

⁵ Cf. o programa eleitoral do Partido Socialista para as eleições de 2005 (http://www.ps.pt/bases/bases_programaticas.pdf).

⁶ V., a título de exemplo, os vários artigos de jornal publicados sobre o assunto, entre os quais se destacam «Lúcia trava campanha» (*24 Horas*, 14 de Fevereiro de 2005), «PSD e CDS suspendem campanha» (*Correio da Manhã*, 14 de Fevereiro de 2005), «Irmã Lúcia» (*Correio da Manhã*, 15 de Fevereiro de 2005), «Morte de irmã Lúcia marca actividade política» (*Correio da Manhã*, 15 de Fevereiro de 2005), «Interrupção da campanha é oportunismo político» (*Público*, 15 de Fevereiro de 2005), «Bispos contra aproveitamento político» (*Diário de Notícias*, 15 de Fevereiro de 2005), «PSD, PS e PP nas exéquias de Lúcia» (*Diário de Notícias*, 16 de Fevereiro de 2005) ou «À boleia de Lúcia» (*Expresso*, 18 de Fevereiro de 2005).

⁷ V., a este respeito, artigos de jornal como «Cavaco Silva aposta na maioria absoluta de José Sócrates» (*Público*, 8 de Fevereiro de 2005), «Em quem vota Cavaco?» (*Diário de*

suposta falta de apoio político de que Pedro Santana Lopes seria alvo por parte dos «barões» do seu partido.

As eleições, que ocorreram em 20 de Fevereiro de 2005, foram ganhas com maioria absoluta pelo Partido Socialista. Este partido, liderado por José Sócrates, elegeu 121 deputados, num total de 230. O partido comandado pelo primeiro-ministro em funções, Santana Lopes, não conseguiu sequer alcançar um terço dos assentos na Assembleia da República. A adesão às urnas foi na ordem dos 64%, facto que significou uma mudança na tendência de aumento da abstenção que se verificava desde 1980 (Almeida e Freire 2005). Em consequência dos resultados destas eleições, Portugal conheceu o primeiro governo maioritário liderado pelo Partido Socialista e os líderes dos dois partidos de direita que formavam o governo anterior (Partido Social-Democrata e Partido Popular) demitiram-se.

A campanha para as legislativas de 2005 nos meios de comunicação social: padrões e factores de exposição

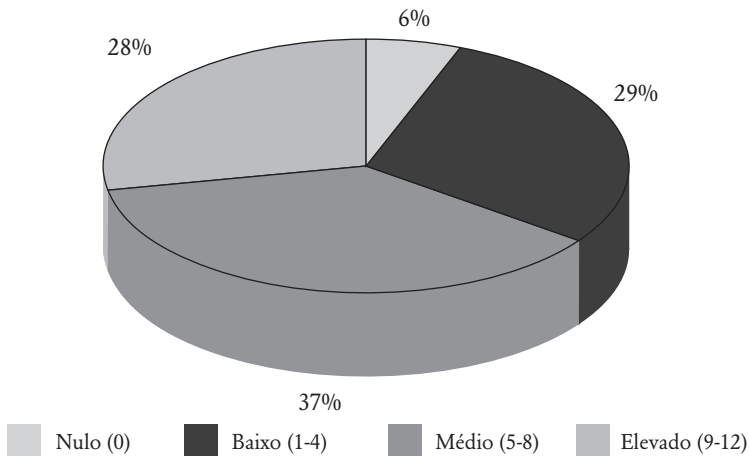
Análise descritiva dos padrões de exposição

No contexto das legislativas de 2005, como é que se caracterizou a exposição dos portugueses à informação política veiculada pelos órgãos de comunicação social durante a campanha eleitoral? A resposta a esta pergunta poderá ser abordada através da análise dos dados recolhidos pelo inquérito pós-eleitoral coordenado pelo projecto CEAPP e implementado pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP-UCP).⁸

Notícias, 10 de Fevereiro de 2005), «Dirigentes do PSD acham que Cavaco Silva deveria dizer em quem votará» (*Público*, 10 de Fevereiro de 2005), «O silêncio de Cavaco» (*Jornal de Notícias*, 11 de Fevereiro de 2005), «Acho que Cavaco vota PSD» (*O Independente*, 11 de Fevereiro de 2005) e «Cavaco Silva entrou na campanha, armadilha a Cavaco» (*Expresso*, 12 de Fevereiro de 2005).

⁸ Para a realização deste inquérito pós-eleitoral, o trabalho de campo decorreu entre 5 de Março e 8 de Maio de 2005. A amostra inquirida (2801 indivíduos) foi desenhada no sentido de ser representativa da população portuguesa continental com 18 ou mais anos de idade em Fevereiro de 2005, com base nos métodos de aleatorização e estratificação amplamente utilizados neste domínio. Os dados deste inquérito estão disponíveis para utilização em investigação, sendo acessíveis através de pedido formal à coordenação do projecto CEAPP.

Figura 3.1 – Índice geral de acompanhamento da campanha para as legislativas de 2005 através dos meios de comunicação social



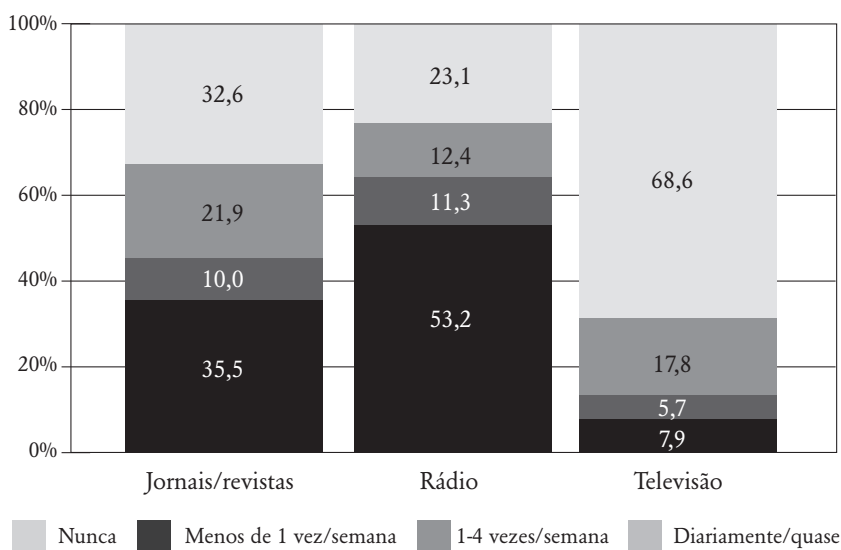
Neste inquérito, os entrevistados foram questionados acerca do seu grau de exposição às notícias sobre política durante a campanha eleitoral.⁹ A partir destes dados foi criado um índice geral de exposição aos *media* durante a campanha que agrega os dados sobre a exposição à informação política na televisão, rádio e imprensa.¹⁰ Como mostra a figura 3.1, cerca de 6% dos inquiridos afirmaram não ter acompanhado as notícias sobre política nos meios de comunicação durante a campanha, enquanto 28% fizeram-no com uma frequência elevada (em média, diariamente ou quase). Temos, assim, uma maioria de 94% dos inquiridos que apresenta algum grau de exposição aos meios de comunicação social para acompanhamento da actualidade política do país, factor que atesta de forma inequívoca a generalização da acessibilidade e da audiência destes meios, bem como o seu papel de transmissão de informação sobre a actualidade.

Fazendo uma análise mais específica por tipo de meio de comunicação social (figura 3.2), verificamos que a televisão apresenta uma proporção

⁹ Foram feitas três perguntas: «durante a campanha eleitoral, qual a frequência com que acompanhou as notícias sobre política nos jornais ou revistas?»; «durante a campanha eleitoral, qual a frequência com que acompanhou as notícias sobre política na rádio?»; «durante a campanha eleitoral, qual a frequência com que acompanhou as notícias sobre política na televisão?». A escala de resposta apresentada era a seguinte: diariamente ou quase todos os dias, três a quatro dias por semana, um a dois dias por semana, com menos frequência, nunca.

¹⁰ Este índice varia entre 0 (nenhuma exposição aos *media*) e 12 (exposição diária ou quase diária aos três tipos de meios de comunicação social). O seu alfa de Cronbach é de 0,58.

Figura 3.2 – Frequência de exposição à campanha para as legislativas de 2005 nos três tipos de *media*



elevada de consumidores diários (ou quase) de informação política durante a campanha (69%), que contrasta com os valores referentes à imprensa (33%) e à rádio (23%). É ainda de salientar que um terço dos portugueses afirma nunca ter recorrido aos jornais e às revistas durante a campanha para se informar sobre a actualidade política do país; o mesmo comportamento é observado em cerca de metade dos inquiridos no que diz respeito à rádio. Este panorama permite, assim, destacar o cariz de primazia da televisão enquanto fonte de informação sobre questões da actualidade durante a campanha eleitoral e verificar um papel menos importante da imprensa e da rádio. O fenómeno é semelhante ao encontrado noutros estudos semelhantes, como os que, por exemplo, analisaram os padrões de exposição aos meios de comunicação social para recolha de informação sobre a União Europeia.¹¹

Para além do grau de exposição, interessa também perceber até que ponto é que as pessoas confiam na isenção da informação que lhes é fornecida pelo meio de comunicação social mais utilizado durante a campanha (jornal ou revista, programa televisivo noticioso e estação de rádio). Tendo em conta a cobertura da campanha eleitoral de Fevereiro de 2005,

¹¹ V., a título de exemplo, o «Relatório nacional do Eurobarómetro 63», em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb63/eb63_pt_nat.pdf.

verificamos que, no caso dos jornais/revistas e da rádio, o número de indivíduos que consideram ter havido um enviesamento na cobertura da campanha é muito reduzido – inferior a 7 pontos percentuais. No caso da televisão, a percentagem de inquiridos descrentes da isenção da cobertura é ligeiramente superior (11,1%), mas ainda residual. Como é natural, as taxas de confiança na isenção do produto mais consumido são bastante superiores às taxas de confiança nos meios de comunicação em geral em 2005 (59% para a imprensa, 68% no caso da rádio e 66% no caso da televisão).¹²

A relação entre o descrédito da isenção dos meios de comunicação social e o grau de exposição não se verifica para todos os *media*. No caso da rádio e da televisão, os indivíduos descrentes expuseram-se com a mesma intensidade que aqueles que não identificaram enviesamentos na estação ou noticiário televisivo a que mais recorreram {teste *t* para a rádio = [$t(1159) = -1,619; p = 0,106$]; teste *t* para a televisão = [$t(2346) = -0,981; p = 327$]}. Já no caso dos jornais e revistas, os indivíduos que detectaram falta de isenção expuseram-se, em média, com mais frequência à imprensa escrita [$M = 3,36$, numa escala de 0 (nunca) a 4 (diariamente/quase)] do que os que consideram que o seu jornal ou revista de eleição não foram enviesados no tratamento da campanha ($M = 3,01$) [$t(1512) = -4,561; p = 0,000$].

Em suma, o acompanhamento da campanha para as eleições legislativas através dos *media* caracteriza-se, por um lado, por uma percentagem residual de indivíduos não expostos e também por níveis baixos de desconfiança em relação aos *media* da preferência dos cidadãos. Os indivíduos que se expuseram fortemente às notícias veiculadas durante a campanha constituem mais de um quarto do total, sendo que a exposição diária (ou quase) é muito mais frequente na televisão do que nos outros meios de comunicação social. Destaca-se ainda o facto curioso de, no que diz respeito à imprensa, as percepções de enviesamento estarem associadas a um nível de exposição mais elevado.

Factores de exposição

Verificou-se, na secção anterior, que 94% dos cidadãos portugueses se expuseram à cobertura da campanha pelos meios de comunicação social,

¹² V., a este respeito, o capítulo 4 do «Relatório nacional do Eurobarómetro 64», realizado no Outono de 2005, em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb64/eb64_pt_nat.pdf.

bem como que mais de metade se expôs num grau de frequência médio ou elevado. Analisam-se, em seguida, os factores que subjazem às diferenças no grau de exposição, procurando uma compreensão do fenómeno na sua generalidade (recorrendo ao indicador agregado de exposição à imprensa, rádio e televisão como variável dependente), mas também nas suas especificidades (usando como variáveis dependentes os níveis individuais de exposição àqueles *media*). Uma vez que o contexto português de utilização de meios de comunicação social aponta para o facto de que a televisão, a imprensa e a rádio têm audiências de magnitude muito diferente, nada nos garante que essas populações sejam idênticas do ponto de vista das características que as qualificam.

De entre as abordagens teóricas da comunicação social, a teoria dos usos e gratificações é a que mais fortemente defende a ideia de que as audiências são activas no processo de selecção dos meios de comunicação social e dos seus conteúdos, sendo que o fazem tendo em conta as suas necessidades e as gratificações que podem obter com o uso dos *media* (v. Lilleker 2006). A teoria dos usos e gratificações diz-nos que a decisão de exposição aos meios de comunicação social é feita tendo em conta o suprimento de necessidades várias, como, por exemplo, a diversão (fuga à rotina e aos problemas do quotidiano), as relações interpessoais (os *media* fornecem informação útil para a conversação e podem substituir pessoas como fonte de companhia), a identidade pessoal (reforço de valores, autoconhecimento) e vigilância (*surveillance*; necessidade de informação sobre factores importantes para o indivíduo ou que podem ajudá-lo a cumprir determinada tarefa ou alcançar determinado objectivo) (Blumler e Katz 1974).

Neste contexto, a exposição aos meios de comunicação social durante uma campanha eleitoral parece poder suprir esta última necessidade, uma vez que a cobertura das campanhas veicula informação sobre os candidatos que as audiências podem utilizar para tomar uma decisão face ao modo como utilizam o seu voto. No entanto, existem outras necessidades gratificadas com a exposição à campanha nos *media*. De acordo com um estudo realizado por Blumler e McQuail no Reino Unido (1964, cit. *in* em Severin e Tankard 1998), as pessoas acompanham a campanha (nomeadamente assistindo aos tempos de antena) porque necessitam de conhecer os programas dos diferentes partidos, saber quais são os temas mais importantes da actualidade e avaliar os protagonistas políticos, mas também devido a motivações como lembrar quais são os pontos fortes do partido favorito, perceber quem é que deverá ganhar as eleições, recolher informação para decidir em quem votar, apreciar a excitação em volta da corrida eleitoral e recolher material para utilizar em discussões

com terceiros. Num outro estudo, centrado nas motivações associadas à leitura de jornais, os motivos encontrados são similares, ainda que a sua importância relativa seja ligeiramente diferente (Atkin 1972).

Estes estudos e outros similares explicam os motivos que levam as pessoas a exporem-se aos *media* para acompanhar as campanhas eleitorais, mas não fornecem muita informação sobre as características da audiência que fazem com que, num primeiro momento, um determinado conjunto de motivações esteja saliente e, num segundo momento, esses motivos sejam supridos com a exposição à campanha nos *media*. Infelizmente, a literatura científica é pouco profícua na análise dos factores que subjazem à exposição aos meios de comunicação social no contexto de campanhas eleitorais. Destaca-se, neste contexto, a investigação levada a cabo por Atkin (1972), que verificou que o nível de exposição a notícias sobre questões políticas e de actualidade estava, no caso da imprensa, positivamente associado ao nível de discussão interpessoal, ao grau de interesse pela campanha eleitoral, à educação do indivíduo e ao rendimento do seu agregado familiar. No caso da televisão, a relação entre a exposição e estas duas últimas variáveis de natureza sócio-demográfica não se observa. Com base nestes resultados podem estabelecer-se as três hipóteses que se apresentam em seguida.

A hipótese 1 é a de que a escolaridade e o rendimento familiar dos indivíduos influenciarão a sua exposição aos meios de comunicação social para acompanhamento de notícias sobre a campanha. Na análise por tipos de *media*, estas variáveis terão efeito na exposição à imprensa, mas não na exposição à televisão (hipótese 1.1). Estas dimensões estudadas por Atkin (1972) são de natureza sócio-demográfica – aquelas que, por tradição e ancoragem temporal, entram em primeiro lugar nos modelos de regressão de instâncias do comportamento político. A sua influência no grau de exposição à imprensa poderá ter a ver com duas questões específicas – em primeiro lugar, o facto de que as notícias de jornal são redigidas a um nível linguístico superior àquele com o qual o indivíduo médio se sente confortável (Graber 2004) e podem fazer com que os indivíduos menos escolarizados se sintam incapazes e/ou inibidos perante a perspectiva de consumir jornais e revistas noticiosas com frequência; por outro lado, um rendimento familiar mais elevado poderá facilitar o acesso à imprensa, cujos custos percebidos são porventura mais elevados do que os da assistência a um programa noticioso na rádio ou na televisão. No inquérito de 2005, os indivíduos foram questionados acerca da sua escolaridade e do rendimento médio da sua família, pelo que é possível medir o efeito destas duas variáveis.

A hipótese 2 postula que os níveis de discussão interpessoal sobre os temas da actualidade terão um impacto positivo no grau de exposição aos meios de comunicação social; não devem observar-se diferenças entre a televisão e a imprensa. Esta hipótese deriva dos resultados de Atkin (1972), mas também é suportada pelos postulados teóricos da teoria dos usos e gratificações e pelo estudo de Blumer e McQuail no contexto de eleições britânicas na década de 60 (cit. *in* Severin e Tankard 1998). Isto porque, uma vez que a exposição aos *media* pode servir para suprir necessidades associadas às relações interpessoais (nomeadamente fornecendo informação e argumentos para a conversa e a discussão com outros), faz sentido que sejam os indivíduos com maior hábito de discussão interpessoal quem consome notícias sobre a campanha nos meios de comunicação social com maior frequência.

No entanto, a direcção da relação entre estas duas variáveis é ambígua, podendo afirmar-se que (a) as pessoas discutem mais as questões da actualidade porque se expuseram fortemente às fontes que as informam sobre os tais assuntos – os *media*, ou (b) que as pessoas procuram os meios de comunicação social para se informarem, de forma a estarem preparadas para a discussão dos temas da actualidade com os membros das suas redes sociais (familiares, colegas, amigos, e daí por diante). No presente estudo adopta-se a segunda perspectiva, mas usar-se-á de alguma cautela nas interpretações feitas a partir da análise efectuada.

Para verificar a hipótese 2 operacionalizou-se a variável independente «discussão interpessoal» com recurso aos dados do inquérito pós-eleitoral recolhidos através da pergunta «qual a frequência com que costuma discutir política e as notícias da actualidade com familiares, amigos ou colegas de trabalho?», acompanhada de uma escala de resposta com as seguintes opções: nunca, ocasionalmente e frequentemente. Quanto mais elevado for o valor desta variável, maior será a frequência da discussão interpessoal.

Na hipótese 3 prevê-se que o grau de interesse pela campanha eleitoral terá um efeito positivo no nível de exposição aos meios de comunicação social; não se esperam diferenças entre a imprensa e a televisão. A relação entre o interesse pela campanha e a exposição a notícias políticas durante o período de campanha, verificada por Atkin (1972), baseia-se num raciocínio muito intuitivo – se existe bastante interesse sobre um determinado assunto, a probabilidade de procurar informação sobre esse tema é maior do que se o interesse for reduzido. A operacionalização da variável independente «interesse pela campanha» foi feita com recurso às respostas à questão «diga-me, por favor, teve muito interesse, algum interesse, pouco interesse ou nenhum interesse em seguir a campanha

eleitoral para estas últimas eleições de Fevereiro de 2005?». A recodificação efectuada faz com que um valor elevado nesta variável signifique um elevado interesse pela campanha.

Para além das variáveis directamente associadas às hipóteses sugeridas pelos resultados de Atkin (1972), parece-nos pertinente a introdução de mais algumas no modelo a testar. Em primeiro lugar, para a criação de um bloco mais consistente de variáveis sócio-demográficas consideram-se, para além da escolaridade e do rendimento, outras duas que poderão ter um impacto interessante nos níveis de exposição – a idade e o sexo.

Por outro lado, e uma vez que as variáveis dependentes dizem respeito ao acompanhamento de assuntos políticos durante a campanha eleitoral (e não apenas exclusivamente aos assuntos da campanha), considerou-se apropriado introduzir na análise um factor mais genérico referente ao interesse geral pela política. Esta variável é medida através da questão «de um modo geral, qual é o seu interesse pela política?», cuja escala de resposta foi recodificada, passando a variar entre 1 (nada) e 4 (muito interessado). A correlação entre esta variável e o interesse pela campanha é estatisticamente significativa e apresenta o valor de 0,56. Trata-se de um valor elevado, mas situa-se longe do valor de 0,75, a partir do qual a probabilidade de incorrer no problema da multicolinearidade é bastante elevada (Maroco 2003). Por esse motivo, o interesse pela política estará presente na análise, hipotetizando-se uma relação directa entre esta variável e a exposição aos *media* (hipótese 4).

Em terceiro lugar, consideramos que a percepção de que os assuntos políticos são de difícil compreensão poderá influenciar de forma negativa a exposição aos *media*. Para incluir esta dimensão interessa juntar à análise uma nova variável – o «sentimento de ineficácia política interna», ou «incompetência política individual» (Almond e Verba 1963, cit. in Magalhães 2004). A inclusão desta dimensão conduz ao estabelecimento de uma nova hipótese que prevê que os indivíduos com elevado sentimento de ineficácia política interna se expõem de forma menos frequente à informação sobre a actualidade política veiculada pelos *media* durante a campanha (hipótese 5).

A percepção de ineficácia política interna foi operacionalizada da forma utilizada por Magalhães (2004). Isto é, recorreu-se a informação sobre a concordância com a frase «geralmente, a política parece ser tão complicada que as pessoas como eu não conseguem perceber o que se está a passar». A variável foi recodificada no sentido de fazer com que um valor mais elevado corresponda a um maior grau de concordância, ou seja, um maior sentimento de ineficácia interna.

Por fim, e apesar de não termos suporte teórico para a introdução destes factores, considera-se que é interessante juntar ao bloco de variáveis sócio-demográficas e de características atitudinais um bloco de variáveis de contexto, como seja a avaliação do desempenho do último governo [de 1 (muito mau) a 4 (muito bom)] e da situação da economia [de 1 (muito mau) a 5 (muito bom)], bem como a simpatia pelo primeiro-ministro incumbente e pelo seu principal concorrente [de 1 (grande antipatia) a 10 (grande simpatia)]. Estas variáveis caracterizadoras do contexto específico em que a campanha eleitoral tomou lugar poderão ter mobilizado ou desmobilizado os indivíduos em relação à campanha e influenciado assim os níveis de exposição à informação sobre esta nos *media*.

Analiseemos, em primeiro lugar, o resultado da regressão relativa ao índice geral de exposição aos meios de comunicação social (quadro 3.1). O primeiro modelo, que contém apenas as variáveis sócio-demográficas, é estatisticamente significativo [$F(4,2026) = 76,610$; $p = 0,000$] e explica 13% da variação da exposição à informação sobre política nos *media*. Verificamos assim que, tal como se previa na hipótese 1, a escolaridade e o rendimento têm um impacto positivo nos níveis de exposição aos *media* durante a campanha. Para além disso, verificamos também um efeito do sexo favorável aos homens. O aprofundamento deste efeito através da realização de um teste t permite verificar que os homens se expuseram, em média, mais frequentemente ($M = 7,28$) do que as mulheres ($M = 5,78$) [$t(2628) = 11,298$; $p = 0,000$]. Por fim, a idade dos inquiridos relaciona-se de forma positiva com a exposição – quanto mais velhos, maior o nível de exposição reportado.

A introdução das variáveis atitudinais faz com que o modelo, que continua estaticamente significativo [$F(8,1961) = 118,960$; $p = 0,000$], passe a explicar 32,4% da variação da variável dependente. À excepção da ineficácia política interna, as três variáveis introduzidas mostraram ter impacto no nível geral de exposição – quanto maior a discussão, o interesse pela campanha e o interesse pela política, maior o acompanhamento das notícias sobre política através dos *media* durante a campanha. É também de salientar que, à excepção do sexo, todas as variáveis sócio-demográficas perdem poder explicativo da variação da variável dependente – aliás, a idade deixa mesmo de ter um impacto estatisticamente significativo. É, assim, possível suportar empiricamente as hipóteses 2, 3 e 4, mas não a hipótese 5.

A introdução das variáveis contextuais não tem um impacto relevante na proporção de variação explicada do índice de exposição, que apresenta aqui o valor de 31,6%. Neste modelo [$F(12,1626) = 63,621$; $p = 0,000$],

Quadro 3.1 – Determinantes do índice geral de exposição à campanha nos *media*

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Sexo (feminino)	-0,192 *	-0,132 *	-1,141 *
Idade	0,053 **	n. s.	n. s.
Escolaridade	0,218 *	0,63 **	0,070 **
Rendimento	0,133 *	0,56 **	0,076 **
Discussão política		0,195 *	0,213 *
Interesse pela campanha		0,208 *	0,178 *
Interesse pela política		0,188 *	0,168 *
Ineficácia interna		n. s.	n. s.
Situação da economia			n. s.
Avaliação do governo			n. s.
Simpatia JS			0,068 **
Simpatia PSL			0,061 **
R^2 ajustado	0,130	0,324	0,316
N	2 027	1 962	1 626

Notas: * = $p < 0,001$; ** = $p < 0,050$; os valores VIFs são inferiores a 2 em todos os modelos, o que sugere que não haverá problemas de multicolinearidade.

os efeitos relativos das variáveis anteriores não sofrem grandes alterações. Quanto às variáveis contextuais, verificamos que não existe relação entre as avaliações racionais do contexto (percepção do estado da economia e avaliação do desempenho do governo) e o índice de exposição. Quanto às avaliações afectivas das duas principais personagens da campanha, verificamos que, quanto maior é a simpatia expressa por Pedro Santana Lopes e por José Sócrates, mais elevado é o nível de acompanhamento das notícias sobre política nos *media*.

Será que a exposição aos diferentes tipos de meios de comunicação social é explicada de forma distinta pelo modelo em análise? No quadro 3.2 apresentam-se os resultados de três regressões efectuadas com o modelo de factores acima apresentado, tendo como variáveis dependentes os níveis de exposição à televisão, à imprensa e à rádio.

Os modelos testados são estatisticamente significativos, no caso da televisão [$F(12,1656) = 30,875$; $p = 0,000$], da imprensa [$F(12,1661) = 56,450$; $p = 0,000$] e da rádio [$F(12,1647) = 18,143$; $p = 0,000$]. O conjunto de factores testados é mais eficaz na explicação da variação da exposição às notícias na imprensa (28,6%) do que na televisão (17,8%) e na rádio (11,1%). Para além disso, dos doze factores em análise, só dois mantêm a sua influência nas três variáveis dependentes – a discussão interpessoal

Quadro 3.2 – Determinantes do índice geral de exposição à campanha na televisão, na imprensa e na rádio

	Televisão	Imprensa	Rádio
Sexo (feminino)	n. s.	-0,142 *	- 0,142 *
Idade	n. s.	n. s.	n. s.
Escolaridade	n. s.	0,113 *	n. s.
Rendimento	0,054 **	n. s.	0,065 **
Discussão política	0,136 *	0,190 *	0,146 *
Interesse pela campanha	0,175 *	0,138 *	0,095 **
Interesse pela política	0,174 *	0,160 *	n. s.
Ineficácia interna	n. s.	-0,054 **	n. s.
Situação da economia	n. s.	n. s.	n. s.
Avaliação do governo	n. s.	n. s.	n. s.
Simpatia JS	0,112 *	n. s.	n. s.
Simpatia PSL	0,086 **	0,047 **	n. s.
R ² ajustado	0,178	0,286	0,111
N	1 657	1 662	1 648

Notas: * = $p < 0,001$; ** = $p < 0,050$; os valores VIFs são inferiores a 2 em todos os modelos, o que sugere que não haverá problemas de multicolinearidade.

dos assuntos da actualidade e o interesse pela campanha. O impacto dos restantes factores varia de *medium* para *medium*.

No que diz respeito à televisão, verificamos que o único factor sócio-demográfico com um efeito significativo é o rendimento familiar – quanto mais dinheiro entra mensalmente no agregado familiar dos indivíduos, mais frequente é a sua exposição aos noticiários televisivos. É de salientar que a hipótese 1.1, formulada com base nos resultados de Attkin (1972), não previa a observação deste efeito. Passando ao bloco seguinte, verificam-se efeitos fortes e directos do interesse pela campanha e pela política, bem como da frequência de discussão dos assuntos políticos, que são acompanhados pela ausência de impacto da percepção de ineficácia política interna. No domínio dos factores contextuais, a simpatia pelos líderes dos dois principais partidos está associada a uma maior exposição à televisão durante a campanha.

O padrão observado para a imprensa é distinto. Em primeiro lugar, as diferenças entre sexos verificadas no índice geral voltam a ser observadas; em segundo lugar, o rendimento não influencia a exposição às notícias sobre política na imprensa, ao contrário do que postulava a hipótese 1.1. No entanto, os níveis de escolaridade mostraram ter impacto nesta variável dependente. No bloco seguinte, a principal diferença face à televi-

são é o facto de que a exposição às notícias sobre política na imprensa é menor à medida que a percepção de ineficácia interna é mais intensa. Isto é, tal como era esperado, a percepção de ineficácia não funciona como um instrumento motivador da exposição (numa lógica de ler mais para compreender melhor a política), mas sim de desmobilização (numa lógica de ler menos sobre um assunto tão complicado quanto a política). Por fim, salienta-se o facto de que os níveis de simpatia por Pedro Santana Lopes mostraram ter impacto neste índice de exposição, embora o mesmo não aconteça com a simpatia por José Sócrates.

Por fim, relativamente à rádio, verifica-se uma maior exposição por parte dos homens e dos indivíduos com maiores rendimentos familiares. Observam-se aqui dois fenómenos interessantes: por um lado, e ao contrário do que sucede para a televisão e a imprensa, a exposição à rádio não é afectada pelo grau de interesse geral pela política; por outro, e tal como se observou para os jornais e revistas, os factores de natureza contextual não influenciam a frequência de acompanhamento de notícias pela rádio.

Conclusões

A análise feita dos padrões da exposição à campanha para as legislativas de 2005 nos meios de comunicação social permite atestar, em primeiro lugar, a existência de uma grande proporção de cidadãos que se expõem aos meios de comunicação social para se informarem sobre as notícias políticas durante a campanha eleitoral e que confiam na isenção do meio de comunicação mais utilizado quanto ao tratamento que confere aos candidatos à eleição. A análise aqui apresentada poderá, em estudos futuros, ser enriquecida de duas maneiras – em primeiro lugar, a análise dos padrões de exposição ficaria enriquecida se fosse feita de forma comparativa, quer em relação a outras eleições do mesmo tipo, quer em relação a eleições distintas, ou até mesmo recorrendo a dados de outros países. Em segundo lugar, seria também interessante tentar verificar se os padrões de consumo de notícias políticas através dos *media* apresentam padrões distintos em contextos de não-campanha.

Quanto à análise dos factores determinantes, verificamos que, de uma forma geral, os factores sócio-demográficos (como o sexo, a escolaridade e o rendimento) influenciam os padrões de exposição à informação política nos *media* durante a campanha. A influência destes factores varia grandemente, consoante o tipo de meio de comunicação social em aná-

lise, seja a televisão, a rádio ou a imprensa. No entanto, as variáveis associadas aos hábitos de discussão de notícias com membros da rede social, e também ao interesse pela política em geral e pela campanha eleitoral em particular, apresentam um efeito positivo. De facto, a única instância em que não se observa um efeito positivo de uma destas variáveis (o interesse pela política) é o nível de exposição à rádio. A percepção de ineficácia política interna, ou seja, a percepção de que os assuntos políticos são muito complicados, actua apenas como factor desmotivador da exposição à imprensa, provavelmente porque este meio de comunicação social é aquele que implica um maior esforço no processamento da mensagem veiculada (Graber 2004; Eagly e Chaiken 1993). Quanto aos factores específicos do contexto da campanha, verificamos que são as variáveis de natureza afectiva em relação aos dois principais protagonistas da campanha – o primeiro-ministro e candidato Pedro Santana Lopes e o líder do principal partido da oposição, José Sócrates – aquelas que motivam os indivíduos a expor-se mais à informação disponibilizada pelos *media*.

A descrição das características da exposição aos *media* durante a campanha para as eleições legislativas de Fevereiro de 2005, feita neste capítulo, é um mero *case study*, não permitindo tirar ilações generalizadas; a mesma crítica pode ser aplicada ao estudo dos factores determinantes da exposição aqui apresentado. A análise realizada permitiu tirar conclusões bastante interessantes sobre os factores que influenciaram o grau de exposição a diferentes meios de comunicação social no âmbito da campanha das últimas legislativas em Portugal. No entanto, até que ponto é que estes resultados são generalizáveis a outras eleições legislativas? E quanto às eleições presidenciais, europeias ou autárquicas? Ou às eleições noutros países? Os próximos trabalhos de investigação sobre este tema deverão tentar dar resposta a alguma destas questões relevantes.

Bibliografia

- Almeida, Pedro Tavares, e André Freire. 2005. «Two overwhelming victories of the Portuguese left: the 2004 European election and the 2005 legislative election». *South European Society and Politics*, 10 (3): 451-464.
- Atkin, Charles. 1972. «Anticipated communication and mass-media information-seeking». *The Public Opinion Quarterly*, 36 (2): 188-199.
- Blumler, Jay, e Elihu Katz. 1974. *The Uses of Mass Communications*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Eagly, Alice, e Selly Chaiken. 1993. *The Psychology of Attitudes*. Forth North: Harcourt Brace Jovanovich.

- Freire, André, et al. 2005. *Comportamentos Eleitorais e Atitudes Políticas: Inquéritos e Bases de Dados, 1973-2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Hill, David. 1985. «Viewer characteristics and agenda setting by television news». *The Public Opinion Quarterly*, 49 (5): 340-350.
- IPOPE – Instituto Português de Opinião Pública e Estudos de Mercado. 1973. *Os Portugueses e a Política*. Lisboa: Moraes Editores.
- Iyengar, Shanto, e Adam Simon. 2000. «New perspectives and evidence on political communication and campaign effects». *Annual Review of Psychology*, 51: 149-168.
- Iyengar, Shanto, e Donald Kinder. 1987. *News that Matters. Television and Public Opinion*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Jasperson, Amy et al. 1998. «Framing and the public agenda: media effects on the importance of the federal budget deficit». *Political Communication*, 15: 205-224.
- Kinder, Donald. 1998. «Communication and opinion». *Annual Review of Political Science*, 1: 167-197.
- Lazarsfeld, Paul, Bernard Berelson e Hazel Gaudet. 1966 [1944]. *El Pueblo Elige – Estudio del Proceso de Formación del Voto durante Una Campaña Presidencial*. Buenos Aires: Ediciones 3.
- Lilleker, Darren. 2006. *Key Concepts in Political Communication*. Londres: Sage.
- Lipset, Seymour, et al. 1954. «The psychology of voting: an analysis of political behavior». In *Handbook of Social Psychology*, ed. Gardner Lindzey. Reading (Massachusetts): Addison Wesley, 1124-1175.
- Lundberg, George Andrew. 1926. «The newspaper and public opinion». *Social Forces*, 4 (4): 709-715.
- Magalhães, Pedro. 2004. «Democratas, descontentes e desafectos: as atitudes dos portugueses em relação ao sistema político». In *Portugal a Votos – As Eleições Legislativas de 2002*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 333-361.
- Maroco, João. 2003. *Análise Estatística com Utilização do SPSS*. Lisboa: Sílabo.
- McCombs, Maxwell, e Donald Shaw. 1972. «The agenda-setting function of mass media». *The Public Opinion Quarterly*, 36 (2): 176-187.
- Mott, Frank Luther. 1944. «Newspapers in presidential campaigns». *The Public Opinion Quarterly*, 8 (3): 348-367.
- Price, Vincent, e John Zaller. 1993. «Who gets the news? Alternative measures of news reception and their implications for research». *The Public Opinion Quarterly*, 57 (2): 133-164.
- Sá, Alexandre. 2002. «Media, mass media, novos media e crise da cidadania», biblioteca online das ciências da comunicação, <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sa-alexandre-media-crise-cidadania.pdf>.
- Sears, David. 1987. «Political psychology». *Annual Review of Psychology*, 38: 299-255.
- Severin, Werner, e James Tankard. 1998. *Communication Theories*. White Plains (Nova Iorque): Longman.
- Vala, Jorge. 1984. «La production sociale de la violence: représentations et comportements». Tese de doutoramento em Psicologia Social, Lovaina, Universidade Católica.

Parte II
As escolhas eleitorais

Braulio Gómez Fortes
Irene Palacios

Capítulo 4

Os cidadãos que nunca abandonam o governo: o caso das eleições legislativas portuguesas de 2005

Introdução

Neste texto apresentamos uma análise das principais características sócio-demográficas e políticas que permitem distinguir entre os eleitores do governo do Partido Social-Democrata (PSD) em 2002 que lhe retiraram a sua confiança nas eleições de 2005 e os cidadãos que votaram PSD em 2002 e mantiveram o seu apoio ao partido nas últimas eleições legislativas. Como todos sabem, a maior parte da literatura sobre o comportamento eleitoral pretende explicar o comportamento de todos os cidadãos com direito de voto. No entanto, julgamos que pode ser interessante cingir o estudo a um grupo mais restrito de cidadãos (neste caso, os cidadãos que tinham votado no partido do governo nas eleições anteriores) para verificar se existem características estruturais que diferenciam os indivíduos que tiram o seu voto de confiança no governo daqueles que apostam na sua continuidade.

Para este estudo, as eleições de 2005 em Portugal oferecem um cenário muito apropriado aos objectivos desta investigação devido à especificidade de toda a legislatura anterior. Trata-se de uma legislatura muito controversa, com problemas económicos, políticos e institucionais, que chegou mesmo a dividir o partido que se encontrava no poder, o PSD. Este é um cenário favorável porque permite verificar se, em condições extremas, aqueles que apoiam o governo estão mais desinformados, têm menos recursos educativos, estão mais desinteressados dos assuntos políticos, ou

estão localizados em núcleos de população distintos dos daqueles que abandonam o governo nas eleições, ou, pelo contrário, descobrir se não existem diferenças entre um grupo de cidadãos e o outro, atendendo às variáveis que utilizaremos para analisar estas eleições.

Este trabalho dividir-se-á em quatro secções. Na primeira parte faremos uma revisão dos estudos que tentaram explicar a resistência de alguns cidadãos em mudar o seu voto, bem como da investigação que analisou o apoio a governos cujos maus resultados poderiam ser prenúncio de um abandono massivo de eleitores. Na segunda secção caracterizaremos o contexto político das eleições que são objecto deste estudo – as eleições legislativas portuguesas de 2005. Na terceira parte apresentaremos a variável dependente e as variáveis independentes que podem servir para identificar ou distinguir entre um e outro grupo de cidadãos. Por último, através de uma análise descritiva, apresentaremos as principais diferenças entre os que renovaram a confiança no PSD e aqueles que a retiraram, explorando as explicações que podem estar na base destas diferenças.

Antecedentes

No dia das eleições, os cidadãos que vão votar dão o seu apoio a uma candidatura, geralmente um partido político. A maioria dos eleitores descobrirá que a sua aposta eleitoral é vencedora e que o partido em que votou terá a oportunidade de formar governo. Certamente que no momento de depositar o boletim de voto vencedor existem cidadãos que já retiraram o seu apoio ao partido. Trata-se de cidadãos que votam com um certo desconforto, com o propósito de contribuir para a derrota de um governo que lhes parece ser mais detestável do que a opção política em que votam. Assim sendo, enquanto vêem o seu boletim entrar na urna, já deixaram de apoiar o partido em que votaram. Estes serão os primeiros cidadãos que não voltarão a votar no partido vencedor, independentemente da actuação que este tenha no governo durante a legislatura. A partir deste momento, a bolsa de eleitores herdados irá diminuindo pelas mais variadas razões (apontar-se-ão argumentos políticos, económicos ou pessoais), ocorrendo, ao mesmo tempo, novas adesões e apoios gerados por motivos idênticos. Neste trabalho apenas iremos debruçar-nos sobre a bolsa de eleitores herdados (os eleitores do PSD nas eleições de 2002) e estaremos apenas interessados em analisar as características dos que na fase final da legislatura – o dia das eleições seguintes (as eleições de 2005) – apostam novamente no partido, voltando a demonstrar-lhe a sua confiança.

Permanecer leal ao partido em que se votou até ao final da travessia, quando este tem a responsabilidade de governar, pode ser particularmente difícil. Isto é especialmente notório quando as circunstâncias que rodeiam a viagem não podem ser piores, tornando-a uma legislatura «catastrófica» (Almeida e Freire 2005), com uma mudança de capitão (Durão por Santana Lopes), uma divisão aberta entre a tripulação (abandono de ministros a meio da legislatura), uma travessia em direcção contrária ao bilhete comprado (a economia cada vez pior) e, por último, a proibição por prescrição legal de continuar a navegar (a dissolução do parlamento por parte do presidente da República). Nestas circunstâncias (as que constituem o nosso caso), é previsível que os cidadãos que resistem até ao final, votando no partido que apoiaram em 2002, devam ser muito diferentes dos que não renovam a confiança depositada no início da viagem. Podemos supor, por exemplo, que os cidadãos que resistem até ao final não se deixaram influenciar pelos problemas que rodearam o governo do partido em que votaram.

Mas sabemos que os cidadãos podem ter outros critérios para interpretar os governos, que são alheios às más condições económicas e políticas (Maravall 2003). Estes critérios podem estar relacionados com a forma como se informam (ou a sua informação privada), as suas características sócio-demográficas, as suas posições ideológicas ou os seus compromissos passados. O apoio ao governo, inclusivamente nas circunstâncias mais adversas, começou a ser estudado pela escola de Michigan. Os seus principais defensores (Campbell *et al.* 1980[1960]; Converse 1969) argumentavam que não deveríamos preocupar-nos com esta questão, uma vez que a identificação partidária desenvolvida ao longo do tempo criaria um vínculo emocional forte, fazendo com que até mesmo os governos mais nefastos para os cidadãos continuassem a ser apoiados por este tipo de eleitor. Assim, alguns eleitores sentir-se-iam de tal maneira identificados com um partido político que atribuiriam o seu voto a esse partido sem ter em conta os resultados do governo. Mais recentemente, Bartolini e Mair (1990) voltaram a defender a continuidade do encapsulamento de alguns eleitores, que torna difícil quebrar a inércia de votar no mesmo partido.

Outra literatura, centrada no voto económico, tentou identificar os bons e os maus eleitores económicos (Stokes 2001) em função da coerência da sua avaliação da gestão económica do governo e da conversão dessa avaliação em recompensa ou castigo. Designava por «eleitores exonerativos» aqueles que continuavam a votar no governo, mesmo pensando que o desempenho do governo tinha sido mau e assim se iria man-

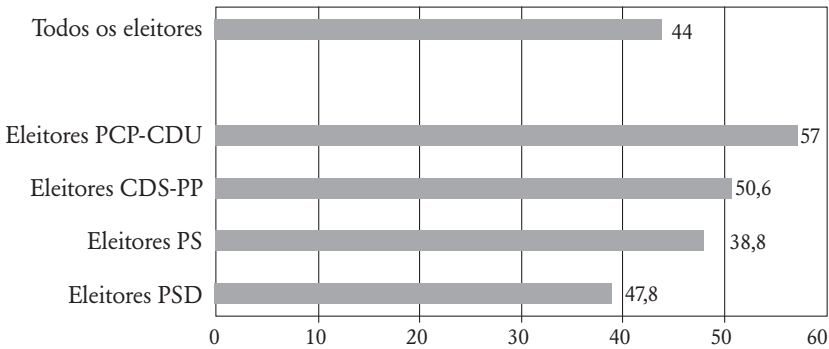
ter no futuro. Posteriormente, demonstrou-se, no caso espanhol, a existência de umas «palas ideológicas» (Maravall e Przeworski 1999) que impediam alguns cidadãos fortemente identificados com o partido no poder de abandonar esse partido, inclusive quando não estavam de acordo com as suas políticas.

A existência deste tipo de eleitores que resistem à mudança explica o facto de que os partidos do governo não desaparecem de umas eleições para as outras. De facto, um estudo que analisa dados agregados relativos a todas as eleições democráticas celebradas desde 1945 até 2004 (Barreiro 2007) demonstra que a média da perda de votos dos governos é de uns escassos 5%, salvo algumas eleições excepcionais. A literatura que fala de alinhamento e desalinhamento do sistema de partidos também deixou claro que a desafeição, a crise de representação e a desconfiança progressiva nos partidos políticos não foram capazes de romper com o vínculo de muitos eleitores com o seu partido preferido, mesmo quando este não tem uma boa prestação perante a responsabilidade de governar. Ou seja, mesmo com o aumento da desconfiança face aos partidos (Abramson 1992), na maioria das democracias ocidentais a identificação não desapareceu (Biorcio e Mannheim 1995). A identificação partidária é mais fraca do que no pós-guerra e, apesar de continuar a ser considerada relevante para explicar o comportamento eleitoral, é-o cada vez menos devido ao progressivo declínio da identificação com os partidos nas democracias ocidentais (Dalton e Wattenberg 2000).

Diversos autores (Gunther e Diamandouros 2001; Torcal e Montero 2006; Freire 2006) referiram que em Portugal deveria ser mais fácil abandonar um governo que não apresenta bons resultados devido à existência de fracas identificações partidárias. No conjunto das dez eleições com maior volatilidade entre os dois blocos ideológicos registadas na Europa de 1945 a 2002 encontravam-se cinco eleições portuguesas. Sabemos também que, concretamente, o PSD, mesmo tendo um grande poder de retenção ideológica dos seus eleitores de direita (Gómez Fortes 2007), não teve a mesma facilidade para fazer com que os seus eleitores do centro (que são a maioria) mantivessem uma intensa lealdade à sua sigla. Apesar da alta volatilidade média em Portugal, há que referir que o apoio aos dois principais partidos (o Partido Socialista – PS – e o PSD) nunca desceu abaixo dos 28%. No caso particular de 2005, o PSD desceu de 40% para 28,8%.

Como vemos na figura seguinte (relativa às eleições legislativas de 2005), confirma-se a fraca identificação partidária entre os eleitores do PSD, que outros estudos sobre os partidos em Portugal tinham já observado (Gunther 2004). Trata-se do partido com menos eleitores identificados – 38%

Figura 4.1 – Identificação partidária nas eleições de 2005



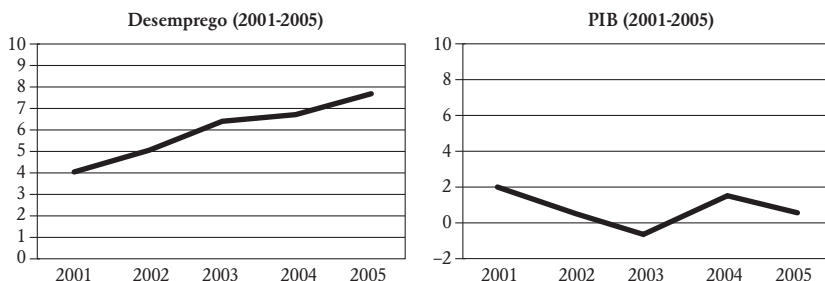
dos eleitores sentem-se identificados com o PSD, face a 47% dos eleitores do PS, 50% dos eleitores do CDS-PP e 57% dos eleitores do PCP-CDU, que é o partido que tem uma identificação mais alargada e mais intensa entre os seus eleitores. A fraca identificação ideológica do PSD é explicada por alguns estudos (Gunther 2004) pela dificuldade que este partido teve, durante os anos revolucionários, para criar e consolidar uma base organizativa em torno de uma ideologia de centro-direita.

Esta fraca identificação partidária entre os eleitores do PSD pode conferir maior relevância a outras características dos cidadãos (como a informação e o conhecimento político, os perfis sócio-demográficos, a ideologia ou o grau de interesse pela política) na determinação do comportamento eleitoral expresso no dia das eleições «singulares» de 2005.

As eleições legislativas de 2005: o fim de uma legislatura excepcional

Quando falamos de eleições «singulares», referimo-nos ao incumprimento de promessas por parte do partido incumbente, à mudança de primeiro-ministro, à dissolução presidencial e à recessão económica. Para aqueles que consideram o voto retrospectivo o factor mais determinante do voto, deparamo-nos com um governo que não cumpriu aquilo que constituiu a parte central das suas promessas eleitorais. De facto, a campanha de Durão Barroso para as eleições de 2002 baseou-se principalmente na necessidade de sanear as contas públicas portuguesas e no facto de a continuidade dos socialistas no governo constituir um perigo para a economia portuguesa. Existem dados objectivos que confirmam que as pro-

Figura 4.2 – Percentagem de desemprego e variação do PIB:
Portugal (2001-2005)



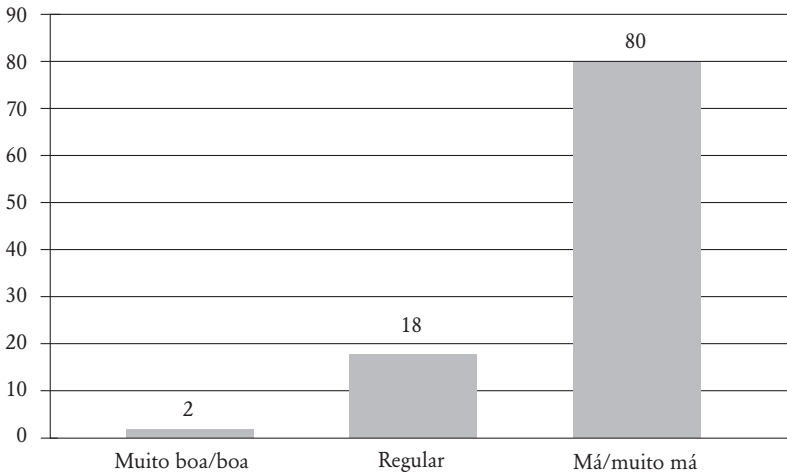
Fonte: Elaboração própria a partir de www.inec.pt.

messas centrais não foram cumpridas. No ano em que o PSD entrou no governo, Portugal entrou em recessão, com um crescimento negativo da economia e com um maior afastamento da economia portuguesa em relação ao resto das economias comunitárias (Freire e Lobo 2005). A economia portuguesa não estava bem durante o governo socialista de Guterres, o que levou Portugal a ficar fora do pacto de estabilidade e crescimento da União Europeia. O desemprego subia e a economia não crescia.

A situação negativa da economia era percebida pela maioria dos portugueses. Como vemos na figura 4.3, a percepção subjectiva do estado da economia não deixa dúvidas sobre qual era o sentimento dominante na sociedade portuguesa. No dia das eleições, 80% pensavam que o estado da economia era mau ou muito mau. Apenas 2% pensavam que a situação económica era boa ou muito boa. Ou seja, podemos encontrar eleitores exonerativos, que desculpam o governo, mas não há dúvida de que todos os portugueses estavam conscientes da má situação económica do seu país.

Quanto ao contexto político, aconteceram dois factos sem precedentes na história recente da democracia portuguesa. O primeiro-ministro, Durão Barroso, foi premiado pela sua má gestão económica com a presidência da Comissão Europeia. A aceitação do cargo dá lugar a um vazio de poder que o PSD não foi capaz de resolver de forma satisfatória para os seus interesses. Depois de um forte debate interno, a que os cidadãos tiveram oportunidade de assistir, a decisão pessoal de Durão Barroso (sem consenso no seu partido) de designar Santana Lopes como novo primeiro-ministro impôs-se. A gestão deste último, descrita como uma experiência desastrosa (Almeida e Freire 2005, 456), precipitou o terceiro facto excepcional das últimas eleições de 2005.

Figura 4.3 – Percepção subjectiva da economia portuguesa (2005)



Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

Quadro 4.1 – Avaliação da gestão do governo de Durão Barroso e do de Santana Lopes

Pensando na gestão geral do governo de..., na sua opinião, como classificaria o trabalho realizado por esse governo?

	Todos os eleitores	Eleitores do PSD
Durão Barroso		
Bom/muito bom	34,6	64,8
Mau/muito mau	75,4	35,2
Pedro Santana Lopes		
Bom/muito bom	15,7	33,6
Mau/muito mau	84,3	66,4
<i>N</i>	3 001	574

Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

Pela primeira vez desde que um civil assumiu a Presidência da República, o presidente Jorge Sampaio dissolveu o parlamento e convocou eleições legislativas para eleger um novo primeiro-ministro sem que este tivesse apresentado previamente a sua demissão e sem qualquer moção

de censura prévia. Nas sondagens, Santana Lopes obteve uma taxa de popularidade mais baixa do que as obtidas por qualquer outro primeiro-ministro e os seus ministros manifestaram publicamente o seu desacordo com a gestão do líder. A decisão do presidente da República foi apoiada pela maioria dos portugueses.

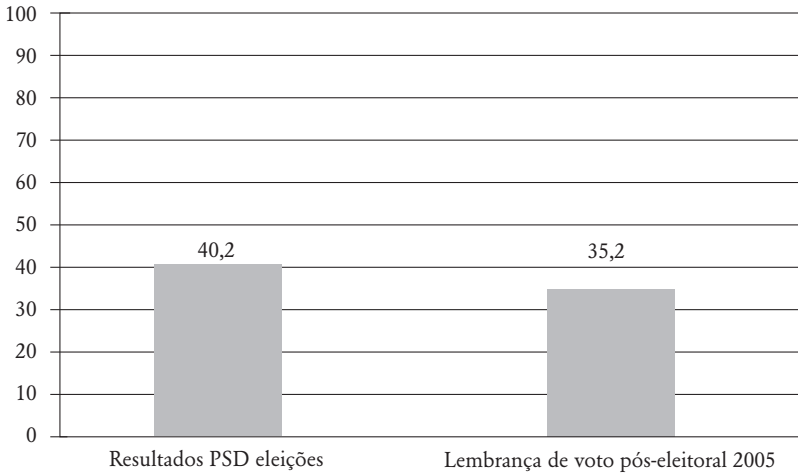
Este sombrio panorama económico, social e político, juntamente com a personalidade de Santana Lopes, permite pensar que os que continuaram a apoiar o partido do governo pudessem estar menos informados, seriam pessoas menos instruídas e mais facilmente ludibriáveis. Toda esta situação (que incluía uma divisão interna dentro do partido e a já conhecida fraca identificação que os portugueses têm com os seus partidos, em especial com o PSD) parece-nos suficientemente sugestiva para observar como se comportaram os cidadãos que começaram a legislatura embarcando, através do seu voto, no barco do PSD e viram as possibilidades de ganhar as eleições seguintes diluir-se à medida que mudavam de comandante a meio da travessia, não conseguindo o saneamento das contas públicas prometido e vendo, sondagem após sondagem, cada vez menos possibilidades de se manterem no poder. É também uma situação apropriada para analisar as eventuais diferenças entre aqueles que, apesar de tudo, se mantiveram no barco e os que perderam toda a confiança no partido que tinham apoiado nas eleições anteriores.

Dados e análise

Para dar conta do comportamento, nas eleições de 2005, dos eleitores que tinham dado o seu apoio ao PSD nas eleições de 2002 utilizámos a base de dados pertencente ao programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*, coordenado por António Barreto. O questionário foi aplicado de forma presencial após as eleições legislativas a uma amostra de 2801 indivíduos representativos da população residente em Portugal, excepto Açores e Madeira. Como dissemos na introdução, o nosso objecto de estudo não são todos os cidadãos com direito de voto em Portugal, mas apenas aqueles que votaram PSD nas eleições de 2002. Portanto, a nossa variável dependente tem a mesma configuração da variável dependente tradicional dos estudos de comportamento eleitoral, com a excepção de que, em vez de votar ou não votar no governo, diz respeito a continuar a apoiar o partido do governo ou retirar o apoio anteriormente concedido.

Em primeiro lugar, observamos que o número de eleitores do PSD na base de dados não difere excessivamente dos resultados reais desse partido

Figura 4.4 – Comparação do resultado real/lembrança de voto (2005)



Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

nas eleições de 2002. O PSD obteve 40,2% dos votos nas eleições de 2002 e os cidadãos que reconhecem ter votado no partido do primeiro-ministro nas eleições de 2002 representam 35% da amostra.

Temos, portanto, uma amostra de 578 eleitores do PSD, dos quais 34,8% reconhecem não ter voltado a dar o seu apoio ao partido nas eleições de 2005 e 65,2% continuaram a apoiar o partido liderado por Santana Lopes nas eleições de 2005 (v. quadro 4.2). A nossa variável dependente adopta o valor 1 quando o cidadão que votou no PSD em 2002 volta a apoiá-lo nas eleições de 2005 e o valor 0 quando o inquirido que votou no PSD em 2002 deposita o seu voto noutro partido ou se abstém nas eleições de 2005.

Quanto às variáveis independentes que seleccionámos para ver se os eleitores do PSD que renovaram a sua confiança no governo PSD eram mais facilmente ludibriáveis do que aqueles que o abandonaram nas eleições de 2005, trata-se de factores relacionados com a dimensão cognitiva: a informação e o conhecimento político. Controlaremos os resultados com a utilização de variáveis sócio-demográficas (a idade, o género, a educação), factores de curto prazo (percepção da economia e simpatia pelo líder do PSD) e variáveis políticas, como a ideologia e o interesse pela política. Em seguida apresentamos a forma como cada uma destas

Quadro 4.2 – Lembrança de voto nas eleições de 2002 e voto nas eleições de 2005 dos eleitores do PSD

	Eleitores do PSD nas eleições de 2002	
	N	%
Abandonam	201	34,8
Continuam	377	65,2
Total eleitores PSD 2002	578	100

Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

variáveis interage com a nossa variável dependente e no final da secção apresentaremos uma análise multivariada que tornará mais consistente a análise descritiva efectuada.

Informação e conhecimento político

Iremos analisar, em primeiro lugar, se os cidadãos que preferiram mudar o voto (e a opinião sobre o seu apoio ao PSD) estavam melhor informados ou dispunham de maiores conhecimentos políticos do que os que continuaram a apoiar o PSD. Num trabalho sobre os efeitos da informação no voto (Fraile 2006) ficou claro que o efeito da informação no comportamento eleitoral não é cristalino. Por um lado, alguns estudos mostram que os cidadãos com maior informação dão mais importância à ideologia do que à acção do político (Zaller 1991). Pelo contrário, outros estudos mostram que, quando a disponibilidade de informação diminui, os cidadãos dão menos atenção à gestão do governo (Krause 1997). Segundo alguns estudos, os cidadãos mais informados são os que têm mais dificuldade em mudar de opinião (Zaller 2004).

Sem aprofundar explicações causais sobre o efeito da informação no voto, pretendemos ver de forma descritiva se os votantes do PSD que renovaram a sua confiança no governo estavam menos expostos à informação política e se seguiram a campanha eleitoral em menor escala. Nas eleições legislativas de Fevereiro de 2005, a informação política nem sempre exerceu uma influência constante sobre o voto individual dos eleitores e o seu apoio ao governo. Assim, por exemplo, o interesse em acompanhar a campanha eleitoral, a exposição às notícias políticas durante a campanha através de diversos meios (imprensa, rádio e televisão) e o acompanhamento dos debates televisivos entre os líderes dos partidos

Quadro 4.3 – Grau de informação recebida pela televisão, rádio e imprensa

	Televisão		Rádio		Jornais	
	Abandonam	Continuam	Abandonam	Continuam	Abandonam	Continuam
Muito informado	34,9%	65,1%	30,5%	69,5%	35,7%	64,3%
Alguma informação	32,7%	67,3%	36,2%	63,8%	29,5%	70,5%
Desinformado	39,6%	60,4%	36,9%	63,1%	38,1%	61,9%

Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

não motivaram suficientemente as posturas de renovação do apoio ou de abandono do governo,¹ como se pode ver no quadro 4.3.

No entanto, mesmo não havendo diferenças significativas, as percentagens de desinformação absoluta são mais elevadas entre os que abandonam o governo do que entre os que renovam o seu apoio – tanto na imprensa (38% face a 33%) como na rádio (51% face a 47%) e na televisão (9,5% face a 7,8%). O resultado mais evidente é que tanto uns como outros acompanharam, na grande maioria (acima de 70%), a campanha eleitoral pela televisão de forma intensa.

Quanto ao conhecimento, sabemos por estudos anteriores que, entre os cidadãos, o fraco conhecimento político é generalizado (Bennett 1988; Althaus 2003; Fraile 2006). Ainda assim, vale a pena tentar distinguir e comparar o nível de conhecimento político dos cidadãos que mantiveram o apoio ao governo em que tinham votado com o dos que não renovaram a confiança depois da legislatura «singular» de 2002-2005. Desta forma, podemos testar a hipótese de que aqueles que mantiveram o seu apoio ao PSD eram menos sofisticados politicamente do que os que alteraram o seu voto nas eleições de 2005.

Os eleitores contam com um certo nível de informação e conhecimento sobre a situação económica, a política internacional ou a posição ideológica de cada uma das políticas incluídas nos programas dos partidos, que usam para formar as suas expectativas e a maneira como atribuem responsabilidades ao governo, tanto pelo passado como pelo futuro. Os resultados do inquérito mostram que o grau de conhecimento político² que os eleitores possuíam não teve qualquer relação com a atri-

¹ A relação entre estas variáveis e o «voto no governo» não é estatisticamente significativa.

² O grau de *conhecimento* ou *informação* sobre assuntos políticos foi medido com três indicadores distintos: um que pergunta ao entrevistado acerca do partido mais votado nas eleições legislativas de 2002; outro que pergunta qual o nome do primeiro-ministro anterior a Durão Barroso; outro que pergunta qual o número de países que entraram no último alargamento da União Europeia.

Quadro 4.4 – Conhecimento político dos eleitores do PSD

Grau de dificuldade	Eleições Portugal 2005	
	Abandonam	Continuam
<i>Lembra-se qual foi o partido mais votado nas eleições de 2002?</i>		
Fácil	83,6%	86,5%
<i>Lembra-se qual foi o primeiro-ministro antes de Durão Barroso?</i>		
Médio	76,6%	79,6%
<i>Lembra-se quantos partidos entraram no último alargamento da União Europeia?</i>		
Difícil	33,8%	36,1%

Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

Quadro 4.5 – Índice de conhecimento político

Número de respostas acertadas	Abandonam	Continuam
Nenhuma	30,2%	69,8%
1	43,1%	56,9%
2	34,5%	65,5%
Todas	31,5%	68,5%
<i>N</i>	574	

Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

buição de responsabilidade política ao partido pelo desempenho do governo. No quadro 4.4 pode ver-se que não existe qualquer diferença de conhecimento político entre os que abandonam o governo do PSD e os que renovam a sua confiança. Quase todos (mais de 80%) são capazes de responder à pergunta mais básica, mais de dois terços respondem correctamente à questão de dificuldade média e mais de um terço é capaz de responder à mais complicada, relativa ao conhecimento do sistema político europeu.

Para ver se a acumulação de respostas correctas eventualmente distingue um grupo do outro construímos um indicador de conhecimento através da soma das respostas correctas das três perguntas existentes no questionário. A variável independente é uma escala de 0 a 3, em que 0 representa nenhuma resposta correcta e 3 as respostas correctas a todas as questões. Como podemos ver no quadro 4.5, os eleitores que mantiveram a confiança no PSD para governar mais quatro anos não tinham

menos conhecimento político do que os que decidiram não renovar a sua confiança. Aliás, 33,4% dos que continuam a apoiar o PSD conseguem acertar todas as respostas, face a 28% entre os que não renovam a sua confiança. Julgamos que estes dados não permitem, assim, fazer juízos superficiais sobre a existência de diferenças entre o nível de conhecimento de uns e de outros.

Não obstante, mesmo não existindo uma direcção óbvia da causalidade, as posturas de apoio ao governo foram um pouco mais acentuadas entre os cidadãos mais informados sobre os assuntos políticos (58,8%), ao passo que a probabilidade de abandonar o governo foi maior entre os que possuíam menos conhecimentos políticos (46,7%). A pauta geral dos efeitos das variáveis independentes no apoio político ao governo encontra-se resumida no anexo.

Idade

Aqui pretendemos ver se os votantes que resistem a abandonar o PSD pertencem a um grupo etário concreto. Num estudo aplicado ao caso espanhol (Maravall e Przewoski 2001), os eleitores mais jovens tendiam a opor-se aos governos, fossem estes conservadores ou socialistas. No seu canónico balanço da investigação produzida até 1976, Milbrath e Goel (1977, 114 e 116) afirmavam que «muitos estudos, feitos em todo o mundo, verificaram que a participação eleitoral aumenta de maneira constante com a idade, até alcançar um ponto culminante na meia-idade, sendo que a partir daí diminui gradualmente com a velhice». A participação política dos jovens é activada com a mesma facilidade com que se desactiva. A probabilidade de continuar a votar nos governos é maior em todas as circunstâncias, e isso mesmo aconteceu em Espanha em todas as legislaturas do PSOE. Recentemente, Pippa Norris (2003) encontrou uma vez mais o já conhecido contraste entre a maior presença dos jovens entre os participantes naquilo a que ela chama «acções orientadas para causas concretas» (manifestações, entre outras) e a sua sub-representação entre aqueles que se envolvem em actividades eleitorais, de contacto político ou de colaboração com partidos.

A influência da idade na continuação do apoio ao governo é bastante clara se tivermos em conta o perfil geracional do eleitorado do PSD. As reacções de apoio foram mais acentuadas entre os eleitores de idade mais avançada, tendo-se mantido em níveis similares entre os votantes das restantes faixas etárias: 78,8% dos eleitores com mais de 65 anos que votaram no PSD nas eleições de 2002 apoiaram novamente o governo no

Quadro 4.6 – Idade e voto no governo entre os eleitores do PSD*

	Abandonam o governo	Incondicionais
18-24 anos	37,8	62,2
25-34 anos	37,5	62,5
35-44 anos	42,2	57,8
45-54 anos	40,6	59,4
55-64 anos	32,6	67,4
65 anos e mais	21,2	78,8
N. C.	28,6	71,4
Total amostra	34,8	65,2
<i>N</i>		574

* A relação entre estas variáveis é significativa ($p < 0,05$).

Nota: A sombreado destacam-se as percentagens com valores máximos em cada categoria que apoiam ou rejeitam o governo estatisticamente acima da média.

Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

sufrágio de 2005, enquanto esta postura diminuiu cerca de 20 pontos entre os eleitores de 35 a 44 anos e de 45 a 54, respectivamente.

Isto coincide com a tendência dos eleitores de maior idade para apoiar o PSD em percentagens acima da média, esteja o partido no governo ou na oposição. Assim, as classes etárias mais velhas do PSD concentram quase mais um terço de eleitores (22,7%) do que no caso dos restantes partidos (13,4%), ao passo que os eleitores mais jovens (entre 18 e 24 anos) apenas representam 8,4% do seu eleitorado no ano de 2005.

Os eleitores mais jovens do PSD castigaram o governo acima do conjunto da média, ainda que tenham sido um pouco mais condescendentes com ele do que os eleitores das faixas imediatamente superiores (35-44 anos e 45-54 anos). De facto, é entre os eleitores destas duas faixas de idade onde se registam as reacções mais críticas contra o governo e, portanto, o maior índice de abandono (42,2% e 40,6%, respectivamente). Deste modo, o apoio ao governo mantém-se praticamente constante entre as duas primeiras faixas de idade (18-24 anos, 25-34 anos) e atinge os valores mais baixos entre os eleitores da terceira e quarta faixa (35-44 anos, 45-54 anos), altura a partir da qual começa a aumentar de maneira gradual (55-64 anos), até alcançar um ponto culminante na velhice (65 anos e mais).

Educação

Seja qual for a avaliação do desempenho dos governos, quanto menor for o grau de escolaridade dos eleitores, maior é a probabilidade de apoiarem o governo em Espanha (Maravall 2003). Ao contrário do que acon-

Quadro 4.7 – Nível educativo e voto no governo entre os eleitores do PSD*

	Abandonam o governo	Incondicionais
Menos do que o secundário	34,5	65,5
Secundário/médio	38,1	61,9
Superior	31,8	68,2
Total amostra	34,9	65,1
<i>N</i>		574

* A relação entre estas variáveis é significativa ($p < 0,05$).

Nota: A sombreado destacam-se as percentagens com valores máximos em cada categoria que apoiam ou rejeitam o governo estatisticamente acima da média.

Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

tece com a idade, o papel da educação na configuração do apoio partidário ao governo do PSD foi limitado, já que as reacções à situação política e económica do país não foram significativamente mediadas pela influência desta variável.³

Os eleitores das três categorias educacionais (menos do que o secundário, secundário/médio e superior) apenas se distinguiram nas suas respostas relativamente às condições económicas e políticas do país e no tipo de reacções que mostraram em relação ao governo. No entanto, isto não se reflectiu de forma notória nas opções políticas: há apenas uma tendência para que os grupos de nível educativo mais alto apoiem mais o governo, enquanto que os de nível educativo médio se inclinam ligeiramente a abandoná-lo.

Assim, das três categorias de estudos, os grupos de nível educativo superior foram os mais fiéis ao governo (68,2%), seguidos dos eleitores com nível de estudos mais baixo (65,5%). Os grupos com grau de formação média e secundária foram os únicos que tenderam a opor-se ao governo numa percentagem superior à da média, ainda que apenas seis pontos acima do abandono protagonizado pelos eleitores das restantes categorias. Por conseguinte, e apesar destas tendências, os apoios partidários foram consideravelmente estáveis e independentes do grau de educação dos eleitores. Assim, está descartada a hipótese segundo a qual a falta de recursos educativos aumentaria a probabilidade de renovar a confiança no governo entre os eleitores do PSD. Os que apostaram pela continuidade do projecto do PSD não tinham menos formação escolar do que aqueles que o abandonaram nas eleições de 2005.

³ A relação entre o «nível educativo» e o «voto no governo» não é estatisticamente significativa.

Quadro 4.8 – Género e voto no governo entre os eleitores do PSD*

	Abandonam o governo	Incondicionais
Masculino	36,6	63,4
Feminino	32,7	67,3
Total amostra	34,9	65,1
<i>N</i>	574	

* A relação entre estas variáveis é significativa ($p < 0,05$).

Nota: A sombreado destacam-se as percentagens com valores máximos em cada categoria que apoiam ou rejeitam o governo estatisticamente acima da média.

Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

Sexo

Entre as mulheres, a probabilidade de votar no governo, seja ele conservador ou socialista, é sempre maior do que a de votar na oposição – independentemente da avaliação do desempenho governamental (Maravall e Przeworski 2001). Noutros estudos feitos em Portugal que analisaram a variável «sexo» nas eleições legislativas de 1999 e 2002 não se constatarem diferenças estatisticamente significativas entre o comportamento eleitoral dos homens e o das mulheres – nem no seu nível de apoio ao governo, nem na sua opção partidária.

O género não teve uma influência significativa na direcção das reacções à actuação do governo de Santana Lopes, apesar de terem sido muitos os analistas políticos que, durante a campanha, mencionaram o suposto sucesso de Santana Lopes entre as mulheres. Estes dados contradizem a tendência, referida por outros estudos, que as mulheres apoiam o governo, qualquer que seja o partido que esteja no poder. No entanto, como demonstram os resultados do quadro 4.8, as posturas exonerativas foram sensivelmente mais acentuadas entre as mulheres (quase 4 pontos mais do que no caso dos homens), enquanto as posturas de abandono são mais elevadas entre os homens.

Ideologia

A ideologia continua a ser considerada um bom atalho para a tomada de decisão política, já que dá muito trabalho recolher toda a informação necessária (Popkin 1991; Sniderman, Brody e Tetlock 1991). A ideologia afecta a forma como os cidadãos interpretam as condições económicas – por exemplo, um eleitor de direita pode pensar que o Estado não é res-

Quadro 4.9 – Ideologia e voto no governo entre os eleitores do PSD*

	Abandonam o governo	Incondicionais
Esquerda	79,2	20,8
Centro	44,0	56,0
Direita	21,8	78,2
Total amostra	34,7	65,3
<i>N</i>	574	

* A relação entre estas variáveis é significativa ($p < 0,05$).

Nota: A sombreado destacam-se as percentagens com valores máximos em cada categoria que apoiam ou rejeitam o governo estatisticamente acima da média.

Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

ponsável pelo desenvolvimento económico de um país, mas antes a iniciativa privada. Hoje em dia (Freire 2006; Klingeman 2005) ainda se considera que o factor que melhor explica o comportamento eleitoral dos eleitores é a sua ideologia. Poderíamos supor, em primeiro lugar, que os eleitores que não declararam ter qualquer ideologia seriam os que menos problemas teriam em retirar o seu apoio ao partido do primeiro-ministro. E, em segundo lugar, quanto mais intensa fosse a sua preferência ideológica e mais afastada ela estivesse do principal concorrente, mais difícil seria abandonar o governo.

Consideramos que as eleições de 2005 em Portugal permitem fazer uma análise capaz de dar conta das diferenças entre os que abandonam o governo (optando por outro partido ou pela abstenção) e os que continuam a apoiar o partido do governo contra ventos e marés. Sabemos que o espectro eleitoral dos partidos de direita é mais baixo que o dos partidos de esquerda e que a direita perdoa mais a crise económica do que a esquerda (Gómez Fortes 2007). Mas sabemos pouco mais.

Quanto à influência da ideologia nos cidadãos que apoiaram o PSD nas eleições de 2002, encontra-se efectivamente uma separação clara entre a esquerda, o centro e a direita no que respeita à renovação do apoio ao PSD nas eleições de 2005. O governo tem os seus eleitores mais fiéis entre os que estão situados à direita da escala – caso em que a aposta na reeleição foi feita por 78% dos eleitores do PSD.

A renovação do apoio eleitoral foi também mais forte entre os eleitores de centro do PSD (56%), apesar de uns significativos 44% terem optado por abandonar o apoio ao governo. Por seu lado, os eleitores situados mais à esquerda tenderam a abandonar, na sua grande maioria, o apoio ao governo (79,2%). Esta situação vem confirmar a hipótese (Gómez For-

tes 2007) segundo a qual os eleitores situados ideologicamente à direita têm maior capacidade para perdoar os governos do PSD que se apresentam às eleições num contexto de grande crise económica. Nas eleições de 2005, os eleitores de direita do PSD tinham mais probabilidade de continuar a apoiar o governo do que os cidadãos de centro e de esquerda que tinham votado no PSD nas eleições de 2002. Os eleitores de esquerda não apoiam os governos do PS quando existe uma má situação económica e, em contrapartida, os eleitores de direita voltam a confiar no seu partido apesar da crise económica, como aconteceu nas eleições de 1995 e como voltou a acontecer nas eleições de 2005.

Interesse pela política

Verifica-se adicionalmente que outras atitudes de carácter político, como o interesse pela política, constituíram importantes estímulos ou predisposições para a renovação ou abandono do apoio ao governo entre os cidadãos que tinham votado PSD nas eleições de 2002. Assim, as reacções de apoio à reeleição são mais elevadas entre os eleitores mais interessados na política: cerca de 65,7% dos eleitores que apoiaram incondicionalmente o governo declararam estar muito ou razoavelmente interessados nos assuntos políticos face a uma média de 61 %. Este interesse razoavelmente alto na política influenciou significativamente as interpretações de carácter político que os eleitores fizeram da situação do país e a exoneração dos governantes da sua má gestão governamental.

Ou seja, a renovação da confiança no PSD foi mais acentuada entre os eleitores mais interessados na política, diminuindo substancialmente entre aqueles que se declararam pouco ou nada interessados pelas ques-

Quadro 4.10 – Grau de interesse pela política entre os eleitores do PSD*

	Abandonam o governo	Incondicionais
Muito interessado	29,8	70,2
Razoavelmente interessado	30,9	69,1
Pouco interessado	43,1	56,9
Nada interessado	40,3	59,7
<i>N</i>		574

* A relação entre estas variáveis é significativa ($p < 0,05$).

Nota: A sombreado destacam-se as percentagens com valores máximos em cada categoria que apoiam ou rejeitam o governo estatisticamente acima da média.

Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

tões políticas. Podemos, assim, rejeitar a hipótese segundo a qual a falta de interesse pela actividade política aumentaria a probabilidade de os votantes do PSD não terem em conta o que aconteceu na legislatura de 2002-2005, renovando o seu apoio ao partido.

Factores de curto prazo: percepção da economia e simpatia pelo líder do PSD

Como vimos anteriormente, na contextualização das eleições de 2005 em Portugal, existem dois factores fundamentais que podem ter condicionado o comportamento eleitoral dos eleitores do PSD. Um tem a ver com a má situação económica e o outro com a imagem do líder do PSD, Santana Lopes. Relativamente à situação económica, vimos que a maioria dos portugueses percebia o resultado da gestão económica como má ou muito má. Entre os eleitores do PSD nas eleições de 2002 também era maioritária a percepção negativa da situação económica tanto entre os que continuaram a apoiar o PSD nas eleições de 2005 como entre os que optaram por abandoná-lo.

Quadro 4.11 – Percepção da economia e apoio ao governo

	Abandonam o governo	Incondicionais
Boa/muito boa	12,5	87,5
Nem boa nem má	29,1	70,0
Má/muito má	37,5	62,4
<i>N</i>		574

* A relação entre estas variáveis é significativa ($p < 0,05$).

Nota: A sombreado destacam-se as percentagens com valores máximos em cada categoria que apoiam ou rejeitam o governo estatisticamente acima da média.

Fonte: Base de dados do inquérito pós-eleitoral de 2005, programa *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*.

O outro factor de curto prazo que queremos controlar está relacionado com os líderes políticos. A literatura demonstra como a popularidade dos candidatos está relacionada com o comportamento eleitoral dos cidadãos (King 2002; Rico 2002; Lobo 2004). Seria de esperar que, quanto mais simpatia um candidato suscita, maiores possibilidades terá de ser apoiado pelos seus eleitores. Como vemos no quadro 4.12, existem diferenças importantes entre os eleitores do PSD relativamente ao grau de simpatia que sentem pelo seu líder e candidato a primeiro-ministro de Portugal.

Quadro 4.12 – Simpatia por Santana Lopes

	Simpatia média por Santana Lopes
Eleitores que continuam com o PSD em 2005	6,8
Eleitores que abandonam o PSD em 2005	3,6
Total eleitores do PSD	5,7
<i>N</i>	574

Análise multivariada

Para dar maior consistência à conclusão de que a ideologia (de direita) é a principal característica dos eleitores do PSD em 2002 que renovam a sua confiança no seu partido nas eleições de 2005 apresentamos no quadro 4.13 uma análise de regressão logística em que se foram incorporando, em três etapas, as diferentes variáveis independentes que descrevemos nas páginas anteriores.

Assim, o primeiro modelo inclui apenas a variável «ideologia», com os três *dummies* dicotómicos que representam a direita, a esquerda e o centro, ficando a categoria «sem ideologia» como categoria de referência. Este modelo tem uma capacidade explicativa de 12%, e mostra que há uma relação significativa entre ser de direita e não abandonar o PSD nas eleições de 2005. No modelo seguinte acrescentámos as variáveis sócio-demográficas que descrevemos anteriormente (idade, sexo e habilitações), mas a capacidade explicativa do modelo praticamente não sofre alterações, chegando aos 13%. Verificámos que continua a ser estatisticamente significativo o coeficiente da ideologia de direita na direcção esperada (ou seja, de maior probabilidade de renovar a confiança no PSD). Por último, no terceiro modelo acrescentámos às variáveis dos modelos anteriores factores referentes à informação e interesse pela política, bem como variáveis relacionadas com factores de curto prazo, como a avaliação da economia e dos líderes. A capacidade explicativa deste terceiro modelo aumenta bastante, chegando aos 36%. É evidente que a personalidade controversa do líder do PSD, Santana Lopes, teve um efeito negativo entre aqueles que votaram neste partido nas eleições de 2002. Também a percepção negativa da situação económica aumentou as possibilidades de deixar de apoiar o PSD. O efeito destas duas variáveis poderia ser previsível no contexto que rodeou as eleições de 2005. Mas, mesmo controlando o efeito destas duas variáveis, a ideologia continua a ser relevante para explicar quais são os cidadãos que têm menos proba-

Quadro 4.13 – Voto declarado no PSD entre os eleitores do PSD nas eleições de 2002

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Ideologia			
Esquerda	-1,660 (0,190) ***	-1,563 (0,210) **	-2,016 (0,133) ***
Centro	-0,199 (0,820)	-0,096 (0,908)	-0,292 (0,747)
Direita	0,873 (2,395) **	0,979 (2,662) **	0,402 (1,495) **
Sócio-demográficas			
25-34 anos		-0,183 (0,833)	-0,129 (0,879)
35-44 anos		-0,085 (0,919)	0,124 (1,132)
45-54 anos		0,052 (1,054)	0,339 (1,404)
55-64 anos		0,023 (1,023)	0,413 (1,512)
65 anos e mais		0,867 (2,380) **	1,098 (2,998) **
Género (feminino)		0,060 (1,062)	0,095 (1,100)
Estudos		0,081 (1,085)	-0,023 (0,977)
Política cognitiva			
Interesse			-0,136 (0,873)
Informação política			0,110 (1,117)
Conhecimento			0,650 (1,915)
Factores de curto prazo			
Simpatia por Santana Lopes			0,326 (1,385) ***
Avaliação da economia			0,266 (0,766) *
Constante	0,379	-0,046	-0,804
Nagelkerke R ²	0,120	0,149	0,367
N	511	511	511

* $p < 0,10$; ** $p < 0,05$; *** $p < 0,01$.

Quiquadrado da melhoria do modelo: relativa a 99%.

bilidade de abandonar o seu partido, independentemente da simpatia que tenham pelo seu novo líder ou da avaliação da situação económica. Os eleitores de centro ou de esquerda do PSD tinham mais probabilidade de abandonar o seu partido do que os eleitores de direita do PSD e os apoios que este partido obtém do lado direito do espectro ideológico são menos sensíveis ao desempenho durante a legislatura do que os que se situam no centro.

Conclusões

Nos parágrafos anteriores procurámos demonstrar que os cidadãos que apostaram num governo do PSD nas eleições de 2002, situados em posições distintas da estrutura social e com diferentes posicionamentos afec-

tivos face ao sistema político, foram afectados de modo diferente pelas condições económicas e políticas do país e decidiram de modo distinto sobre apoiar ou abandonar o governo do PSD nas eleições de 2005.

Podemos afirmar, com base nos dados apresentados, que os eleitores que confiaram no PSD para governar Portugal em 2002 e que voltaram a confiar neste partido nas eleições de 2005 não eram cidadãos com menos recursos educativos, mais desinformados, com menor conhecimento político e menos interessados na política. A sua aposta em renovar o seu apoio ao governo não procedeu de nenhuma incapacidade em perceber o contexto político e económico, pelo que podemos descartar que foram mais facilmente iludidos pelo partido no governo.

Os cidadãos que resistiram, em maior medida, a abandonar o governo nas eleições de 2005 depois de nele terem votado nas eleições de 2002 caracterizam-se principalmente pelo seu vínculo ideológico. A ideologia revelou ser um factor discriminatório, uma vez os eleitores de direita tiveram uma probabilidade significativamente mais elevada de renovar a sua confiança no governo do PSD do que os eleitores de centro ou de esquerda, inclusive aqueles que tinham menos simpatia por Santana Lopes ou encaravam de forma negativa a situação económica. Na esteira de estudos anteriores, volta a verificar-se o facto de que os eleitores de direita têm mais capacidade para tolerar uma crise económica da responsabilidade do seu partido do que os eleitores das restantes ideologias. Os eleitores do PSD que possuem uma ideologia centrista ou de centro-esquerda tiveram menos dificuldade em mudar o seu apoio ao partido do que os simpatizantes do PSD de direita.

Anexo

Quadro 4.14 – Resumo das influências no apoio político dos eleitores do PSD ao governo nas eleições de 2005

Efeito da relação bivariada com o voto no governo		
Género	{ Homem Mulher	– –
Idade	{ – +	Abandonam Continuam
Educação	{ – +	Abandonam Continuam (NS)
Ideologia	{ Esquerda Centro Direita	Abandonam Abandonam Continuam
Interesse pela política	{ – +	Abandonam Continuam (NS)
Interesse pela campanha eleitoral	{ – +	Abandonam Continuam (NS)
Percepção da situação económica	{ – +	Abandonam Continuam
Simpatia por Santana Lopes	{ – +	Abandonam Continuam
Informação política	{ – +	Abandonam Continuam (NS)
Conhecimento político	{ – +	Abandonam Continuam (NS)

NS: não significativa.

Bibliografia

- Abramson, Paul. 1992. «Of time and partisan instability in Great Britain». *British Journal of Political Science*, 22: 381-95.
- Almeida, Pedro Tavares de, e André Freire. 2005. «Two overwhelming victories of the Portuguese left: the 2004 European election and the 2005 legislative election». *South European Society & Politics*, 10 (3): 451-464.
- Althaus, Scott. 2003. *Collective Preferences in Democratic Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barreiro, Belén. (2007). «Explaining the electoral performance of incumbents in democracies». In *Controlling Governments*, eds. José María Maravall e Ignacio Sánchez-Cuenca. Cambridge: Cambridge University Press, 17-44.
- Bartolini, Stefano, e Peter Mair. 1990. *Identity, Competition and Electoral Availability. The Stabilisation of European Electorates, 1885-1985*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bennett, Stephen E. 1988. «Know-nothings revisited: the meaning of the political ignorance today». *Social Science Quarterly*, 69 (2): 476-490.
- Biorcio, Roberto, e Renato Mannheimer. 1995. «Relationships between citizens and political parties». In *Beliefs in Government, Citizens and the State* (vol. 1), eds. Hans-Dieter Klingemann e Dieter Fuchs. Nova Iorque: Oxford University Press, 206-226.
- Campbell, Angus, et al. 1980 [1960]. *The American Voter*. Chicago: Chicago University Press.
- Converse, Philip. 1969. «Of time and partisan stability». *Comparative Political Studies*, 2: 139-171.
- Dalton, Russell, e Martin Wattenberg, orgs. 2000. *Politics without Partisans. Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Fraile, Marta. 2006. *Political Knowledge and the Logic of Voting: A Comparative Study*. Madrid: Estudios Working Papers – Instituto Juan March.
- Freire, André. 2006. *Esquerda e Direita na Política Europeia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André, e Marina Costa Lobo. 2005. «Economics, ideology and vote: Southern Europe, 1985-2000». *European Journal of Political Research*, 44 (4): 493-518.
- Gómez Fortes, Braulio. 2007. «Os electores de esquerda perante o PS: duros e pragmáticos». In *Eleições e Cultura Política*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 59-90.
- Gunther, Richard. 2004. «As eleições portuguesas em perspectiva comparada: partidos e comportamento eleitoral na Europa do Sul». In *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 35-86.
- Gunther, Richard, e Nikiforos Diamandouros, orgs. 2001. *Parties, Politics, and Democracy in New Southern Europe*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- King, Anthony. 2002. *Leaders' Personalities and the Outcome of Democratic Elections*. Oxford: Oxford University Press.
- Krause, George. 1997. «Voters, information heterogeneity, and the dynamics of aggregate economic expectations». *American Journal of Political Science*, 41: 1170-1200.

- Lobo, Marina Costa. 2004. «O impacto dos líderes partidários: uma escolha entre candidatos pouco populares». In *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 193-220.
- Maravall, José María. 2003. *El Control de los Políticos*. Madrid: Taurus.
- Maravall, José María, e Adam Przeworski. 1999. «Reacciones políticas a la economía». *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 87: 11-52.
- Maravall, Jose María, e Adam Przeworski. 2001. «The Spanish experience». In *Public support for market reforms*, ed. Susan Stokes. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Milbrath, Lester, e Madan Lal Goel. 1977. *Political Participation. How and Why do People Get Involved in Politics?* Chicago: Rand McNally College Publishing Company.
- Norris, Pippa. 2003. «Young people and political activism: from the politics of loyalties to the politics of choice?» Comunicação apresentada no simpósio «Young people and democratic institutions: from disillusionment to participation», Conselho da Europa, Estrasburgo, disponível na internet, URL: <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris>.
- Popkin, Samuel. 1991. *The Reasoning Voter*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Rico, Guillem. 2002. *Candidatos y Electores: la Popularidad de los Líderes Políticos y Su Impacto en el Comportamiento Electoral*. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials.
- Sniderman, Paul, Richard Brody e Philip Tetlock. 1991. *Reasoning and Choice. Explorations in Political Psychology*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Stokes, Susan. 2001. «Public opinion of market reforms». In *Public Support for Market Reforms*, ed. Susan Stokes. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Torcal, Mariano, e José Ramón Montero. 2006. *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions and Politics*. Londres: Routledge.
- Zaller, John. 1991. «Information, values and opinion». *American Political Science Review*, 85: 1215-1238.
- Zaller, John. 2004. «Floating voters in US presidential elections: 1948-2000». In *The Issue of Beliefs: Essays in the Intersection of Nonattitudes and Attitude Change*, eds. Paul, Sniderman e Willen Saris. Amesterdão: University of Amsterdam Press.

Capítulo 5

No meio está a virtude? As preferências e posições de eleitores e partidos nas legislativas de 2005

Introdução

Este capítulo examina a relação entre o lado da oferta e da procura no comportamento eleitoral português. A relação entre estes no mercado eleitoral não está longe do proverbial «dilema de causalidade» entre o ovo e a galinha. À primeira vista, poderá parecer mais fácil determinar a criação original na relação entre sistemas de partidos (oferta) e eleitores (procura) do que entre o ovo e a galinha. Efectivamente, os sistemas partidários são em larga medida determinados pelos resultados eleitorais, os quais, por sua vez, são o produto das escolhas do eleitorado.¹

* Gostaria de agradecer a Marina Costa Lobo pelos comentários que fez a versões anteriores deste trabalho. Eventuais erros que subsistam são, evidentemente, da minha inteira responsabilidade. Tal aplica-se também aos comentários recebidos na conferência «Os contextos do voto em Portugal: perspectivas sobre as eleições legislativas e presidenciais (2005-2006)», ICS-UL, 29 e 30 de Março de 2007, e no seminário de investigação do Centro de Estudos em Governação e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro, 24 de Abril de 2007, onde foram apresentadas versões anteriores deste trabalho. Estou grato também a Patrícia Silva pela disponibilização dos dados da codificação dos programas partidários.

¹ É verdade que os sistemas partidários não mudam necessariamente como consequência dos resultados eleitorais. Na medida em que um sistema partidário é o padrão de interacção entre partidos, a advertência de Mair (1997, 215) torna-se relevante: os padrões eleitorais podem mudar sem afectar o sistema de partidos e, de igual modo, a estrutura da interacção partidária pode ser subitamente modificada sem um realinhamento eleitoral significativo. Dito isto, os sistemas de partidos dificilmente conseguem resistir a alterações radicais no comportamento eleitoral. A morte do sistema partidário da I Re-

Na prática, a questão do que vem primeiro é mais complexa. Isto porque, se os sistemas partidários parecem ser uma consequência do comportamento eleitoral, simultaneamente parecem também ser um importante constrangimento sobre este. A existência de uma substancial autocorrelação temporal no resultado eleitoral entre eleições é um bom indicador deste efeito potencial. Efectivamente, o resultado da eleição anterior é um predictor fortemente significativo do resultado da eleição seguinte. Tendo em conta que os partidos se apresentam formalmente *ab novo* em cada eleição, nada impede os eleitores de alterarem o seu voto a cada eleição, a nível individual e agregado. Em termos probabilísticos, deveríamos assistir a uma muito maior alteração no sentido de voto entre eleições. E, se tivermos em conta outros dados – como, por exemplo, os níveis relativamente baixos de confiança nos partidos por toda a Europa –, tal poderia até ser um fenómeno expectável. No entanto, alterações radicais no sentido do voto, como em Itália no início da década de 90, são na prática raras, uma realidade capturada pela sua descrição enquanto «terramotos políticos».

O lado da oferta partidária – ou seja, a escolha que os partidos permitem aos eleitores – tem sido identificado como um potencial factor explicativo importante para o comportamento eleitoral dos portugueses, sobretudo da preponderância dos factores políticos de curto prazo. Como salienta Freire (2004, 188), «o facto de os partidos não apresentarem propostas políticas suficientemente claras aos eleitores parece ser mais importante [no comportamento eleitoral] do que as tendências estruturais em termos da evolução do perfil social e psicológico dos eleitores». Nesse sentido, torna-se relevante examinar o impacto do lado da oferta sobre o comportamento eleitoral, examinando para tal o caso das eleições legislativas de 2005.

Anteriores trabalhos no âmbito do projecto *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses* apontaram para uma escolha eleitoral em Portugal largamente influenciada por factores políticos de curto prazo, como a avaliação dos líderes políticos ou do desempenho do governo. Tal tendência é particularmente evidente quando se compara o voto nos dois principais partidos do sistema partidário português, PS e PSD. Este capítulo examina também até que ponto este padrão deriva da oferta partidária gerada pelo PS e pelo PSD, em concreto de uma proximidade dos posicionamentos políticos oferecidos por estes partidos.

pública italiana na década de 90 reflecte bem esta dependência última do sistema de partidos no comportamento eleitoral. A moeda de troca entre os partidos num sistema partidário é, em última análise, o seu peso eleitoral e é deste que depende todo o seu poder negocial na interacção com os outros componentes do sistema.

Começamos por abordar o comportamento eleitoral português no contexto dos modelos explicativos tradicionalmente aplicados à realidade da Europa ocidental. Como será indicado, o caso português é relativamente excepcional, na medida em que as características sociais parecem exercer uma influência diminuta sobre o voto – sobretudo na escolha entre os dois principais partidos, PS e PSD. Antes esta parece ser largamente determinada por variáveis políticas, com especial destaque para as de curto prazo, como a avaliação do governo ou a simpatia pelos líderes. De seguida é abordada a relação entre a oferta e a procura nos mercados eleitorais, abordando o impacto do lado da oferta sobre o comportamento eleitoral. Especificamente, são salientados os constrangimentos que o lado da oferta (partidos e sistema partidário) pode gerar sobre as escolhas eleitorais. Posteriormente é examinado o grau de proximidade no posicionamento dos dois principais partidos portugueses, usando para tal avaliações de especialistas (*expert surveys*) e a análise de conteúdo dos programas eleitorais apresentados nas legislativas de 2005. O retrato que emerge é de uma proximidade (e ambiguidade) considerável nas posições partidárias, tanto no PS como no PSD, com impacto sobre a natureza da oferta partidária.

Como a análise do comportamento eleitoral sugere, esta proximidade entre os dois principais partidos ajuda a explicar a prevalência de factores políticos de curto prazo na decisão de voto dos portugueses. A proximidade entre o PS e o PSD não tem correspondência a nível do eleitorado. Mesmo considerando apenas o eleitorado mais centrista, emergem vários temas políticos que dividem o eleitorado. Contudo, estas diferenças a nível dos eleitores não têm impacto sobre a escolha eleitoral entre os dois principais partidos, o que denota uma incapacidade dos eleitores em distinguir os partidos em termos de posicionamentos políticos. Nesse sentido, a proximidade em termos de posicionamentos partidários parece levar os eleitores a procurarem outros factores nos quais possam basear a sua decisão de voto, tornando as variáveis políticas de curto prazo os principais factores de distinção entre os dois partidos centristas.

O que sabemos sobre o comportamento eleitoral português

O modelo tradicional de sistemas partidários e alinhamentos partidários de Lipset e Rokkan (1967) sugere que, para a generalidade da Europa ocidental, estes se baseiam em linhas de clivagem históricas. Destas, des-

taca-se a clivagem da classe social, que no modelo de Lipset e Rokkan (1967, 14) representa essencialmente a oposição entre o trabalho e o capital. Esta clivagem é vista, quer em Lipset e Rokkan, quer em trabalhos posteriores, como o de Bartolini e Mair (1990), como a clivagem universalizante na Europa ocidental. Assim, a divisão entre a esquerda e a direita, vista como «o grande conflito universal da política de massas moderna na Europa ocidental» (Bartolini e Mair 1990, 65), será um reflexo dos alinhamentos históricos na clivagem da classe social.

O modelo de Lipset e Rokkan deixou de gerar consenso a partir da década de 70, reflexo da crescente volatilidade eleitoral (pelo menos a nível individual dos partidos) e aparente desalinhamento partidário, e na sua sequência têm surgido (ou sido reabilitados) modelos alternativos do comportamento eleitoral. Alguns autores apontam assim para um comportamento eleitoral crescentemente desancorado das estruturas sociais, com o voto a ser reflexo da avaliação de temas políticos, da conjuntura económica ou da avaliação que os eleitores fazem dos líderes partidários (por exemplo, Borre 2001, Lewis-Beck 1988 e Dalton 2002; para uma análise crítica, v. Aardal e van Wijnen 2005, Listhaug 2005 e Curtice e Holmberg 2005; para o caso português, v. Freire e Lobo 2003, Freire 2004 e Lobo 2004). Outros autores reabilitam o argumento central do modelo sociológico do voto de Lipset e Rokkan (e do modelo sócio-psicológico, que é, de certa forma, um seu descendente directo), mas sugerem uma alteração na estruturação social e nos valores dominantes. Assim, para Inglehart (1977 e 1990), as atitudes políticas (e, consequentemente, também o comportamento eleitoral) seriam crescentemente pautadas pelas oposições geradas pela «silenciosa» revolução pós-materialista, cuja mudança de valores é também reflexo de transformações sociais e políticas seculares (maiores níveis educacionais, maior segurança e declínio da participação religiosa, *inter alia*). Esta ideia geral é posteriormente adaptada e revista por outros autores, gerando a ideia de uma clivagem entre «nova esquerda» e «nova direita» (Dalton 1996, 332-333) ou de «guerras culturais» (*culture wars*) entre «autoritários» e «liberais» (Flanagan e Lee 2003).

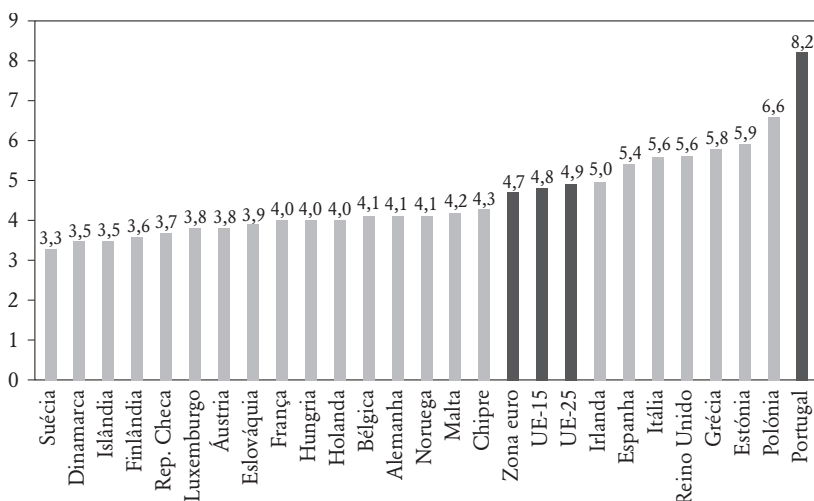
A força explicativa destes modelos alternativos está longe de ser idêntica e a diferença do seu peso é acentuada quando temos em conta a diversidade de padrões de comportamento eleitoral em democracias. De igual modo, vários autores têm argumentado contra a noção de uma irrelevância das clivagens sociais, quer em termos da clivagem da classe social (Evans 1999a e 1999b; Weakliem e Heath 1999a e 1999b; Hout, Brooks e Manza 2001; Weakliem 2001), quer da clivagem religiosa (Montero e Calvo 2000).

Aliás, é importante salientar que já Lipset e Rokkan (1967) tinham reconhecido as limitações contextuais do seu modelo explicativo, apontando para a existência de «poucas, mas significativas exceções» a este. Se a existência de exceções no contexto da Europa democrática era visível em meados da década de 60, ela terá inevitavelmente tendido a aumentar posteriormente, mesmo na ausência de alterações na estrutura social ou dos sistemas partidários dos países analisados por Lipset e Rokkan – mais não seja porque, quarenta anos depois, o número de democracias na Europa mais do que duplicou, à medida que a terceira vaga da democracia iniciada em Portugal se estendeu a leste. Como tal, aumenta o número potencial de exceções, sobretudo se tivermos em conta que muitas das condições na génese dos alinhamentos eleitorais estáveis identificados por Lipset e Rokkan não se reuniam nestas novas democracias: a industrialização, uma «densa rede de organizações sociais» (Allum 1995, 175), onde se destacam os sindicatos e os partidos trabalhistas, capaz de estruturar os interesses de classe e partidos de massas, com um elevado número de militantes, organizados em estruturas permanentes e activamente envolvidas na vida partidária a nível subnacional.

O comportamento eleitoral português é um bom exemplo da excepcionalidade potencial das democracias da terceira vaga, confirmando a previsão de Mainwaring (1999) de que modelos teóricos existentes, derivados a pensar em democracias mais antigas, podem ser inaplicáveis (ou pelo menos requerer reformulação) em democracias mais recentes. Como indicam Gunther e Montero (2001, 124), Portugal constituiu um caso algo anómalo em termos da explicação do voto. Por um lado, as diferenças de classe social (ainda que não propriamente da classe operária tradicional identificada por Lipset e Rokkan) ou de religião parecem ser substanciais. Efectivamente, Portugal é um dos países mais desiguais da Europa em termos de distribuição de rendimento e riqueza (figura 5.1). Em 2005, Portugal apresentava o maior nível de discrepância entre o rendimento do quintil superior (os 20% da população com rendimentos mais elevados) e o do quintil inferior (os 20% da população com rendimentos mais baixos) da União Europeia (figura 5.1). Estas diferenças são também aplicáveis noutras formas de capital – por exemplo, o capital escolar, com Portugal a apresentar dos níveis mais baixos da UE e da OCDE.²

² Em 2004, a proporção de abandono escolar em Portugal era a segunda mais elevada da UE, sendo estimada em 39,4% dos jovens entre os 18 e os 24 anos de idade. A proporção é superior unicamente em Malta e, com as exceções da Espanha (31,1%) e da Itália (22,3%), os valores são inferiores a 20% para os demais países da UE (Comissão

Figura 5.1 – Desigualdade de rendimento (2005)
(rácio de rendimento entre o quintil superior e o inferior)



Fonte: Eurostat (2007).

De igual modo, Portugal apresenta índices de religiosidade potencialmente relevantes, com uma proporção relativamente elevada de «crentes nucleares» – cidadãos que «estão claramente empenhados nas crenças e práticas religiosas, comparecem com frequência aos serviços religiosos, rezam regularmente e têm posições conservadoras sobre um amplo leque de questões sob a tutela do sistema de valores religiosos» – e uma proporção mais ou menos semelhante (ainda que inferior) de «não-crentes» – cuja associação «às práticas e valores religiosos chegou ao fim» (Calvo *et al.* 2007).

No modelo de Lipset e Rokkan, estas diferenças poderiam configurar a base do comportamento eleitoral. Contudo, elas parecem exercer pouca influência sobre as escolhas dos eleitores portugueses. Tal foi confirmado na análise do peso das clivagens nas eleições legislativas de 2002 (Jalali 2004). Este padrão seria essencialmente explicado com base em antece-

Europeia 2005). Em 2005 Portugal apresentava de igual modo a segunda mais baixa proporção de cidadãos com idades entre os 25 e os 64 anos que concluíram o ensino secundário pós-obrigatório da OCDE – 29%, substancialmente abaixo da média de 68% da OCDE, e superior apenas ao México (OCDE 2007). Em termos de detentores de graus superiores, Portugal apresentava no mesmo ano 13% de licenciados em cidadãos com idades entre os 25 e os 64 anos, com a média da OCDE a ser de 19% (OCDE 2007).

dentos históricos. Assim, a religião e a classe social terão sido sobrepostas por uma outra dimensão de conflito – em concreto, a da escolha de regime – no contexto revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril de 1974. Na medida em que este foi também o período em que se começou a delinear o sistema de partidos e os alinhamentos eleitorais, as suas circunstâncias peculiares teriam um impacto directo no comportamento eleitoral, estabelecendo dependências de caminho que subsistiriam posteriormente.

Posteriormente foi testada a evolução do peso das clivagens no comportamento eleitoral após a democratização, procurando compreender se esta influência das clivagens teria enfraquecido ao longo do regime democrático (Jalali 2007). A experiência comparativa prevê um declínio acentuado, na medida em que os processos de mudança social e de secularização tendem a minar a força das velhas clivagens (Niewbeerta e Graaf 1999), e tais processos foram particularmente intensos no pós-25 de Abril. Contudo, no caso português, o declínio é relativamente pequeno. Se é verdade que a influência da classe social e da prática religiosa no comportamento eleitoral declina, estes já eram fracos determinantes do comportamento eleitoral na primeira década da democracia portuguesa.

A ausência de poder explicativo das clivagens sociais é particularmente evidente nos dois partidos centristas, o PS e o PSD. Estes partidos têm dominado o sistema de partidos português desde a democratização, mas este domínio tem sido acentuado nos últimos vinte anos. Efectivamente, a governação constitucional até 1983 teve uma configuração relativamente tripartida. Ainda que a liderança no governo tenha sempre cabido ao PS ou ao PSD, a verdade é que o CDS foi uma presença frequente nos governos constitucionais até 1983. O CDS fez parte do governo durante 1493 dias no período entre 1976 e 1983, mais do que os 1253 dias no poder do PSD ou os 767 dias do Partido Socialista. Desde então, a sua presença foi relativamente fugaz entre 2002 e 2005, contrastando com o virtual duopólio governativo do PS e do PSD, que formaram governos (juntos ou sozinhos) durante vinte dos vinte e três anos do período 1983-2005. Este efeito sistémico tem também correspondência a nível eleitoral, com o PS e o PSD a verem a sua proporção do voto aumentar substancialmente a partir das legislativas de 1987, permitindo também a obtenção de maiorias absolutas monopartidárias, que o sistema eleitoral português de representação proporcional supostamente impossibilitaria. Metade das legislativas entre 1987 e 2005 gerou uma maioria absoluta monopartidária – primeiro do PSD e mais tarde do PS. A estes podemos acrescentar o peculiar resultado do PS em 1999, em que os socialistas obtiveram exacta-

mente metade dos 230 mandatos parlamentares – o que, não sendo uma maioria parlamentar, também não era uma minoria.

Este reforço da principal dimensão de competição entre o PS e o PSD gera, assim, um sistema essencialmente bipartidário. São as implicações desta crescente bipartidarização do sistema de partidos e do comportamento eleitoral que pretendemos aqui investigar. Alguns dos contornos deste fenómeno começam a ser identificados, em larga medida, devido à bateria de dados e de investigação resultante do projecto *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses*.

Um destes tem a ver com a descodificação do eleitorado que vota no PS e no PSD. Este tem sido visto como decisivo – quer pela classe política, quer por grande parte dos estudiosos do sistema político português – para os padrões de formação e alternância no poder, sobretudo desde meados dos anos 80. Hoje é possível confirmar a relativa inexistência de diferenças em termos de classe ou religiosidade entre os eleitorados dos dois partidos dominantes do sistema partidário português. Antes a escolha entre estes partidos é sobretudo determinada por variáveis políticas de curto prazo – como a avaliação dos líderes dos dois partidos ou a avaliação do desempenho do governo (Lobo 2004; Jalali 2004 e 2007).

De igual modo, embora o autopoicionamento ideológico dos inquiridos seja uma variável explicativa significativa da opção entre o PS e o PSD, o peso desta variável tem declinado ao longo do tempo, sendo substancialmente menos importante do que as variáveis políticas de curto prazo nas legislativas de 2002 (Jalali 2007). Ao mesmo tempo vale a pena salientar que as legislativas de 2002 produziram uma repartição relativamente equilibrada do voto no centro, o que tenderá a gerar um maior impacto da variável do autopoicionamento ideológico dos inquiridos. Em eleições como as de 2005 – em que o pêndulo eleitoral favorece substancialmente um dos dois partidos centristas – será de esperar que o peso desta variável decresça ainda mais.

Parece confirmar-se assim a existência de um eleitorado que opta entre o PS e o PSD, não devido a constrangimentos de classe ou prática religiosa – e cada vez menos pela sua autodefinição no espectro político – mas cuja escolha partidária é decisivamente influenciada pela avaliação das lideranças partidárias e do desempenho do governo. Tal seria parcialmente confirmador da noção adquirida da classe política de que não é a oposição que ganha eleições, mas sim o governo que as perde, e ajuda a explicar a abordagem dos dois principais partidos ao papel da oposição, com a articulação de alternativas de política claras a serem subordinadas a uma estratégia de «esperar» para que o governo se depare com dificuldades.

A oferta e a procura nos sistema de partidos

Como se perpetua um sistema partidário? De acordo com Mair, é através dos constrangimentos na escolha que impõe aos seus eleitores. Utilizando a concepção de Schattschneider de que «a definição de alternativas é o instrumento supremo de poder», Mair entende que o sistema de partidos impõe uma linguagem política específica, onde um conflito específico se torna predominante – a principal dimensão de competição. Deste modo, os sistemas de partidos «giram em torno de «algo» (Mair 1997, 14), gerando uma estrutura de competição específica, principalmente a competição pelo governo.³ Como Sartori (1994, 37, cit. in Mair 1997, 191) nota, «um sistema de partidos atinge a fase de consolidação estrutural quando o eleitorado toma como garantido um conjunto de rumos e alternativas políticas, tal como os condutores tomam como garantido um sistema de estradas». Nesse sentido, os eleitores seriam condicionados na sua escolha eleitoral pelo formato dominante do sistema de partidos, que leva ao «estreitamento do «mercado de apoio»» eleitoral por parte dos partidos. Neste contexto, a articulação de clivagens sociais (por exemplo, através de partidos de massas e suas estruturas organizacionais) pode reforçar e/ou acelerar este estreitamento do mercado de apoio, mas não o determina.

A importância do lado da oferta está também subjacente à análise de Downs (1957) sobre a competição política, sobretudo em sistemas bipartidários. O modelo de Downs é essencialmente económico e parte de uma série de pressupostos relativamente comuns em modelos económicos. Não iremos aqui detalhar todos os pormenores do modelo downiano.⁴ Contudo, há alguns pressupostos que vale a pena salientar. Em primeiro lugar, os agentes são maximizadores de utilidade. Para os partidos, a utilidade depende do seu número de votos e consequente obtenção (ou não) do poder. Para os eleitores, a utilidade dos partidos será tanto maior quanto mais próximas forem as políticas públicas das suas

³ É a ideia de que os eleitores não expressam apenas preferências por partidos particulares; «antes, embora nem sempre da mesma forma em diferentes sistemas partidários [...] expressam também preferências por potenciais governos» (Mair 1997, 222-223).

⁴ Apesar dos riscos de tal estratégia, como salienta Grofman (1993, 3), «enquanto obra seminal, *An Economic Theory of Democracy* encerra um triplo perigo: (1) o de ser sempre citada mas raramente lida, sendo as ideias tão simplificadas que se tornam quase irreconhecíveis; (2) o de ser olhada como anacrónica ou irrelevante; (3) e o de ver as suas ideias centrais tão elaboradas por supostos afinamentos que o que antes era bom e sensível se perde nos posteriores melhoramentos».

preferências. Ao mesmo tempo, o modelo abandona o (altamente irrealista) pressuposto de informação completa e simétrica do modelo de concorrência perfeita em economia. Esta imperfeição da informação (e custo da sua obtenção) justifica a criação da ideologia. O custo – em termos de tempo e de outros recursos – de comparar as diferentes políticas públicas de todos os partidos e avaliar o seu impacto é considerável, sobretudo num contexto de complexidade e incerteza. Assim, as ideologias servem os eleitores porque simplificam realidades complexas, permitindo-lhes diferenciar os partidos sem terem de analisar todas as diferenças entre estes. Para o eleitor, a ideologia é um instrumento que reduz os custos de obtenção da informação, permitindo-lhe a escolha eleitoral. Da mesma forma que os eleitores têm interesse em ideologias para simplificar realidades complexas, os partidos têm interesse em criar ideologias para suprir esta procura dos eleitores e diferenciar-se mutuamente.

A partir destes pressupostos Downs concebe um modelo espacial de competição eleitoral que deriva da análise de mercados espacial de Hotelling. Assim, temos uma escala de esquerda-direita que vai de 0 a 100 e que subsume todas as posições políticas (ou seja, para Downs todas as posições políticas podem ser colocadas ao longo de uma escala ideológica única). Os partidos estão ordenados ao longo desta escala numa forma reconhecível por todos os eleitores. Estes, por sua vez, também estão posicionados em termos das suas preferências nesta escala. A distribuição de eleitores está fixa para cada sociedade e – se pode variar de sociedade para sociedade – é expectável que esta seja uma distribuição normal, com o pico no centro da escala ideológica. De igual modo, ela é conhecida dos partidos. Para garantir alguma estabilidade ideológica, Downs argumenta que os partidos podem mover-se na escala ideológica para a esquerda e a direita, desde que não ultrapassem («saltem por cima») o partido mais próximo em direcção ao qual estão a mover-se. Para Downs, o custo de perda de credibilidade junto do eleitorado evita tais «ultrapassagens» por parte dos partidos. A natureza do comportamento eleitoral e ideológico dos partidos irá, assim, depender de vários aspectos, entre os quais o número de partidos, a distribuição espacial ideológica do eleitorado e o sistema eleitoral.

Num cenário de bipartidarismo, a previsão do modelo de Downs aproxima-se da do modelo original de Hotelling. A expectativa será assim que os dois partidos convirjam em busca do «votante mediano», que tenderá a estar ao centro. Como tal, os partidos apresentarão plataformas políticas virtualmente sobrepostas. Esta proximidade mútua ao centro – e, consequentemente, um ao outro – é paradoxalmente fruto do objectivo da

maximização do voto. Na medida em que os eleitores votam no partido que lhes seja mais próximo na escala ideológica, e desde que o eleitorado tenha uma distribuição normal com o ponto mediano ao centro, o afastamento do centro gerará perdas eleitorais.⁵ O modelo de Downs parece, assim, captar a difícil relação entre o eleitorado e o sistema partidário e como os partidos podem reagir ao posicionamento dos eleitores de modo a perpetuarem a sua posição.

O que se pretende testar aqui é se este efeito de «votante mediano» ou um seu equivalente próximo ocorre em Portugal de acordo com as previsões de Downs (1957), aproximando os dois principais partidos candidatos ao poder em termos programáticos. Nesse sentido, avaliar-se-á a proximidade de posicionamento dos dois principais partidos, quer através de avaliações de especialistas (*expert surveys*), quer através dos programas que apresentaram nas eleições legislativas de 2005. Considerar-se-á também a percepção que os eleitores têm do posicionamento partidário, de modo a verificar se esta se aproxima efectivamente do posicionamento dos partidos atribuído por especialistas ou extraído da análise dos seus programas. Tal é necessário, tendo em conta o pressuposto do modelo de Downs de que os eleitores conseguem identificar o posicionamento dos partidos.

Os partidos assemelham-se?

A percepção de uma proximidade entre o PS e o PSD é recorrente no discurso público, reflectido na noção generalizada de um «bloco central» na governação em Portugal. Interessa-nos aqui verificar esta noção, procurando estabelecer o posicionamento «real» de cada um destes partidos. Para tal são usados dois instrumentos: os seus programas eleitorais nas legislativas de 2005 e o posicionamento que lhes é atribuído por *experts*.

⁵ Esta nota é redundante para os que estão familiarizados com o modelo de Downs ou com o modelo de competição espacial de Hotelling. Para os que não estão, a explicação deste resultado aparentemente contra-intuitivo é bastante simples. Imagine uma escala esquerda-direita de 1 a 10. Na posição 1 encontra-se um eleitor, na posição 2 encontram-se dois eleitores, e assim sucessivamente, até chegarmos à posição 5, que tem 5 eleitores. A posição 10 tem 1 eleitor, a posição 9 tem 2 eleitores, e assim sucessivamente, até chegarmos à posição 6, que tem 5 eleitores. Num sistema bipartidário, com os pressupostos de Downs, as melhores posições para cada partido serão as posições 5 e 6, cada qual garantindo 15 votos. Se um partido procurar distinguir-se mais – passando da posição 6 para a 8, por exemplo –, perderá apoio, garantindo apenas 10 votos (correspondentes às posições que lhe são mais próximas – posições 7 a 10), contra 20 do seu rival.

Os programas eleitorais são considerados uma boa forma de avaliar o posicionamento dos partidos, na medida em que são o principal instrumento que um partido tem para apresentar as suas verdadeiras preferências políticas à sociedade, e de o fazer quando mais «conta», os períodos eleitorais. Ware (2003, 21 e 47) argumenta que os programas são um bom indicador do posicionamento real dos partidos, na medida em que permitem captar mudanças e evoluções no posicionamento dos partidos ao longo do tempo. E, como Mair e Mudde (1998, 218) salientam, o recurso aos programas eleitorais permite classificar os partidos de acordo com o que estes efectivamente identificam como as suas posições políticas em vez «de posições que lhes sejam imputadas por um investigador externo».

De modo a avaliar o posicionamento dos partidos é usada a codificação do *Comparative Manifestos Project* para as legislativas de 2005. Esta codifica as posições declaradas dos partidos em várias dimensões políticas, como cada conjunto de palavras que transmite uma ideia política específica a ser classificado de acordo com uma grelha de 56 categorias específicas.⁶ O posicionamento dos partidos na escala esquerda-direita é feito utilizando a variável *rile* do *Comparative Manifestos Project*. Esta agrega as posições declaradas dos partidos em várias dimensões políticas e tradu-las para uma escala única de esquerda-direita. Esta agregação não viola os pressupostos do modelo de Downs, dado que este se baseia precisamente na noção de que as posições políticas são agregáveis numa escala única.

A percepção corrente de que os dois partidos centristas portugueses se assemelham parece ser confirmada quando analisamos as suas plataformas políticas nas legislativas de 2005. A comparação com outros países é reveladora da aproximação entre os dois principais partidos em Portugal. Se, em geral, a tendência downsiana de aproximação ao centro dos principais partidos tende a confirmar-se (em maior ou menor grau) nos diferentes países, esta parece ser particularmente intensa em Portugal. A diferença entre o PS e o PSD era – neste indicador – virtualmente inexistente nas legislativas de 2005, ao contrário de outros países que teoricamente melhor

⁶ As bases de dados para Portugal até 1999 e para outros países são H. Klingemann *et al.* (2006), *Mapping Policy Preference II: Estimates for Parties, Electors and Governments in Eastern Europe, the European Union and the OECD, 1990-2003*, Oxford, Oxford University Press, e I. Budge *et al.* (2001), *Mapping Policy Preferences: Estimates for Parties, Electors, and Governments 1945-1998*, Oxford, Oxford University Press. Para as legislativas de 2002 e 2005, os dados foram cedidos pela codificadora do caso português, Patrícia Silva. Para mais sobre o *Comparative Manifestos Project*, v. Budge *et al.*, orgs. (2001) e Klingemann *et al.*, orgs. (2006).

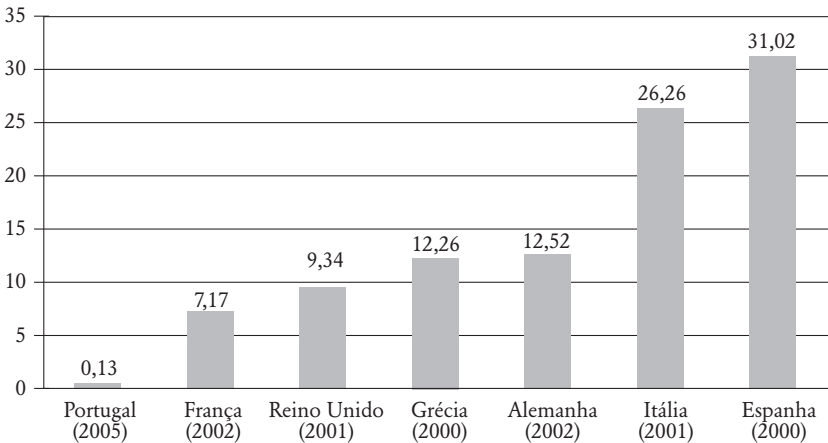
Quadro 5.1 – Posicionamento esquerda-direita segundo as plataformas políticas, PS e PSD (2005)

Posicionamento esquerda-direita	
PS	-0,11
PSD	0,02

Fonte: *Comparative Manifestos Project*, dados da codificação – Portugal, legislativas de 2005 (CMP-Portugal, 2005).

Nota: Centro = 0; valores negativos = esquerda; valores positivos = direita. A escala pode variar entre -100 e 100, embora os valores limites sejam altamente improváveis.

Figura 5.2 – Diferença no posicionamento entre os dois principais partidos na escala esquerda-direita segundo as plataformas políticas



Fonte: *Comparative Manifestos Project*.

encaixariam o modelo de Downs, no sentido em que apresentam sistemas mais claramente bipartidários e/ou sistemas eleitorais maioritários.

Os programas eleitorais sugerem que o PS e o PSD eram virtualmente indistinguíveis nas legislativas de 2005 em termos da sua posição (agregada) em relação a temas políticos. Mas será que tal se verifica quando examinamos temas políticas específicos? E será que estes partidos atribuem a mesma importância aos distintos temas políticos? Esta última questão é importante: como Borre (2001) salienta, o impacto dos temas políticos no comportamento eleitoral, potencialmente, abarca dimensões que vão para além da posição específica num determinado tema, sendo uma destas a *saliência* atribuída a cada tema. A análise de conteúdo dos

programas eleitorais permite avaliar esta segunda dimensão, permitindo comparar o peso relativo de cada tema.

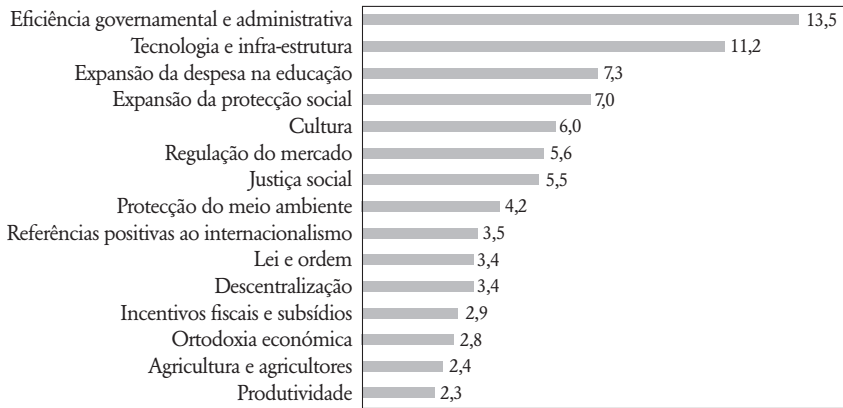
De igual modo, vale a pena avaliar até que ponto existia uma correspondência entre as prioridades políticas dos dois partidos centristas e as principais preocupações dos eleitores nas legislativas de 2005. Uma das críticas mais salientes no comentário político corrente é a ideia de que os (principais) partidos se aproximam demasiado dos eleitores, baseando as suas políticas nas sondagens e *focus groups*, em vez da ideologia, e assim gerando opções cada vez mais indistintas para os eleitores.⁷ A avaliação normativa negativa desta proximidade entre partidos e cidadãos é, contudo, altamente questionável. Por um lado, como McDonald, Budge e Pennings (2004) salientam, grande parte da teoria democrática sugere efectivamente que os partidos deveriam oferecer uma escolha efectiva aos eleitores. Por outro lado, a noção de que os representantes são reactivos às preferências dos eleitores é central à própria concepção de democracia. As instituições democráticas visam a tradução prática do princípio da participação política dos cidadãos, e como tal a existência de correspondência entre as posições de partidos e de eleitores tenderá também a corresponder aos valores democráticos. Assim, McDonald, Budge e Pennings (2004) argumentam que pode surgir uma potencial incompatibilidade entre estes dois «bens» democráticos da escolha clara e da proximidade entre eleitos e eleitores.

As figuras 5.3 e 5.4 apresentam os temas mais referidos nos programas eleitorais do PS e do PSD, com a figura 5.5 a elencar os temas que os portugueses consideraram prioritários no estudo eleitoral de 2005.

A codificação dos programas eleitorais por parte do CMP não permite avaliar a existência de uma correspondência exacta entre as preocupações dos eleitores e as dimensões mais salientes dos programas eleitorais dos partidos. Contudo, parece existir alguma proximidade, na medida em que itens como justiça social, regulação do mercado, produtividade ou expansão da protecção social tenderão a estar relacionados com o desemprego, rendimentos baixos e pobreza e situação económica. Outras correspondências são mais evidentes: por exemplo, entre a expansão da despesa na educação e a preocupação dos portugueses com o sistema educativo, a expansão da protecção social e a prioridade dada ao sistema

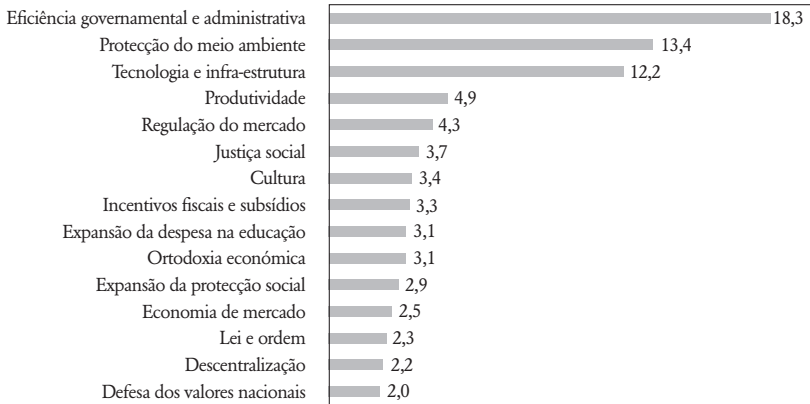
⁷ Para exemplos domésticos deste fenómeno, v., por exemplo, o artigo de opinião de Fernando Sobral «O pesadelo das sondagens», *Jornal de Negócios*, 31 de Janeiro de 2005, cuja frase de abertura é «Warren Buffett, com ironia, disse uma vez que ‘uma sondagem não é um substituto do pensamento’. Não é, mas há quem pense que é».

Figura 5.3 – Os temas mais salientes do programa eleitoral do PS (2005)
(em percentagem)



Fonte: CMP-Portugal, 2005.

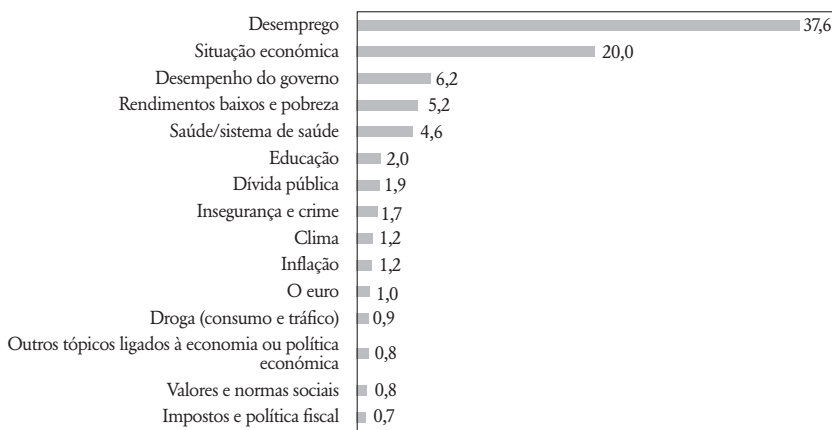
Figura 5.4 – Os temas mais salientes do programa eleitoral do PSD (2005)
(em percentagem)



Fonte: CMP-Portugal, 2005.

de saúde e a lei e a ordem pública e as questões da insegurança e crime e tráfico/consumo de droga. Contudo, esta correspondência não é exacta, e alguns temas apresentam um destaque consideravelmente maior nos programas partidários do que entre os inquiridos – notavelmente, aqui, a questão ambiental, a tecnologia e infra-estruturas ou a cultura.

Figura 5.5 – Os temas prioritários para os inquiridos
(em percentagem de respostas)



Nota: É omitido o tema «Outro tópico político» (4% de respostas), dada a sua falta de especificidade.

Fonte: CEAPP – Base de dados, legislativas de 2005.

O que é talvez mais evidente nestas três figuras não é, contudo, a correspondência entre os eleitores, mas antes a correspondência entre os partidos. Os programas do PSD e do PS abarcaram mais de quarenta das diferentes áreas programáticas da codificação do CMP. Das 15 temáticas mais referidas em cada um dos programas eleitorais, 13 são comuns aos dois partidos. Tal acontece em termos de temas políticos de «posição» – ambos os partidos defendem a regulação do mercado, o alargamento e aumento da despesa na protecção social e da educação ou a igualdade e justiça social. Mas também nos temas «consensuais» e neutros sobressai uma convergência em termos da saliência atribuída, como se pode ver na prioridade atribuída à tecnologia e infra-estruturas, ao meio ambiente ou à cultura. Estes resultados são consistentes com a avaliação mais geral da variável *rile*, que apontava para uma considerável semelhança nas plataformas políticas dos dois principais partidos nas legislativas de 2005.

Este padrão identificado pela análise dos programas eleitorais não é infirmado pelos dados de posicionamento dos dois principais partidos obtidos através de *expert surveys*.⁸ Em específico, considerámos o posi-

⁸ Para as vantagens e desvantagens das avaliações de posicionamentos partidários através da codificação de programas eleitorais versus *expert surveys*, v. Benoit e Laver (2007a e 2007b), Budge e Pennings (2007), Volkens (2007) e Laver *et al.* (2003, 330).

Quadro 5.2 – Avaliação na escala esquerda-direita e distância entre os principais partidos, avaliação de especialistas (escala 1 a10)

País	Partido	Posição na escala esquerda-direita	Partido	Posição na escala esquerda-direita	Distância entre os dois partidos
Portugal	PS	4,3	PSD	6,9	2,6
Grécia	PASOK	5,2	ND	7,8	4,4
Alemanha	SPD	4,2	CDU/CSU	6,8	4,8
Reino Unido	Trabalhista	5,5	Conservador	8,2	2,6
Espanha	PSOE	4,1	PP	8,5	2,6
Itália	DS	3,0	FI	7,8	2,6

Fonte: Benoit e Laver (2006).

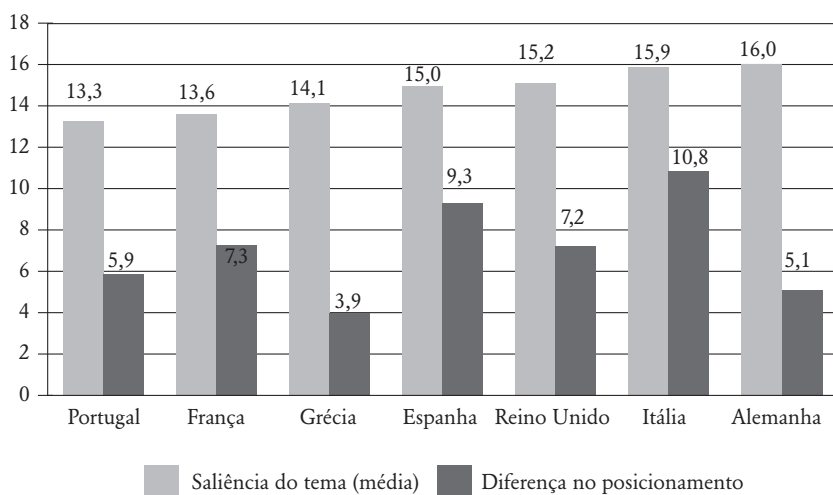
cionamento do PS e do PSD por especialistas na escala esquerda-direita e o seu posicionamento em relação à intervenção do Estado na economia, bem como a saliência deste tema. Neste segundo caso, os partidos foram classificados numa escala de 1 a 20, em que «1» significa que um partido defende «o aumento dos impostos de modo a alargar os serviços públicos» e «20» significa que defende «a redução dos serviços públicos a fim de reduzir os impostos». A saliência do tema para os partidos foi também avaliada numa escala de 1 a 20, em que 20 representa um grau máximo de saliência. Esta escala, tal como a do posicionamento esquerda-direita dos partidos, foi convertida para uma escala 1 a 10, de modo a ser mais comparável com os outros dados disponíveis.

Os dados tendem a confirmar a proximidade ideológica entre os dois partidos centristas portugueses. No que diz respeito ao posicionamento na escala esquerda-direita, Portugal apresenta a mais baixa distância entre os dois principais partidos dos países considerados, juntamente com a Grécia e a Alemanha, e fica substancialmente abaixo de países como a Itália ou a Espanha.⁹

A proximidade entre o PS e o PSD é confirmada quando é avaliada a sua posição em relação à intervenção do Estado na economia e a saliência que atribuem a este tema. Dos sete países aqui considerados, apenas a Grécia apresenta um grau de proximidade substancialmente mais elevado entre os dois principais partidos neste tema. De igual modo, Portugal apresenta o nível mais baixo de saliência para esta temática (média da saliência para os dois principais partidos).

⁹ A França foi excluída porque a base de dados de Laver e Benoit (2006) não inclui a estimativa do posicionamento esquerda-direita dos partidos franceses.

Figura 5.6 – Saliência e distância entre os dois principais partidos no tema da intervenção do Estado na economia, *expert surveys*



Fonte: Cálculos a partir de dados de Benoit e Laver (2006).

Os dados apontam, assim, para uma proximidade no posicionamento do PS e do PSD, sendo esta particularmente intensa quando consideramos as suas posições programáticas nas legislativas de 2005. Mas será assim que os eleitores vêem os principais partidos? Caso os eleitores atribuam aos partidos posições diferentes daquelas que estes apresentam nos seus programas políticos, tal infirmará o pressuposto downsiano de que os eleitores conseguem reconhecer a posição dos partidos.

Os resultados confirmam o pressuposto de Downs. Assim, os eleitores conseguem reconhecer a posição relativa dos partidos e não há, portanto, o efeito de «ultrapassagem» na escala esquerda-direita. Contudo, as posições dos partidos parecem ser substancialmente mais próximas em termos dos seus manifestos do que aquilo que os eleitores percebiam.

Os partidos seguem os eleitores ou os eleitores seguem os partidos?

Tendo examinado o posicionamento dos dois principais partidos, em que sobressai uma proximidade substancial, podemos agora examinar o impacto deste padrão sobre o comportamento eleitoral. Como referem McDonald e Budge (2005, 61), as eleições impõem uma estrutura de es-

Quadro 5.3 – Posicionamento esquerda-direita por eleitores e programas eleitorais, PS e PSD (2005) (0 = esquerda, 10 = direita)

	Posicionamento esquerda-direita, programas eleitorais	Posicionamento esquerda-direita, avaliação por especialistas (1 = esquerda; 10 = direita)	Posicionamento esquerda-direita, avaliação por eleitores
PS	4,989	4,3	4,7
PSD	5,002	6,9	6,9

Nota: O posicionamento de acordo com os programas eleitorais do quadro 1 é aqui convertido para a habitual escala esquerda-direita (0 = esquerda; 10 = direita).

Fontes: CMP–Portugal, 2005; Benoit e Laver (2006); CEAPP – Base de dados, legislativas de 2005.

colhas sobre os cidadãos. Os eleitores são assim potencialmente constrangidos na sua escolha pelo leque de partidos e programas partidários – por outras palavras, o lado da oferta pode influenciar significativamente o lado da procura. Tendo em conta o monopólio da representação parlamentar constitucionalmente atribuída aos partidos,¹⁰ este efeito é potencialmente considerável no contexto português. Contudo, a direcção da causalidade pode também ser a inversa: a proximidade entre os principais partidos pode simplesmente ser um resultado das preferências dos eleitores. Se estes não tiverem posições claras sobre temas políticos, então a indistinção dos partidos poderá ser apenas um reflexo das preferências eleitorais. Por outras palavras, é possível que seja a procura a moldar a oferta, e não o oposto.

De modo a avaliar até que ponto os programas eleitorais dos partidos reflectem as preferências dos eleitores, o quadro 5.4 apresenta o cruzamento do autopoicionamento ideológico dos inquiridos com a sua posição relativamente a cinco temas políticos. Estas correlações são feitas quer para a generalidade do eleitorado, quer para os eleitores que se posicionam nas posições mais centristas (3 a 7) da escala esquerda-direita, que representam praticamente 70% dos inquiridos, em geral, e dos que votaram no PS e no PSD, em especial.

Os dados indicam que alguns temas políticos geram diferenças estatisticamente significativas entre os eleitores consoante o seu posicionamento ideológico. Tal acontece também quando consideramos unicamente o eleitorado mais centrista, onde a proximidade ideológica poderia

¹⁰ O artigo 151.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa estipula que «As candidaturas [à Assembleia da República] são apresentadas, nos termos da lei, pelos partidos políticos, isoladamente ou em coligação, podendo as listas integrar cidadãos não inscritos nos respectivos partidos» (CRP, 2005).

Quadro 5.4 – Correlação entre o autopoicionamento esquerda-direita e a posição relativamente a temas políticos

Área temática	Tema específico	Posicionamento esquerda-direita, escala completa	Posicionamento esquerda-direita, centro (3-7)
Religião	Crenças religiosas como base às leis <i>vs.</i> não-imposição de crenças	-0,148 **	-0,136 **
	Nenhum direito ao aborto <i>vs.</i> direito irrestrito ao aborto	-0,222 **	-0,153 **
Intervenção e papel do Estado na economia	Redução manutenção do peso do Estado na economia	-0,045 *	n. s.
	Privatização <i>vs.</i> manutenção de empresas públicas	-0,113 **	-0,128 **
	Responsabilidade do governo pelo bem-estar <i>vs.</i> responsabilidade individual	n. s.	n. s.
	Distribuição equitativa dos rendimentos <i>vs.</i> incentivos à iniciativa individual	0,048 *	n. s.
	Melhoria dos serviços públicos <i>vs.</i> redução de impostos	n. s.	n. s.
	Sistema de pensões privado <i>vs.</i> público	-0,051 *	n.s.
	Sistema de saúde privado <i>vs.</i> público	-0,142 **	-0,095 **
	Sistema educativo privado <i>vs.</i> público	-0,122 **	-0,085 **
	Lei e ordem	Lei e ordem <i>vs.</i> liberdades civis	-0,078 **
Cultura nacional	Preservação de estilo de vida nacional <i>vs.</i> adopção de práticas de outros povos	n. s.	-0,063 *
	Preservação de culturas de diferentes comunidades étnicas e raciais <i>vs.</i> adaptação e integração	n. s.	n. s.
Ortodoxia económica	Equilíbrio contas públicas <i>vs.</i> crescimento económico	n. s.	n. s.
Ambiente	Protecção do ambiente <i>vs.</i> crescimento económico sem restrições ambientais	n. s.	n. s.
Comunidade e indivíduo	Valor da comunidade acima de valor individual <i>vs.</i> liberdade individual	n. s.	n. s.

Notas: **: $p < 0,01$ (bicaudal); *: $p < 0,05$ (bicaudal); os valores baseiam-se todos na correlação r de Pearson.

gerar atitudes indistintas em relação a estes temas, alguns dos quais relativamente recentes em termos do debate político. Embora, no geral, os coeficientes de correlação sejam relativamente baixos (com excepção parcial da questão do aborto), estes resultados sugerem que os eleitores – mesmo os que se posicionam mais ao centro da escala ideológica – têm preferências distintas sobre temas políticos. Tal sugere que a proximidade entre os principais partidos não é explicável pelo lado da procura.

Contudo, tal não nos permite concluir que o lado da oferta partidária constrija os eleitores na expressão das suas preferências políticas. Os eleitores podem ser capazes de distinguir entre os partidos em relação a estes temas sem que os partidos explicitem essa distinção nos seus programas eleitorais. As posições e os valores historicamente assumidos pelos partidos podem levar os eleitores a atribuírem determinadas posições a estes em diferentes temas políticos. Assim, a indistinção programática dos partidos pode tornar-se irrelevante se os eleitores conseguirem distinguir as posições entre os partidos.

A fim de avaliar se o lado da oferta constrija efectivamente os eleitores testámos um modelo do comportamento eleitoral utilizando os dados do estudo eleitoral de 2005. O modelo procura verificar se – *malgré tout* – os eleitores tiveram em conta as suas posições sobre temas políticos na escolha entre o PS e o PSD. Uma fraca saliência destes temas no comportamento eleitoral torna plausível a noção do lado da oferta partidária a constrija as escolhas dos eleitores.

O modelo avalia o voto entre o PS e o PSD nas legislativas de 2005, utilizando regressões logísticas e variáveis introduzidas em blocos. A natureza e a ordem dos blocos são baseadas nas utilizadas por Gunther e Montero (2001) e Freire (2004). O primeiro bloco inclui as variáveis sócio-demográficas de controlo: idade (reclassificada por coortes),¹¹ sexo, escolaridade¹² e a comunidade (*habitat*) dos inquiridos.¹³ Inclui também a classe social, construída utilizando a tipologia de Cabral (1998), e a religiosidade. Com base na tipologia de Montero e Calvo (2000, 136), os inquiridos foram codificados como não-crentes se eram declaradamente não religiosos, como crentes nominais se se consideravam pelo menos um pouco religiosos mas não participavam em serviços religiosos, como crentes moderados se iam à igreja entre uma e 12 vezes por ano e como crentes nucleares se participavam em serviços religiosos pelo menos duas vezes por mês.

O bloco seguinte corresponde ao autopoicionamento dos inquiridos na escala esquerda-direita, com o terceiro bloco a abordar o seu posicionamento em relação aos temas políticos. São aqui incluídos os temas que indicam divisões no eleitorado, tendo como base os resultados apre-

¹¹ As coortes são as seguintes: 18-34, 35-44, 45-54, 55-64 e 65 ou mais.

¹² Reclassificadas da seguinte forma: menos do que secundário, secundário/médio e superior.

¹³ Reclassificada da seguinte forma: zonas urbanas (10 000 ou mais habitantes), zonas semiurbanas (3000-9999 habitantes) e zonas rurais (menos de 3000 habitantes).

Quadro 5.5 – Modelos de regressão logística para o voto nos partidos centristas em 2005 ($PSD = 1, PS = 0$)

Variáveis	Modelo 1 (completo)		Modelo 2 (sem autoposicionamento esquerda-direita)		Modelo 3 (sem variáveis políticas)	
	(B)	Wald	(B)	Wald	(B)	Wald
Sexo	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Habitat	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Idade	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.	-0,121 *	3,162
Escolaridade	n. s.	n. s.	-0,603 **	3,929	n. s.	n. s.
Prática religiosa	n. s.	n. s.	0,357 *	2,722	0,178 *	2,864
Classe social	-0,352 **	3,939	-0,370 **	5,557	-0,179 **	5,399
Autoposicionamento esquerda-direita	0,586 ***	23,318				
Tema político 1: religião como base da sociedade	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Tema político 2: aborto	-0,126 *	3,709	-0,131 **	5,173	-0,146 ***	25,256
Tema político 3: lei e ordem	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.	-0,109 **	8,165
Tema político 4: privatização das empresas públicas	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.	-0,102 ***	10,265
Tema político 5: privatização da saúde e da educação	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.	-0,109 **	5,329
Avaliação governativa	-1,498 ***	15,078	1,331 ***		15,545	
Simpatia por Santana Lopes	0,583 ***	41,316	0,570 ***		57,527	
Simpatia por Sócrates	-0,704 ***	48,242	-0,682 ***		58,962	
Nagelkerke R^2	0,833		0,783		0,187	
N	494		518		597	

Notas: *: $p < 0,1$; **: $p < 0,05$; ***: $p < 0,001$; Para o PS, os valores são idênticos, com o sinal invertido; o mesmo se aplica às avaliações dos líderes partidários.

sentados no quadro 5.4. São, assim, consideradas cinco questões: crenças religiosas como base da sociedade; aborto; lei e ordem; serviços públicos *vs.* impostos; privatização do sistema educativo e da saúde. Esta última é um índice composto pela média do posicionamento em relação à privatização do sistema de saúde e do sistema educativo.¹⁴ O quarto e último bloco corresponde a variáveis políticas de curto prazo. Inclui o grau de simpatia dos inquiridos pelos líderes dos dois partidos aqui considerados, bem como um índice de avaliação do desempenho governativo em geral. Este último é um índice composto pela média das avaliações

¹⁴ A correlação entre estas duas variáveis era relativamente forte (r de Pearson = 0,660, $p < 0,001$) e a criação do índice composto permite evitar potenciais problemas de multicolinearidade. A consistência do índice é elevada, com um alfa de Cronbach de 0,795.

dos inquiridos em relação ao desempenho geral do governo de Durão Barroso e do governo de Santana Lopes. A breve duração deste último e a sua continuidade em relação ao executivo de Barroso (ambos de coligação, liderados pelo PSD) justificam esta agregação.¹⁵

Estes resultados sugerem que, efectivamente, as escolhas dos eleitores são constrangidas pelo formato do sistema de partidos. Embora tenham existido divisões relativamente a vários temas políticos em 2005 – diferenças que persistem mesmo quando consideramos unicamente os eleitores mais ao centro –, estas têm um impacto virtualmente nulo na escolha entre o PS e o PSD.

No modelo 1, que inclui as variáveis de autoposicionamento ideológico e as variáveis políticas de curto prazo, o voto nos dois partidos distingue-se essencialmente por estas variáveis. A classe social apresenta um impacto independente, mas relativamente reduzido. No que diz respeito aos temas políticos, apenas um influencia o sentido de voto – o aborto. Este resultado tende, contudo, a confirmar a noção de um constrangimento sobre os eleitores pela estrutura de escolha oferecida pelos partidos, na medida em que o aborto era um tema em que o PSD e o PS apresentavam posições efectivamente distintas nas legislativas de 2005. Os seus programas eleitorais reflectem bem estas distinções. Enquanto o programa dos sociais-democratas era completamente omissivo em relação à questão da interrupção voluntária da gravidez (sugerindo, como tal, um apoio implícito à manutenção do *status quo*), o do PS dedicaria uma secção inteira a este tema, caracterizando a legislação então vigente como «obsoleta e injusta» e comprometendo-se à realização de um referendo sobre este tema (pp. 90-91 do programa eleitoral do Partido Socialista).

O modelo 2 omite a variável de autoposicionamento ideológico dos inquiridos. Contudo, os temas continuam (com excepção do aborto) a não ter qualquer impacto sobre a decisão de voto, o que sugere que a ausência de significância não se deve ao facto de os modelos de regressão serem incapazes de captar efeitos indirectos (Montero e Calvo 2000, 131). Este modelo reflecte também o peso das variáveis políticas de curto prazo na decisão de voto entre o PS e o PSD, com a omissão do autopo-

¹⁵ A consistência do índice é bastante elevada, com um alfa de Cronbach de 0,709. De igual modo, a correlação entre estas duas variáveis era superior a 0,500 (r de Pearson = 0,549, $p < 0,001$) e a criação do índice composto permite evitar potenciais problemas de multicolinearidade. Entre as variáveis efectivamente inseridas no modelo, a correlação mais elevada é de 0,488, e o valor mais alto de VIF encontrado foi de 1,399, o que sugere a ausência de problemas de multicolinearidade nas análises.

namento ideológico a ter um efeito relativamente mitigado sobre a variância explicada (Nagelkerke R^2 de 0,783 neste modelo, contra 0,833 no modelo completo). Na ausência de distinções efectivas nas posições políticas, os eleitores são obrigados a usar outros parâmetros para os distinguir e definir a sua preferência em termos de governação – neste caso, parecem ser sobretudo as variáveis políticas de curto prazo a desempenhar essa função.

O modelo 3 omite as variáveis políticas de curto prazo para além do ,autoposicionamento ideológico. Embora os temas surjam agora como variáveis significativas, os resultados não infirmam as apreciações anteriores. Efectivamente, a variância explicada é muito reduzida quando se consideram unicamente as variáveis sócio-estruturais e as posições dos inquiridos sobre os temas (Nagelkerke R^2 de 0,187). Os dados tendem assim a confirmar que o efeito destas últimas sobre a escolha entre o PS e o PSD é, na melhor das hipóteses, diminuto, com o grosso da decisão a ser tomada com base nas variáveis políticas (e nestas, particularmente, as de curto prazo).

Notas finais

Estes resultados sugerem que a oferta partidária colocou constrangimentos substanciais sobre as escolhas dos eleitores nas legislativas de 2005. Os eleitores – embora tivessem preferências distintas em relação a vários temas – não as conseguiram encontrar articuladas e representadas nos partidos que definem a escolha de governo. Tendo de escolher, os eleitores terão tomado a sua decisão sobretudo com base nas variáveis políticas de curto prazo, como a avaliação dos líderes ou o desempenho governativo.

Dadas as semelhanças entre os programas eleitorais dos dois partidos, este resultado não é particularmente surpreendente. Os dois partidos principais adoptaram plataformas eleitorais muito semelhantes, que enfatizavam temas consensuais. A prevalência de referências à tecnologia e infra-estruturas é um bom exemplo disso, um padrão que é, aliás, evidente nos programas de ambos os partidos nos últimos vinte anos (Jalali 2008). De igual modo, os seus programas políticos evitaram falar de cortes nas despesas em protecção social ou na educação, mesmo se no governo viessem a adoptar tais medidas. Por sua vez, questões potencialmente divisivas, como o grau de intervenção do Estado na economia, foram tratadas seguindo o *dictum* de Yogi Berra, «if you see a fork in the road, take

it». O único tema politizado nos programas eleitorais – o aborto – seria também o único a ter impacto sobre o comportamento eleitoral. Como tal, a estratégia que o PS e o PSD têm adoptado de «esperar» pelas dificuldades do seu rival parece tornar-se uma profecia que se cumpre a si própria: na ausência de oferta de posições políticas claras por parte dos partidos que governam, os eleitores são obrigados a distingui-los com base nestas variáveis políticas de curto prazo.

Nesse sentido, confirma-se a previsão de Thomassen (2005) – independentemente das divisões de uma sociedade, «enquanto estas não forem politizadas, os eleitores não podem ser mobilizados nessa base». Parece, assim, indiciar-se um desajustamento entre o lado da oferta e o da procura no mercado eleitoral português. Contudo, tal não implica que se devam necessariamente esperar movimentações dos partidos para responder à procura não correspondida. Uma definição política mais clara poderá ganhar alguns eleitores, mas corre o risco de alienar outros. Na medida em que as estratégias do PS e do PSD desde 1987 passam pela procura (implícita ou explícita) de maiorias absolutas, tal poderá não ser uma estratégia compensadora – como Downs, entre outros, previra.

Bibliografia

- Aardal, Bernt, e Pieter Wijnen. 2005. *Issue Voting*. In *The European Voter*, org. Jacques Thomassen. Oxford: Oxford University Press, 192-212.
- Allum, Percy. 1995. *State and Society in Western Europe*. Cambridge: Polity Press.
- Bartolini, Stefano, e Peter Mair. 1990. *Identity, Competition and Electoral Availability: the Stabilisation of European Electorates, 1885-1985*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Benoit, Kenneth, e Michael Laver. 2006. *Party Policy in Modern Democracies*. Londres: Routledge.
- Benoit, Kenneth, e Michael Laver. 2007a. «Estimating party policy positions: comparing expert surveys and hand-coded content analysis». *Electoral Studies*, 26 (1): 90-107.
- Benoit, Kenneth, e Michael Laver. 2007b. «Benchmarks for text analysis: a response to Budge and Pennings». *Electoral Studies*, 26 (1): 130-135.
- Borre, Ole. 2001. *Issue Voting*. Aarhus: Aarhus University Press.
- Budge, Ian, e Paul Pennings. 2007. «Do they work? Validating computerised word frequency estimates against policy series». *Electoral Studies*, 26 (1): 121-129.
- Calvo, Kerman, et al. 2007. «O voto religioso em Portugal e Espanha». In *Eleições e Cultura Política*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 157-197.

- Comissão Europeia. 2005. «Modernizar a educação e a formação: um contributo essencial para a prosperidade e a coesão social na Europa – projecto de relatório intercalar conjunto de 2006 do Conselho e da Comissão Europeia sobre a aplicação do programa de trabalho «Educação & Formação para 2010», <http://ec.europa.eu/education/policies/2010/doc/progressreport06_pt.pdf>
- Dalton, Russell. 1996. «Political cleavages, issues and electoral change». In *Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective*, orgs. Lawrence LeDuc, Richard Niemi e Pippa Norris. Londres: Sage Publications, 319-342.
- Dalton, Russel. 2002. *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies*. Nova Iorque: Chatham.
- Downs, Antony. 1957. *An Economic Theory of Democracy*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Evans, Geoffrey. 1999a. «Class voting: from premature obituary to reasoned appraisal». In *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*, ed. Geoffrey Evans. Oxford: Oxford University Press, 1-20.
- Evans, Geoffrey. 1999b. «Class and vote: disrupting the orthodoxy». In *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*, ed. Geoffrey Evans. Oxford: Oxford University Press, 323-334.
- Flanagan, Scott, e Aie Rie Lee. 2003. «The new politics, culture wars, and the authoritarian-libertarian value change in advanced industrial democracies». *Comparative Political Studies*, 36 (3): 235-270.
- Freire, André. 2004. «Voto por temas: orientações perante as políticas públicas, desempenho do governo e decisão eleitoral». In *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 159-190.
- Freire, André, e Marina Costa Lobo. 2003. «Economia, ideologia e voto; Europa do Sul 1985-2000». *Análise Social*, xxxviii, 167: 483-506.
- Grofman, Bernard. 1993. «Introduction». In *Information, Participation, and Choice: An Economic Theory of Democracy in Perspective*, org. Bernard Grofman. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1-13.
- Gunther, Richard, e José Ramon Montero. 2001. «The anchors of partisanship: a comparative analysis of voting behavior in four Southern European democracies. In *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*, orgs. Nikiforos Diamandouros e Richard. Gunther. Baltimore: The John Hopkins University Press, 83-152.
- Hout, Michael, Clem Brooks e Jeff Manza. 2001. «The persistence of classes in post-industrial societies». In *The Breakdown of Class Politics: a Debate on Post-Industrial Stratification*, eds. Clark Terry e Seymour Lipset. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 55-75.
- Inglehart, Ronald. 1977. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald. 1990. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.
- Jalali, Carlos. 2004. «As mesmas clivagens de sempre? Velhas clivagens e novos valores no comportamento eleitoral português». In *Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 87-124.
- Jalali, Carlos. 2007. Velhas clivagens em novas democracias: A consolidação do comportamento eleitoral português desde 1974». In *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de*

- 2002, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 199-226.
- Jalali, Carlos. 2008. «A reforma na gaveta? Partidos e cidadãos perante a reforma do Estado em Portugal». In *Estado, Sociedade Civil e Administração Pública: Para Um Novo Paradigma do Serviço Público*, orgs. José Manuel Moreira, Carlos Jalali e André Azevedo Alves. Coimbra: Almedina.
- Klingemann, Hand Dieter, et al. 2001. *Mapping Policy Preferences: Estimates for Parties, Electors, and Governments 1945-1998*, Oxford: Oxford University Press.
- Klingemann, Hans-Dieter, et al. 2006. *Mapping Policy Preferences II: Estimates for Parties, Electors and Governments in Eastern Europe, the European Union and the OECD, 1990-2003*. Oxford: Oxford University Press.
- Lewis-Beck, Michael. 1988. *Economics and Elections: The Major Western Democracies*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Lipset, Seymour, e Stein Rokkan. 1967. «Cleavage structures, party systems and voter alignments: an introduction». In *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*, eds. Seymour Lipset e Stein Rokkan. Nova Iorque: The Free Press, 1-64.
- Listhaug, Ola. 2005. «Retrospective voting». In *The European Voter*, ed. Jacques Thomassen. Oxford: Oxford University Press, 213-234.
- Lobo, Marina Costa. 2004. «O impacto dos líderes partidários: uma escolha entre candidatos pouco populares». In *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 193-219.
- Mainwaring, Scott. 1999. *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: the Case of Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- Mair, Peter. 1997. *Party System Change: Approaches and Interpretations*. Oxford: Clarendon Press.
- Mair, Peter, e Cas Mudde. 1998. «The party family and its study». *Annual Review of Political Science*, 1: 211-229.
- McDonald, Michael D., e Ian Budge. 2005. *Elections, Parties, Democracy: Conferring the Median Mandate*. Oxford: Oxford University Press.
- McDonald, Michael D., Ian Budge e Paul Pennings. 2004. «Choice versus sensitivity: party reactions to public concerns». *European Journal of Political Research*, 43: 845-868.
- Montero, José Ramon, e Kerman Calvo. 2000. «Religiosity and party choice in Spain». In *Religion and Mass Electoral Behaviour in Europe*, eds. David Broughton e Hans-Martin Napel. Londres: Routledge, 118-139.
- Niewbeerta, Paul, e Nan Dirk de Graaf. 1999. «Traditional class voting in twenty postwar societies». In *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*, ed. Geoffrey Evans. Oxford: Oxford University Press, 23-57.
- OCDE. 2007. «Education at a glance 2007», <<http://www.oecd.org/dataoecd/4/55/39313286.pdf>>.
- Sartori, Gianfranco. 1994. *Comparative Constitutional Engineering: An Inquiry into Structures, Incentives and Outcomes*. Basingstoke: Macmillan.
- Thomassen, Jacques. 2005. «Modernization or politics?». In *The European Voter*, ed. Jacques Thomassen. Oxford: Oxford University Press, 254-266.
- Ware, Alan. 2003. *Political Parties and Party Systems*. 5.ª ed. Oxford: Oxford University Press.
- Weakliem, David. 2001. «Social class and voting: the case against decline. In *The Breakdown of Class Politics: a Debate on Post-Industrial Stratification*, eds. Clark Terry e Seymour Lipset. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 197-223.

- Weakliem, David, e Anthony Heath. 1999a. «The secret life of class voting: Britain, France, and the United States since the 1930s». In *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*, ed. Geoffrey Evans. Oxford: Oxford University Press, 97-136.
- Weakliem, David, e Anthony Heath. 1999b. «Resolving disputes about class voting in Britain and the United States: definitions, models, and data». In *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*, ed. Geoffrey Evans. Oxford: Oxford University Press, 281-307.
- Volkens, Andrea. 2007. «Strengths and weaknesses of approaches to measuring policy positions of parties». *Electoral Studies*, 26 (1): 108-120.

André Freire

Capítulo 6

Valores, temas e voto em Portugal, 2005 e 2006: analisando velhas questões com nova evidência

Introdução

Apesar de a área dos estudos eleitorais estar ainda relativamente subdesenvolvida em Portugal,¹ há um certo consenso entre os estudiosos do comportamento eleitoral dos portugueses sobre alguns traços fundamentais da forma como votam os cidadãos lusos (Gunther e Montero 2001; Gunther 2007; vários outros estudos em Freire, Lobo e Magalhães 2007a e 2007b). Primeiro, apesar de existirem algumas diferenças entre os votantes dos diversos partidos (tendo o PCP uma base social mais definida do que a das outras forças partidárias), o voto dos portugueses está fracamente ancorado na estrutura de clivagens sociais (classe social, religião, região, *habitat*) e tal é um traço que remonta ao período de transição para a democracia e às estratégias dos partidos nessa fase fundacional. Segundo, as identidades ideológicas (e partidárias) têm um peso primordial na estruturação das opções de voto dos portugueses. Ou seja, o posicionamento na escala esquerda-direita (tal como as simpatias partidárias, embora o estatuto epistemológico da variável «identificação partidária» face ao próprio voto esteja muito pouco estudado em Portugal) tem sido evidenciado como o factor com maior peso na explicação do voto dos portugueses: os eleitores que

¹ Foram apenas realizados, até à presente data, três «Estudos Eleitorais Nacionais» (EENP), isto é, estudos académicos pós-eleitorais baseados em inquéritos a amostras representativas da população – 2002, 2005 e 2006, estando os dois últimos em análise aprofundada e extensa apenas no presente volume; embora haja mais evidência para além dessa sobre o comportamento eleitoral dos portugueses, v., nomeadamente, os estudos de Freire, Lobo e Magalhães (2007a e 2007b), bem como as referências inclusas.

se auto-identificam como sendo de esquerda tendem a votar mais no BE, no PCP e no PS, independentemente das suas posições na «estrutura de clivagens» e dos «factores de curto prazo» (v. figura 6.3); os eleitores que se auto-identificam como sendo de direita tendem a votar mais no PSD e no CDS-PP, *ceteris paribus*. Terceiro, os chamados «factores de curto prazo» (avaliação das políticas públicas propostas pelos partidos, avaliação da *performance* dos governos, avaliação do estado da economia, avaliação dos líderes) têm também um peso muito importante na explicação do voto dos portugueses, mas apenas os chamados «temas consensuais», ou «temas de desempenho», isto é, aqueles que estão relacionados com a avaliação do estado da economia, com a *performance* dos governos e a avaliação dos candidatos (Gunther e Montero 2001; Freire 2004a e 2004b; Freire e Lobo 2005; Lobo 2007a e 2007b). Pelo contrário, a parca evidência existente sobre o caso português neste domínio tem revelado que os chamados «temas de posição», isto é, as preferências em matéria de políticas públicas e/ou as orientações valorativas subjacentes, apresentam um muito reduzido impacto nas opções de voto (Freire 2004 e 2007).

No caso português, também o posicionamento dos indivíduos na escala esquerda-direita (auto-identificação ideológica) se tem revelado relativamente pouco ancorado nas orientações valorativas dos eleitores, ao contrário do que se passa noutros países europeus (Freire 2006a e 2006b). Uma das explicações avançadas para a fraca ancoragem do voto e das identidades ideológicas nos sistemas de valores dos indivíduos tem sido a fraca polarização ideológica ao nível da oferta partidária: Portugal, tal como alguns outros países, apresenta uma oferta pouco diferenciada ideologicamente e, nestes casos, geralmente, o impacto dos valores no voto/nas identidades é mais reduzido (Freire 2004b, 2006a, 2007 e 2008; v. também Freire, Lobo e Magalhães 2007c). Outros estudos comparativos e longitudinais, embora aplicados a um número bastante mais reduzido de países, apontam no mesmo sentido (Knutson e Kumlin 2005).

Independentemente da pertinência da tese da (fraca) polarização ideológica ao nível do sistema partidário, que, aliás, subscrevemos e temos defendido, há outros factores a ter em conta para explicar o fraco impacto dos «temas de posição» e dos valores nas identidades ideológicas e no voto. Nomeadamente, muitos dos estudos referidos basearam-se em dados secundários; logo os indicadores usados para medir os temas de posição e/ou para as orientações valorativas eram necessariamente limitados: os únicos disponíveis para os utilizadores secundários, mas não necessariamente os mais apropriados e/ou em número suficiente para se obterem medidas suficientemente validadas das variáveis subjacentes. Mesmo no caso do es-

tudo de Freire (2004b), baseado no «Estudo Eleitoral Nacional» (EENP) de 2002 (desenhado pelo próprio e pelos coordenadores do presente livro), a verdade é que o número de indicadores dos temas de posição e/ou dos sistemas de valores subjacentes era muito limitado, nomeadamente porque o estudo teve de ser preparado em tempo recorde, dada a antecipação das eleições de Março de 2002 (que só estavam inicialmente previstas para final de 2003) (Freire e Lobo 2002). Idênticas dúvidas são extensíveis a outros estudos (comparativos e/ou longitudinais) sobre a extensão e a validade das medidas referentes aos temas de posição e aos valores subjacentes, bem como, conseqüentemente, quanto ao nível do seu impacto no voto (e nas identidades ideológicas). Aliás, o importante estudo longitudinal centrado nos seis países europeus com a mais longa tradição de «Estudos Eleitorais Nacionais» (Alemanha, Dinamarca, Holanda, Noruega, Reino Unido e Suécia) revelou também que os «temas consensuais» são bastante mais importantes do que os «temas de posição» na explicação do voto (Thomassen 2005, 257-265). Porém, também neste caso as questões metodológicas permitem levantar algumas dúvidas quanto à força das relações, isto é, em que medida é que estes magros resultados se devem à utilização de baterias de indicadores insuficientes para medir os «temas de posição» e/ou os valores subjacentes?

O «Estudo Eleitoral Nacional» de 2005 ($N = 3001$), sobre as eleições legislativas desse mesmo ano, permite-nos avançar bastante nesta discussão porque inclui uma extensa bateria de «temas de posição» e/ou das orientações valorativas subjacentes, cobrindo praticamente todas as grandes questões do conflito político nas sociedades modernas (v. anexo). A larga maioria destas questões foi retirada da 2.^a edição do inquérito *Comparative National Election Project – CNEP* (a fundamentação teórica da escolha dos diferentes itens, bem como a sua pertinência empírica nos vários países onde a bateria tinha já sido testada, podem ser encontradas em Gunther e Kuan 2007). Todas as questões, excepto as seguintes, foram retiradas do *CNEP*: p6.17, p6.18, p6.19, p7, p8 e bateria dos valores pós-materialistas (p9.1 e p9.2). Ou seja, com este extenso conjunto de indicadores podemos estar seguros de testar com rigor o impacto dos valores e dos «temas de posição» sobre o voto em Portugal sem que se possam levantar dúvidas sobre se estamos a utilizar um número e uma diversidade de indicadores suficientes para medir as variáveis subjacentes que pretendemos efectivamente medir. O facto de o «Estudo Eleitoral Nacional» de 2006, sobre as eleições presidenciais desse ano, ser uma pesquisa de painel ($N = 1002$ indivíduos, dos quais 803 tinham sido entrevistados já no estudo de 2005) permite-nos também testar o impacto dos

«temas de posição» e dos valores sobre o voto nas eleições presidenciais, embora neste caso com uma amostra bastante menor. Portanto, o primeiro objectivo deste artigo é o de aferir o impacto dos «temas de posição» e dos valores sobre o voto nas legislativas de 2005 e nas presidenciais de 2006. O segundo objectivo é o de testar o modelo em diferentes contextos institucionais e políticos (eleições legislativas *versus* presidenciais; eleições com diferentes níveis de polarização ideológica).

E por que é que é vale a pena estudar este assunto? Bom, para além de tentar resolver alguns *puzzles* da literatura internacional sobre a matéria, referidos atrás, ou pelo menos tentar esclarecer algumas dúvidas que legitimamente se podem levantar quanto aos resultados de anteriores pesquisas, este assunto é relevante por um motivo central adicional. As democracias modernas são fundamentalmente representativas (Dahl 1998; Przeworski, Stokes e Manin 1999) e, por isso, as eleições são o mecanismo fundamental que assegura a representação das preferências dos eleitores no sistema político e a responsabilização dos agentes políticos pelos eleitores. E estes são dois mecanismos fundamentais numa democracia representativa. Anteriores estudos revelaram já que o mecanismo da responsabilização funciona relativamente bem em Portugal: v. a punição (ou a recompensa) dos governos/partidos pelos maus (ou bons) resultados da economia, do desempenho do governo, da apresentação de líderes fracos/impopulares (ou fortes/populares) – é isso que revela o impacto dos «temas consensuais». Porém, os estudos anteriores revelaram que a função de representação parece não funcionar tão bem, pois as preferências dos eleitores em matéria de políticas públicas («temas de posição» e valores subjacentes) parecem não ter impacto relevante nas escolhas eleitorais. É isso que pretendemos agora aprofundar com nova e, supostamente, mais sólida evidência empírica. Em primeiro lugar, iremos brevemente abordar o contexto das eleições de 2005 e 2006. Em segundo lugar, apresentaremos sumariamente a definição dos conceitos e do modelo teórico. Em terceiro lugar, descrevemos as preferências dos eleitores («temas de posição») em 2005, bem como as suas avaliações dos incumbentes e da economia do país (2005 e 2006). Em quarto lugar, testamos os modelos em 2005 e 2006. Finalizamos com as conclusões.

Contexto: as eleições de 2005 e 2006

As eleições de 2002 foram ganhas pelo PSD com uma margem relativamente reduzida face ao segundo partido mais votado, o PS, que era

então julgado ao fim do cumprimento de um mandato (1995-1999) e meio (1999-2002) sozinho no governo (Freire e Lobo 2002). A vitória do PSD foi insuficiente para se formar um governo de um só partido apoiado por uma maioria absoluta de deputados na Assembleia da República (AR). Por isso, a imprensa falou numa «AD imposta pelo voto».² Ou seja, o PSD teve de se coligar com o CDS para poder ter uma maioria absoluta. A coligação funcionou de forma bastante coesa, apesar de várias circunstâncias adversas, e não foram quaisquer problemas no seu funcionamento que estiveram na origem da dissolução do parlamento pelo presidente e da convocação de eleições antecipadas para 2005.

Liderado por Durão Barroso, o executivo PSD-CDS fixou um objetivo fundamental: reequilibrar o défice das finanças públicas como meio de estimular o crescimento económico e a criação de emprego (Almeida e Freire 2005). Tal justificava-se quer por causa da herança negativa do último governo do PS, quer pela necessidade de Portugal cumprir as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento (o défice estava já acima de 3% do PIB, quando deveria estar abaixo). Os esforços para alcançar a disciplina orçamental, através de várias medidas difíceis (redução severa do investimento público e das despesas públicas correntes, salários «congelados» para os funcionários públicos, etc.), combinadas com uma conjuntura internacional recessiva, conduziram a economia para a recessão: o PIB teve um crescimento negativo e o desemprego subiu significativamente (Almeida e Freire 2005).

Em 2004, a economia portuguesa teimava em não recuperar e a opinião pública mostrava-se desagradada com os resultados da governação. Tal descontentamento teve reflexos no comportamento de voto nas eleições para o Parlamento Europeu (Junho de 2004), as quais penalizaram fortemente a direita no poder, que, aliás, concorreu também coligada às europeias (sob a sigla «Força Portugal»), e beneficiaram fortemente a esquerda (PS, PCP, BE) (Almeida e Freire 2005).

No rescaldo das europeias de 2004, uma grande surpresa: Durão Barroso, que tinha dito aos eleitores qualquer coisa como que tinha um «programa de reformas para dez anos», abandonava o cargo de primeiro-ministro e aceitava ser presidente da Comissão Europeia. O seu sucessor, Pedro Santana Lopes, foi proposto pelo próprio Barroso e aprovado com uma maioria esmagadora num conselho nacional extraordinário do PSD. É, no entanto, uma pessoa controversa (mesmo entre o seu partido) e

² Referência à AD, Aliança Democrática, dos anos 1979-1983, que era composta por uma coligação que juntava PSD, CDS e outros micropartidos e tendências políticas.

com um estilo considerado «populista» por muitos. Os partidos de esquerda, tal como vários colonistas, apelaram a eleições antecipadas, mas o presidente da República, Jorge Sampaio, acabou por nomeá-lo primeiro-ministro. A primeira consequência foi a demissão do então líder do PS, Ferro Rodrigues, que viria a ser sucedido na liderança do partido pelo actual primeiro-ministro, José Socrates, numas primárias altamente disputadas (onde se bateu contra Manuel Alegre e João Soares) – Setembro-Outubro de 2004.

O governo liderado por Santana Lopes foi curto e visto por muitos como uma experiência bastante negativa (Almeida e Freire 2005). Mais do que um problema de políticas ou de má *performance* dos ministros, foi a volatilidade e o comportamento errático do primeiro-ministro que levaram a um profundo descontentamento, muito para além das divisões entre esquerda e direita e entre governo e oposição. De facto, muitas das críticas vieram do próprio PSD: Cavaco Silva, Marcelo Rebelo de Sousa, etc.

Contra este pano de fundo, e na sequência de vários incidentes políticos, em 30 de Novembro o presidente dissolveu o parlamento e convocou novas eleições legislativas para Fevereiro de 2005. Embora já existissem antecedentes (1983), foi uma decisão bastante controversa do presidente, pois o governo dispunha de apoio sólido e maioritário no parlamento.

Em termos dos dois maiores partidos, nas eleições legislativas de 2005 defrontaram-se Santana Lopes, liderando o PSD e com uma estratégia de vitimização e também com uma campanha «negra» contra o seu maior opositor, e José Socrates, liderando o PS. Enquanto o PSD, bem como de algum modo o CDS-PP, se apresentavam basicamente numa linha de continuidade (propondo-se terminar o trabalho que alegadamente não os tinham deixado terminar), o PS propunha-se reequilibrar as finanças públicas, mas também relançar a economia. Para alcançar este último desiderato propunha-se não só apostar forte nas qualificações dos portugueses mas também promover um «choque tecnológico» nas empresas, na sociedade, na administração pública. Os pequenos partidos de esquerda, BE e PCP-CDU, além de cépticos quanto à prioridade dada ao esforço de reequilíbrio das finanças públicas, propunham uma maior aposta na protecção social e nas qualificações, bem como no investimento público, para relançar a economia. Os resultados confirmaram uma grande subida da esquerda (PS, BE e PCP-CDU alcançaram cerca de 60% dos votos numas eleições em que a participação eleitoral subiu), tendo o PS obtido a sua primeira maioria absoluta de sempre em eleições

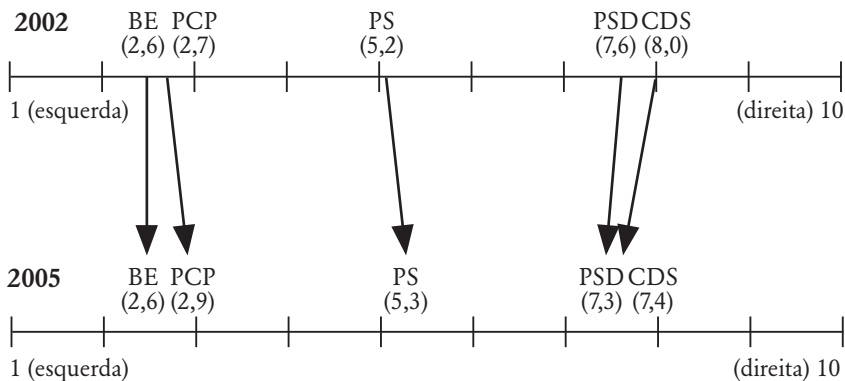
legislativas. O PSD teve um péssimo resultado, como não tinha há muito (abaixo dos 30%). O CDS, embora penalizado nas urnas, conheceu um refluxo eleitoral relativamente reduzido.

Quase um ano depois, e após uma derrota do PS nas eleições autárquicas do Outono de 2005, tiveram lugar as eleições presidenciais de 2006. Pela primeira vez na história democrática portuguesa, em 22 de Janeiro de 2006 o candidato apoiado pelos partidos políticos de direita (CDS-PP) e de centro-direita (PSD), bem como por numerosas forças sociais também muito próximas da direita política (de que ressaltam vários grandes empresários, nomeadamente aqueles que estão e/ou estiveram associados ao *think tank* de direita «Compromisso Portugal»), venceu as eleições presidenciais (Freire 2006c).

A vitória de Cavaco Silva não só estará relacionada com as divisões à esquerda e, sobretudo, com a ausência de um candidato forte apoiado pelas várias forças dessa área política, é também devedora de uma estratégia eleitoral muito bem estruturada e que se revelou muito eficaz na captação de votos, nomeadamente no centro-esquerda (Freire 2006c). Nomeadamente, o facto de o então candidato Cavaco Silva ter feito um manifesto e uma campanha eleitorais assumindo como suas muitas das posições caras ao eleitorado de centro-esquerda (por exemplo, a importância dada à coesão social e ao papel do Estado na correcção das desigualdades do mercado, ou ainda a prioridade à qualificação dos portugueses como um caminho fundamental para reforçar a capacidade competitiva do país). De realçar também a mestria como se soube apresentar, apoiado por uma larga frente de grupos sociais (dos empresários aos sindicalistas – recorde-se a apresentação dos 700 sindicalistas que apoiaram o candidato, ainda que a maior parte deles fosse muito provavelmente da sua própria área política, os TSD (Trabalhadores Sociais-Democratas) –, passando pelas mulheres, pelos imigrantes, etc.), bem como a sua capacidade para se apresentar como independente dos partidos que o apoiaram. Por último, mas não menos importante, a ênfase do candidato no carácter suprapartidário da sua candidatura, celebrizado pela sua apresentação como não sendo um «profissional da política» (apesar de ter sido dez anos primeiro-ministro e de se ter candidatado nas presidenciais de 1996...), poderá também ter rendido votos entre o eleitorado menos identificado com os partidos.

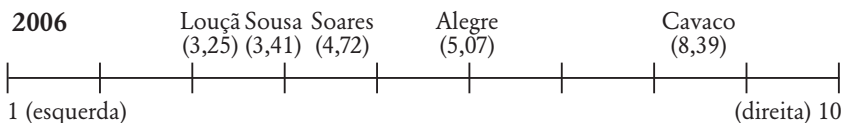
Ideológica e politicamente situados à esquerda de Cavaco, apresentaram-se cinco candidatos: Manuel Alegre, sem apoio partidário oficial, Mário Soares, apoiado pelo PS, Jerónimo de Sousa, apoiado pelo PCP e pelo PEV, Francisco Louçã, suportado pelo BE, e Garcia Pereira, com o

Figura 6.1 – Posicionamento ideológico dos principais partidos políticos portugueses na escala esquerda-direita segundo as percepções dos eleitores (2002 e 2005)



Fontes: Freire (2004d), CSES M1 (2002) e CSES M2 (2005) (sondagens do programa *Comportamento Eleitoral*).

Figura 6.2 – Posicionamento ideológico na escala esquerda-direita dos principais candidatos às eleições presidenciais de 2006 segundo as percepções dos eleitores



Fonte: CSES M2 (sondagem do programa *Comportamento Eleitoral*).

apoio do PCTP/MRPP. Um dos dados singulares das presidenciais de 2006 foi o facto de existir um candidato sem apoio partidário oficial que, apesar disso, conseguiu obter 1 138 297 votos (20,74%) e ficar em segundo lugar no resultado final: Manuel Alegre. É certo que Alegre é um militante histórico do PS e que teve o apoio (individual) de muitos militantes deste partido, nomeadamente de vários dirigentes locais e regionais do PS, para já não falar de inúmeros (e bastante conhecidos) renovadores comunistas. Porém, a verdade é que o facto de não ter o apoio oficial de nenhum partido e de ter um resultado que quase o levava à segunda volta das presidenciais foi um dado absolutamente inédito na democracia portuguesa.

Como pode verificar-se na figura 6.1, de acordo com as percepções dos eleitores sobre o posicionamento ideológico dos partidos políticos

(na escala esquerda-direita), as eleições legislativas de 2002 e de 2005 não terão sido muito diferentes do ponto de vista da polarização ideológica. Se algo efectivamente aconteceu, foi que os dois partidos de direita (PSD e CDS-PP) se terão movido um pouco para a esquerda, reduzindo assim ligeiramente a polarização ideológica face às eleições de 2002 (já que os partidos de esquerda se mantêm em idênticas posições, excepto o PS e o PCP, que se terão movido muito ligeiramente para a direita).³ Já as presidenciais de 2006 denotam três factos importantes. Primeiro, os candidatos localizados à esquerda estão relativamente próximos uns dos outros, sobretudo Jerónimo de Sousa de Louçã e Alegre de Soares. Segundo, à direita, Cavaco é percebido pelos eleitores como estando à direita dos partidos que o apoiaram. Terceiro, sobretudo, se consideramos só os dois maiores candidatos, as presidenciais de 2006 parecem ter sido mais polarizadas do que as legislativas de 2005. Porém, estes dados não nos dizem nada sobre a saliência da ideologia em cada uma das eleições e sabemos que nas presidenciais a personalização do voto é geralmente maior do que nas legislativas; nestas últimas é a identificação partidária e a ideologia que mais contam (Curtice e Hunjan 2007).

Valores, temas e modelização da opção de voto

Em termos dos objectivos gerais das políticas públicas, pode dizer-se que há dois tipos principais de temas: os «temas de posição» (*position issues*) e os «temas consensuais» ou «de desempenho» (*valence or consensual issues*) (Stokes 1963; Fiorina 1981, 3-19; Miller e Shanks 1996, 197-203; Borre 2001; Thomassen 2005, 7-17). Os temas de posição relacionam-se com os grandes conflitos que existem na sociedade (isto é, o papel do Estado na economia, o nível de redistribuição do rendimento, etc.), com a atitude dos partidos e dos eleitores em relação aos mesmos e com a forma como se traduzem depois em diferentes opções em termos de políticas públicas. Segundo o modelo proposto por Anthony Downs (1957) – o chamado «modelo de proximidade», ou «modelo espacial do voto»

³ Note-se que, para o presente artigo, transformámos sempre as escalas esquerda-direita de 11 pontos (0 a 10) em escalas que variam entre 1 e 10, embora com 11 pontos. Tal deveu-se apenas ao objectivo de permitir comparações mais fáceis no tempo – no passado as escalas 1-10 eram mais habituais. Sobre o procedimento usado, v. (Freire 2006a, 183, nota 29).

por temas políticos (Borre 2001, 58-82) –, os eleitores tendem a escolher o partido cujas atitudes, em relação aos temas, mais se aproximam das suas. Este método é muito exigente em termos da informação que é necessário os eleitores terem para poderem tomar uma decisão. É necessário que os eleitores comparem os programas dos vários partidos e determinem, para cada tema, qual o partido cuja posição mais se aproxima da sua. Depois disso, têm de avaliar a posição global de cada partido sobre os vários temas em debate para poderem determinar qual o partido que lhes trará maior utilidade – em média, aquele que estiver mais próximo das suas próprias posições –, logo em qual deverão votar (Downs 1957, 36-50).

Outros modelos do voto por temas políticos, nomeadamente a teoria direccional (*directional theory*) (Rabinowitz e Macdonald 1989; v. também Borre 2001, 73-82), são também muito exigentes em termos da informação de que os eleitores têm de dispor. É certo que Downs (1957, 220-237) reconhece que, num mundo caracterizado por informação limitada, o eleitor tenderá a usar meios de reduzir os custos de obter informação, recorrendo, por exemplo, a informação gratuita e acessível, nomeadamente informação recolhida no contexto social envolvente.

Há, no entanto, objectivos políticos que são universalmente considerados positivos. Entre eles incluem-se, por exemplo, melhorar o estado da economia, proteger o ambiente, reduzir o desemprego e a inflação, não envolver o país em guerras, etc. São estes objectivos que estão na base dos chamados temas consensuais (Stokes 1963; Fiorina 1981, 17-19; Miller e Shanks 1996, 197-203 e 370-413; Borre 2001, 99-126; Thomassen 2005, 7-17). Neste caso, o impacto dos temas políticos no comportamento eleitoral não depende tanto da atitude (isto é, da posição específica) dos eleitores ou dos partidos em relação a um determinado tema. Depende antes da prioridade que os diferentes partidos atribuem aos vários temas ou do seu desempenho em cada área política (Borre 2001, 99-126). Por exemplo, alguns partidos consideram que combater o desemprego é mais importante do que reduzir a inflação e, portanto, se os eleitores estiverem principalmente preocupados com o desemprego, tenderão a votar mais nos partidos que atribuem grande prioridade a este tema (Anderson 1995; Kiewiet 1983; Kiewiet e Rivers 1984). No que se refere ao desempenho, os partidos e os governos são normalmente aliados com base na forma como conduziram a economia, mantiveram a ordem na nação, resolveram crises militares, entre outros.

A teoria dos temas de posição aponta para decisões de voto baseadas em avaliações prospectivas: os eleitores avaliam as propostas políticas dos

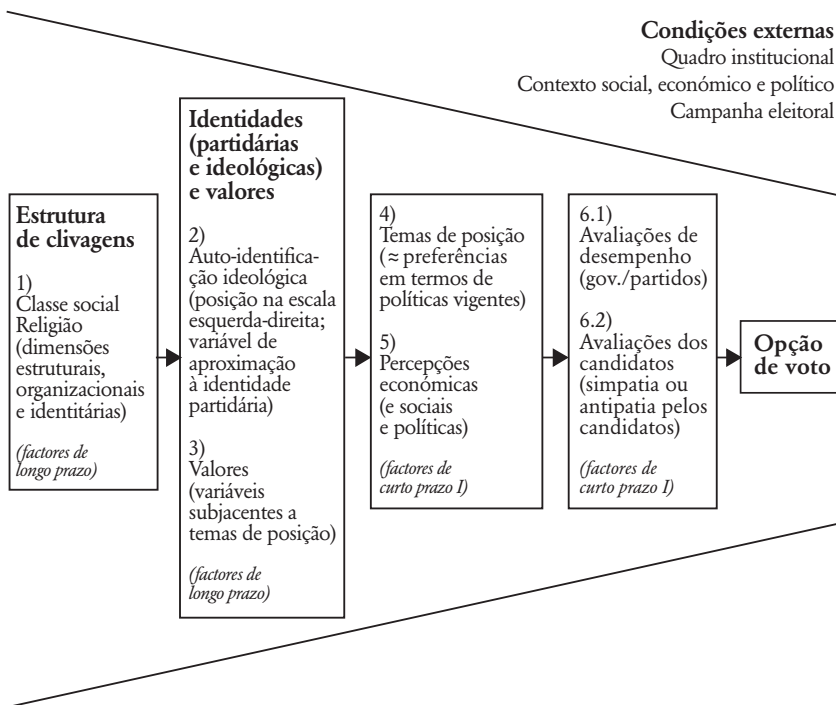
vários partidos, escolhendo o partido que está mais próximo da sua posição pessoal e que tem mais probabilidade de vir a implementar as políticas em causa. Inversamente, as decisões dos eleitores que se baseiam em avaliações de desempenho são, naturalmente, retrospectivas: se o governo apresenta bons resultados, os eleitores tenderão a votar no partido (ou partidos) que o apoia(m); caso contrário, escolherão partidos da oposição (Fiorina 1981; Kiewiet 1983; Lewis-Beck 1990; Norporth 1996; Lewis-Beck e Paldam 2000; Borre 2001, 110-126). Os estudos sobre as determinantes económicas do voto («voto económico») são principalmente deste tipo. No entanto, mesmo no plano económico, as avaliações de desempenho podem também ser prospectivas. Os eleitores avaliam os concorrentes em termos da probabilidade de conseguirem resolver certas questões (económicas) e tendem a escolher o partido ou o candidato com mais probabilidade de resolver cabalmente a questão em causa (Miller e Shanks 1996, 189-211; Lewis-Beck 1990; Lewis-Beck e Paldam 2000).

Outra diferença importante entre os temas de posição e os temas de desempenho é que, como vimos, os primeiros obrigam o eleitor a um esforço de recolha e processamento de informação muito maior do que os segundos (Fiorina 1981, 5). No caso destes últimos, os eleitores não precisam de estar bem informados sobre políticas específicas, precisam apenas de ter experiência da sua aplicação e/ou saber quais são os seus efeitos.

E como se relacionam os «temas» (de «posição» e «consensuais» ou «de desempenho») com os valores? Segundo alguns autores, os valores dizem respeito a concepções do(s) universo(s) desejável(eis) e caracterizam-se por não serem directamente observáveis e mensuráveis, excepto através de indicadores indirectos (Van Deth e Scarbrough 1998 [1995], 21-47). Segundo Hechter (1993), «os valores são *critérios internos relativamente gerais e duráveis para a avaliação*» (itálicos no original). Estas características ajudam-nos a diferenciar os valores das atitudes e preferências: as segundas são mais instáveis do que os valores; as atitudes e preferências têm um carácter mais particular, enquanto os valores têm um carácter mais geral. Porém, quer os valores, quer as atitudes e as preferências, são sempre critérios internos para avaliação dos objectos. Tal como os valores, as normas são avaliativas, gerais e duráveis. Mas, ao contrário dos valores, que são internos aos actores, as normas são critérios externos para a avaliação dos objectos e requerem sanções para a sua aplicação.

Apesar de os valores serem gerais e duráveis, alguns autores apresentaram evidência de que eles também são influenciados pelas conjunturas,

Figura 6.3 – Modelo da opção de voto



Fonte: Baseado em Campbell *et al.* (1980 [1960]), Miller e Shanks (1996) e Thomassen (2005).

nomeadamente que os valores políticos são influenciados pelas conjunturas eleitorais (McCann 1997, 564 e segs.). Mais, no processo de formação das suas opiniões, os eleitores «não recolhem uma grande quantidade de informação para todos os temas» (Kumlin 2001, 487). Frequentemente, os eleitores apoiam-se em esquemas ideológicos ou orientações valorativas para avaliar as políticas públicas («temas de posição») que lhes são propostas pelos partidos. Neste contexto, quer os valores, quer os esquemas ideológicos, funcionam como princípios organizadores e atalhos (*shortcuts*) que ajudam os cidadãos a lidar com as complexidades do universo da política e a tomar decisões.

Geralmente, nos estudos eleitorais, os valores são considerados «factores de longo prazo» (juntamente com as «identidades partidárias» e «ideológicas»/esquema esquerda-direita ou liberalismo-conservadorismo), os quais têm um impacto directo e indirecto sobre o voto.

Em termos da metáfora do «funil de causalidade» (v. figura 6.3), os valores e as orientações ideológicas (tal como as identidades partidárias) estão localizados perto da base do funil (imediatamente a seguir aos factores mais estáveis e pesados de todos, aqueles que dizem respeito à estrutura de clivagens) e, portanto, não apenas determinam directamente o voto, como também o determinam indirectamente, isto é, ajudando os eleitores a avaliar os «temas» e os candidatos, estando estes dois últimos elementos mais próximos do fenómeno a explicar (Miller e Shanks 1996, 189-211; Thomassen 2005, 7-17; Gunther e Kuan 2007, 259-263). Pelo contrário, os «temas» são geralmente considerados factores de curto prazo na explicação do comportamento eleitoral, nomeadamente porque estão mais dependentes da própria campanha eleitoral e das estratégias dos partidos. Todavia, os «temas de posição» (os quais se reportam a «conflitos sobre objectivos políticos» ou a «conflitos sobre instrumentos para atingir determinados objectivos») «são frequentemente um reflexo dos mesmos domínios de conflito que as dimensões dos valores já discutidas. As opiniões sobre a igualdade dos rendimentos enquanto reflexo da dimensão esquerda-direita, ou dos temas morais, como o aborto, são exemplos típicos disto. Em lugar de serem considerados factores de curto prazo, no sentido em que são temas da actualidade, deveriam ser considerados reflexos de orientações valorativas primárias» (Thomassen 2005, 17). No presente trabalho trabalharemos com os «temas de desempenho» e com os «temas de posição». Porém, no caso destes últimos, dado que temos muito indicadores, utilizámos a análise de componentes principais (ACP) para reduzir a informação (da qual resultaram seis factores: F1 a F6). Por isso, na análise empírica trabalhamos com as variáveis subjacentes aos «temas de posição», ou seja, trabalhamos com os valores.

Nos quadros 6.1 e 6.2 apresentamos as variáveis independentes utilizadas no presente capítulo para explicar as opções de voto dos portugueses nas eleições legislativas de 2005 e nas presidenciais de 2006, respectivamente. Como já foi dito, para os «temas de posição» foram utilizadas 22 variáveis (v. anexo), reduzidas a cinco factores (F1 a F6) através da ACP. Estes últimos são considerados as orientações valorativas subjacentes aos «temas de posição». Na secção seguinte analisaremos as distribuições dos vários itens utilizados, bem como as variáveis subjacentes produzidas e que serão testadas ao nível dos modelos de voto. Refira-se, no entanto, que os 22 indicadores cobrem todos os grandes conflitos políticos actuais: sócio-económicos, relacionados com a tradicional divisão esquerda-direita, morais/religiosos e ainda os conflitos relacionados com a chamada «nova política» (libertários *versus* autoritários e materialistas

Quadro 6.1 – Variáveis independentes e dependente: explicação do voto nas legislativas de 2005

Variáveis	Categorias/valores (extremos)
<i>Dependente</i>	
(Recordação do) voto nas legislativas	1 – PSD & CDS (incumbentes); 2 – PS; 3 – PCP; 4 – BE; 5 – abstenção
<i>Independentes</i>	
Factores sociais	
Educação (2005)	1 – Nenhum; 11 – pós-graduação
Prática religiosa (2005)	1 – Nunca; 6 – uma vez por semana ou mais
Filiação sindical	1 – Sim; 0 – não
Filiação org. relacionadas com a Igreja	1 – Sim; 0 – não
Rendimento (2005: subjectivo)	1 – Muito mau; 10 – muito bom
Classe social subjectiva	1 – Classe baixa; 5 – classe alta
Preditores da abstenção	
Interesse pela política (2005)	1 – Nada interessado; 4 – muito interessado
Identificação partidária(2005)	1 – Sim; 0 – não
Temas políticos	
Avaliação do estado da economia (último ano) (2005)	1 – Piorou muito; 5 – melhorou muito
Avaliação dos governos Barroso e Lopes – índice	1 – Muito mau; 7 – muito bom
Temas de posição/valores	Variáveis contínuas
Identidades ideológicas e partidárias	
Posição na escala esquerda-direita (2005)	1 – Esquerda; 10 – direita
<i>ou</i>	
Identidade partidária: 3 <i>dummies</i>	BE/PCP-CDU; PS; PSD/CDS-PP Grupo de referência (0): sem identidade e n. s./n. r.
Avaliação dos candidatos	
Louçã	0 – Grande antipatia; 10 – grande simpatia
Jerónimo	Idem
Sócrates	Idem
Portas	Idem
Lopes	Idem

versus pós-materialistas) (Gunther e Kuan 2007; v. também Knutsen 1995; Knutsen e Scarbrough 1995; Flanagan 1987; Kitschelt 1994, 28-30; Inglehart, 1997; Flanagan e Lee 2003; Hooghe, Marks e Wilson 2004, 130 e segs.; Lee 2007).

Em matéria de eleições presidenciais, utilizámos ainda outro indicador de um tema de posição que é tratado autonomamente: as expectativas quanto ao papel do futuro presidente (mais ou menos interventivo do que o presidente precedente, isto é, do que Sampaio) (v. quadro 6.2).

Quadro 6.2 – Variáveis independentes e dependente: explicação do voto nas presidenciais de 2006

Variáveis	Categorias/valores (extremos)
<i>Dependente</i>	
(Recordação do) voto nas presidenciais	1 – Soares («incumbente»); 2 – Cavaco 3 – Alegre; 4 – outros; 5 – abstenção e n. s./n. r.
<i>Independentes</i>	
Factores sociais	
Educação (2006)	1 – Nenhum; 11 – pós-graduação
Prática religiosa (2005)	1 – Nunca; 6 – uma vez por semana ou mais
Filiação sindical	1 – sim; 0 – não
Filiação org. relacionadas com a Igreja	1 – sim; 0 – não
Rendimento (2006: subjectivo)	1 – Muito mau; 10 – muito bom
Classe social subjectiva	1 – classe baixa; 5 – classe alta
Preditores da abstenção	
Interesse pela política (2005)	1 – Nada interessado; 4 – muito interessado
Identificação partidária (2005)	1 – sim; 0 – não
Temas políticos	
Avaliação do estado da economia (último ano) (2006)	1 – Piorou muito; 5 – melhorou muito
Avaliação do mandato de Sampaio	1 – Muito mau; 7 – muito bom
Avaliação do governo de Sócrates	1 – Muito mau; 7 – muito bom
Expectativas quanto ao papel do PR no futuro e face a Sampaio	1 – Intervir menos do que Sampaio; 2 – Igual; 3 – intervir mais do que Sampaio
Temas de posição/valores: F1 a F6	Variáveis contínuas
Identidades ideológicas e partidárias	
Posição na escala esquerda-direita (2005) <i>ou</i>	1 – esquerda; 10 – direita
Identidade partidária (2005): 3 <i>dummies</i>	BE/PCP/CDU; PS; PSD/CDS-PP Grupo de referência (0): sem identidade e n. s./n. r.
Avaliação dos candidatos	
Candidato em melhores condições para resolver problema mais importante do país para o respondente: convertida em 4 <i>dummies</i>	1 – Soares 1 – Cavaco 1 – Alegre 1 – G. Pereira/F. Louçã/J. Sousa 0 – Grupo de referência: sem identidade e n. s./n. r.

No caso dos «temas de desempenho» incluíram-se dois tipos de perguntas. O primeiro relaciona-se com as percepções sobre o estado da economia no último ano (v. quadros 6.1 e 6.2). O segundo relaciona-se com a avaliação do desempenho dos governos que estavam no poder/incumbentes (a coligação PSD/CDS-PP/Barroso e Lopes em 2005 e o executivo do PS/Sócrates), bem como com a avaliação do desempenho do presidente cessante

(Sampaio) (v. quadros 6.1 e 6.2). Além disso, foram ainda incluídos indicadores sobre a avaliação dos candidatos. Porém, estas últimas variáveis foram apenas incluídas a título de teste final, isto é, para comparar o peso relativo dos vários preditores do voto. Note-se que, no caso das presidenciais, os indicadores de avaliação dos candidatos disponíveis⁴ são algo difíceis de operacionalizar, tendo em conta que temos relativamente poucos casos e que, por estarmos a usar a regressão logística multinomial (Maroco 2007, 741-760), o número de casos e de categorias das variáveis é crucial para correr os modelos. Por isso, usámos como indicador uma série de *dummies* referentes ao candidato que cada respondente considerou o que estava em melhores condições para resolver o problema mais importante do país (também para o inquirido) (v. quadro 6.2).

No caso do modelo da opção de voto (v. quadro 6.3), não seguimos propriamente a sequência do modelo aí delineado quanto à introdução das variáveis. Ou seja, como pretendemos sobretudo testar o efeito dos valores e temas sobre o voto, procedemos do seguinte modo. Num primeiro passo introduzimos os indicadores dos temas e dos valores, bem como os indicadores da posição dos respondentes na estrutura de clivagens enquanto variáveis de controlo. Esta primeira análise é fundamental, pois dá-nos a ideia da importância relativa dos valores e dos temas para explicar o voto, independentemente dos factores sociais. Num segundo passo, que serve apenas para medir o impacto relativo de todos os preditores do voto, introduzimos também os indicadores das identidades ideológicas e da avaliação dos candidatos.

Há um elemento fundamental no modelo de Michigan, a «identificação partidária», para o qual iremos utilizar uma «variável de aproximação» (*proxy*), o «autoposicionamento do inquirido na escala esquerda-direita» (figura 6.3 e quadros 6.1 e 6.2). Fazemo-lo, não por não haver um indicador daquele conceito no questionário dos EENP de 2005 e 2006, mas sim porque o seu estatuto teórico e metodológico em Portugal continua a não estar claramente definido. Por um lado, sabemos que, na Europa, a independência da identificação partidária em relação ao voto nunca foi tão clara como nos Estados Unidos (vários artigos em Budge, Crewe e Farlie 1976). E, embora não haja trabalhos de investigação sobre este assunto em Portugal, temos boas razões para pensar que não nos afastamos das características apontadas para a Europa. Por outro lado, sabemos que a posição do inquirido na escala esquerda-direita tem uma componente valorativa e uma componente de identificação partidária e que Por-

⁴ Os questionários completos estão disponíveis junto do secretariado dos vários EENP.

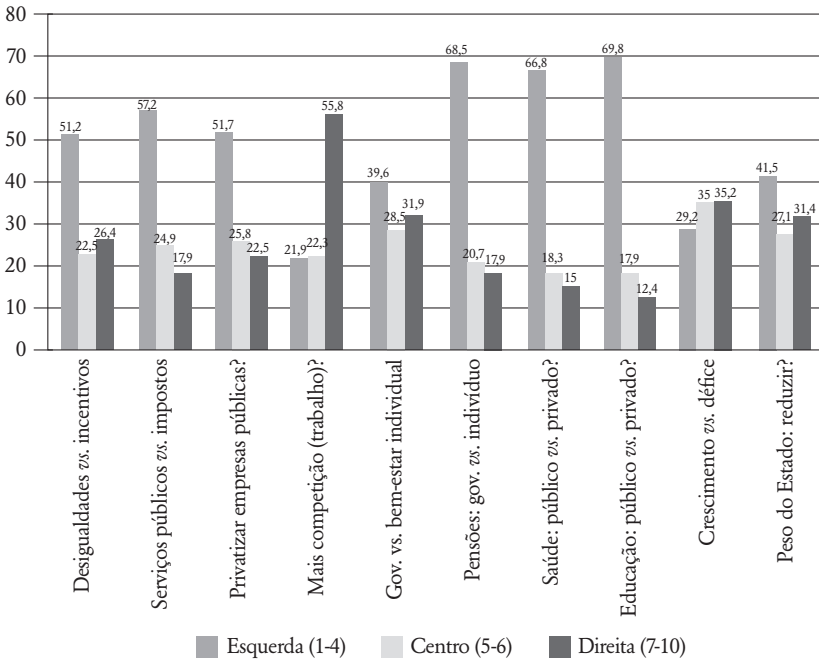
tugal não é uma exceção (Inglehart e Klingemann 1976; Knutsen 1995 e 1997; Freire 2006a, 2006b e 2008). Por conseguinte, esta última medida pode ser utilizada como uma variável de aproximação à identificação partidária. O problema é que a componente valorativa da dimensão esquerda-direita é uma espécie de «supertema», pelo que se pode dizer que utilizar o autopoicionamento do inquirido na escala esquerda-direita como variável de aproximação à identificação partidária reduz (parcial ou totalmente) o impacto dos temas de posição no voto. Porém, em Portugal (tal como noutros países) a componente valorativa da ideologia esquerda-direita é muito fraca (Inglehart e Klingemann 1976; Knutsen 1995 e 1997; Freire 2006a, 2006b e 2008). Correlacionando cada um dos seis factores (F1 a F6) com o auto-posicionamento na escala esquerda-direita em 2005, verificámos que as correlações apenas são estatisticamente significativas com o factor 1 (0,167) e com o factor 4 (0,192). Portanto, por um lado, podemos utilizar a posição na escala esquerda-direita como um indicador das identidades ideológicas e partidárias porque aquele está apenas fracamente correlacionado com os valores. Por outro lado, como no primeiro passo só introduzimos os indicadores dos valores, dos «temas de desempenho» e das posições dos inquiridos na estrutura social, podemos avaliar o impacto de valores (e «temas de posição») sobre o voto sem o efeito depressor que se regista quando o autopoicionamento na escala esquerda-direita é também introduzido nos modelos (segundo passo). Finalmente, no último passo das regressões, já com as identidades ideológicas incluídas nas equações, coloca-se uma fasquia ainda mais alta para um impacto significativo dos valores no voto; se ultrapassada tal fasquia, podemos ter uma confiança ainda maior nos resultados.

Note-se ainda que, como vamos usar a regressão logística multinomial, pois as nossas variáveis dependentes são sempre qualitativas nominais e discretas, e incluiu-se sempre a «abstenção» como uma das categorias das variáveis dependentes, usámos também dois preditores cuja função é apenas e fundamentalmente explicar a abstenção: «interesse pela política» e (presença ou ausência da) «simpatia partidária».

Preferências em matéria de políticas públicas, valores e avaliação dos incumbentes

Na presente secção começamos por analisar as preferências dos eleitores em matéria de políticas públicas, bem como as orientações valorativas subjacentes. Seguidamente, apresentamos brevemente a redução

Figura 6.4 – Preferências políticas dos portugueses, 2005: temas sócio-económicos (esquerda-direita)



dos 22 indicadores dos «temas de posição» a 6 factores através da ACP. Finalmente, apresentamos as distribuições respeitantes à avaliação que os portugueses faziam dos governos (e presidente) incumbentes em 2005 e 2006.

Classificámos as respostas dos inquiridos (em 2005) às várias questões referentes aos 22 «temas de posição» (v. anexo) em termos de esquerda e direita (temas sócio-económicos: figura 6.4), libertários ou autoritários (figura 6.5) e materialistas ou pós-materialistas (figura 6.6). Para emprender uma tal classificação baseámo-nos no património da história e teorias políticas, bem como nas várias teorias sociológicas e politológicas sobre os conflitos de valores relevantes para a política de massas moderna (Gunther e Kuan 2007; v. também Knutsen 1995, Knutsen e Scarbrough 1995, Flanagan 1987, Kitschelt 1994, 28-30, Inglehart 1997, Flanagan e Lee 2003, Hooghe, Marks e Wilson 2004, 130 e segs., e Lee 2007). As distribuições das respostas assim classificadas são apresentadas nas figuras 6.4, 6.5 e 6.6.

Podemos verificar que, em termos dos «temas sócio-económicos» relacionados com a tradicional divisão entre esquerda e direita, há entre os

Figura 6.5 – Preferências políticas dos portugueses, 2005:
temas *vs.* divisão libertários-autoritários

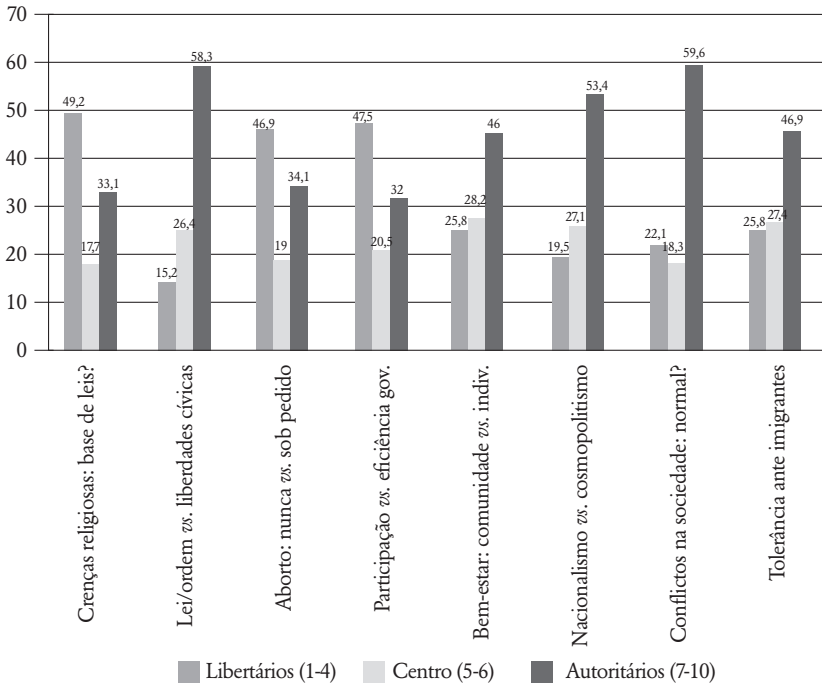
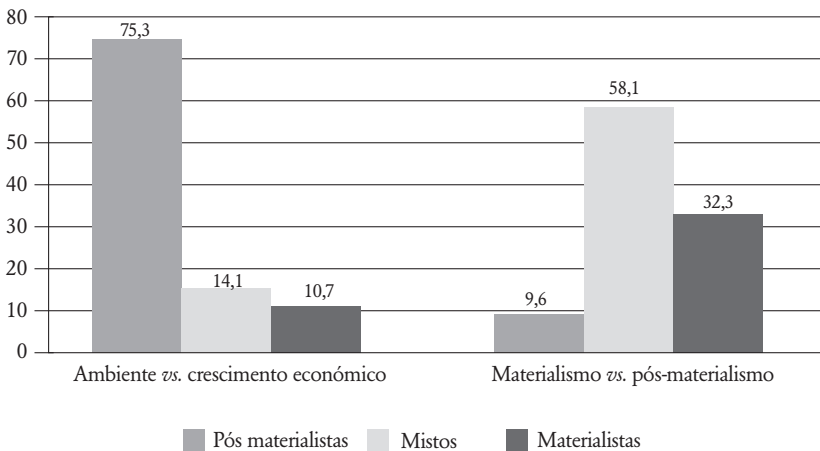


Figura 6.6 – Preferências políticas dos portugueses, 2005:
temas *vs.* divisão materialistas-pós-materialistas



portugueses uma certa inclinação esquerdista: em todos os temas, excepto dois, a maioria dos inquiridos apresenta preferências claramente alinhadas à esquerda, muitas vezes iguais ou superiores a 40% (em seis itens as «maiorias de esquerda» são superiores a 50%) (figura 6.4). Estes resultados apresentam uma certa continuidade com resultados anteriores (Vala 1993; Viegas 2003; Freire 2003 e 2004a) e reflectem, muito provavelmente, o ainda relativamente fraco desenvolvimento sócio-económico do país e as suas elevadas desigualdades sociais (Borre e Viegas 1998 [1995]; Freire 2003). Apenas num dos itens há uma «maioria claramente alinhada à direita». Todavia, tendo em conta o texto das categorias polares da pergunta («01 – Devemos trabalhar esforçadamente e competir para podermos progredir profissionalmente; [...]»; 10 – Devemos evitar competir com colegas de trabalho para mantermos boas relações»), não é totalmente clara a ancoragem deste tema na divisão esquerda-direita. Porém, é clara a preferência dos portugueses pelo «trabalho esforçado» e pela «competição» (55,8%). O outro item em que não há uma «maioria de esquerda» é bastante curioso: opõe as seguintes ideias: «01 – O equilíbrio das contas públicas deve ter prioridade face ao crescimento económico» *versus* «10 – O crescimento económico deve ter prioridade face ao equilíbrio das contas públicas». Ora aquilo que se verifica é que aqueles que defendem que «o crescimento económico deve ter prioridade face ao equilíbrio das contas públicas» estão em minoria (29,2%) e que as posições centristas e as mais próximas do pólo oposto («o equilíbrio das contas públicas deve ter prioridade face ao crescimento económico») estão em maioria (35% cada uma, *ex aequo*). Portanto, apesar das fortes preferências dos portugueses quanto a uma significativa presença do Estado na saúde, na educação e na segurança social, bem como em favor da redução das desigualdades, a verdade é que uma expressiva maioria apoia a prioridade à correcção do défice (de *per se* ou, pelo menos, em equilíbrio com os estímulos ao crescimento económico).

Já em matéria dos temas que poderíamos subsumir na polarização entre libertários e autoritários (Flanagan 1987; Kitschelt 1994, 28-30; Inglehart 1997; Flanagan e Lee 2003; Hooghe, Marks e Wilson 2004, 130 e segs.; Lee 2007) e que incluem tópicos como as atitudes face ao laicismo, à lei e à ordem, à liberalização do aborto, à participação dos cidadãos na tomada de decisões e às atitudes nacionalistas *versus* cosmopolitas, podemos verificar que as orientações dos portugueses vão mais no sentido do pólo autoritário, nacionalista e intolerante face às especificidades culturais dos imigrantes (v. figura 6.5). Em cinco dos oito itens há claras maiorias no sentido do pólo autoritário. Apenas no caso do lai-

Quadro 6.3 – Preferências políticas e orientações valorativas
(resultados da análise de componentes principais)

Variáveis	F1: Serviços públicos: privatizar ou não?	F2: Bem comum, solidariedade e participação vs. liberdade individual, competição e autoridade	F3: Protecção estatal, cosmopolitismo e equidade vs. autonomia individual e nacionalismo	F4: Moral, religião e materialismo vs. laicismo, liberalização de costumes e pós-materialismo	F5: Tolerância perante os imigrantes	F.6 Estado, crescimento económico e défice
P6.18r	0,850					
P6.19r	0,829					
P6.6r	0,560					
P6.8r		-0,631				
P6.10		0,567				
P6.3		0,537				
P6.12			0,533			
P6.11r			-0,489			
P6.15			0,475			
P6.13r			-0,468			
P6.4			0,463			
P6.2		0,423	0,455			
P6.7r				0,694		
P6.1r				0,636		
POST- MAT_R				0,488		
P6.16					0,637	
P6.9		0,431			0,548	
P6.14r					-0,426	0,401
P8r						0,706
P7r						0,474
Variância explicada (%)	9,41	8,17	8,16	7,10	5,82	5,43

Notas:

- 1) Matriz factorial rodada;
- 2) A variância total explicada pelos seis factores é de 43,794; KMO = 0,699;
- 3) Significância do teste de Bartlett = 0,000.

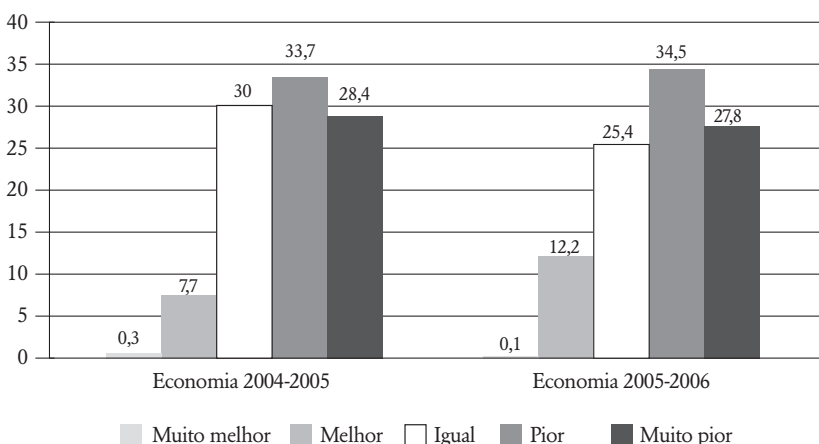
Todas as variáveis utilizadas nesta ACP foram inicialmente recodificadas no sentido de que os valores mais altos implicassem orientações valorativas mais ancoradas à direita ou próximas dos valores autoritários ou materialistas. Pelo contrário, foi feito coincidir os valores mais baixos com orientações mais ancoradas à esquerda ou próximas de valores libertários ou pós materialistas. Naturalmente, nem sempre é fácil empreender uma tal classificação, mas tanto quanto possível procurámos basear-nos no património sobre a matéria existente ao nível da história política, do estudos das doutrinas políticas e do estudo empírico sociológico e politológico das ideologias e dos partidos.

Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir do EENP 2005.

cismo, da liberalização do aborto e da participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisões as maiorias vão mais no sentido do pólo libertário. Quanto às questões ecológicas e ao pós-materialismo, podemos verificar que as orientações dos portugueses vão maioritariamente no sentido da protecção ambiental, mas as orientações «mistas» e «materialistas» predominam sobre as materialistas (figura 6.6). Quer as orientações libertárias, quer as orientações pós-materialistas, estão relacionadas com as sociedades pós-industriais e com os ambientes de relativa segurança física e material em que os indivíduos são criados. O relativo atraso no desenvolvimento sócio-económico do país, o muito recente e incipiente Estado-providência, bem como a herança da guerra colonial (que marcou a socialização de muitos portugueses), podem, pelo menos, ajudar a explicar estas orientações dos portugueses, também elas recorrentes (Vala 1993; Freire 2003).

Conforme já foi referido, dado que temos 22 itens para os «temas de posição», aplicámos um procedimento de redução de dados (análise de componentes principais com rotação *Varimax*). Os resultados, apresentados no quadro 6.3, deram origem a seis factores, que, no total, explicam 43,8% da variância dos dados. Note-se que todas as variáveis foram re-codificadas no sentido de os valores mais elevados coincidirem com as orientações mais à direita, mais autoritárias e materialistas. Tendo em conta as variáveis que mais pesam em cada factor, classificámos assim os seis factores: «F1 – serviços públicos: privatizar ou não?»; «F2 – bem comum, solidariedade e participação *versus* liberdade individual, compe-

Figura 6.7 – Percepções dos cidadãos sobre a economia (no último ano), 2004-2005 e 2005-2006



tição e autoridade»; «F3 – protecção estatal, cosmopolitismo e equidade *versus* autonomia individual e nacionalismo»; «F4 – moral, religião e materialismo *versus* laicismo, liberalização de costumes e pós-materialismo»; «F5 – tolerância perante os imigrantes»; F6 – Estado, crescimento económico e défice». Tal como tinha sido referido atrás, na explicação do voto utilizaremos estes seis indicadores compostos como índices dos valores subjacentes aos 22 «temas de posição».

Nas figuras 6.7, 6.8 e 6.9 apresentamos as avaliações do estado da economia no último ano (2005 e 2006), dos incumbentes (governos Barroso/Lopes e Sócrates, mais mandato do presidente Sampaio), bem como as expectativas quanto ao futuro papel do presidente. Quer em 2005,

Figura 6.8 – Avaliação do governo e do presidente, 2005 e 2006

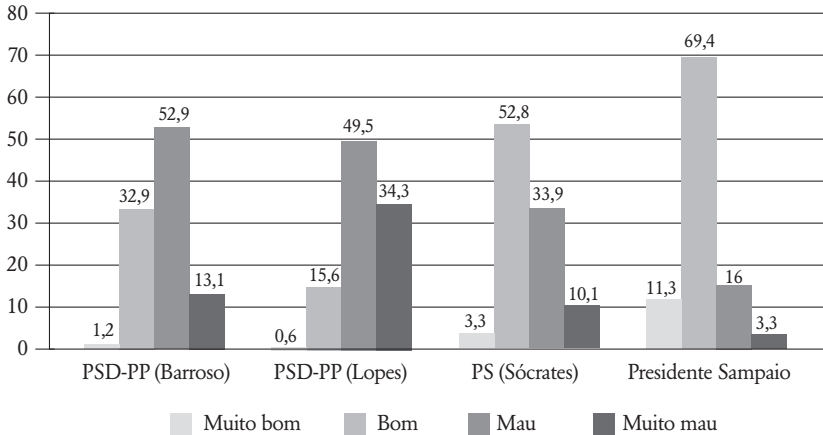
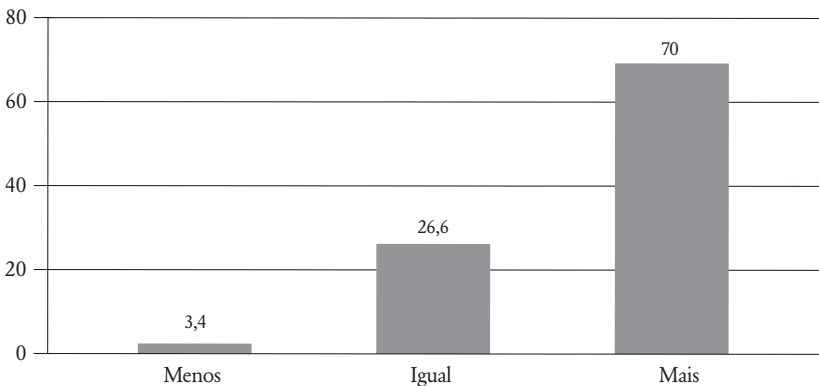


Figura 6.9 – Mais ou menos intervenção do futuro presidente?



quer em 2006, as percepções sobre o estado da economia são maioritariamente negativas (figura 6.7). Pelo contrário, as avaliações dos incumbentes vão em sentidos opostos: em 2005, a maioria esmagadora dos portugueses avaliava negativamente os governos liderados quer por Durão Barroso, quer por Santana Lopes, curiosamente mais negativamente o primeiro do que o segundo; em sentido oposto, em 2006 a maioria dos portugueses avaliava positivamente o governo do PS (provavelmente, porque ainda numa certa «lua-de-mel») e o mandato do presidente cessante (figura 6.8). Apesar da aprovação do mandato de Sampaio, uma larga maioria (70%) pretendia para o futuro um presidente mais interventivo (figura 6.9).

Explicando o voto em 2005

Na presente secção, aquilo que se pretende é avaliar o impacto dos «temas de desempenho» e dos valores (subjacentes aos «temas de posição») sobre as escolhas de voto dos portugueses nas eleições legislativas de 2005. Num primeiro conjunto de equações de regressão testamos o impacto dos valores e dos «temas de desempenho», controlando o posicionamento dos indivíduos na estrutura de clivagens⁵ (quadro 6.4A). Num segundo conjunto de equações de regressão testamos o impacto dos valores e dos «temas de desempenho», controlando não só o posicionamento dos indivíduos na estrutura de clivagens, mas também as suas identidades ideológicas e a sua avaliação dos candidatos (quadro 6.4B). Note-se que a variável dependente é um atributo qualitativo nominal com as seguintes categorias: 1 – PSD e CDS (incumbentes: «categoria de referência»); 2 – PS; 3 – PCP-CDU; 4 – BE; 5 – abstenção. Note-se que todas as categorias activas (2 a 5) são contrastadas (cada uma de *per se*, em diferentes equações) com a «categoria de referência», ou seja, em cada equação de regressão cada coeficiente compara o voto no PS, no PCP-CDU, etc., com o voto nos partidos que compunham a coligação cessante. Conforme já foi dito, as variáveis independentes «interesse pela política» e «identificação partidária» (ausência/presença) servem apenas para explicar a abstenção.

⁵ Por motivos que se prendem com a tentativa de reduzir ao mínimo a perda de casos, que é uma questão fundamental quando se usam técnicas estatística multivariadas, como a regressão logística multinominal, usaram-se variáveis de aproximação (*proxies*) para a classe social: nível de instrução do próprio e percepção sobre a sua situação económica pessoal («rendimento subjectivo»).

Quadro 6.4A – Temas políticos e voto nas legislativas de 2005: regressões logísticas multinomiais (sem controlo de identidades ideológicas e avaliação dos candidatos)

Variáveis	PS	PCP-CDU	BE	Abstenção
Educação	n. s.	n. s.	0,18** (5,1)	n. s.
Prát. religiosa	n. s.	-0,50*** (19,4)	-0,34*** (12,3)	-0,27*** (15,4)
Sindicalização	n. s.	-1,24*** (8,5)	n. s.	n. s.
Org. religiosas	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Rendimento: s	n.s	n. s.	n. s.	n. s.
Classe social: s	n. s.	-0,77*** (9,6)	n. s.	n. s.
Interesse política	0,31** (5,4)	0,73*** (9,7)	n.s	-0,53*** (14,2)
Identificação partidária	n. s.	n. s.	0,59* (3,7)	0,80*** (12,2)
Avaliação economia	-0,31*** (7,9)	n. s.	-0,29* (3,0)	n. s.
Aval. govos. Barroso/Lopes	-1,16*** (124,0)	-1,37*** (61,0)	-1,42*** (77,5)	-0,71*** (41,5)
F1	-0,31*** (8,5)	-0,79*** (14,8)	-0,36** (5,0)	n. s.
F2	0,22** (4,3)	n. s.	n. s.	0,22* (3,3)
F3	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
F4	-0,23* (3,8)	n. s.	-0,63*** (12,3)	-0,25* (3,8)
F5	n.s	n. s.	n. s.	n. s.
F6	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.

Notas:

- 1) Grupo de referência na variável dependente: PSD e CDS-PP (incumbentes);
- 2) Nas variáveis *dummies*, o coeficiente refere-se ao grupo de referência (0);
- 3) Nas células apresentam-se os coeficientes de regressão, a significância estatística e a estatística Wald;
- 4) *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,1$;
- 5) Pseudo R^2 : Nagelkerke: 0,474; McFadden, 0,208;
- 6) Medidas de ajustamento do modelo: $G^2(64) = 547,687$; $p = 0,000$;
- 7) $N = 3001$ (válidos = 970).

Controlando apenas o posicionamento dos respondentes na estrutura de clivagens, podemos ver que, quer os «temas de desempenho», quer os valores, têm um impacto significativo sobre o voto (quadro 6.4A). Globalmente, a variância explicada pelo modelo é bastante razoável (0,474 – Nagelkerke). Contrastando o voto no PS com o voto nos incumbentes (PSD e CDS), verifica-se que aqueles que tinham percepções mais positivas sobre a evolução do estado da economia (de 2004 a 2005) e/ou que avaliavam positivamente a coligação em julgamento votaram menos no PS e mais no PSD-CDS. Em matéria de «temas de posição», aqueles que votaram no PS (e sempre por oposição aos eleitores da direita) apresentavam uma maior defesa dos serviços públicos (F1), bem como atitudes mais secularizadas, mais favoráveis à liberalização do aborto e mais pró-

Quadro 6.4B – Temas políticos e voto nas legislativas de 2005: regressões logísticas multinomiais (com controlo de identidades ideológicas e avaliação dos candidatos)

Variáveis	PS	PCP-CDU	BE	Abstenção
Educação	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Prát. religiosa	n. s.	-0,36** (5,8)	n. s.	-0,24*** (8,6)
Sindicalização	n. s.	n. s.	n. s.	0,78* (2,7)
Org. religiosas	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Rendimento: s	n. s.	0,62* (2,7)	n. s.	n. s.
Classe social: s	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Interesse política	n. s.	n. s.	n. s.	-0,54*** (9,8)
Identificação partidária	0,84*** (8,1)	n. s.	0,83** (4,4)	0,73*** (6,8)
Avaliação economia	n. s.	0,45* (3,3)	n. s.	n. s.
Aval. govos.				
Barroso/Lopes	-0,74*** (24,7)	-0,97*** (14,8)	-0,90*** (19,1)	-0,50*** (12,6)
F1	-0,35** (5,3)	-0,73*** (7,3)	n. s.	n. s.
F2	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
F3	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
F4	-0,33** (4,0)	n. s.	-0,40* (3,0)	n. s.
F5	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
F6	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Esquerda-direita:				
escala	-0,59*** (34,2)	-0,60*** (24,2)	-0,59*** (26,6)	-0,29*** (13,9)
Aval. Louçã	n. s.	n. s.	0,42*** (21,7)	n. s.
Aval. Jerónimo	n. s.	0,70*** (40,8)	n. s.	n. s.
Aval. Sócrates	0,67*** (102,0)	n. s.	n. s.	0,17*** (8,7)
Aval. Portas	-0,19*** (8,3)	-0,20* (3,7)	-0,26*** (7,5)	-0,12* (3,8)
Aval. Lopes	-0,28*** (19,6)	-0,26** (6,1)	-0,21** (4,9)	-0,16*** (7,4)

Notas:

- 1) Grupo de referência na variável dependente: PSD e CDS-PP (incumbentes);
- 2) Nas variáveis *dummies*, o coeficiente refere-se ao grupo de referência (0);
- 3) Nas células apresentam-se os coeficientes de regressão, a significância estatística e a estatística Wald;
- 4) *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,1$;
- 5) Pseudo R^2 : Nagelkerke: 0,753; McFadden, 0,433;
- 6) Medidas de ajustamento do modelo: $G^2(64) = 547,687$; $p = 0,000$;
- 7) $N = 3001$ (válidos = 844).

ximas do pós-materialismo (F4). Curiosamente, no caso do factor 2 (F2), os indivíduos que votaram no PS parecem estão mais próximos do pólo da «liberdade individual, competição e autoridade» do que do pólo do «bem comum, solidariedade e participação» (do que os eleitores do PSD-CDS). Tal resultado poderá dever-se ao facto de, primeiro, o factor juntar várias coisas algo distintas e, segundo, alguns indicadores serem de difícil interpretação – v., nomeadamente, aquilo que dissemos na secção anterior

sobre a variável p6.8r («solidariedade» *versus* «competição e trabalho esforçado»), que, significativamente, tem o peso mais elevado em F2, mas, simultaneamente, carrega negativamente o factor, ao contrário de todas as outras variáveis. Note-se ainda que, apesar de a avaliação do governo ter o maior peso para a explicação do voto (como indicia a estatística Wald), os valores têm uma importância notável (são três variáveis com impacto significativo) e, por vezes (F1), com um impacto mais importante do que as percepções sobre o estado da economia.

No caso do PCP-CDU, o perfil é idêntico ao dos eleitores do PS (sempre em contraste com a direita incumbente), excepto nos seguintes elementos. Primeiro, um perfil social do respectivo eleitorado mais marcado: menos religioso, mais sindicalizado e com mais baixo estatuto sócio-económico. Adicionalmente, em termos de temas, apenas a «avaliação do desempenho» do governo Barroso/Lopes e os valores em matéria de serviços públicos são relevantes (e convergentes com o padrão encontrado para o contraste PS *vs.* PSD-CDS). As atitudes favoráveis aos serviços públicos são o terceiro maior preditor do voto comunista, a seguir à avaliação do governo e à fraca religiosidade. Portanto, também aqui se verifica a relevância dos valores.

O contraste entre os votantes do BE e a direita é semelhante ao dos outros partidos de esquerda, excepto em dois pontos: primeiro, o eleitorado bloquista apresenta um nível educacional mais elevado do que o do PSD-CDS; segundo, o BE recruta mais entre os indivíduos sem «identificação partidária» do que os dois partidos de direita. Quanto ao restante, trata-se de um eleitorado mais secularizado e com uma avaliação mais negativa da economia e do governo incumbente (do que a direita). Em matéria de valores, verifica-se que a defesa dos serviços públicos (F1), bem como atitudes mais secularizadas, mais favoráveis à liberalização do aborto e mais próximas do pós-materialismo (F4), são traços marcantes do BE, tal como do resto da esquerda. Também neste caso, os valores têm um peso importante na explicação do voto: F4 é a terceira variável mais importante; F1 é a quarta (*ex aequo* com a religiosidade).

Os abstencionistas são, como era expectável, indivíduos com menos interesse pela política e com maior probabilidade de não terem qualquer identificação partidária (face ao eleitorado da direita). Mas, além disso, revelam um perfil semelhante ao eleitorado de esquerda: mais secularizados, com uma avaliação mais negativa do governo incumbente. Em termos de valores, são semelhantes ao eleitorado do PS: estão mais próximos do pólo da «liberdade individual, competição e autoridade» do que do pólo do «bem comum, solidariedade e participação» (do que os

eleitores do PSD-CDS) (F2); apresentam atitudes mais secularizadas, mais favoráveis à liberalização do aborto e mais próximas do pós-materialismo (F4). Portanto, fica-se com a ideia de que seriam terreno fértil para a esquerda e que, porém, esta não os terá conseguido mobilizar.

No quadro 6.4B repetimos as análises anteriores, mas introduzindo também as variáveis «identidades ideológicas» (posição na escala esquerda-direita) e «avaliação dos candidatos». Quanto às variáveis introduzidas de novo, verifica-se o seguinte: o eleitorado de todos os partidos de esquerda tem sempre avaliações mais negativas de Paulo Portas e de Santana Lopes (do que a direita). Os eleitores de cada um dos partidos de esquerda avaliam positivamente o respectivo líder, mas a avaliação dos outros líderes de esquerda é indiferente para a opção de voto. Finalmente, os eleitores do PS, do PCP-CDU e do BE, bem como os abstencionistas, posicionam-se todos mais à esquerda (na escala) do que o eleitorado da direita. Note-se ainda que os abstencionistas avaliam positivamente Sócrates e negativamente Portas e Lopes. Também por aqui se verifica que a esquerda teria aqui um terreno fértil que não conseguiu mobilizar. Finalmente, verifica-se que, apesar de todas as medidas de controlo, os valores continuam a ter um impacto significativo em todos os partidos, embora menor do que no caso da avaliação dos candidatos, das identidades ideológicas e dos «temas de desempenho». Porém, é notável que com a introdução de todas estas medidas de controlo, nomeadamente o posicionamento na escala esquerda-direita (que está correlacionado com os valores, F1 e F4, como vimos acima), os valores permaneçam significativos. Globalmente, a variância explicada pelo modelo aumentou bastante, de 0,474 para 0,753 (Nagelkerke).

Explicando o voto em 2006

Nesta secção pretende-se avaliar o impacto dos «temas de desempenho» e dos valores (subjacentes aos «temas de posição») sobre as escolhas de voto dos portugueses nas eleições presidenciais de 2006. Tal como na secção anterior, começámos por testar o impacto dos valores e dos «temas de desempenho», controlando apenas o posicionamento dos respondentes na estrutura de clivagens (quadro 6.5A). Seguidamente, introduzimos as identidades ideológicas e a avaliação dos candidatos como variáveis de controlo adicionais (quadro 6.5B). O fenómeno a explicar foi assim codificado: 1 – Soares (apoiado pelo governo incumbente/em funções e da família política do presidente incumbente: «categoria de referência»); 2 – Cavaco;

Quadro 6.5A – Temas políticos e voto nas presidenciais de 2006: regressões logísticas multinomiais (sem controlo de identidades ideológicas e avaliação dos candidatos)

Variáveis	Cavaco	Alegre	Outros	Abstenção
Educação	-2,4*** (7,7)	-1,7* (3,8)	-1,9** (5,3)	-2,0** (5,4)
Prát. religiosa	-1,5* (3,8)	-1,6** (4,7)	-2,2*** (7,8)	-1,9** (6,2)
Sindicalização	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Org. religiosas	n. s.	6,8* (2,9)	n. s.	n. s.
Rendimento: s	5,7** (5,3)	5,3** (4,6)	5,2** (4,2)	5,6** (5,1)
Classe social: s	-5,3** (4,9)	-5,5** (5,3)	-6,0*** (6,1)	-5,7** (5,7)
Interesse política	-4,2** (4,8)	-4,3** (4,6)	-4,1** (4,2)	-4,8** (5,9)
Identificação partidária	6,6** (5,2)	5,4* (3,4)	5,5* (3,4)	6,6** (5,0)
Avaliação economia	n. s.	2,3** (4,4)	2,0* (3,2)	2,3** (4,2)
Aval. mandato				
Sampaio	-6,7*** (7,5)	-5,4** (4,7)	-5,5** (4,7)	-5,6** (5,2)
Aval. gov. Sócrates	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Expectativas				
Papel PR	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
F1	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
F2	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
F3	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
F4	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
F5	n. s.	-1,7* (2,8)	-2,3** (4,8)	-1,8* (3,3)
F6	-2,1* (3,7)	-2,8** (6,3)	-2,2* (3,7)	-1,9* (3,0)

Notas:

- 1) Grupo de referência na variável dependente: «Soares» (apoiado pelos «incumbentes»);
- 2) Nas variáveis *dummies* o coeficiente refere-se ao grupo de referência (0);
- 3) Nas células apresentam-se os coeficientes de regressão, a significância estatística e a estatística Wald;
- 4) *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,1$;
- 5) Pseudo R^2 : Nagelkerke, 0,736; McFadden, 0,420;
- 6) Medidas de ajustamento do modelo: $G^2(72) = 240,731$; $p = 0,000$;
- 7) $N = 803$ (válidos = 204,67); amostra ponderada: ponderador sócio-demográfico.

3 – outros (Garcia Pereira, Jerónimo de Sousa, Francisco Louçã);⁶ 4 – abstenção. Note-se que todas as categorias activas (2 a 4) são contrastadas com a «categoria de referência», ou seja, em cada equação de regressão cada coeficiente compara o voto em Cavaco, Alegre, etc., com o voto em Soares. Tal como anteriormente, as variáveis «interesse pela política» e «identificação partidária» (ausência/presença) servem apenas para explicar abstenção.

Começando pela explicação do voto nas presidenciais, considerando preditores apenas os temas de desempenho, os valores e os factores sócio-

⁶ A necessidade absoluta de reduzir o número de categorias (sobretudo as com menos casos, como estas) obrigou-nos a esta agregação.

Quadro 6.5B – Temas políticos e voto nas presidenciais de 2006: regressões logísticas multinomiais (com controlo de identidades ideológicas e avaliação dos candidatos)

Variáveis	Cavaco	Alegre	Outros	Abstenção
Educação	-0,79* (3,4)	n. s.	n. s.	n. s.
Prát. religiosa	-1,4** (4,5)	-1,6** (6,1)	-1,7** (5,9)	-1,7** (7,0)
Classe social: s	-3,9** (4,2)	-3,9** (4,3)	-4,6** (5,3)	-4,2** (5,0)
Interesse política	-3,4** (4,1)	-3,4** (4,0)	-3,3* (3,5)	-4,1** (5,9)
Avaliação economia	1,8* (3,0)	2,5** (5,5)	2,2* (3,8)	2,4** (4,9)
Aval. mandato				
Sampaio	-7,7*** (7,6)	-5,7** (4,2)	n. s.	-6,4** (5,3)
F4	3,2** (5,9)	2,6** (4,0)	2,6* (3,2)	3,1** (5,5)
F5	n. s.	n. s.	-2,2* (3,4)	n. s.
F6	-2,2* (3,5)	-2,9** (5,4)	-2,6** (3,9)	-2,2* (3,4)
Esquerda-direita: escala	0,74** (4,4)	n. s.	n. s.	0,61* (3,1)
Aval. Soares	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Aval. Cavaco	-6,5** (4,4)	-5,4* (3,1)	n. s.	-6,0* (3,8)
Aval. Alegre	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Aval. Outros	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.

Notas:

- 1) Grupo de referência na variável dependente: «Soares» (apoiado pelos «incumbentes»);
- 2) Nas variáveis *dummies*, o coeficiente refere-se ao grupo de referência (0);
- 3) Nas células apresentam-se os coeficientes de regressão, a significância estatística e a estatística Wald;
- 4) *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,1$;
- 5) Pseudo R^2 : Nagelkerke, 0,798; McFadden, 0,499;
- 6) Medidas de ajustamento do modelo: $G^2(72) = 240,731$; $p = 0,000$;
- 7) $N = 803$ (válidos = 191,85); amostra ponderada: ponderador sócio-demográfico.
- 8) Devido ao reduzido número de casos, associado ao significativo (mas incontornável) número de categorias em algumas variáveis, o modelo revelou-se desajustado com o método *Enter* (entrada forçada de variáveis). Para superar este problema foi usado o método *Stepwise* para as variáveis que antes (quadro 6.5A) se tinham revelado não significativas (na explicação do voto) e/ou se referem a algumas dimensões de análise já cobertas por outras variáveis: p49r, p39.1, p39.3, p54, b7r2, b45, F1, F2, F3, F4. Todas as outras variáveis foram forçadas a entrar no modelo (método *Enter*). Por motivos de espaço, as variáveis que não entraram no modelo foram omitidas do quadro 6.5B.

-demográficos, verifica-se que a variância explicada é bastante superior à verificada na secção anterior para o voto nas legislativas: 0,736 (para 0,474 no caso das eleições parlamentares) (quadro 6.5A). Em contrapartida, os temas de desempenho e os valores parecem ter um impacto mais reduzido: há menos variáveis com um efeito significativo e a sua importância relativa também é relativamente menor. Pelo contrário, parecem ser os preditores sócio-demográficos, a par do «interesse na política» e da «identificação partidária» (presença ou ausência), que mais pesaram no caso das presidenciais.

Contrastando o voto em Cavaco com o voto em Soares, verificamos que o eleitorado do primeiro é menos instruído mas também menos religioso do que o do segundo. Embora o primeiro elemento seja relativamente compreensível, para mais tendo em conta que Cavaco teve uma enorme votação (50,54%) e que Soares ficou em terceiro e, portanto, reduzido a um núcleo duro de apoiantes (com 14,31% dos votos), o segundo elemento é curioso e não é fácil de explicar. Além disso, por um lado, o eleitorado cavaquista apresenta-se mais satisfeito com a sua situação económica pessoal («rendimento subjectivo»), mas, por outro lado, identifica-se mais com as classes baixas. Os cavaquistas apresentam também menos interesse pela política e menor probabilidade de terem identificação partidária (do que o eleitorado soarista). Curiosamente, também os eleitores de Alegre, dos pequenos candidatos da extrema-esquerda e os abstencionistas apresentam idêntico perfil. Tal poderá dever-se, exactamente, ao facto de o eleitorado soarista estar reduzido ao núcleo duro restrito de simpatizantes mais empenhados e interessados na política.

Em contraste com o eleitorado soarista, também o eleitorado de todos os outros candidatos avalia mais negativamente o mandato do presidente cessante (a avaliação do governo liderado por Sócrates não pesou no voto nas presidenciais, de acordo com estes dados, facto que não poderá estar relacionado com o facto de o governo estar ainda numa certa «lua-de-mel» com o eleitorado). Em contrapartida, só os eleitores de Alegre, dos pequenos partidos da extrema-esquerda e os abstencionistas avaliam mais positivamente o estado da economia (no último ano: de 2005 a 2006) do que os soaristas; para os cavaquistas tal factor não teve relevo. Finalmente, quanto aos valores, verifica-se que o eleitorado de todos os candidatos não soaristas dá mais importância relativa ao crescimento económico do que ao controlo do défice (F6), perante os eleitores do candidato apoiado oficialmente pelo governo, o qual (governo) fez do equilíbrio das contas públicas o seu principal cavalo de batalha, e que todos (excepto os eleitores de Cavaco) evidenciam orientações menos nacionalistas e intolerantes face às especificidades culturais dos imigrantes do que os soaristas (F5).

Quando introduzimos também a avaliação dos candidatos e o posicionamento na escala esquerda-direita como variáveis de controlo, verificámos que apenas a avaliação de Cavaco e o posicionamento na escala têm algum impacto (quadro 6.5B). Quer os eleitores de Cavaco e os abstencionistas, quer, curiosamente, os eleitores de Alegre, consideram Cavaco mais bem posicionado para resolver o problema português que afirmaram ser mais importante. No caso das identidades ideológicas, verifica-se que a variável apenas é relevante no caso dos contrastes Cavaco/Soares e abstencio-

nistas/soares, ambos mais à direita do que o histórico socialista. Tal é compreensível, pois os candidatos da esquerda estão todos ideologicamente próximos uns dos outros. Os valores mantêm-se significativos e com uma nova variável que entra: os eleitores não soaristas e os abstencionistas revelam-se mais materialistas do que os de Soares (F4).

Conclusões

Segundo algumas definições consagradas, a democracia (representativa) é um regime político em que os governantes governam em nome do povo, isto é, em representação do povo e, em princípio, de acordo com as preferências populares. Como é sabido, numa democracia representativa compete aos cidadãos (eleitores) escolher os seus representantes, que, em primeiro lugar, apresentam propostas políticas mais de acordo com as suas preferências (função de representação) e, em segundo lugar, avaliar se, uma vez no governo, estão ou não a governar de acordo com as suas preferências (função de responsabilização). Ou seja, numa democracia representativa as eleições são o veículo fundamental das funções de representação e responsabilização, que estão bem no âmago do próprio regime. Estudos anteriores sobre o comportamento eleitoral dos portugueses revelaram que a função de responsabilização tem um papel central nas escolhas dos cidadãos na hora de votar. Ou seja, esses estudos evidenciaram que os cidadãos penalizam os governos pela má *performance* na condução política do país e/ou pela má *performance* da economia nacional, e vice-versa para os bons desempenhos em termos de condução política da nação e/ou da economia do país. Mais, tais estudos revelaram ainda que, a par das identidades ideológicas e da avaliação dos candidatos, os «temas de desempenho» tinham um peso bastante importante nas escolhas dos eleitores.

Pelo contrário, os dados de anteriores pesquisas revelaram que a função de representação tinha um relevo bastante diminuto nas escolhas eleitorais dos portugueses. Ou seja, os «temas de posição» (preferências em matéria de políticas públicas), bem como as orientações valorativas subjacentes, apresentavam um peso muito reduzido (ou nulo) nas opções de voto dos cidadãos. Estudos sobre a relação entre as orientações valorativas dos portugueses e o seu posicionamento na escala esquerda-direita também revelaram que os valores dos portugueses pareciam estar fracamente relacionados com o seu posicionamento ideológico. Tal foi interpretado como resultado da fraca polarização ideológica dos partidos por-

tugueses: se a oferta não é clara e diferenciada, então os eleitores têm dificuldade em escolher com base nas políticas.

O ponto de partida deste estudo foi o de tentar reexaminar esta evidência. Nomeadamente, tendo em conta o reduzido (e pouco diversificado) número de indicadores dos «temas de posição» e dos valores subjacentes usados nos estudos anteriores, pensou-se que os fracos resultados encontrados para o efeito dos «temas de posição» e dos valores sobre o voto poderiam dever-se também às limitações das medidas utilizadas.

Ora o presente estudo permitiu exactamente verificar que o seu ponto de partida era pertinente. É verdade que os «temas de desempenho» tiveram um impacto bastante relevante quer nas legislativas de 2005, quer nas presidenciais de 2006. Ou seja, os eleitores que tinham percepções negativas sobre a evolução do estado da economia (de 2004 para 2005) e sobre o desempenho do governo incumbente (coligação PSD-CDS) votaram maioritariamente na oposição. E nas presidenciais de 2006 os cidadãos que avaliavam negativamente o desempenho do presidente incumbente (Sampaio) votaram maioritariamente nos candidatos não apoiados pelo PS (em 2006, a avaliação da situação económica ou não teve impacto significativo ou funcionou em sentido contrário ao esperado, facto que poderá dever-se ao facto de o governo incumbente estar ainda em «lua-de-mel» e, simultaneamente, o presidente não ter poderes sobre a condução da política económica). Porém, os dados mais relevantes da presente pesquisa são que os valores (isto é, os indicadores compostos construídos com base em vários «temas de posição») revelaram ter um impacto bastante relevante, ao contrário daquilo que estudos anteriores tinham revelado. Nas legislativas, o voto maioritário na oposição de esquerda (PS, PCP e BE) esteve estreitamente relacionado com a defesa dos serviços públicos, com atitudes mais liberalizantes em matéria de aborto e com orientações pós-materialistas (as duas últimas só não funcionaram no caso do PCP). A questão da liberdade individual e da competição também pesou positivamente no voto PS (face ao voto PSD-CDS). Nas presidenciais foi sobretudo a questão das orientações perante o binómio *défi*ce público *versus* crescimento económico que teve maior relevo: os eleitores dos candidatos apoiados pela oposição (Cavaco, Alegre e Sousa/Louçã/Pereira) davam prioridade ao crescimento económico, sobre o controlo do *défi*ce público; o inverso se passou com os que votaram em Soares (o candidato apoiado pelo PS, partido que tem feito do combate ao *défi*ce um dos seus principais cavalo de batalha). Os eleitores de Alegre e de Sousa/Louçã/Pereira revelaram-se ainda mais «multiculturalistas» do que os votantes de Soares. E, o que é mais notável, estes

efeitos dos valores mantiveram-se significativos mesmo após a introdução de variáveis de controlo adicionais (identidades ideológicas e avaliação dos candidatos).

A lição a tirar destes resultados, que, em princípio, não se circunscreve ao caso português, é a de que os fracos resultados de estudos anteriores poderão dever-se, em boa medida, às limitações dos indicadores usados. É sobejamente sabido que para medir adequadamente valores (isto é, variáveis latentes) o uso de múltiplos indicadores é fundamental: aumenta a validade das medidas. Esta questão metodológica parece-me que terá sido fundamental por duas razões adicionais. Primeiro, porque as eleições de 2005 foram menos polarizadas do que as de 2002, pelo menos de acordo com as percepções dos eleitores. Segundo, embora a amostra do EENP de 2005 seja bastante grande, o que pode, obviamente, influenciar a significância das variáveis, a verdade é que o impacto dos valores se revelou também significativo com o pequeno painel do EENP de 2006. Por isso, para o futuro (em que já não estarei a coordenar a concepção do questionário, como ainda fiz em 2005 e 2006), sugeria que no próximo EENP de 2009 se mantivessem não só os indicadores de valores presentes no CNEP/EENP 2005 (e que se revelaram também bastante pertinentes em estudos comparativos: Gunther e Kuan 2007), mas também os indicadores extra que incluímos para os «temas de posição». Tal permitirá verificar se os resultados agora alcançados se deveram a factores contextuais (específicos das eleições de 2005 e 2006) ou se, pelo contrário (como creio), são precisas medidas mais afinadas (como as usadas em 2005) para estudar com rigor o impacto dos valores sobre o voto, logo para estudar a função de representação (em Portugal).

Anexo

Texto integral dos indicadores dos «temas de posição» e dos valores incluídos no «Estudo Eleitoral Nacional» de 2005

P.6 – Vou agora ler-lhe várias frases alternativas. [Leia este cartão e] Diga-me em que medida concorda com uma das frases ou com a outra. Uma pontuação de 1 representa concordância total com a primeira frase e a rejeição da segunda. Inversamente, uma pontuação de 10 indica que prefere e concorda inteiramente com a segunda frase. As pontuações entre 2 e 9 representam opiniões intermédias.

P.6 – 1 (MOSTRAR LISTA 1)

01 – As nossas crenças religiosas deviam servir de base às leis do nosso país.....	01
02.....	02
03.....	03
04.....	04
05.....	05
06.....	06
07.....	07
08.....	08
09.....	09
10 – Não deve impor-se ao país nenhum sistema de crenças religiosas ..	10
NÃO SABE (NÃO LER EM VOZ ALTA)	96
NÃO RESPONDE (NÃO LER EM VOZ ALTA)	97

P.6 – 2 (MOSTRAR LISTA 2)

01 – Devemos proteger o ambiente e tentar tornar mais belas as nossas cidades e as nossas zonas rurais	01
[...]	
10 – Devemos incentivar o crescimento económico sem impor restrições ambientais às empresas.....	10

P.6 – 3 (MOSTRAR LISTA 3)

01 – Devemos melhorar os serviços públicos e a assistência social mesmo que isso implique um aumento dos impostos.....	01
[...]	
10 – Devemos reduzir os impostos, mesmo que isso implique reduzir os serviços públicos e a assistência social.....	10

P.6 – 4 (MOSTRAR LISTA 4)

01 – Devia haver uma distribuição mais equitativa dos rendimentos.	01
[...]	
10 – Devia haver mais incentivos à iniciativa individual	10

P.6 – 5 (MOSTRAR LISTA 5)	
01 – Devemos manter a lei e a ordem.....	01
[...]	
10 – Devemos defender as liberdades civis	10
P.6 – 6 (MOSTRAR LISTA 6)	
01 – Devíamos privatizar as empresas públicas.....	01
[...]	
10 – Devemos manter as empresas públicas	10
P.6 – 7 (MOSTRAR LISTA 7)	
01 – O casal/mulher nunca devia ter direito a recorrer ao aborto	01
[...]	
10 – O casal/mulher devia ter direito a recorrer ao aborto se não quisesse ter filhos	10
P.6 – 8 (MOSTRAR LISTA 8)	
01 – Devemos trabalhar esforçadamente e competir para podermos progredir profissionalmente	01
[...]	
10 – Devemos evitar competir com colegas de trabalho para mantermos boas relações	10
P.6 – 9 (MOSTRAR LISTA 9)	
01 – Devemos aumentar a participação dos cidadãos no processo de decisão do governo.....	01
[...]	
10 – O governo deve tomar decisões rápidas com base nos conhecimentos de especialistas.....	10
P.6 – 10 (MOSTRAR LISTA 10)	
01 – Todas as pessoas devem colocar o bem-estar da comunidade acima dos seus próprios interesses.....	01
[...]	
10 – Todas as pessoas devem ter a liberdade de agir consoante o que for melhor para si mesmas como indivíduos.....	10
P.6 – 11 (MOSTRAR LISTA 11)	
01 – O nosso país devia defender o nosso estilo de vida, em vez de se tornar cada vez mais semelhante a outros países	01
[...]	
10 – É bom copiar as práticas de outros povos do mundo inteiro	10
P.6 – 12 (MOSTRAR LISTA 12)	
01 – As pessoas são como as crianças; os governos devem cuidar delas como pais.....	01
[...]	

10 – O governo é um funcionário; as pessoas são os chefes que controlam o governo	10
P.6 – 13 (MOSTRAR LISTA 13)	
01 – Devemos evitar conflitos a todo o custo na nossa sociedade	01
[...]	
10 – Os conflitos são um aspecto normal de uma sociedade.....	10
P.6 – 14 (MOSTRAR LISTA 14)	
01 – A maioria dos problemas consegue resolver-se com o tempo.....	01
[...]	
10 – Quando surgem problemas, devemos procurar resolvê-los o mais rapidamente possível	10
P.6 – 15 (MOSTRAR LISTA 15)	
01 – O governo deve ser o principal responsável pelo bem-estar da população.....	01
[...]	
10 – Na vida, as pessoas devem cuidar de si e ser responsáveis pelo seu próprio êxito.....	10
P.6 – 16 (MOSTRAR LISTA 16)	
01 – É melhor para a sociedade os diferentes grupos [raciais] e étnicos manterem os seus próprios costumes e tradições	01
[...]	
10 – É melhor esses grupos adaptarem-se e integrarem-se na sociedade em geral.....	10
P.6 – 17 (MOSTRAR LISTA 17)	
01 – Cada pessoa devia ser responsável por arranjar a sua pensão/reforma	01
[...]	
10 – O Estado devia ser responsável pelas pensões/reformas de todos ..	10
P.6 – 8 (MOSTRAR LISTA 18)	
01 – O sistema de saúde nacional devia ser controlado pela iniciativa privada.....	01
[...]	
10 – O sistema de saúde nacional devia ser controlado pelo Estado.....	10
P.6 – 19 (MOSTRAR LISTA 19)	
01 – O sistema de ensino devia ser totalmente controlado pela iniciativa privada.....	01
[...]	
10 – O sistema de ensino devia ser totalmente controlado pelo Estado .	10
P.7 – Nos últimos tempos tem-se falado muito na necessidade de equilibrar as contas públicas em Portugal. Na sua opinião, o equilíbrio	

das contas públicas deve ter maior ou menor prioridade do que o crescimento económico? (MOSTRAR LISTA 20)

01 – O equilíbrio das contas públicas deve ter prioridade face ao crescimento económico	01
[...]	
10 – O crescimento económico deve ter prioridade face ao equilíbrio das contas públicas	10

P.8 – Nos últimos tempos tem-se falado muito na redução do papel do Estado na sociedade e na economia: alguns defendem tal redução, outros não defendem tal redução. Na sua opinião, deve ou não reduzir-se o papel do Estado na sociedade e na economia? (MOSTRAR LISTA 21)

01 – Deve reduzir-se significativamente o papel do Estado na sociedade e na economia	01
[...]	
10 – Não deve reduzir-se o papel do Estado na sociedade e na economia...	10

P.9 – Fala-se muito nos objectivos que Portugal deverá alcançar nos próximos dez anos. Se tivesse de escolher, qual dos seguintes objectivos consideraria o mais importante? E qual seria o segundo mais importante? (MOSTRAR LISTA 22. UMA RESPOSTA POR COLUNA)

Em Portugal devia-se

1.ª prioridade

Manter a ordem no país	1
Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões importantes do governo	2
Combater o aumento dos preços.....	3
Defender a liberdade de expressão.....	4
Não sabe (não ler em voz alta)	6
Não responde (não ler em voz alta)	7

2.ª prioridade

Idem

Bibliografia

- Almeida, Pedro Tavares, e André Freire. 2005. «Two overwhelming victories of the left: The 2004 European election and the 2005 legislative election in Portugal». *South European Society & Politics*, 10 (3): 451-464.
- Anderson, Christopher. 1995. *Blaming the Government: Citizens and the Economy in Five European Democracies*. Armonk: M. E. Sharpe.
- Bartolini, Stefano, e Peter Mair. 1990. *Identity, Competition and Electoral Availability. The Stabilisation of European Electorates, 1885-1985*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Borre, Ole. 2001. *Issue Voting*. Aarhus: Aarhus University Press.
- Borre, Ole, e José Manuel Leite Viegas. 1998 [1995]. «Government intervention in the economy». In *The Scope of Government*, orgs. Ole Borre e Elinor Scarbrough. Oxford: Oxford University Press, 234-280.
- Budge, Ian, Ivor Crewe e Dennis Farlie, eds. 1976. *Party Identification and Beyond: Representations of Voting and Party Competition*. Londres: John Wiley & Sons.
- Campbell, Angus, et al. 1980 [1960]. *The American Voter*. Chicago: Chicago University Press.
- Curtice, Jonh, e Sarinder Hunjan. 2007. «O impacto das avaliações dos líderes no comportamento de voto: qual a importância das regras?» In *Eleições e Cultura Política*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 227-252.
- Dahl, Robert. 1998. *On Democracy*. New Haven: Yale University Press.
- Deth, Jan W. van, e Elinor Scarbrough. 1998 [1995]. «The concept of values». In *The Impact of Values*, eds. Jan W. van Deth e Elinor Scarbrough. Oxford: Oxford University Press, 21-47.
- Downs, Anthony. 1957. *An Economic Theory of Democracy*. Nova Iorque: Harper Collins Publishers.
- Fiorina, Morris. 1981. *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press.
- Flanagan, Scott. 1987. «Value change in industrial societies». *American Political Science Review*, 81 (4): 1303-1319.
- Flanagan, Scott, e Aie-Rie Lee. 2003. «The new politics, culture wars, and the authoritarian-libertarian value change in advanced industrial democracies». *Comparative Political Studies*, 36 (3): 235-271.
- Freire, André. 2003. «Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparada». In *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, orgs. Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 295-362.
- Freire, André. 2004a. «Voto por temas: orientações perante as políticas públicas, desempenho do governo e decisão eleitoral». In *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, eds. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 159-192.
- Freire, André. 2004b. «Issue voting in Portugal: the 2002 legislative elections». *West European Politics*, 27 (5): 799-800.
- Freire, André. 2006a. *Esquerda e Direita na Política Europeia. Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Freire, André. 2006b. «Bringing social identities back in: the social anchors of left-right orientation in Western Europe». *International Political Science Review*, 27 (4): 359-378.
- Freire, André. 2006c. «As eleições presidenciais de 2006 em perspectiva histórica». *Finis-terra*, 53-54: 87-111.
- Freire, André. 2007. «Value orientations and party choice: the role of party polarization and party system institutionalization». Comunicação apresentada na conferência do ECPR, painel PN152, Itália, Pisa, 5-9 de Setembro, disponível em <http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/generalconference/pisa/index.aspx>.
- Freire, André. 2008. «Party polarization and citizens' left-right orientations». *Party Politics*, 14 (2): 189-209.
- Freire, André, e Marina Costa Lobo. 2002. «The Portuguese 2002 legislative elections». *West European Politics*, 25: 221-228.
- Freire, André, e Marina Costa Lobo. 2005. «Economics, ideology and vote: Southern Europe, 1985-2000». *European Journal of Political Research*, 44 (4): 493-518.
- Freire, André, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, orgs. 2007a. *Portugal at the Polls*. Lanham MD: Lexington.
- Freire, André, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, eds. 2007b. *Eleições e Cultura Política: Portugal no Contexto Europeu*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. 2007c. «Left-right and the European Parliament vote in 2004». In *European Elections after Eastern Enlargement – Preliminary Results from the European Election Study 2004*, eds. Michael Marsh, Slava Mikhaylov e Hermann Schmitt. CONNEX Report series n.º 01, MZES, University of Mannheim, Germany, 97-140.
- Gunther, Richard. 2007. «Portuguese elections in comparative perspective: parties and electoral behaviour in Southern Europe». In *Portugal at the Polls*, eds. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, Lanham, MD: Lexington, 11-48.
- Gunther, Richard, e Hsin-Chi Kuan. 2007. In «Value cleavages and partisan conflict». In *Democracy, Intermediation, and Voting on Four Continents*, orgs. Richard Gunther, José Ramon Montero e Hans-Jürgen Puhle. Oxford: Oxford University Press, 255-320.
- Gunther, Richard, e José Ramon Montero. 2001. «The anchors of partisanship: a comparative analysis of voting behaviour in four Southern European countries». In *Parties, Politics, and Democracy in New Southern Europe*, orgs. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther. Baltimore: The John Hopkins University Press, 83-152.
- Hechter, Michael. 1993. «Values research in the social and behavioral sciences». In *The Origin of Values*, eds. Michael Hechter, Lynn Nadel e Richard E. Michod. Nova Iorque: Aldine de Gruyter, 1-30.
- Hooghe, Liesbet, Gary Marks e Carole J. Wilson. 2004. «Does left/right structure party positions on European integration?». In *European Integration and Political Conflict*, eds. Gary Marks e Marco R. Steenbergen. Cambridge: Cambridge University Press, 120-140.
- Inglehart, Ronald. 1997. *Modernization and Post Modernization: Value Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald, e Hans Klingemann. 1976. «Party identification, ideological preference and the left-right dimension among western mass publics». In *Party Identification and Beyond: Representations of Voting and Party Competition*, eds. Ian Budge, Ivor Crewe e Dennis Farlie. Londres: John Wiley & Sons, 243-276.
- Kiewiet, D. Roderick. 1983. *Macroeconomics & Micropolitics: The Electoral Effects of Economic Issues*. Chicago: Chicago University Press.

- Kieweit, D. Roderick, e Douglas Rivers. 1984. «A retrospective on retrospective voting». *Political Behavior*, 6: 369-394.
- Knutsen, Oddbjorn. 1995. «Value orientations, political conflicts and left-right identification – a comparative study». *European Journal of Political Research*, 28: 63-93.
- Knutsen, Oddbjorn. 1997. «The partisan and the value-based components of left-right self-placement: a comparative study». *International Political Science Review*, 8: 191-225.
- Knutsen, Oddbjorn, e Eleanor Scarborough. 1995. «Cleavage politics». In *The Impact of Values*, eds. Eleanor Scarborough e Jan van Deith. Oxford: OUP.
- Knutsen, Oddbjorn, e Staffan Kumlin. 2005. «Value orientations and party choice». In *The European Voter. A Comparative Study of Modern Democracies*, ed. Jacques Thomassen. Oxford: Oxford University Press, 125-166.
- Kumlin, Staffan. 2001. «Ideology-driven opinion formation in Europe: the case of attitudes towards the third sector in Sweden». *European Journal of Political Research*, 39 (4): 487-518.
- Lee, Aie-Rie. 2007. «Value cleavages, issues, and partisanship in East Asia». *Journal of East Asian Studies*, 7 (2): 251-274.
- Lewis-Beck, Michael. 1990 [1988]. *Economics & Elections: The Major Western Democracies*, Ann Arbor: Michigan University Press.
- Lewis-Beck, Michael, e Martin Paldam. 2000. «Economic voting: an introduction». *Electoral Studies*, 19: 112-121.
- Lobo, Marina Costa. 2007a. «Leader effects in a longitudinal perspective». In *Portugal at the Polls*, eds. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lanham, MD: Lexington, 125-142.
- Lobo, Marina Costa. 2007b. «Partidos e líderes: organização partidária e voto no contexto europeu». In *Eleições e Cultura Política*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 253-274.
- Maroco, João. 2007. *Análise Estatística com a Utilização do SPSS*, Lisboa, Sílabo.
- McCann, James. 1997. «Electoral choices and core value change: the 1992 presidential campaign». *American Journal of Political Science*, 41 (2): 564-583.
- Miller, Warren Edward, e J. Merrill Shanks. 1996. *The New American Voter*. Cambridge: Harvard University Press.
- Norpoth, Helmut. 1996. «The economy». In *Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective*, eds. Lawrence et al. Thousand Oaks: Sage, 299-318.
- Przeworski, Adam, Susan Stokes e Bernard Manin. 1999. *Democracy, Accountability and Representation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rabinowitz, George, e Stuart Elaine Macdonald. 1989. «A directional theory of issue voting». *American Political Science Review*, 83: 93-121.
- Stokes, Donald. 1963. «Spatial models of party competition». *American Political Science Review*, 57: 368-377.
- Thomassen, Jacques. 2005. «Introduction» e «Modernization or politics?». In *The European Voter. A Comparative Study of Modern Democracies*, ed. Jacques Thomassen. Oxford: Oxford University Press, 1-21 e 254-266.
- Vala, Jorge. 1993. «Valores sócio-políticos». In *Portugal, Valores Europeus e Identidade Cultural*, Org. Luís França, Lisboa: IED, 221-260.
- Viegas, José Manuel Leite. 2003. «Valores políticos e intervenção do Estado na vida social e económica». In *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, orgs. Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 363-393.

Capítulo 7

A escolha de um primeiro-ministro: os efeitos de líder nas legislativas portuguesas de 2005

Introdução

Durante as campanhas eleitorais em Portugal, os meios de comunicação costumam realçar a importância dos líderes no seu desfecho. Mesmo assim, as eleições legislativas de 2005 destacaram-se por terem sido ainda mais centradas nas personalidades do que habitualmente. Isto deveu-se às circunstâncias em que essas eleições foram convocadas. Ao dissolver a Assembleia da República, o presidente da República, Jorge Sampaio explicou esse acto, invocando a incompetência no centro governativo, num ataque pouco velado ao primeiro-ministro em exercício, Pedro Santana Lopes (no cargo havia pouco mais de quatro meses). Esse acto presidencial fez com que a eleição se tornasse um referendo à liderança de Santana Lopes e à decisão de Jorge Sampaio. Durante a campanha eleitoral, o presidente da República foi avisando que queria «pessoas credíveis» no governo.¹ Por seu lado, Santana Lopes posicionou-se como vítima. A poucos dias da eleição enviou uma carta a milhares de portugueses em que afirmava: «Tenho defeitos como todos os seres humanos, mas conhece algum político em Portugal que eles tratem tão mal como a mim?»² Contados os votos, o PS obteve a sua primeira maioria absoluta de sempre, conquistando 120 assentos na Assembleia da República. O eleitorado deu por isso razão a Sampaio,

¹ «Presidente da República quer pessoas credíveis a governar», in *Diário de Notícias*, 17 de Fevereiro de 2005.

² «Carta de Santana Lopes pede aos eleitores que façam frente aos 'poderosos'», in *Lusa*, 15 de Fevereiro de 2005.

aprovando maioritariamente a decisão do presidente ao dissolver a Assembleia da República. No momento desta vitória inédita para o PS, os louros foram atribuídos ao líder desse partido. «O protagonista da maioria absoluta de hoje é José Sócrates»,³ afirmou Ferro Rodrigues depois de conhecidos os resultados.

Para a opinião dos intervenientes, os políticos são, portanto, fundamentais para o desfecho eleitoral. Será que os estudos eleitorais corroboram esta tese? Em larga medida, os poucos estudos realizados confirmam a importância dos líderes (Gunther e Montero 2001; Lobo 2004; Magalhães 2007).

A originalidade deste capítulo, que volta ao tema da importância dos líderes, reside no facto de ir mais além nesta questão crucial para a política portuguesa. É certo que os líderes são importantes factores explicativos do voto, e isso é assim também para 2005 (Magalhães 2007). Não é propriamente disso que pretendemos tratar. O que iremos fazer neste capítulo é especificar ulteriormente a natureza dos efeitos de líder em Portugal. Com esse fim iremos utilizar novas variáveis na medição destes efeitos, que nos parecem mais adequadas para aferir a importância deste factor no comportamento de voto do que aquelas que têm sido usadas até aqui. De que falamos quando falamos de efeitos de líder? Serão características ligadas ao mediatismo do candidato ou à sua competência? Estudos anteriores realizados noutros países têm demonstrado que as qualidades dos líderes relacionadas com capacidades de desempenho dos lugares são mais importantes do que aquelas que estão associadas ao mediatismo (Brettschneider, Neller e Anderson 2006; Kinder *et al.* 1980). Na preparação do questionário das eleições pós-eleitorais de 2005 foi possível introduzir pela primeira vez questões que inquiriam os eleitores directamente sobre um conjunto de características pessoais dos dois principais líderes políticos em Portugal naquelas eleições, nomeadamente Pedro Santana Lopes e José Sócrates. As respostas a essas questões estão no centro do estudo do impacto dos líderes que se fará neste capítulo.

Uma vez definidas as novas variáveis para medir as características dos líderes, iremos testar o seu efeito para o voto nos diferentes partidos. Nas eleições de 2002, os efeitos de líder foram consideráveis no caso de três partidos – o PS, o PSD e o CDS-PP, mas não no caso do PCP e do BE (Lobo 2004). Comparando os blocos partidários (isto é, o bloco da es-

³ «Ferro Rodrigues: o protagonista da vitória é José Sócrates», *in* www.publico.pt, 20 de Fevereiro de 2005.

querda e o bloco da direita), constatou-se que existiam diferenças importantes. Apesar da tendência para um declínio, a estrutura social e os factores ideológicos continuavam a ser importantes factores explicativos das escolhas dos eleitores entre os partidos de esquerda; contudo, à direita, estes dois factores eram pouco importantes para a explicação do voto a favor do PSD, por oposição ao CDS-PP. Era neste bloco que o líder do partido se revelava crucial para a estratégia eleitoral. Assim, utilizando as novas variáveis para medir os efeitos de líder, iremos verificar se os efeitos fortes anteriormente detectados se mantêm num modelo que inclua outras variáveis de controlo e outras técnicas de regressão e num contexto distinto que é o das eleições de 2005.

Na metodologia empregue não contemplamos os efeitos de líder em todos os partidos. Há várias razões para essa escolha. Em primeiro lugar, por razões de espaço, no próprio inquérito. Tendo em conta o número de questões colocadas sobre cada líder (8), dificilmente poderíamos cobrir todos os líderes partidários. Mas essa não é a principal razão. As eleições legislativas de 2005 em Portugal foram, em grande medida, eleições para escolher um chefe de governo. De facto, apenas dois líderes partidários têm reais possibilidades de se tornarem primeiros-ministros. Algumas das questões colocadas prendem-se exactamente com o desempenho das funções nesse cargo e não fariam sentido para outros líderes partidários. Além disso, e como vimos, devido às circunstâncias em que estas ocorreram, as eleições eram também em parte um referendo ao desempenho do PM cessante, Santana Lopes.

O capítulo está estruturado da seguinte forma. Em primeiro lugar, examinamos as variáveis utilizadas no modelo de comportamento de voto, incluindo as que medem os efeitos de líder. Iremos para tal construir vários índices que agregam dimensões distintas das características dos líderes. Depois, apresentamos alguns quadros sobre a forma como estes índices variam consoante o partido pelo qual os inquiridos afirmam ter simpatia partidária. De seguida, construímos um modelo, utilizando uma regressão multinomial com variáveis de controlo, para calcular os efeitos de líder por blocos de variáveis. Analisaremos assim e para cada par de partidos os efeitos das variáveis sócio-demográficas, da ideologia e da identificação partidária, das variáveis económicas e, finalmente, dos líderes. Tendo em conta que a escolha que um indivíduo faz no momento eleitoral é muitas vezes, não entre um ou outro partido, mas entre um partido e a abstenção, apresentaremos os resultados da importância dos líderes nesta escolha, com que muitos eleitores se debatem, para os dois maiores partidos. Na quarta parte do artigo visualizamos os efeitos de

líder, apresentando gráficos que ilustram o efeito das variáveis relativas aos dois principais líderes na probabilidade de voto em cada um dos respectivos partidos. Na parte final do artigo analisa-se a interacção entre o grau de identificação partidária e a dimensão mais importante das características do líder com vista a entender a importância e a direcção da relação entre a identificação partidária e os efeitos de líder.

Variáveis incluídas no modelo de voto

O presente capítulo baseia-se no inquérito realizado logo a seguir às eleições legislativas de Fevereiro de 2005. Este inquérito baseou-se numa amostra representativa de Portugal continental ($N = 2801$) de cidadãos com pelo menos 18 anos de idade e estratificados por região e dimensão da localidade.

A variável dependente utilizada é o comportamento do voto em 2005. Esta variável foi recodificada numa escala de 5 pontos, correspondentes aos principais partidos (1 = BE; 2 = PCP; 3 = PS; 4 = PSD; 5 = CDS).⁴ No que diz respeito às variáveis independentes, escolhemos, em primeiro lugar, indicadores sócio-demográficos que pudessem ser explicativos do comportamento de voto. Assim, incluímos a idade do inquirido, o sexo (1 = masculino; 2 = feminino), a classe social subjectiva (1 = classe trabalhadora; 5 = classe alta), o grau de religiosidade (1 = nada religioso; 4 = muito religioso) e a sindicalização (1 = sindicalizado; 2 = não sindicalizado). Ao contrário de outros estudos sobre o comportamento eleitoral em Portugal, em particular aqueles que analisam as eleições de 2002, neste capítulo optamos por introduzir não só uma variável que medisse o posicionamento ideológico, como também outra que registasse a identificação partidária do inquirido. No caso do inquérito de 2005, o posicionamento esquerda-direita é medido numa escala de 11 pontos (0 a 10: 0 = esquerda; 10 = direita). Já no que concerne à identificação partidária, recodificámos as respostas à questão p52a da seguinte forma. Atribuímos o valor 0 a todos aqueles que se identificam com um partido diferente do PS, o valor 1 a todos os que afirmam não ter (ou não saber se têm) identificação partidária e 2 àqueles que se identificam com o PS.

Além destas variáveis, que tentam captar as influências mais duradouras no comportamento de voto, outras serão incluídas no modelo como

⁴ O posicionamento destes partidos é feito com base nos posicionamentos médios feitos pelos inquiridos.

variáveis de controlo. As questões económicas são vistas, frequentemente, como factores contextuais fundamentais para o resultado das eleições (Kiewiet 1983; Lewis-Beck 1988; Norpoth *et al.* 1991; Anderson 1995). Para além disso, trabalhos de investigação anteriores demonstraram que a importância relativa dos temas económicos é considerável em Portugal (Freire, Lobo e Magalhães 2004; Freire e Lobo 2006, 515). Tendo em conta estes resultados, no presente artigo utilizam-se dois indicadores económicos, nomeadamente as percepções sociotrópicas e egocêntricas retrospectivas dos inquiridos. O indicador sociotrópico retrospectivo foi medido com base numa pergunta sobre as percepções dos inquiridos quanto à economia nacional nos doze meses precedentes. Por sua vez, o indicador egocêntrico retrospectivo foi medido com base numa pergunta sobre as percepções dos inquiridos quanto à situação financeira do agregado familiar no mesmo período. As respostas variam entre 1 (muito melhor) e 5 (muito pior) para ambos os indicadores.

Adicionou-se ainda ao modelo outra variável económica que media a posição dos inquiridos em relação à necessidade de equilibrar as contas públicas, um dos temas que dominaram a agenda política em 2005. A pergunta foi formulada nos seguintes termos: «Na sua opinião, o equilíbrio das contas públicas deve ter maior ou menor prioridade do que a promoção do crescimento económico?» As respostas variavam entre 1 e 10: 1 significava que o equilíbrio das contas públicas devia ter mais prioridade do que a promoção do crescimento económico; 10 significava que o crescimento económico devia ter mais prioridade do que equilibrar as contas públicas. Com estas variáveis económicas procura-se definir os principais contornos do contexto eleitoral de 2005. A este retrato falta, no entanto, adicionar as percepções dos eleitores sobre os principais líderes a primeiro-ministro nesta eleição, algo que fazemos na secção seguinte.

Como medir a simpatia pelos líderes

No inquérito pós-eleitoral de 2005 incluiu-se o habitual «termómetro de simpatia» em relação aos líderes, utilizando uma escala de 11 pontos (de 0 a 10). Além disso, para os dois principais candidatos com reais possibilidades de se tornarem primeiros-ministros, nomeadamente Santana Lopes (o primeiro-ministro cessante) e José Sócrates (o seu principal adversário), foram incluídas oito questões sobre as suas características pessoais. As respostas estruturaram-se numa escala de 1 a 4, em que 1 cor-

respondia a «discordo inteiramente» e 4 a «concordo inteiramente». As perguntas inquiriam os eleitores sobre se os líderes detinham as seguintes características: competência para exercer o cargo de primeiro-ministro, nomeadamente capacidade para reforçar a economia, defender políticas responsáveis e combater o desemprego. Além disso, também se inquiriram os eleitores sobre as suas percepções em relação à honestidade, eloquência, carisma, força e determinação de Santana Lopes e de Sócrates.

Para compreender quais as características pessoais mais importantes na explicação do comportamento de voto, o primeiro passo é determinar se estas características integram uma dimensão única ou não. Para tal seguimos o estudo recente de Evans e Andersen (2005, 5). Nele os autores compararam escalas relativas à simpatia/antipatia, competência, confiança e capacidade de resposta para os três candidatos ao cargo de primeiro-ministro nas eleições legislativas britânicas de 2005. Verificaram que as respostas a cada uma daquelas escalas estavam fortemente correlacionadas, representando apenas uma dimensão subjacente. Por conseguinte, construíram uma única variável, representando a percepção média de cada inquirido em relação a todas as qualidades de cada candidato.

A fim de determinar se o mesmo se aplicaria às percepções dos eleitores sobre Santana Lopes e Sócrates nas eleições de 2005 fez-se o seguinte teste: os oito itens incluídos no conjunto de perguntas sobre as «características do líder» foram submetidos a uma análise de componentes principais para cada um dos candidatos, tendo aquela análise revelado a presença de duas componentes com valores próprios (*eigenvalues*) superiores a 1. Para ajudar a interpretar estas duas componentes foi aplicada uma rotação *Varimax*. A solução assim encontrada, que se apresenta nos quadros 7.1 e 7.2, mostra que algumas variáveis têm um peso substantivo (acima de 0,7) em pelo menos uma das componentes. No quadro 7.1, a solução com dois factores explica um total de 72,93% da variância, tendo a componente 1 contribuído com 45,49% para a explicação da variância e a componente 2 com 27,44%.

No quadro 7.2, a solução com dois factores explica um total de 67,73% da variância, tendo a componente 1 contribuído com 42,06% da variância e a componente 2 com 25,67%. Estes resultados apontam claramente para duas dimensões subjacentes à simpatia pelos dois líderes em questão. Em consequência, criámos duas variáveis independentes que representam estas duas dimensões distintas da simpatia pelos líderes. A primeira é uma média das respostas dos inquiridos a três itens («sabe o que fazer para reforçar a economia», «sabe como combater o desemprego» e «defende políticas responsáveis») que, a partir deste momento, será designada por «ca-

Quadro 7.1 – Rotação *Varimax* da ACP das características de José Sócrates (solução com dois factores)

Item	Componente 1: indicadores de desempenho	Componente 2: características mediáticas
José Sócrates é um líder que...		
... defende políticas responsáveis	0,849	
... sabe combater o desemprego	0,834	
... é capaz de reforçar a economia	0,822	
... é honesto	0,766	
... toma decisões		
... é eloquente		0,838
... é carismático		0,762
... é forte		
% de variância explicada	45,49	27,44

Nota: Apenas se apresentam os *loadings* superiores a 0,7.

Quadro 7.2 – Rotação *Varimax* da ACP das características de Santana Lopes (solução com dois factores)

Item	Componente 1: indicadores de desempenho	Componente 2: características mediáticas
Pedro Santana Lopes...		
... é capaz de reforçar a economia	0,887	
... sabe como combater o desemprego	0,862	
... defende políticas responsáveis	0,771	
... é um líder forte		
... é honesto		
... é um líder que toma decisões		
... é um líder eloquente		0,871
... é um líder carismático		0,775
% de variância explicada	42,06%	25,67%

Nota: Apenas se apresentam os *loadings* superiores a 0,7.

racterísticas de desempenho». A segunda variável é uma média das respostas dos inquiridos a dois itens («é um líder eloquente» e «é carismático»), a que se chamará «características mediáticas». Ambas as variáveis compostas desta forma variam numa escala de 1 a 4 (sendo 1 o nível médio mais baixo da escala e 4 o nível máximo de simpatia pelo candidato nas características referidas). Como precaução, analisámos as correlações entre estas duas variáveis e a escala correspondente de simpatia/an-

tipatia pelo líder. Em todos os casos, a correlação é forte, mas nunca superior a 0,6.⁵ O modelo de voto incluirá, portanto, estas novas variáveis em substituição da pergunta mais genérica que mede a simpatia/antipatia pelo líder.⁶ A grande vantagem da utilização destas variáveis para medir os efeitos de líder no modelo de comportamento de voto é que nos permite aproximar do significado concreto do que anteriormente era simplesmente designado por «simpatia pelo líder». Assim, será agora possível perceber que tipo de características dos dois líderes é mais explicativo do voto em Portugal.

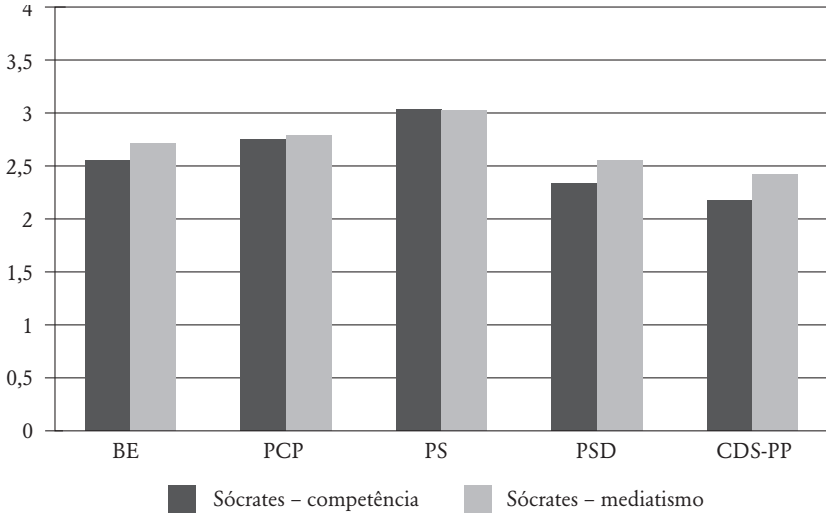
As duas figuras apresentadas abaixo mostram a forma como os eleitores de partidos diferentes perspectivam os dois principais líderes em termos de desempenho e características mediáticas. Tal como seria de prever, os dois líderes obtêm classificações elevadas nos dois tipos de características apresentadas entre os eleitores que se identificam com o partido que representam. Ou seja, aqueles que simpatizam com o PSD tendem a considerar que Pedro Santana Lopes tem qualidades de competência e também de mediatismo (figura 7.2). O mesmo acontece com os eleitores do PS em relação a José Sócrates (figura 7.1). Além disso, na figura 7.1 verifica-se que José Sócrates obtêm avaliações positivas tanto em relação à competência como ao mediatismo entre todo o tipo de eleitores, independentemente da simpatia partidária. As diferenças entre as avaliações em relação à competência e ao mediatismo não são muito grandes. Quando existem, a distribuição é a seguinte: os simpatizantes do CDS-PP, do PSD e do BE atribuem um valor mais elevado às características mediáticas do que de competência de Sócrates. Embora as avaliações sejam positivas entre todos os tipos de simpatizantes, estas são mais elevadas à esquerda do que à direita do espectro partidário, o que também seria de esperar.

No caso da figura 7.2 verifica-se que Santana Lopes não obtêm o mesmo grau de consenso entre os eleitores que referem uma identificação

⁵ As correlações entre a escala de simpatia de José Sócrates e as duas novas variáveis criadas para este, que medem características de desempenho e mediáticas, são, respectivamente, 0,61 e 0,45. No caso de Pedro Santana Lopes, as correlações correspondentes são de 0,54 e 0,33.

⁶ Antes de introduzirmos os dois pares de variáveis independentes no modelo da regressão de que falamos a seguir, verificámos o seu grau de correlação. Verificou-se que todas as correlações entre as quatro variáveis agora criadas são inferiores a 0,7. A correlação é mais elevada para o par de variáveis relativas a Sócrates, situando-se em 0,657. A correlação para o par de variáveis relativas a Santana Lopes é positiva e o seu valor é de 0,395. Todas as outras correlações possíveis entre estas quatro variáveis são inferiores a 0,395.

Figura 7.1 – Avaliação do líder do PS, José Sócrates, nas dimensões «desempenho» e «mediatismo» por grupos de identificação partidária (2005)

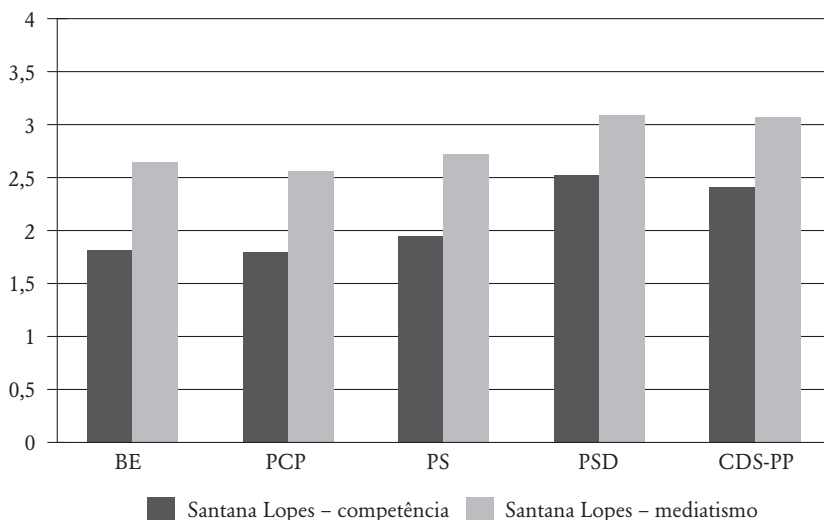


Fonte: CEP (2005).

partidária. A nível do seu desempenho enquanto primeiro-ministro, as avaliações são negativas junto dos eleitores que se identificam com um partido de esquerda (BE, PCP ou PS). Já à direita, entre os eleitores do CDS e do PSD, as avaliações de Santana Lopes são positivas tanto a nível de competência como de mediatismo, tal como seria de esperar. Mesmo assim, o nível de competência médio atribuído a Sócrates pelos que se identificam com o PS é mais elevado do que a competência atribuída a Santana Lopes pelos eleitores que afirmam identificar-se com o PSD. De notar também que, enquanto os eleitores não distinguem particularmente entre as características de Sócrates, atribuindo valores semelhantes à competência e ao mediatismo, no caso de Santana Lopes a distribuição é bastante diferente. Para todos os grupos de eleitores, as características mediáticas são substantivamente mais reconhecidas do que as de desempenho.

Certamente que o facto de Santana Lopes ter sido primeiro-ministro de um governo que durou apenas quatro meses e que foi alvo de duras críticas por parte do presidente no momento da convocação de eleições terá contribuído para esta diferença entre as percepções sobre os dois candidatos. Um inquérito realizado em duas vagas, uma antes de a campanha ter início e outra logo após o resultado das eleições, mostra a forma

Figura 7.2 – Avaliação do líder do PSD, Santana Lopes, nas dimensões «desempenho» e «mediatismo» por grupos de identificação partidária (2005)



Fonte: CEP (2005).

como a campanha serviu para reforçar a imagem negativa do governo cessante. Os dados do inquérito mostram que antes de a campanha eleitoral começar 81% avaliavam negativamente o governo de Santana Lopes e no final da campanha 87% eram dessa opinião.⁷

Metodologia de análise

Para testar o modelo de comportamento de voto foi utilizada uma análise logística multinomial. Este tipo de regressão é utilizado quando os resultados (ou os valores da variável dependente) implicam uma escolha, não se tratando nem de uma variável linear nem de uma escala. Uma vez que os resultados não são intrinsecamente bons nem intrinsecamente maus, poderá considerar-se que os indivíduos, perante um *menu* de resultados possíveis, escolhem aquele que mais lhes agrada (Booroah 2002, 45). É este tipo de escolha que o eleitor enfrenta nas urnas, o que justifica a técnica seleccionada. A variável dependente do modelo é a res-

⁷ Inquérito em painel realizado no projecto CEAPP, dados disponíveis sob pedido.

posta dos inquiridos sobre a sua opção de voto nas eleições legislativas. A regressão logística multinomial compara todos os pares de escolhas que as opções de base permitem. Visto que as variáveis criadas para os líderes dizem respeito aos dirigentes dos dois principais partidos, apresentam-se os resultados da seguinte forma: contrastamos o principal partido de cada bloco – isto é, o PS à esquerda e o PSD à direita – com o outro partido (ou os outros partidos) do mesmo bloco. Isto significa que, à esquerda, se apresentam os resultados do PS, por oposição ao PCP, e do PS, por oposição ao BE, e, à direita, os resultados do PSD, por oposição ao CDS-PP. Apresentamos também os resultados da escolha feita pelos eleitores centristas – o PS, por oposição ao PSD. Tendo em conta que uma das escolhas possíveis é também a abstenção, de seguida apresentamos os resultados, contrastando a abstenção com o voto no PS e no PSD, respectivamente.

Os resultados para cada um destes pares de partidos e entre os dois principais partidos e a abstenção são apresentados por blocos, com vista a compreender o impacto relativo dos grupos de variáveis independentes à medida que estas vão sendo acrescentadas ao modelo e para analisar a dimensão relativa (e direcção do efeito) das variáveis relativas aos líderes para cada par de partidos. Depois, uma vez que os efeitos dos líderes na probabilidade de os eleitores votarem não são lineares, vamos apresentá-los graficamente. Estas figuras permitirão compreender melhor o impacto relativo das características mediáticas e de desempenho do líder na probabilidade de votar em partidos diferentes.

Resultados

Começamos por analisar os resultados da regressão multinomial em que a variável dependente contrasta os socialistas (PS) com o BE. No modelo 1 foram introduzidos apenas controlos sócio-demográficos. Dois deles revelam-se significativos e apresentam o sentido esperado – os eleitores do BE distinguem-se pela sua juventude e falta de religiosidade, em comparação com os eleitores do PS. Ao acrescentar-se o posicionamento ideológico (modelo 2) obtém-se novamente o efeito esperado (isto é, um coeficiente significativo e negativo), uma vez que os eleitores do BE se posicionam à esquerda dos do PS. Contudo, o facto de acrescentarmos a ideologia não torna os factores sociológicos irrelevantes; pelo contrário, esses efeitos mantêm a sua significância. Das três variáveis económicas, apenas uma é significativa e revela que os eleitores do BE consideram

Quadro 7.3 – Regressão logística multinomial, escolha eleitoral PS vs. BE, eleições legislativas de 2005

Variáveis independentes	Variável dependente = PS: 0; BE:1			
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	1,58(0,76)**	4,152(0,88)***	4,9(1,05)***	5,8(2,068)**
Idade (- a +)	-0,04(0,01)***	-0,04(0,01)***	-0,04(0,01)***	-0,03(0,01)**
Sexo (0 = masculino)	0,110(0,57)	0,14(0,5)	-0,01(0,97)	0,30(0,41)
Classe social (baixa a alta)	-0,008(0,95)	0,05(0,7)	0,03(0,9)	0,3(0,25)
Religiosidade (- a +)	-0,83(0,11)***	-0,68(0,12)***	-0,65(0,13)***	-0,74 (0,21)**
Sindicalização (0 = sim)	0,033(0,09)	0,11(0,71)	,04(0,91)	-0,3(0,52)
Identificação partidária		-2,3(0,20)***	-2,4(0,22)***	-2,4(0,34)***
Posicionamento esquerda-direita		-0,18(0,05)***	-0,156(0,05)**	-0,04(0,68)
Retrospectiva sociotrópica da economia			-0,33(0,13)**	-0,44 (0,22)**
Retrospectiva egocêntrica da economia			0,11(0,47)	0,42(0,24)*
Equilíbrio das contas públicas			0,01(0,87)	-0,0(0,97)
Desempenho do líder do PS				-0,84(0,45)*
Personalidade do líder do PS				-0,5(0,25)
Desempenho do líder do PSD				-0,14(0,71)
Personalidade do líder do PSD				0,3(0,33)
R ² de Nagelkerke	0,177	0,598	0,611	0,713
N	2 099	1 829	1 587	825

que a economia nacional no ano anterior evoluiu de uma forma ainda mais negativa do que os eleitores do PS. Por último, no modelo 4 acrescentam-se os efeitos de líder. É de referir, em primeiro lugar, que todas as variáveis anteriormente significativas continuam a sê-lo, o que evidencia a persistência das diferenças sociológicas, ideológicas e partidárias que existem entre o eleitorado do BE e do PS. Além disso, a personalidade e o desempenho de Sócrates são significativos e apresentam o sentido esperado, embora não sejam muito elevados.

No quadro 7.4 apresentam-se os resultados da mesma regressão multinomial, em que a variável dependente contrasta os votantes do PS com os do PCP. Embora, ao contrário dos eleitores do BE, os eleitores comunistas não sejam significativamente mais novos do que os socialistas, também se distinguem nos indicadores sócio-demográficos – tendem a considerar que pertencem a uma classe mais baixa do que os socialistas, a afirmar-se menos religiosos e a apresentar uma maior sindicalização. Assim, enquanto o BE capta os votos de eleitores jovens e não religiosos, o PCP continua a receber os votos dos eleitores tradicionais da classe trabalhadora, sindicalizados. O posicionamento ideológico é fortemente significativo, mas as variáveis sociológicas não desaparecem no modelo

Quadro 7.4 – Regressão logística multinomial, escolha eleitoral PS vs. PCP, eleições legislativas de 2005

Variáveis independentes	Variável dependente = PS: 0; CDU:1			
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	1,9(0,67)**	4,7(0,86)***	5,04(1,04)***	6,13(2,80)**
Idade (- a +)	0,0(0,99)	-0,0(0,63)	-0,0(0,61)	-0,0(,9)
Sexo (0 = masculino)	-0,04(0,85)	0,2(0,4)	0,28(0,25)	0,16(0,69)
Classe social (baixa a alta)	-0,3(0,12)**	-0,37(0,14)**	-0,39(,16)**	-0,61(,24)**
Religiosidade (- a +)	-0,62(0,11)***	-0,41(0,13)**	-0,37(0,14)**	-0,34(0,21)*
Sindicalização (0 = sim)	-0,69(0,21)**	-0,53(0,27)*	-0,52(0,238)**	-0,45(0,31)
Identificação partidária		-3,26(0,23)***	-3,15(0,24)***	-3,2(0,37)***
Posicionamento esquerda-direita		-0,2(0,05)***	-0,22(0,06)***	-0,17(0,09)*
Retrospectiva sociotrópica da economia			0,08(0,56)	0,29(0,19)
Retrospectiva egocêntrica da economia			-0,13(,45)	-0,06(0,83)
Equilíbrio das contas públicas			0,01(,85)	0,00(0,96)
Desempenho do líder do PS				-0,24(0,62)
Personalidade do líder do PS				-0,58(0,21)
Desempenho do líder do PSD				0,01(0,98)
Personalidade do líder do PSD				0,18(0,64)
R^2 de Nagelkerke	0,177	0,598	0,611	0,713
N	2 099	1 829	1 587	825

2. No modelo 3, em que foram acrescentadas as variáveis económicas, nenhuma é significativa. Por último, no modelo 4 acrescentaram-se as percepções sobre os líderes e também nenhuma é significativa. Nenhum factor de curto prazo tem poder explicativo neste contraste, sendo a identificação partidária o factor mais importante.

É interessante constatar que, à semelhança do que se verificou anteriormente, os modelos de voto que contrastam o principal partido de esquerda (PS) com os outros partidos de esquerda mais pequenos (PCP e BE) mostram que estes últimos apresentam características sociais específicas que não deixam de ser significativas mesmo em modelos bastante completos de explicação das opções de voto. Adicionalmente, os seus eleitores distinguem-se pelo posicionamento ideológico. Já os factores de curto prazo, nomeadamente indicadores económicos e efeitos de líder, nos casos em que têm um efeito, este é relativamente pequeno.

Iremos agora apresentar os resultados da única comparação efectuada à direita, entre o PSD e o CDS. Para o efeito, voltámos a aplicar a regressão logística multinomial, mas introduzimos como categoria de referência o PSD, o maior partido da direita do espectro político. Estes dois partidos tinham governado em coligação durante os três anos precedentes,

Quadro 7.5 – Regressão logística multinomial, escolha eleitoral PSD vs. CDS, eleições legislativas de 2005

Variáveis independentes	Variável dependente = PSD: 0; CDS:1			
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	3,7(0,56)***	-1,55(0,15)	-0,45(0,73)	0,22(0,29)
Idade (- a +)	0,0(0,93)	0,0(,99)	,0(,9)	-,01(,21)
Sexo (0 = masculino)	,28(,17)	-,28(,21)	-,17(-,47)	-,25(,49)
Classe social (baixa a alta)	-,24(,14)*	,32(,15)*	0,351(0,167)*	,18(,44)
Religiosidade (- a +)	-,15(,26)	-,14(,34)	-,19(,23)	-,26(,23)
Sindicalização (0 = sim)	,05(,9)	-,05(,91)	-,12(,78)	-,13(,82)
Identificação partidária		,18(,37)	,12(,58)	-,03(,93)
Posicionamento esquerda-direita		,04(,41)	,09(,12)	,14(,08)*
Retrospectiva sociotrópica da economia			,08(,54)	-,02(,74)
Retrospectiva egocêntrica da economia			-,33(0,17)*	-,27(,28)
Equilíbrio das contas públicas			,03(,37)	,02(,74)
Desempenho do líder do PS				-,02(,76)
Personalidade do líder do PS				,0(1)
Desempenho do líder do PSD				-,56(,08)*
Personalidade do líder do PSD				-,16(,61)
<i>R</i> ² de Nagelkerke	0,177	0,598	0,611	0,713
<i>N</i>	2099	1829	1587	825

mas decidiram disputar separadamente as eleições de 2005. O quadro 7.5 ilustra muito claramente a diferença entre a concorrência partidária à esquerda e à direita em Portugal – enquanto a esquerda é composta por subculturas sociais distintas, a direita parece ser muito mais homogênea. O modelo 1 mostra que os eleitores do CDS consideram que pertencem a uma classe social mais alta do que os do PSD. O autoposicionamento esquerda-direita não é estatisticamente significativo, o que, mais uma vez, representa uma diferença considerável em relação àquilo que acontece à esquerda. Os eleitores do CDS têm uma opinião mais negativa da situação financeira anterior do agregado familiar, mas isto desaparece assim que são acrescentadas mais variáveis ao modelo. Com efeito, no modelo 4, a única variável que é significativa é a percepção do desempenho do primeiro-ministro e líder do PSD, Santana Lopes – os eleitores que votaram no CDS têm uma opinião mais negativa das características de desempenho deste líder.

No quadro 7.6 contrastamos o eleitorado dos dois principais partidos do sistema político, o PS e o PSD. No quadro seguinte, a categoria de referência é o Partido Socialista. No modelo 1 há três indicadores que se revelam significativos: os eleitores do PSD tendem a considerar que per-

**Quadro 7.6 – Regressão logística multinomial, escolha eleitoral
PSD vs. PS, eleições legislativas de 2005**

Variáveis independentes	Variável dependente = PS: 0; PSD:1			
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	-3,7(0,56)***	-2,6(0,78)**	-3,76(0,90)***	-0,155(0,15)
Idade (- a +)	0,0(0,98)	0,0(0,48)	0,01(0,31)	-0,01(0,36)
Sexo (0 = masculino)	-0,17(0,17)	-0,08(0,64)	-0,08(0,66)	-0,26(0,34)
Classe social (baixa a alta)	0,24(0,08)**	0,12(0,28)	0,05(0,68)	-0,03(0,87)
Religiosidade (- a +)	0,39(0,08)***	0,26(0,11)**	0,25(0,12)**	0,07(0,73)
Sindicalização (0 = sim)	0,81(0,21)***	0,53(,27)*	0,47(,10)	0,07(,88)
Identificação partidária		-3,05(0,18)***	-3,03(0,19)***	-2,9(0,31)***
Posicionamento esquerda-direita		0,46(0,04)***	0,43(0,043)***	0,34(0,07)***
Retrospectiva sociotrópica da economia			0,29(0,10)**	-,06(,74)
Retrospectiva egocêntrica da economia			0,28(0,13)**	0,5(0,21)**
Equilíbrio das contas públicas			0,02(0,49)	-0,03(0,53)
Desempenho do líder do PS				-2,21(0,37)***
Personalidade do líder do PS				-0,25(0,49)
Desempenho do líder do PSD				1,77(0,33)***
Personalidade do líder do PSD				0,94(0,3)**
<i>R</i> ² de Nagelkerke	0,177	0,598	0,611	0,713
<i>N</i>	2 099	1 829	1 587	825

tencem a uma classe social superior, são mais religiosos e a sua sindicalização tende a ser menor do que a dos eleitores do PS. Estes indicadores sociais perdem alguma força e acabam por deixar de ser significativos no modelo completo (modelo 4). A ideologia também é um indicador significativo e apresenta o sentido esperado: os eleitores do PSD posicionam-se mais à direita do que os socialistas. Relativamente aos indicadores económicos, no modelo 3, dois deles mostram-se significativos, sendo que os eleitores do PSD têm uma opinião mais positiva nas retrospectivas sociotrópica e egocêntrica da economia. Por último, neste modelo, as percepções sobre Santana Lopes e Sócrates têm efeitos significativos – os eleitores do PSD têm uma opinião mais positiva do desempenho e personalidade do seu líder, Santana Lopes, e uma opinião mais negativa do desempenho de Sócrates.

O quadro 7.6 revela que a importância dos líderes é muito grande na disputa de votos ao centro. À esquerda os factores sociais e ideológicos permanecem significativos, inclusive no modelo mais completo do voto. À direita quase nada distingue os dois grupos de eleitores.

Os resultados mostram que Sócrates foi um factor mais importante no centro do espectro ideológico (entre os eleitores do PS e do PSD) do

Quadro 7.7 – Regressão logística multinomial, escolha eleitoral PS vs. abstenção, eleições legislativas de 2005

Variáveis independentes	Modelo 1	Modelo 2
	PS vs. abstenção	PSD vs. abstenção
Constante	2,448(1,648)	3,798**(1,865)
Idade (- a +)	-0,032*** (0,008)	-0,041*** (0,10)
Sexo (0 = masculino)	-0,044(0,249)	0,218(0,302)
Classe social (baixa a alta)	-0,245(0,169)	-0,210(0,206)
Religiosidade (- a +)	-0,295*(0,149)	-0,361*(0,184)
Sindicalização (0 = sim)	1,383** (0,512)	1,311** (0,595)
Identificação partidária	-1,488*** (0,240)	1,400*** (0,286)
Posicionamento esquerda-direita	0,144** (0,055)	-,199** (0,066)
Retrospectiva sociotrópica da economia	0,067(0,139)	0,123(0,165)
Retrospectiva egocêntrica da economia	0,078(0,166)	-0,423** (0,209)
Equilíbrio das contas públicas	-0,004(0,040)	0,026(0,048)
Desempenho do líder do PS	-1,609*** (0,330)	0,606* (,317)
Personalidade do líder do PS	0,007(0,325)	0,256(0,333)
Desempenho do líder do PSD	1,188*** (0,293)	-0,5830* (0,316)
Personalidade do líder do PSD	-0,198(0,238)	-1,135*** (0,295)
R^2 de Nagelkerke	0,71	0,71
N	825	825

que na esquerda (na comparação PS/BE ou PS/PCP). Isto verifica-se apesar de, no modelo que compara os votos no PS e no PSD, os indicadores de líder referentes a Santana Lopes estarem também presentes e serem fortemente significativos. Com efeito, ambos os líderes têm efeitos muito significativos no voto no centro. À esquerda, Sócrates parece ter um maior impacto na comparação PS/BE do que na comparação PS/PCP e, no caso deste último contraste, os factores sociais e ideológicos são mais importantes como determinantes do voto do que no primeiro.

Resta então apresentar os resultados de uma regressão que modela a escolha entre a abstenção e o voto no PS ou no PSD. Neste caso optámos por apresentar apenas os resultados do modelo final, isto é, aquele que integra todas as variáveis independentes, com o intuito de vermos a importância dos líderes, tendo em conta todas as variáveis.

Os quadros acima mostram o seguinte: primeiro, que quando se pensa em líderes em Portugal se está predominantemente a pensar nas suas competências como primeiro-ministro do que no perfil mediático deste ou daquele político; segundo, com um modelo especificado da forma mais completa possível, isto é, incluindo tanto a identificação partidária como o posicionamento ideológico, além de outras variáveis, tanto de

Quadro 7.8 – Regressão logística multinomial, interação com a intensidade da identificação partidária

Variáveis independentes	Categoria de referência: PS			Categoria de referência: PSD		
	zs. abstenção	zs. BE	zs. PCP	zs. abstenção	zs. PS	zs. CDS
Força da identificação partidária	1,036(0,58)	-0,48(0,03)	6,81(3,05)	-0,24(1,47)	1,35(1,40)	-0,47(1,18)
Desempenho do líder do PS	-0,31(1,13)**	-2,7(1,95)	-0,23(0,37)			
Desempenho do líder do PS*						
Força PiD	0,85(0,66)	0,96(0,89)	-1,33(1,2)			
Personalidade do líder do PS	2,0(1,1)*	0,58(0,09)	0,22(2,1)			
Personalidade do líder do PS*						
Força PiD	-1,3(0,62)**	-0,51(,28)	-1,03(1,09)	-2,17(0,81)	-1,59(0,80)	-0,24(1,99)
Desempenho do líder do PSD						
Desempenho do líder do PSD*						
Força PiD				0,57(0,46)	-0,28(,45)	-0,25(0,67)
Personalidade do líder do PSD				-0,004(0,79)	-0,26(,76)	-0,75(1,13)
Personalidade do líder do PSD*						
Força PiD				-0,52(0,45)	-0,24(0,42)	0,21(0,63)
R ² de Nagelkerke	0,42	0,42	0,42	0,37	0,37	0,37
N	417	417	417	751	751	751

longo como de curto prazo concluímos que os efeitos de líder são mais relevantes para aqueles que se abstêm, votam ao centro ou à direita, sendo menos importantes à esquerda.

Antes de terminar a análise gostaríamos ainda de explorar a relação entre a identificação partidária e os efeitos de líder. No que vimos acima, e em especial no que diz respeito à escolha entre a abstenção e o voto, verificámos que os abstencionistas são particularmente sensíveis às percepções sobre os líderes em campanha. Sabemos que os abstencionistas tendem a ter uma menor identificação partidária do que os votantes. Será que a força desse impacto depende da fraca identificação partidária dos eleitores? Para compreender a relação entre estas duas variáveis, os efeitos de líder e a identificação partidária, refizemos a análise multinomial e utilizámos as mesmas variáveis incluídas no modelo completo acima. No entanto, adicionámos um termo de interacção entre a variável do desempenho de Sócrates (Santana Lopes) e o grau de identificação partidária.

O quadro 7.8 apresenta apenas os termos de interacção. No entanto, os modelos incluíram as seguintes variáveis, para além das apresentadas acima: idade, género, classe social, religiosidade, sindicalização, posicionamento na escala esquerda-direita, percepções egocêntricas sócio e egotrópicas e posicionamento em relação às contas públicas. Em apenas um caso se verifica o efeito esperado: entre abstencionistas o efeito da personalidade de Sócrates teve mais impacto entre aqueles que não tinham qualquer identificação partidária.

Conclusões

Na presente análise das eleições legislativas de 2005 propusemo-nos três objectivos. Em primeiro lugar, determinar o impacto dos efeitos de líder nas referidas eleições num modelo correctamente especificado do comportamento eleitoral. Em segundo lugar, compreender quais as características dos líderes que mais afectavam o voto – o desempenho ou as características pessoais dos principais concorrentes ao cargo de chefe do governo. Por último, explorar a relação entre os efeitos de líder e a identificação partidária.

O primeiro aspecto a referir é que o impacto dos factores sócio-demográficos continua a ter importância para distinguir entre os eleitorados dos partidos da esquerda, o que não acontece à direita. A ideologia e a liderança são factores de explicação fundamentais do voto na esquerda e no centro. Os efeitos de líder são o factor mais importante na direita

do espectro partidário, isto é, no que se refere a explicar a escolha dos eleitores entre o voto no PSD e no CDS.

Em seguida, utilizando as escalas que medem o desempenho e a personalidade dos dois principais líderes, mostrámos que, em termos globais, os indicadores de desempenho apresentam uma percentagem de variância explicada mais alta do que os itens de personalidade. Os resultados mostram que Sócrates é um factor mais importante no centro ideológico (entre os eleitores do PS e do PSD) e para os abstencionistas do que na esquerda, quer se considere a escolha eleitoral PS/BE ou PS/PCP. Isto acontece apesar do facto de, no modelo que compara o voto no PS e no PSD, os indicadores relativos a Santana Lopes estarem presentes e serem fortemente significativos. Com efeito, podemos dizer que ambos os líderes são muito importantes para a explicação do voto no centro do leque partidário. À esquerda, Sócrates parece ter um impacto maior na comparação PS/BE do que na comparação PS/PCP, já que a escolha entre estes dois partidos é mais influenciada por factores sociológicos e ideológicos do que o voto no outro par de partidos. As percepções do desempenho de Santana Lopes também são extremamente significativas (embora menos do que as de Sócrates) para os pares de partidos situados no centro e na direita do leque ideológico.

Na terceira secção do capítulo respondemos à questão da natureza dos efeitos de líder e da identificação partidária. Havia duas hipóteses diferentes, que pressupõem relações opostas entre duas variáveis. Os resultados mostram que, em Portugal, o grau de identificação partidária e os valores atribuídos aos líderes apresentam uma correlação positiva pouco significativa. Depois de termos aplicado novamente o modelo multinomial, incluindo no mesmo um termo de interacção entre a identificação partidária e as variáveis dos líderes relevantes, verificou-se que a relação existe apenas no que diz respeito ao impacto da personalidade de Sócrates no binómio PS/abstenção.

O presente capítulo apresenta, portanto, fortes argumentos a favor da importância dos efeitos de líder numa democracia relativamente jovem. Mostra que, num sistema partidário tendencialmente bipolar, os efeitos de líder estão mais associados aos indicadores de desempenho do que aos indicadores de personalidade. Efectivamente, os eleitores estão, aparentemente, a escolher a melhor pessoa para o cargo de primeiro-ministro. Por último, os resultados fracos ou nulos na relação entre identificação partidária e efeitos de líder sugerem que, no caso português, estas variáveis não são efectivamente permutáveis. Tendo em conta os fracos níveis de identificação partidária, poderemos estar perante uma caracte-

rística típica das democracias mais recentes. Nelas, ao contrário do que sucede em democracias mais consolidadas (Curtice e Holmberg 2005), não há o mesmo grau de correlação entre identificação partidária e simpatia pelos líderes. Será certamente interessante tentar explorar a validade desta ideia num contexto comparativo entre novas e velhas democracias.

Bibliografia

- Anderson, Christopher. 1995. *Blaming the Government: Citizens and the Economy in Five European Democracies*. Armonk, M. E. Sharpe.
- Booroah, Vani. 2002. *Logit and Probit, Ordered and Multinomial Models*. Londres: Sage.
- Brettschneider, Katja Neller, e Christopher Anderson. 2006. «Candidate images in the 2005 German national elections». *German Politics*, vol. 15, 4: 481-499.
- Curtice, John, e Sören Holmberg. 2005. «Party leaders and party choice». In *The European Voter*, ed. Jacques Thomassen. Oxford: OUP 235-251.
- Evans, Geoffrey, e Robert Andersen. 2005. «The powerful impact of party leaders: how Blair cost Labour votes (but not too many)». Comunicação apresentada na EPOP, Universidade de Essex, 9-11 de Setembro, disponível em: <http://www.essex.ac.uk/bes/EPOP%202005/Papers/Evans%20%20Andersen%20EPOP%202005.pdf>.
- Freire, André, e Marina Costa Lobo. 2006. «Election report on 2005 legislative elections». *West European Politics*, 29 (3): 581-588.
- Freire, André, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhaes, orgs. 2004. *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gunther, Richard, e José Ramon Montero. 2001. «The anchors of partisanship: a comparative analysis of voting behaviour in four southern european countries». In *Parties, Politics, and Democracy in New Southern Europe*, orgs. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther. Baltimore: The John Hopkins University Press, 83-152.
- Kiewiet, D. Roderick. 1983. *Macroeconomics & Micropolitics: The Electoral Effects of Economic Issues*. Chicago: Chicago University Press.
- Kinder, Donald *et al.* 1980. «Presidential prototypes». *Political Behaviour*, 2: 315-337.
- Lewis-Beck, Michael. 1988. *Economics & Elections: The Major Western Democracies*, Ann Arbor: Michigan University Press.
- Lobo, Marina Costa. 2004. «O impacto dos líderes partidários: uma escolha entre candidatos pouco populares». In *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Capítulo 8

O que são, afinal, as eleições (semi)presidenciais? Um estudo de caso das eleições portuguesas de 2006 *

O semipresidencialismo, regime político em que «um presidente com um mandato fixo, eleito pelo voto popular, coexiste com um primeiro-ministro e um governo responsáveis perante o parlamento» (Elgie 1999, 13), tornou-se uma escolha institucional cada vez mais popular nos últimos anos. Adoptado em muitas das novas democracias da «terceira vaga» e, principalmente, no antigo bloco de Leste (Baylis 1996; Elgie 2005), este tipo de regime tornou-se, efectivamente, «o sistema de governo predominante da Europa» (Amorim Neto e Strøm 2006, 623). Na actualidade, sabe-se muito mais sobre o semipresidencialismo do que se sabia quando Maurice Duverger introduziu o conceito no seu artigo seminal sobre o assunto (Duverger 1980). Vários académicos debateram e aperfeiçoaram a definição deste tipo de regime (Shugart e Carey 1992; Sartori 1994; Elgie 1998; Roper 2002); outros examinaram as suas implicações para a estabilidade e o desempenho democráticos, especialmente no que

* Foram apresentadas versões anteriores deste texto no Lisbon Discussion Group on Institutions and Public Policy (ICS-UL e Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa), na série de palestras do Instituto Kellogg – Universidade de Notre Dame e na Conferência sobre o Sistema Eleitoral Multiníveis da União Europeia, promovida pela CONNEX (Cadenabbia, Itália). Adicionalmente, uma versão em inglês deste texto foi publicada no *Journal of Elections, Public Opinion and Parties* (JEPOP, vol. 17, n.º 3, 263-291). Agradeço aos presentes nestes eventos todas as questões e sugestões apresentadas; agradeço também aos três avaliadores científicos anónimos do JEPOP pelas suas úteis sugestões e, por último, ao quadro editorial daquela revista por autorizar a publicação desta versão portuguesa no presente livro.

se refere à probabilidade de conflitos institucionais ao mais alto nível (entre presidentes e primeiros-ministros) em torno do poder e da formulação de políticas, assim como no que respeita às suas consequências para a composição partidária dos governos (Shugart e Carey 1992; Linz 1994; Baylis 1996; Protsyk 2005a e 2005b; Schleiter e Morgan-Jones 2005; Skach 2005; Amorim Neto e Strøm 2006).

No entanto, existe uma questão relacionada com o semipresidencialismo que raramente tem sido explorada e que diz respeito à natureza de um dos elementos que o definem: a eleição do chefe de Estado pelo voto popular. Na bibliografia comparativa, o silêncio relativo sobre a natureza destas eleições é lamentável. Por um lado, ele faz com que este tipo de eleições fique à margem de um acervo de conhecimento cada vez maior sobre as interligações entre eleições que servem para determinar a composição do executivo e aquelas em que se elegem outros organismos ou níveis do governo, tais como as eleições legislativas nos regimes presidencialistas (Shugart 1995), as eleições para o Parlamento Europeu (v., entre muitos outros, Reif e Schmitt 1980, Marsh 1998 e Ferrara e Weishaupt 2004), ou mesmo as eleições locais ou estaduais (Anderson e Ward 1996; McLean, Heat e Bridget 1996; Jeffery e Hough 2001; Freire 2004). Por outro lado, isto significa que todo o debate sobre a natureza e as consequências do semipresidencialismo não se tem baseado suficientemente no estudo de eleições presidenciais neste tipo de regime. Mais especificamente, a análise comparativa dos padrões de comportamento dos eleitores em eleições presidenciais permitiria saber, de facto, até que ponto o conceito de «semipresidencialismo» designa um conjunto de sistemas políticos internamente homogêneos ou heterogêneos. Do mesmo modo, o estudo das tendências e causas das perdas e ganhos dos partidos governamentais neste tipo de eleições pode ajudar a esclarecer o debate sobre a probabilidade da compatibilidade ou coexistência partidária entre presidentes e primeiros-ministros e os seus efeitos na governabilidade e responsabilidade democráticas (Shugart e Carey 1992; Elgie 2001)

Neste capítulo apresenta-se o estudo do caso de uma eleição presidencial específica num regime semipresidencialista específico – as eleições portuguesas de 2006. Por conseguinte, a possibilidade de responder a questões mais amplas sobre as eleições presidenciais nos regimes semipresidencialistas através dos resultados deste estudo é limitada. No entanto, há um aspecto específico que torna este trabalho potencialmente interessante: o facto de se basear num inquérito de painel realizado em duas vagas (após as eleições legislativas de 2005 e as presidenciais de 2006 em Portugal). Isto permite-nos não só testar hipóteses gerais sobre o comportamento eleitoral

individual nas eleições do chefe de Estado português, mas também examinar aspectos mais específicos das mudanças e interligações entre as eleições que determinam a composição partidária do executivo (legislativas) e as eleições presidenciais nos regimes semipresidencialistas.

Na secção seguinte deste capítulo começa-se por examinar diferentes argumentos sobre a natureza das eleições (semi)presidenciais em Portugal e por derivar várias hipóteses alternativas sobre as razões das escolhas feitas pelos eleitores no momento de eleger o chefe de Estado. Seguidamente, na terceira e quarta secções testam-se hipóteses sobre, em primeiro lugar, os factores que influenciaram o comportamento eleitoral nas eleições presidenciais portuguesas de 2006 e, em segundo lugar, a relação entre as eleições legislativas e presidenciais. Na conclusão examina-se a natureza das eleições presidenciais em Portugal, as condições em que podemos esperar que surjam padrões semelhantes ou distintos noutros regimes semipresidencialistas e as potenciais implicações dos padrões identificados ao longo deste estudo.

A escolha de um chefe de Estado «não executivo»

Qual será a natureza das eleições utilizadas para escolher o chefe de Estado num sistema semipresidencialista como o de Portugal? De um ponto de vista teórico, a resposta a esta questão é tudo menos óbvia. Por um lado, ao elegerem o presidente, os portugueses não estão a tomar uma decisão com consequências directas para o controlo do poder executivo. Isto deve-se ao tipo específico de semipresidencialismo que existe em Portugal: o *premier-presidentialism*, um sistema em que o governo apenas é responsável perante o parlamento e não perante o presidente (Shugart e Carey 1992; Shugart 2006). Embora nestes sistemas os primeiros-ministros sejam normalmente nomeados pelo chefe de Estado, o facto de apenas serem responsáveis perante o parlamento «é uma característica que efectivamente restringe a escolha, pelo presidente, de um candidato para desempenhar o cargo de primeiro-ministro, a alguém que considere estar em posição de obter o apoio do parlamento» (Shugart 2005 335), o que aumenta a probabilidade de essa escolha reflectir as preferências da assembleia, em geral, e da maioria que a controla, em particular (Protsyk 2005b). Assim, embora a existência de um presidente eleito por sufrágio popular, com poder para nomear o primeiro-ministro, não seja de modo algum irrelevante para a composição final dos governos – especialmente

no que se refere à presença de ministros sem ligações partidárias (Schleiter e Morgan-Jones 2005; Amorim Neto e Strøm 2006) –, não é provável nestes sistemas que as eleições presidenciais sejam vistas pelos eleitores como algo que influencia directamente quem irá deter as rédeas do poder executivo.

Esta configuração é distinta das outras duas situações que podem ocorrer no contexto da categoria geral do semipresidencialismo. A primeira é o chamado *president-parliamentarism*, em que a responsabilidade directa do executivo perante o parlamento e o presidente cria a possibilidade de que este tipo de sistema se aproxime do presidencialismo na prática política, tornando o chefe de Estado o mandante do governo e permitindo que este desempenhe um papel decisivo na determinação da composição política do governo (Shugart 2006). Os casos históricos da República de Weimar e de Portugal no período de 1976 a 1982, bem como os casos actuais da Rússia, do Peru e da Ucrânia, são exemplos deste subtipo. De facto, o próprio caso português dá um exemplo claro do contraste entre *premier-presidentialism* e *president-parliamentarism*. Em 1978, dois anos após as eleições legislativas, o presidente português, Ramalho Eanes, demitiu o primeiro-ministro, Mário Soares, que era então líder do Partido Socialista, o maior partido no parlamento. Eanes formou em seguida três governos de «iniciativa presidencial» sucessivos, chefiados por primeiros-ministros que não eram líderes de nenhum dos principais partidos. Este foi um período durante o qual o presidente exerceu uma influência importante na orientação política geral da acção governamental e na formulação de políticas (v., entre muitos, Bruneau e Macleod 1986 e Cruz 1995). No entanto, em 1982 foi aprovada uma alteração constitucional que pôs termo à responsabilidade directa do governo perante o presidente, o que «eliminou a possibilidade do governo presidencial» (Amorim Neto 2003, 569).¹ Após esta mudança do *president-parliamentarism*

¹ Para outras análises destas alterações e das suas consequências, v., por exemplo, Canotilho e Moreira (1991) e Sousa (1992). Subsiste alguma controvérsia sobre em que medida as alterações constitucionais de 1982 terão realmente eliminado o dever do executivo de prestar contas ao parlamento. Ao afirmar, desde 1982, que o presidente só pode demitir o governo «quando tal se torne necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas» (Constituição da República Portuguesa, artigo 195.º), o direito constitucional deixa, obviamente, em aberto o que verdadeiramente se entende por «dever de responsabilidade institucional» – por oposição a «dever de responsabilidade política» –, permitindo que o presidente tenha a última palavra relativamente à interpretação daquilo que é necessário para garantir esse «regular funcionamento». De qualquer maneira, a verdade é que, desde 1982, nenhum primeiro-ministro foi demitido pelo presidente com base neste fundamento. Adicionalmente, pelo menos um presidente já afirmou, em de-

para o *premier-presidentialism*, nenhum presidente português (incluindo o próprio Eanes, que permaneceu no cargo até 1986) voltou a nomear como primeiro-ministro outra pessoa que não fosse o líder do maior partido representado no parlamento.

A outra situação que contrasta com o caso português é aquela em que, embora o presidente não seja formalmente o mandante do governo, este pode acabar por ficar subordinado ao presidente. Isto não acontece por virtude da existência de normas que, como no *president-parliamentarism*, permitem que o presidente demita e nomeie primeiros-ministros como bem entender. Aqui a causa determinante é um factor político que Duverger há muito sustentou ser fundamental para explicar como poderes formais relativamente fracos podem fazer surgir presidentes muito fortes: o facto de o presidente ser, ao mesmo tempo, o líder *de facto* da maioria parlamentar (Duverger 1978 e 1980). É esta circunstância que tem contribuído, em várias ocasiões, para tornar o caso francês um sistema bastante mais «presidencialista» na prática política do que a maioria dos outros sistemas de *premier-presidentialism* (Thiébault 2003; Shugart 2005). Por conseguinte, não é de admirar que, do ponto de vista dos eleitores, as eleições presidenciais francesas sejam nitidamente eleições de primeira ordem, em que está efectivamente em causa o controlo do governo (Reif 1985).² No entanto, em Portugal não existe uma discrepância tão marcada entre os poderes formais e os poderes *de facto* da presidência, e mais uma vez por razões previstas por Duverger: embora todos os presidentes eleitos desde 1982 – Mário Soares, Jorge Sampaio e Cavaco Silva – tivessem sido líderes partidários no passado, nenhum deles foi eleito presidente enquanto se encontrava a dirigir a maioria parlamentar. Este papel tem estado reservado para o primeiro-ministro, mesmo em períodos em que os partidos do presidente e do governo coincidiram. Por conseguinte, ao contrário do que acontece em França (Lewis-Beck 1997; Lewis-Beck e Nadeau 2000), não devemos esperar que os eleitores portugueses tratem os presidentes como detentores relevantes do poder executivo nem que os presidentes ou os candidatos presidenciais do partido no governo sejam responsabilizados pelos eleitores pelo desempenho do governo ou da economia.

clarações públicas, que, de acordo com a sua interpretação, a Constituição exclui o dever de responsabilidade política do executivo perante a presidência (v. Araújo 2003).

² Uma consequência visível disto é que a afluência às urnas em França é maior nas eleições presidenciais do que nas legislativas. Em média, o nível de participação eleitoral na primeira volta das oito eleições presidenciais francesas realizadas entre 1965 e 2007 foi de 81,1%, em comparação com 73,8% na primeira volta das dez eleições legislativas realizadas desde 1967.

Mas, se as eleições presidenciais num sistema de *premier-presidentialism* como Portugal não são eleições de primeira ordem, o que serão? Um cenário possível é aquele em que essas eleições são uma espécie de concurso de popularidade. O raciocínio subjacente a esta hipótese é que, se as eleições presidenciais não têm consequências directas no controlo do poder executivo, então, ao contrário do que acontece nas eleições legislativas, aspectos como a identificação partidária, a ideologia ou a avaliação da situação da economia ou do desempenho do governo tenderão a perder importância. Nestas eleições, a opção de voto tenderá a basear-se exclusivamente na forma como os eleitores avaliam as qualidades pessoais dos candidatos. Esta é, de facto, uma das conclusões da investigação existente sobre eleições presidenciais num sistema semipresidencialista como a Irlanda, onde o cargo de presidente é considerado, de um modo geral, simbólico e os candidatos tendem a ser recrutados entre figuras secundárias dos partidos e a dar pouco destaque às suas ligações partidárias durante as campanhas (van der Brug, Eijk e Marsh 2000). Sob este ponto de vista, outros regimes formalmente semipresidencialistas, como a Áustria e a Islândia, onde os candidatos também são normalmente estadistas afastados da política partidária ou mesmo indivíduos que não vêm do mundo da política (Kristinsson 1999; Müller 1999), deverão apresentar características semelhantes.

Embora, em Portugal, a questão não tenha sido estudada com recurso a dados individuais, a investigação feita com dados agregados também aponta para uma potencial irrelevância das predisposições tradicionais dos eleitores na escolha do presidente. O argumento é o de que as discrepâncias significativas entre os resultados obtidos pelos candidatos nas eleições presidenciais e os obtidos nas eleições legislativas mais próximas pelos partidos que os apoiaram «revelam uma reduzida fidelidade eleitoral [dos eleitores] aos partidos com que simpatizam» (Freire 2001, 210). No entanto, esta abordagem das presidenciais com um tendencial «concurso de popularidade» também é, à primeira vista, problemática quando aplicada ao caso português e talvez também a outros sistemas de *premier-presidentialism*. Um aspecto fundamental de muitos destes sistemas é que, apesar de o presidente não ser formalmente o mandante do governo e de só exercer *de facto* o controlo sobre maiorias parlamentares em raríssimas ocasiões (excepto em França), o chefe de Estado eleito mantém, mesmo assim, prerrogativas constitucionais importantes – nomeadamente, em alguns casos, a possibilidade de dissolver o parlamento e, mais frequentemente, de vetar legislação (Shugart 2005). Em Portugal, o presidente pode, efectivamente, dissolver o parlamento, uma competência

que já foi exercida nada menos do que quatro vezes desde 1982.³ Adicionalmente, tem direito de veto em relação a decretos do governo, podendo ainda submeter normas jurídicas à apreciação do Tribunal Constitucional, antes ou depois da sua promulgação. É certo que o veto presidencial pode, na maioria dos casos, ser anulado por uma maioria absoluta do parlamento e que a eficácia da submissão de normas jurídicas à apreciação pelo tribunal como forma de veto às políticas da maioria parlamentar é incerta (Magalhães 2003).⁴ Contudo, o exercício destas prerrogativas pelo presidente pode traduzir-se em custos políticos para o governo que, noutras circunstâncias, seriam ínfimos. Isto sucede porque esse exercício pode aumentar a visibilidade pública da lei vetada ou submetida à apreciação do tribunal (Araújo 2003), ou fazer surgir a necessidade de assegurar que não haja deserções ou ausências no parlamento de modo a garantir a maioria absoluta de todos os deputados eleitos, necessária para anular um veto (Shugart 2005). E, de facto, os presidentes portugueses têm conseguido usar o poder político decorrente desta prerrogativa, quer para obter concessões dos governos relativamente à formulação de políticas, quer para se lançarem publicamente em «guerras de atrito» com a maioria parlamentar (Antunes e Torres 1991; Frain 1995; Magalhães 2001). Por conseguinte, em termos comparativos, os presidentes portugueses situam-se num ponto intermédio em termos de intervenção presidencial na política: «em situações de coabitação, os presidentes portugueses são mais fortes do que os seus congéneres franceses... [mas] quando o presidente e o primeiro-ministro provêm do mesmo partido, os presidentes franceses são decididamente mais fortes» (Amorim Neto 2003, 560).

³ Esta competência (que não é comum a todos os sistemas de *premier-presidentialism*) poderia ser tratada, à primeira vista, como o equivalente funcional da possibilidade de demitir o governo. No entanto, a diferença fundamental é que, ao contrário do que acontece no caso da competência presidencial para demitir o governo, a decisão sobre a composição do governo seguinte tem na sua base a consulta do eleitorado através de eleições, cujos resultados impõem limitações consideráveis à nomeação do primeiro-ministro pelo presidente. Isto não significa que a possibilidade de dissolver a Assembleia não seja uma prerrogativa importante, um trunfo em negociações ou uma ameaça que reforça o poder do presidente e que pode ser usada nas suas relações com a maioria parlamentar, mas «é o eleitorado, em última análise, que determina se há um reforço ou uma redução do poder negocial do presidente» (Shugart 2005).

⁴ Embora os vetos presidenciais a decretos governamentais sejam absolutos e definitivos (Amorim Neto 2003), os governos apoiados por uma maioria absoluta podem introduzir e aprovar esses decretos como propostas de lei. No entanto, as considerações que se apresentam a seguir sobre os custos políticos também se aplicam aqui.

O facto de estarem neste «ponto intermédio» também significa que existe alguma incerteza quanto ao papel real do presidente no sistema político português, sobretudo por parte dos eleitores. Nas campanhas para as eleições presidenciais, as plataformas e declarações políticas dos candidatos – pelo menos daqueles que têm uma expectativa razoável de vencer – tendem a restringir-se a temas ligados a objectivos consensuais (*valence issues*) como o «desenvolvimento», a «democracia» e a «estabilidade institucional», evitando fazer juízos sobre o governo em funções ou manifestar-se em termos definitivos sobre aquilo que deve ser, na prática, o papel do presidente. Entre os próprios constitucionalistas subsistem divergências sobre a interpretação correcta dos poderes presidenciais e do que estes significam para a natureza do regime.⁵ No entanto, esta falta de clareza pode ser vista como um importante recurso político para os presidentes, permitindo que exerçam o seu cargo com bastante flexibilidade, sem estarem sujeitos a fortes expectativas públicas e institucionais quanto àquilo que deve ser a sua função (Araújo 2003, 95). Assim, mesmo depois de 1982, os presidentes portugueses têm oscilado entre fases diferentes de intervenção na política, consoante estivessem a coexistir com governos maioritários ou minoritários, ou pertencessem ao partido do primeiro-ministro, ou esperassem ser reeleitos (durante o primeiro mandato) ou não (durante o segundo e último mandato), e mesmo conforme o seu estilo presidencial pessoal (Sousa 1992; Canas 1998; Freire 2001).

Além disso, apesar desta indefinição e ambiguidade, não têm faltado aos eleitores atalhos de informação que lhes permitem estabelecer uma ligação entre as eleições presidenciais e a esfera da política partidária legislativa e governamental. Rejeitando manifestamente as noções de que a presidência é um cargo meramente simbólico ou de que praticamente nada está em jogo numa eleição presidencial, os partidos políticos portugueses têm, antes e depois de 1982, apoiado explicitamente os candidatos à presidência e utilizado amplamente os seus recursos durante as campanhas presidenciais. Além disso, os candidatos têm sido frequentemente importantes figuras políticas, que detiveram cargos públicos anteriores e possuem ligações partidárias e posições ideológicas bem conhecidas. Entre eles incluem-se antigos primeiros-ministros (Mário Soares em 1986, 1991 e 2006 e Cavaco Silva em 1996 e 2006), antigos líderes partidários (Freitas do Amaral em 1986, Jorge Sampaio em 1996 e 2001)

⁵ V. um breve resumo em Araújo (2003, 87-89).

ou mesmo no activo (Jerónimo de Sousa e Francisco Louçã em 2006). Por conseguinte, embora as eleições – presidenciais ou de outra natureza – que sejam altamente personalizadas e estejam sujeitas às regras maioritárias tendam a ser mais influenciadas pelas avaliações do candidato em que os eleitores depositam o seu voto (McAllister 1996; Norris 2004), é de prever que os apoios partidários e as posições ideológicas desempenhem também um papel importante nas opções dos eleitores ao votarem em eleições presidenciais em Portugal, ao contrário daquilo que sugere a hipótese do «concurso de popularidade» naqueles sistemas em que o presidente é, tendencialmente, uma figura decorativa.

Na secção seguinte começaremos por confrontar estas diferentes expectativas com dados empíricos sobre o comportamento eleitoral recolhidos através de um inquérito de painel realizado em duas vagas, após as eleições legislativas de Fevereiro de 2005 e as eleições presidenciais de Janeiro de 2006. Por um lado, uma das nossas hipóteses principais é que as eleições presidenciais sejam claramente distintas das legislativas no que diz respeito ao peso da avaliação do desempenho dos governos e da economia nas opções de voto. Ao contrário do que acontece em França, o facto de o controlo do executivo não estar em causa nestas eleições significa que elas não deverão servir como mecanismo de recompensa ou punição do partido do governo (ou do seu candidato) pelo desempenho político ou económico. No entanto, também não prevemos que estas eleições sejam um mero «concurso de popularidade». A nossa hipótese é a de que, em vez de se basearem exclusivamente nas suas avaliações ou sentimentos em relação aos candidatos, os eleitores procurem superar a incerteza quanto à natureza da função presidencial e a indefinição das plataformas dos candidatos apoiando-se em alguns dos estímulos e preocupações típicos de eleições legislativas, especialmente os que se prendem com apoios e filiações partidárias e com os antecedentes dos candidatos em termos políticos e ideológicos.

Comportamento eleitoral em eleições legislativas e presidenciais em Portugal

Em Fevereiro de 2005, o Partido Socialista (PS), liderado por José Sócrates, venceu as eleições legislativas, obtendo 46,4% dos votos válidos e uma maioria absoluta no parlamento. Os partidos então no poder, o Partido Social-Democrata (PSD), de centro-direita, e o Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP), de direita, que estavam a governar em

coligação desde 2002, obtiveram, respectivamente, 28,8% e 7,2% dos votos.⁶ Menos de um ano mais tarde, em Janeiro de 2006, duas figuras do campo socialista candidataram-se às eleições presidenciais. O candidato oficialmente apoiado pelo PS era Mário Soares, ex-dirigente do partido, ex-primeiro-ministro e ex-presidente e talvez a figura política mais bem conhecida da história da democracia portuguesa. O outro socialista a concorrer era Manuel Alegre, um deputado que em 2004 fora derrotado nas eleições para a liderança do PS por José Sócrates, numa competição entre as facções mais esquerdistas do partido (representadas por Manuel Alegre) e a sua corrente centrista dominante. Em finais de 2005, com Sócrates já no cargo de primeiro-ministro, a proposta de Manuel Alegre se apresentar como candidato socialista às eleições presidenciais foi recusada pela direcção do partido, pelo que Alegre decidiu concorrer como candidato independente. Havia mais três candidatos provenientes da esquerda: Jerónimo de Sousa e Francisco Louçã, líderes, respectivamente, do Partido Comunista (PCP) e do Bloco de Esquerda (BE) – dois partidos esquerdistas que têm competido, em parte, pelo mesmo eleitorado nas eleições legislativas –, e Garcia Pereira, um advogado conhecido e eterno candidato à presidência, pertencente ao Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP-MRPP), partido periférico de extrema-esquerda. Contudo, nenhum destes candidatos venceu as eleições. Cavaco Silva, anterior primeiro-ministro, apoiado pelo PSD e pelo CDS-PP, ganhou as eleições à primeira volta com 50,5% dos votos, substituindo o socialista Jorge Sampaio, que vencera as eleições de 1996 e 2001.⁷

No quadro 8.1 apresentam-se os resultados das eleições presidenciais de Janeiro de 2006, comparando-se esses dados com os das eleições legislativas de 2005. Tal como Freire (2001, 199) refere, a afluência às urnas em cada uma das eleições presidenciais portuguesas até 2001 foi (com uma única excepção) sempre inferior à das eleições legislativas mais próximas. Com efeito, a participação eleitoral média nas oito eleições legislativas realizadas entre 1982 e 2005 é de 69%, em comparação com 63% no caso das cinco eleições presidenciais realizadas no mesmo período. Este fenómeno de uma participação eleitoral ligeiramente, mas sempre, inferior nas eleições presidenciais voltou a registar-se em 2006. Neste ano, a participação foi de 61,5%, em comparação com 64,3% nas legislativas de 2005.

⁶ Para uma análise pormenorizada destas eleições, dos seus antecedentes e das suas consequências a curto prazo, v. Almeida e Freire (2005).

⁷ Sobre o contexto político das eleições de 2006, v. Salgado (2007).

Quadro 8.1 – Resultados eleitorais nas eleições legislativas de 2005 e presidenciais de 2006 (em percentagem)

Eleições legislativas de 2005			Eleições presidenciais de 2006		
Partidos	Eleitorado	Votos válidos	Candidatos	Eleitorado	Votos válidos
PS	28,9	46,4	Soares	8,6	14,3
			Alegre	12,6	20,8
PSD + CDS	23,1	37,1	Cavaco	30,5	50,5
PCP + BE + MRPP	9,5	15,2	Outros candidatos	8,7	14,4
Outros partidos	0,8	1,3			
Votos nulos/em branco	1,1		Votos nulos/em branco	1,9	
Abstenção	35,7		Abstenção	38,5	

Os resultados do candidato apoiado pelo PS podem facilmente descrever-se como catastróficos, tendo Soares obtido os votos de uns meros 8,6% do eleitorado e 14,3% dos votos válidos, em comparação com 28,9% e 46,4%, respectivamente, para os socialistas em 2005. Mesmo que consideremos o conjunto dos votos dos dois candidatos socialistas (21,2% do eleitorado, 35,1% dos votos válidos), trata-se de um resultado que ficou bastante aquém dos votos obtidos pelo PS em 2005. Por outro lado, enquanto os candidatos dos partidos esquerdistas mais pequenos conseguiram manter a sua posição, foi o candidato apoiado pelo PSD e pelo CDS que obteve os melhores resultados, adicionando mais de 13 pontos à percentagem dos votos válidos obtidos anteriormente por estes dois partidos.

Utilizando os dados recolhidos no inquérito pós-eleitoral de painel de 2005/2006,⁸ analisamos de seguida as determinantes do voto nas eleições

⁸ Os inquéritos pós-eleitorais de 2005 e 2006 foram coordenados pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). O trabalho de campo foi realizado pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa. Estes inquéritos foram realizados sob a direcção do programa de investigação *Comportamento Eleitoral dos Portugueses*, coordenado por António Barreto, no ICS-UL. Foi prestado apoio financeiro pelo ICS-UL, pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pela Tinker Foundation, pela Fundação Calouste Gulbenkian, pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pela Comissão Nacional de Eleições e pelo Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral. No inquérito de 2005 utilizou-se um método de amostragem multietápica por zonas, tendo sido seleccionadas aleatoriamente 64 localidades de Portugal continental, sendo a probabilidade proporcional à dimensão, dentro de estratos definidos por região e dimensão da localidade. Os agregados familiares foram seleccionados através da técnica de percurso aleatório, e os inquiridos foram seleccionados aleatoriamente em cada agregado familiar, desde que tivessem 18 anos de idade ou mais. Se o inquirido estava ausente, faziam-se mais duas visitas a cada agregado familiar. O trabalho de campo do inquérito decorreu entre 5 de Março e 8 de Maio e a amostra era composta por 2801 inquiridos. O inquérito de 2006 foi realizado pelo telefone e dirigido a uma subamostra da amostra original

legislativas e presidenciais, realizando duas análises de regressão logística multinomial das opções de voto. A fim de facilitar a comparação entre as duas eleições, estruturámos a análise de modo que o voto a favor do partido/presidente no poder fosse a categoria de referência em ambos os casos. No caso de 2005 tratámos os votos a favor do PSD ou do CDS-PP como votos a favor do partido no poder e aplicámos a mesma codificação aos votos a favor de Soares ou de Alegre em 2006.⁹ As variáveis independentes incluem o *sexo* (sexo masculino: 1; sexo feminino: 2), a *idade* e a *educação* (escala de 12 pontos, indo de «nenhuma» a «pós-graduação»), utilizadas como variáveis de controlo. As variáveis sócio-estruturais, que permitem verificar em que medida o voto é determinado por clivagens sociais e políticas relevantes, incluem a *classe social subjectiva* (escala de 5 pontos, indo de «classe trabalhadora» a «classe alta»), a *sindicalização* (não: 0; sim: 1) e a *religiosidade* (escala de 4 pontos, indo de «nada religioso/a» a «muito»). Outro grupo de variáveis relaciona-se com as predisposições básicas de longo prazo que influenciam as opções de voto e são normalmente utilizadas em modelos do comportamento eleitoral – o posicionamento ideológico esquerda-direita e a identificação partidária (Miller e Niemi, 2002).¹⁰ Para analisar o papel das preferências par-

de 2005. Dos 1200 inquiridos seleccionados da amostra original, preservando a estratificação original por região e dimensão da localidade, 812 responderam ao inquérito de 2006. O trabalho de campo da segunda vaga decorreu entre 25 de Janeiro e 7 de Fevereiro. O inquérito de 2005 foi realizado no contexto da rede «Comparative Study of Electoral Systems».

⁹ Para a análise do comportamento eleitoral nas eleições de 2005, o voto no PSD ou no CDS-PP, indicado na pergunta sobre o sentido de voto, foi codificado como 1, o voto no PS como 2, os votos no PCP, no BE e noutros partidos como 3 e a abstenção como 4. No caso das eleições presidenciais de 2006, os votos em Soares ou Alegre foram codificados como 1, em Cavaco Silva como 2, em Jerónimo, Louçã ou Garcia como 3 e a abstenção como 4.

¹⁰ Embora antigamente se considerasse que a identificação partidária era um simples substituto do comportamento eleitoral no contexto europeu (Butler e Stokes 1969), o declínio da identificação partidária nas democracias ocidentais nas últimas décadas e a identificação dos seus factores, juntamente com o facto de o impacto da identificação partidária no voto variar, aparentemente, de um país para outro de acordo com factores institucionais previsíveis (Dalton 2000; Norris 2004) não são propriamente compatíveis com a noção de que a identificação partidária, medida em inquéritos, é um simples substituto do voto. A identificação partidária pode «ser aplicada com proveito na maioria dos sistemas democráticos» (Dalton 2000, 20), especialmente naqueles em que os sistemas partidários não são em grande medida determinados pelas estruturas sociais (Marsh 2006). Além disso, cerca de metade dos eleitores portugueses afirma não estar ligada a nenhum partido e, tal como se observará nas análises seguintes, não é certo que os portugueses que se identificam com um partido votem a favor de um determinado partido ou candidato – especialmente quando se toma em consideração a intensidade dessa identificação –, embora a probabilidade de o fazerem seja maior.

tidárias nas eleições de 2005 utilizámos a *proximidade do partido no governo*, medindo-a com base na seguinte escala: «muito próximo» (-3), «relativamente próximo» (-2) e «simples simpatizante» (-1) de um dos partidos da oposição e «muito próximo» (3), «relativamente próximo» (2) e «simples simpatizante» (1) do PSD ou do CDS-PP. Os independentes e os valores em falta foram codificados como 0. Na análise das eleições de 2006 utilizou-se o mesmo sistema de codificação e o PS foi tratado como partido no poder. O *posicionamento na escala esquerda-direita* varia entre 0 (esquerda) e 10 (direita), com base na resposta à pergunta habitual. A ligação partidária e o posicionamento na escala esquerda-direita foram ambos medidos na primeira e na segunda vagas do inquérito.

Por último, consideraram-se igualmente factores de curto prazo, nomeadamente, os efeitos de líder/candidato e os temas. As avaliações do desempenho do governo foram medidas em ambas as vagas do inquérito – na primeira relativamente à coligação PSD/CDS-PP e na segunda em relação ao governo PS. Utilizou-se em ambos os casos uma escala de cinco pontos, desde 1 («muito mau») até 5 («muito bom»), tendo as respostas «não sabe»/«não responde» (NS/NR) sido recodificadas como categoria intermédia (3). Infelizmente, no que se refere à avaliação dos líderes partidários e dos candidatos presidenciais pelos eleitores, foram utilizadas perguntas diferentes nas duas vagas do inquérito. Na primeira vaga foi utilizado um «termómetro de sentimentos», através do qual os inquiridos expressavam o seu nível de «antipatia» ou «simpatia» em relação a cada um dos líderes dos cinco principais partidos com base numa escala de 11 pontos (de 0 a 10). Na segunda vaga pediu-se aos inquiridos que indicassem o candidato presidencial que consideravam «mais honesto», «que melhor sabe defender políticas responsáveis», «um líder mais forte», «que melhor sabe como tomar decisões», «que melhor sabe como fortalecer a economia», «que melhor sabe como combater o desemprego», «mais carismático» e «que fala melhor».

Com o propósito de captar os efeitos das avaliações do líder/candidato e facilitar ao máximo a comparação entre as duas eleições, no inquérito sobre as eleições presidenciais criou-se um índice – *qualidades pessoais dos candidatos socialistas* – destinado a captar a forma como cada eleitor comparava as qualidades dos candidatos do campo socialista com as dos seus adversários. Todas as respostas individuais sobre o candidato que o inquirido considerava ter uma determinada qualidade em maior grau eram registadas como 1 quando Soares ou Alegre eram seleccionados e 0 quando não eram. Seguidamente, calculou-se um simples índice médio, em que 0 significava que Soares e Alegre nunca haviam sido selecciona-

dos como os melhores candidatos em alguma das dimensões e 1 significava que um deles havia sido seleccionado como o melhor candidato em todas as dimensões.

No que se refere aos líderes partidários nas eleições de 2005, limitámo-nos a subtrair, em cada inquirido, os valores médios de antipatia/simpatia atribuídos aos três principais líderes da oposição dos valores médios atribuídos aos líderes dos dois partidos do governo, Santana Lopes e Paulo Portas (*sentimentos em relação aos líderes dos partidos do governo*). Desta forma, embora as variáveis correspondam a conceitos um pouco diferentes – «sentimentos» para com os líderes na primeira vaga, «atributos positivos» dos candidatos dos partidos do governo na segunda vaga –, ambas permitem captar a comparação que os eleitores estabelecem entre os candidatos/líderes do governo e da oposição.

Por último, introduzimos o *interesse pela política*, uma escala de 4 pontos, de 1 («não interessado/NS/NR») a 4 («muito interessado»), como meio de explicar a abstenção.¹¹ Como se vê nos quadros 8.2 e 8.3, ambos os modelos têm um poder explicativo bastante elevado, com valores pseudo R^2 próximos de 0,70. Considerando que o valor mais elevado do factor de inflação da variância (FIV) em qualquer dos modelos é nitidamente inferior a 3, não existe um problema de multicolinearidade.

Os coeficientes e respectivos níveis de significância apresentados nestes quadros sugerem que existem semelhanças e diferenças entre as eleições legislativas e presidenciais em Portugal. As avaliações dos candidatos são, obviamente, importantes nas eleições presidenciais. Os eleitores que votaram a favor de Alegre ou de Soares diferem, como seria de esperar, daqueles que se abstiveram ou que votaram a favor de outros candidatos, na medida em que a sua avaliação das qualidades pessoais dos candidatos socialistas (em comparação com as dos seus adversários) era mais favorável, um fenómeno que não se alterou quando foram introduzidos todos os outros controlos relevantes. Para termos uma ideia melhor do impacto essencial desta variável podemos estimar a variação da probabilidade prevista de os eleitores votarem em Soares ou em Alegre causada por se mudar de «baixa» para «alta» a avaliação das suas qualidades pessoais – respectivamente, um desvio-padrão acima e um desvio-padrão abaixo do valor médio¹² – enquanto todas as outras variáveis se mantêm constantes nos seus valores médios. Em termos percentuais, essa mudança representa um aumento da

¹¹ V. as estatísticas descritivas de todas as variáveis no apêndice.

¹² Nos casos em que os valores se situam fora da amplitude das escalas utilizamos os pontos extremos apropriados.

Quadro 8.2 – Estimativas dos parâmetros da regressão logística multinomial das opções de voto nas eleições legislativas de 2005 em Portugal
(categoria de referência: voto a favor do PSD ou do CDS-PP; erros-padrão entre parênteses)

Preditores	PS	Outros	Abstenção
Constante	30,571 * (1,489)	5,445 ** (1,704)	7,610 *** (1,422)
Sexo	-0,138 (0,355)	-0,472 (0,403)	-0,079 (0,344)
Idade (1.ª vaga)	-0,003 (0,012)	-0,027 * (0,014)	-0,039 ** (0,012)
Educação (1.ª vaga)	0,095 (0,093)	0,157 (0,107)	0,106 (0,095)
Classe social subjectiva	-0,244 (0,201)	-0,497 * (0,227)	-0,524 ** (0,193)
Sindicalização	0,207 (0,493)	-0,037 (0,543)	-1,768 * (0,727)
Religiosidade	-0,008 (0,225)	-0,478 (0,247)	-0,339 (0,210)
Posicionamento na escala esquerda-direita (1.ª vaga)	-0,223 ** (0,084)	-0,339 *** (0,097)	-0,199 * (0,078)
Proximidade dos partidos do governo (1.ª vaga)	-1,099 *** (0,224)	-0,943 *** (0,244)	-0,353 (0,206)
Desempenho do governo (1.ª vaga)	-0,879 *** (0,198)	-0,823 ** (0,238)	-0,622 *** (0,175)
Interesse pela política (1.ª vaga)	-0,139 (0,225)	0,081 (0,262)	-0,681 ** (0,213)
Sentimentos em relação aos líderes do governo (1.ª vaga)	-0,497 *** (0,067)	-0,531 *** (0,077)	-0,243 *** (0,059)
<i>N</i>		541,00	
<i>R</i> ² de Nagelkerke		0,68	

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$; FIV mais elevado: 2,073.

probabilidade de votar a favor dos candidatos socialistas de 8,7% para 53,5%, ou seja, uma probabilidade seis vezes superior.¹³

Contudo, tal como nos mostram estudos anteriores sobre o caso português (Gunther e Montero 2001; Lobo 2004 e 2006), o quadro 8.2 revela que os efeitos de líder também são bastante importantes nas eleições legis-

¹³ Todos os cálculos foram efectuados com a ajuda do *XPost: Post-Estimation Interpretation Using Excel*, de Simon Cheng e Scott Long, que está disponível em <http://www.indiana.edu/~jslsoc/xpost.htm>.

Quadro 8.3 – Estimativas dos parâmetros da regressão logística multinomial das opções de voto nas eleições presidenciais de 2006 em Portugal

(categoria de referência: voto a favor de Soares ou Alegre; erros-padrão entre parênteses)

Preditores	Cavaco Silva	Outros	Abstenção
Constante	-0,345 (1,273)	2,841 (1,545)	4,666 *** (1,338)
Sexo	-0,617 (0,320)	-0,360 (0,397)	-0,228 (0,344)
Idade (2.ª vaga)	-0,004 (0,011)	-0,008 (0,013)	-0,038 ** (0,012)
Educação (2.ª vaga)	-0,139 (0,082)	-0,037 (0,099)	-0,029 (0,090)
Classe social subjectiva	0,419* (0,183)	-0,152 (0,214)	-0,141 (0,192)
Sindicalização	-1,077 ** (0,404)	-0,637 (0,455)	-1,653 ** (0,518)
Religiosidade	0,912 *** (0,196)	0,022 (0,221)	0,303 (0,198)
Posicionamento na escala esquerda-direita (2.ª vaga)	0,319 *** (0,076)	-0,313 *** (0,096)	0,126 (0,079)
Proximidade dos partidos do governo (2.ª vaga)	-0,928 *** (0,164)	-0,598 ** (0,187)	-0,230 (0,178)
Desempenho do governo (2.ª vaga)	-0,236 (0,149)	-0,339 (0,180)	-0,373 * (0,156)
Interesse pela política (2.ª vaga)	-0,073 (0,193)	0,527 * (0,244)	-0,667 ** (0,199)
Qualidades pessoais dos candidatos socialistas (2.ª vaga)	-5,759 *** (0,786)	-5,180 *** (0,950)	-3,247 *** (0,677)
<i>N</i>		529,00	
<i>R</i> ² de Nagelkerke		0,66	

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$; FIV mais elevado: 1,557.

lativas, constatando-se que a existência de sentimentos mais positivos em relação aos líderes dos partidos do governo está nitidamente associada a votos a favor desses partidos, mesmo depois de se introduzirem variáveis de controlo do impacto das preferências partidárias, da ideologia e das avaliações do desempenho do governo. A importância dos efeitos de líder nas eleições legislativas portuguesas – tal como noutras democracias da «terceira vaga» (Mainwaring e Torcal 2006) – tem sido explicada com base na importância relativamente reduzida dos factores sociológicos como determinantes de voto e no reduzido grau de polarização do sistema partidário.

Isto, por sua vez, parece ser consequência da criação historicamente tardia do sistema partidário democrático, do facto de os partidos se terem desde cedo orientado para o reforço do apoio eleitoral dentro do aparelho de Estado (em vez de o fazerem através da institucionalização extraparlamentar de partidos verdadeiramente baseados nas massas) e – uma peculiaridade de Portugal – nos legados específicos do período revolucionário de 1974-1976 (van Biezen 1998; Gunther e Montero 2001; Jalali 2004; Freire 2005). Contudo, tendo em conta os objectivos do presente trabalho, o principal aspecto a reter é que, embora uma comparação directa entre os efeitos de líder nas eleições legislativas e presidenciais tenha sido dificultada pelo facto de não podermos utilizar exactamente as mesmas medidas, a diferença entre as eleições legislativas de 2005 e as presidenciais de 2006 em termos do impacto das avaliações dos líderes/candidatos no voto parece ter sido, quando muito, uma diferença de grau e não de espécie.

Além disso, a proximidade aos partidos (identificação partidária) e a ideologia desempenham um papel importante no que se refere ao comportamento eleitoral *tanto nas eleições legislativas como nas presidenciais*. O quadro 8.4 evidencia este facto de uma maneira mais intuitiva, ao apresentar as probabilidades previstas dos diferentes valores das variáveis dependentes resultantes dos dois modelos estimados anteriormente, calculadas depois de se mudar a proximidade aos partidos no poder de «baixa» para «alta» e o autoposicionamento esquerda-direita de «esquerda» para «direita» (isto é, a média destas variáveis na amostra menos/mais um desvio-padrão), mantendo todas as outras variáveis constantes. Como se vê, nas eleições de 2005, a probabilidade de os eleitores votarem no PSD ou no CDS-PP era quase cinco vezes superior no caso de eleitores com elevada proximidade a esses partidos, em comparação com aqueles com menor proximidade. Pelo contrário, nas eleições presidenciais de 2006, a probabilidade de os eleitores votarem em Soares ou Alegre era quase quatro vezes superior no caso de eleitores com elevada proximidade ao PS, em comparação com os que apresentavam maior distância. Assim, constatamos não só que a simpatia partidária foi quase tão importante como as avaliações dos candidatos enquanto explicação das opções de voto nas eleições presidenciais, mas também que foi tão importante nas presidenciais como nas legislativas.¹⁴

¹⁴ Foram aplicados vários modelos alternativos para verificar a solidez destes resultados. Um dos modelos (em que os votos em Soares e Alegre foram codificados com valores diferentes na variável dependente) mostrou que aqueles que votaram nos dois candidatos da área socialista eram previsivelmente semelhantes em termos do seu grau de ligação ao Partido Socialista e, efectivamente, em termos de todas as outras características, excepto no que se refere à avaliação das qualidades dos dois candidatos. Os restantes resultados

Quadro 8.4 – Efeitos da ideologia e da proximidade aos partidos do governo (probabilidades previstas, em percentagem)

		Autoposicionamento esquerda-direita		Proximidade ao partido do governo	
		Esquerda	Direita	Baixa	Alta
Eleições legislativas de 2005	PSD/CDS-PP	9,5	26,3	6,5	32,3
	PS	45,9	40,2	61,5	25,3
	Outros	20,9	10,1	17,4	10,2
	Abstenção	23,7	23,5	14,5	32,2
Eleições presidenciais de 2006	Soares/Alegre	29,8	14,0	10,7	39,9
	Cavaco Silva	28,5	67,8	69,8	28,2
	Outros	23,8	2,3	7,9	7,0
	Abstenção	17,9	15,9	11,6	25,0

Também não podemos menosprezar a ideologia como explicação das opções de voto nas eleições presidenciais de 2006. Em 2005, a probabilidade de os eleitores de esquerda votarem no PSD ou no CDS-PP era nitidamente menor do que a probabilidade de os eleitores de direita o fazerem. No entanto, nas eleições presidenciais de 2006 estiveram presentes efeitos semelhantes: embora Cavaco Silva pareça ter conseguido um número respeitável de votos entre o eleitorado de esquerda, ele dominou muito claramente as propensões de voto da direita. Os efeitos da ideologia estão visíveis sobretudo na probabilidade de voto nos candidatos apoiados pelos partidos de esquerda mais pequenos, que diminui de 23,8% para uns escassos 2,3% à medida que a ideologia dos eleitores muda de «esquerda» para «direita». Por outras palavras, é nítido que as eleições presidenciais em Portugal não são simples concursos de popularidade e que têm muito a ver com a relação entre a informação de que o eleitorado dispõe sobre os partidos e as ideologias dos candidatos e as suas próprias predisposições políticas.

Contudo, aquilo que é diferente entre as duas eleições é a medida em que as opiniões sobre o desempenho do governo influenciam as opções de voto. No modelo que explica o comportamento eleitoral nas legisla-

foram todos confirmados. A fim de superar eventuais problemas de endogeneidade, o modelo que se apresenta no quadro 8.3 foi calculado substituindo as medidas da ligação partidária ao PS na segunda vaga do inquérito por medidas semelhantes obtidas na primeira vaga do inquérito. Em todos os casos, os coeficientes da identificação com um partido mantiveram o mesmo sinal e nível de significância estatística, embora a sua dimensão tenha diminuído ligeiramente no caso do voto a favor de Cavaco e aumentado ligeiramente no caso do voto a favor de outros partidos e da abstenção.

tivas, cujos resultados se apresentam no quadro 8.2, a decisão de votar a favor do partido do governo ou dos partidos da oposição é manifestamente afectada pela forma como os eleitores avaliam o desempenho do governo: a mudança de uma avaliação «baixa» para uma avaliação «alta» aumenta a probabilidade de os eleitores votarem no PSD ou no CDS-PP de 7,9% para 30,3%, reduzindo a probabilidade de votarem no PS ou em qualquer um dos outros partidos de 52,8% para 33,6% e de 16,9% para 12,0%, respectivamente. No entanto, nas eleições presidenciais de 2006 estes efeitos directos do desempenho do governo são muito menores (quadro 8.3). O êxito de Cavaco Silva, que representou claramente uma melhoria em relação aos resultados anteriormente obtidos pelos partidos que o apoiavam, e a capacidade dos candidatos dos partidos de esquerda para manterem a posição alcançada nas eleições de 2005 parecem não ter tido nada a ver com a opinião dos eleitores sobre o desempenho do governo socialista. O máximo que uma avaliação mais favorável do governo de Sócrates poderia ter feito pelos candidatos socialistas seria beneficiá-los através de um menor nível de abstenção.¹⁵ Em suma, as

¹⁵ Foram testadas especificações alternativas do modelo a fim de confirmar este resultado. A substituição da avaliação do desempenho do governo pela avaliação sociotrópica retrospectiva da economia (destinada a testar uma hipótese mais específica de responsabilidade económica) produziu resultados, de um modo geral, insignificantes em termos estatísticos. Se mantivermos o desempenho do governo no modelo e substituirmos a identificação partidária na segunda vaga do inquérito pelas ligações partidárias medidas na primeira vaga, o coeficiente respectivo e relativo à opção por Cavaco Silva torna-se significativo, mas apenas a $p < 0,04$. Com efeito, os coeficientes obtidos para a avaliação do desempenho do governo apenas são estatisticamente significativos quando a identificação com um partido e os efeitos de líder são totalmente excluídos do modelo das eleições presidenciais. Isto sugere que nas eleições presidenciais terá havido mais probabilidade de os eleitores com avaliações mais positivas do governo votarem em candidatos socialistas, mas apenas na medida em que essas avaliações contribuíram para influenciar as suas avaliações das qualidades dos candidatos ou para actualizarem as suas ligações partidárias. Nas eleições legislativas, esses efeitos no voto foram fortes e directos, não tendo sido afectados pela introdução de controlos para a identificação partidária e para os efeitos de líder. Uma possível objecção à generalização destes resultados para além do contexto das eleições de 2006 é o facto de, na altura das eleições, o governo se encontrar ainda a gozar um período de «lua-de-mel», o que terá, portanto, atenuado os eventuais efeitos do desempenho do governo no voto. No entanto, os dados não confirmam esta noção. No inquérito de 2006, aproximadamente 40% dos inquiridos classificaram o governo de Sócrates como «mau» ou «muito mau». Além disso, a taxa de aprovação medida pelo barómetro mensal *Marktest* mostra um declínio acentuado ao longo do primeiro ano do governo: em Abril de 2005, um mês após as eleições legislativas, a diferença entre as avaliações positivas e negativas do desempenho de Sócrates era de 43 pontos percentuais; em Fevereiro de 2006, o apoio líquido baixara para uns escassos 7 pontos. Assim, quando se realizaram as eleições presidenciais, o período de «lua-de-mel» que pudesse ter havido já tinha, sem dúvida, terminado.

nossas hipóteses iniciais são confirmadas: as eleições presidenciais de 2006 não foram um mero «concurso de popularidade», mas nelas não esteve em jogo a responsabilização do governo pelo seu desempenho.

Das eleições legislativas às presidenciais: dinâmica das perdas do governo

As deserções no campo socialista foram a mudança mais visível e mais notável que se deu entre as eleições de 2005 e de 2006. O inquérito de painel em duas vagas mostra que apenas 55% de todos os inquiridos que disseram ter votado no PS em 2005 votaram em Soares ou Alegre em 2006, enquanto 26% votaram noutros candidatos e 19% se abstiveram. Nada disto se passou com a maioria daqueles que haviam votado no PSD ou no CDS ou se tinham absterido em 2005: quatro em cada cinco destes inquiridos, respectivamente, votaram em Cavaco Silva ou absteram-se de novo. Efectivamente, a única coisa que atenuou as perdas sofridas pelo Partido Socialista foi o facto de, entre os eleitores que haviam votado no PCP ou no BE em 2005, quase 29% terem votado a favor de um dos candidatos presidenciais do campo socialista. No entanto, o candidato que beneficiou destas deserções à esquerda foi quase sempre Alegre, e não Soares. Além disso, estes eleitores representam uma parcela relativamente pequena do eleitorado e as perdas registadas foram compensadas por votos em sentido contrário: quase 10% dos eleitores que haviam votado anteriormente no PS optaram por Jerónimo de Sousa ou Francisco Louçã em 2006. Assim, embora a passagem de uma eleição sob um sistema proporcional para outra sob um sistema maioritário nos levasse a esperar um reforço do voto socialista em detrimento dos partidos de esquerda mais pequenos, estes últimos acabaram por conseguir assegurar uma percentagem conjunta de votos idêntica à das eleições de 2005.

Estes fenómenos chamam a atenção para diferentes formas de abordar o estudo de processos eleitorais que, tal como as eleições presidenciais em Portugal, não servem para determinar a composição do executivo. Um aspecto comum às teorias sobre «eleições menos importantes» (Marsh 2003) é o facto de todas elas preverem que os partidos de governo deverão obter piores resultados nessas eleições do que nas eleições «importantes» anteriores devido às deserções do campo governamental a favor de candidatos da oposição e/ou da abstenção. Contudo, essas teorias avançam hipóteses diferentes sobre as razões dessas deserções, a

forma como se dão e quem tem probabilidade de desertar. Testar essas hipóteses talvez ajude a explicar um pouco melhor o que são, afinal, as eleições presidenciais em sistemas como o de Portugal.

Uma sugestão potencialmente relevante sobre as eleições destinadas a escolher um chefe de Estado não executivo é que elas podem ser consideradas *eleições de segunda ordem* (van der Eijk, Franklin e Marsh 1996; Marsh 2000). Isto tem uma série de implicações. Por um lado, embora as eleições de segunda ordem não determinem – por definição – a composição do executivo, é por isso mesmo que muitos eleitores as podem usar para enviar um sinal, isento de custos, sobre o seu grau de insatisfação com o desempenho do governo, votando a favor da oposição ou simplesmente abstendo-se (Marsh 1998). Por outro lado, os eleitores que, nas eleições de primeira ordem anteriores, tinham votado estrategicamente num dos partidos maiores passam a ter uma maior probabilidade de optar por partidos ou candidatos mais próximos das suas preferências: precisamente porque está menos poder em jogo, a utilidade do «voto útil» diminui. Em consequência destes dois mecanismos – o voto expressivo e o voto sincero –, é provável que os partidos maiores (especialmente os partidos do governo) registem perdas em eleições de segunda ordem, especialmente quando têm lugar em momentos do ciclo eleitoral que não são favoráveis ao governo (Reif e Schmitt 1980).

Outra abordagem potencialmente aplicável é ligeiramente diferente e surgiu no contexto do estudo das eleições intercalares para o Congresso, americano. Trata-se da teoria do *aumento e declínio* (*surge and decline theory*). Tal como a teoria das eleições de segunda ordem, tem por base a noção de que algumas eleições são menos importantes e relevantes do que outras. No entanto, ao contrário daquela, concentra-se na identificação partidária como principal predisposição/estímulo que determina as opções de voto. Campbell *et al.* (1980 [1960]) sugere que nas eleições de estímulo elevado – como, por exemplo, as eleições presidenciais nos Estados Unidos – os eleitores periféricos (pouco interessados) e os eleitores independentes tendem a ser mobilizados pela importância daquilo que está em jogo. Para além disso, a sua menor participação na política significa que tendem a ser mais facilmente influenciados pelo contexto de curto prazo, que favorece o vencedor, levando-os – juntamente com alguns apoiantes do lado dos vencidos – a desertar para o lado dele. No entanto, nas eleições de menor estímulo é provável que o «aumento» seja seguido de um «declínio»: enquanto os apoiantes da oposição «regressam a casa», voltando a apoiar os seus partidos e candidatos, os eleitores cuja participação na vida política é menor regressam à sua atitude «normal» de abstenção. Isto significa

que o partido/presidente no poder deverá sofrer perdas não só devido a transferências para o partido da oposição, mas também a uma diferente afluência às urnas.

Por último, uma terceira abordagem potencialmente aplicável ao nosso caso é aquela em que se considera que os diferentes tipos de eleições estão indissolúvelmente interligados. No entanto, aquilo que os liga é o facto de (pelo menos) alguns eleitores, por serem ideologicamente moderados e considerarem que as eleições presidenciais não são inteiramente irrelevantes para os resultados políticos, tenderem a agir deliberadamente no sentido de promover certas combinações de controlo partidário do executivo e de outras componentes do governo. A teoria do *equilíbrio político* (*policy balancing» theory*) tem sido utilizada para explicar as perdas em eleições intercalares (ou o *split-ticket voting*, isto é, o voto em candidatos de diferentes partidos políticos) nas eleições para o Congresso americano (Alesina e Rosenthal 1989; Fiorina 1992; Carsey e Leyman 2004) ou as transferências de voto dos partidos do governo para partidos da oposição nas eleições para o Parlamento Europeu (Carrubba e Timpone 2005). A principal hipótese derivada desta teoria é que os eleitores ideologicamente moderados estarão, provavelmente, interessados em colocar pontos de veto ao executivo com o objectivo de promover políticas moderadas, mesmo que eles próprios tenham contribuído, à partida, para a formação da maioria do executivo.¹⁶

O quadro 8.5 resume as principais características das diferentes abordagens em relação às eleições «menos importantes» e as previsões que delas decorrem quando aplicadas no contexto de eleições presidenciais em sistemas de *premier-presidentialism* como o português. As três abordagens apontam para a probabilidade de perdas por parte do partido no poder nas eleições presidenciais. Contudo, a teoria das eleições de segunda ordem sugere que é provável registarem-se deserções entre os apoiantes do governo: não só aqueles que estão descontentes (que têm mais probabilidade de votar em candidatos da oposição ou de simplesmente não votar), mas também entre os eleitores que haviam votado estrategicamente no partido do governo (que, desta vez, têm mais probabilidade de votar em candidatos mais próximos das suas verdadeiras

¹⁶ Outra explicação possível para as deserções entre eleitores que haviam anteriormente votado nos socialistas é o *regime voting* (Gschwend e Leuffen 2005), especialmente a possibilidade de esses eleitores preferirem a coabitação, independentemente das suas posições ideológicas. No nosso inquérito, porém, não tínhamos medidas para essas preferências, pelo que não pudemos testar esta hipótese interessante.

Quadro 8.5 – Abordagens do comportamento eleitoral em eleições presidenciais «menos importantes»

Teorias	Papel dos estímulos convencionais	Desempenho dos candidatos apoiados pelo governo	Transferência do voto no governo para a abstenção	Transferência do voto no governo para a oposição
Eleições de segunda ordem	Ideologia; desempenho do governo	Perdas	Eleitores insatisfeitos	Eleitores insatisfeitos e anteriores votantes estratégicos
Aumento e declínio	Identificação partidária	Perdas	Eleitores pouco interessados	Apoiantes da oposição e independentes
Equilíbrio político	Ideologia	Perdas	Não especificado	Eleitores moderados

preferências). Inversamente, a teoria do «aumento e declínio» explica as perdas com base na deserção dos eleitores com menores níveis de interesse pela política, que passam a abster-se, e dos não apoiantes do governo, que passam a votar novamente em candidatos da oposição. Por último, a teoria do equilíbrio político entende as perdas do partido de governo como resultado de uma deserção deliberada dos eleitores que haviam anteriormente votado no governo para candidatos da oposição, com o objectivo de promover políticas moderadas, e prevê que as deserções se darão entre os eleitores ideologicamente moderados.

No quadro 8.6 apresentamos os resultados dos testes destas diferentes hipóteses. Uma vez que não estamos interessados em testar teorias gerais sobre o comportamento eleitoral quando aplicadas a diferentes tipos de eleições, mas sim em explorar hipóteses específicas sobre aquilo que explica a «transferência do voto no governo» de uma eleição para outra, vamos introduzir três inovações na análise das opções de voto em eleições presidenciais efectuada na secção anterior. Em primeiro lugar, concentrámos a nossa análise nos inquiridos que, na primeira vaga do inquérito de painel, responderam que tinham votado no PS a fim de determinar as razões que os levaram a permanecer no campo socialista, a desertar para outros candidatos ou a abster-se. Em segundo lugar, redeficámos a nossa variável dependente, diferenciando o voto em Soares do voto em Alegre. Dado que Soares era o único candidato oficialmente apoiado pelo partido do governo, é importante averiguar de que forma a apresentação de um candidato socialista não oficial afectou as decisões

Quadro 8.6 – Estimativas dos parâmetros da regressão logística multinomial das opções de voto nas eleições presidenciais entre anteriores votantes no PS (2006)
(categoria de referência: voto em Soares; erros-padrão entre parênteses)

Preditores	Alegre	Cavaco	Outros	Abstenção
Constante	11,228 ** (4,284)	2,820 (5,082)	17,078 ** (5,964)	10,617 * (5,072)
Sexo	-0,765 (0,767)	-1,875 * (-0,946)	-0,125 (1,109)	0,759 (1,108)
Idade (2.ª vaga)	-0,012 (0,026)	0,019 (0,033)	-0,094 * (0,043)	-0,009 (0,035)
Educação (2.ª vaga)	0,118 (0,216)	0,085 (0,260)	-0,197 (0,314)	0,111 (0,262)
Classe social subjectiva	0,975 * (0,431)	1,148 * (0,546)	1,266 † (0,684)	1,356* (0,579)
Sindicalização	1,549 (1,003)	0,804 (1,190)	0,592 (1,277)	0,907 (1,210)
Religiosidade	-0,136 (0,527)	1,236 † (0,687)	0,556 (0,720)	0,480 (0,712)
Posicionamento na escala esquerda-direita	-0,318 (0,239)	-0,176 (0,264)	-0,857 ** (0,323)	-0,438 (0,712)
Proximidade ao PS	0,213 (0,407)	-1,289 * (0,524)	-1,897 ** (0,631)	0,275 (0,609)
Desempenho do governo	-0,464 (0,394)	-0,397 (0,477)	-0,993 † (0,511)	-0,735 (0,525)
Interesse pela política	-0,224 (0,537)	0,320 (0,611)	0,286 (0,674)	-1,166 † (0,655)
Qualidades pessoais de Soares	-9,017 *** (2,102)	-13,221 *** (3,288)	-5,889 ** (2,677)	-6,922 ** (2,590)
Importância das eleições	-1,252 † (0,641)	-0,440 (0,713)	-1,981 ** (0,755)	-2,040 ** (0,756)
Distância em relação ao ponto médio PS/PSD	-0,246 (0,202)	-0,369 (0,263)	-0,225 (0,278)	-0,327 (0,285)
<i>N</i>	141			
<i>R</i> ² de Nagelkerke (modelo completo)	0,75			

† $p < 0,10$; * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$; FIV mais elevado: 2,121.

de anteriores votantes no PS. É plausível admitir, por exemplo, que a especificidade destas eleições, em que foi apresentado um candidato independente do campo socialista, talvez tenha ajudado a neutralizar algumas das consequências da eventual natureza «de segunda ordem» das eleições presidenciais. Mais especificamente, aos olhos de anteriores votantes no PS, votar em Alegre pode ter parecido uma forma de expressar o seu des-

contentamento em relação ao desempenho do governo sem ter de abandonar o campo socialista, ou, dadas as credenciais ideológicas de Alegre, votar neste candidato talvez tenha sido um voto mais sincero para os esquerdistas que anteriormente haviam optado pelo voto estratégico no PS e no seu líder centrista, Sócrates. Isto levou-nos a recodificar a variável que mede as avaliações do líder de modo a captar a comparação estabelecida pelos eleitores entre as qualidades pessoais de Soares e as dos restantes candidatos.

Por último, com o objectivo de testar as hipóteses das teorias das eleições de segunda ordem e do equilíbrio político, introduzimos duas novas variáveis independentes. A primeira é a importância percebida das eleições presidenciais para o país, uma escala de 4 pontos, desde 1 («nenhuma importância»/NS/NR) a 4 («muita importância»). Na linha da teoria das eleições de segunda ordem (que tem subjacente a hipótese de que é mais provável haver transferências de voto entre eleitores que anteriormente optaram pelo voto estratégico), prevemos que, quanto menos importantes os eleitores do PS em 2005 considerarem as eleições presidenciais, maior será a transferência de voto para candidatos apoiados por partidos de esquerda mais pequenos nas eleições presidenciais. A segunda nova variável é a distância absoluta entre o autoposicionamento ideológico esquerda-direita de cada inquirido e a sua percepção do ponto médio ideológico entre o PS e o PSD (os dois maiores partidos centristas) na mesma escala. Por outras palavras, prevemos que, quanto mais perto desse ponto médio se considerarem os anteriores votantes no PS (ou seja, quanto mais moderados forem em termos ideológicos), maior será a probabilidade de transferirem o seu voto no PS para um candidato de centro-direita (Cavaco Silva), de modo a promoverem o controlo do executivo e da presidência por partidos de centro-direita e de centro-esquerda diferentes. Ao concentrarmo-nos na subamostra dos anteriores votantes no PS, reduzimos substancialmente o número de observações, o que significa que a probabilidade de encontrar relações estatisticamente significativas é menos provável. Isto levou-nos a aumentar o limiar de significância estatística para $p < 0,10$. No entanto, tal como se observa no quadro 8.6, tal não impediu a obtenção de vários coeficientes estatisticamente significativos com níveis de confiança superiores.

Qual foi então o tipo de votante socialista que abandonou o candidato apoiado pelo PS (Soares) ou, em termos mais gerais, candidatos provenientes do campo socialista? É nítido que, entre os votantes no PS em 2005, a decisão de votar em Soares ou optar por qualquer dos outros candidatos foi, mais uma vez, afectada pelas avaliações dos atributos pes-

Quadro 8.7 – Efeitos de diferentes variáveis em anteriores votantes no PS
(probabilidades previstas, em percentagem)

	Importância das eleições		Avaliação do desempenho	
	Pouca	Muita	Baixa	Elevada
Soares	3,4	21,7	5,9	14,6
Alegre	69,8	56,0	68,2	66,5
Cavaco	5,8	17,6	10,3	11,5
Outros	6,8	1,6	6,2	2,1
Abstenção	14,2	3,1	9,5	5,4

soais e políticos dos candidatos. Contudo, o aspecto mais interessante dos resultados relaciona-se com os outros factores que parecem explicar o sentido de voto dos eleitores, mesmo tendo em conta as avaliações dos candidatos. Por um lado, a teoria das eleições de segunda ordem levava-nos a prever que houvesse deserções do campo do governo não só entre aqueles que desejavam expressar o seu descontentamento com o seu desempenho, mas também entre aqueles que, devido ao poder e importância menores da presidência, já não estavam interessados em votar estrategicamente. Os resultados apresentados no quadro 8.6 confirmam esta explicação das perdas sofridas pelo governo nas eleições de 2006: quanto menos importantes os anteriores votantes no PS consideraram estas eleições, maior era a probabilidade de não votarem no candidato apoiado pelo governo, abstendo-se ou optando antes por um dos candidatos dos partidos de esquerda mais pequenos.

É mais fácil compreender este fenómeno observando o quadro 8.7, onde se apresentam as probabilidades previstas calculadas para cada valor da variável dependente. Como vemos, a probabilidade de votar num candidato esquerdista aumenta substancialmente (de 1,6% para 6,8%) no caso de eleitores que consideram as eleições pouco importantes, enquanto a probabilidade de votar em Soares diminui (de 21,7% para 3,4%). Com efeito, o castigo infligido ao PS no seu conjunto por estes eleitores apenas foi atenuado pelo facto de, aparentemente, Alegre também ser uma opção provável para aqueles que consideravam não haver muito em jogo nestas eleições. Porém, isto também significa que nem a presença de Alegre, como possível opção para eleitores que anteriormente optaram pelo voto estratégico, nem o carácter maioritário das eleições presidenciais foram suficientes para impedir deserções do campo socialista para candidatos apoiados pelos partidos de esquerda mais pequenos.

Além disso, como se vê no quadro 8.7, os anteriores votantes no PS que estavam descontentes com o governo mostraram-se mais atreitos a

Quadro 8.8 – Efeitos de diferentes variáveis em anteriores votantes no PS
(probabilidades previstas, em percentagem)

	Proximidade ao PS		Interesse pela política	
	Reduzida	Elevada	Reduzido	Elevado
Soares	6,7	8,7	7,5	10,8
Alegre	39,1	79,3	66,9	64,0
Cavaco	30,8	2,6	6,6	16,9
Outros	19,4	0,5	2,2	5,4
Abstenção	3,9	9,0	16,8	2,9

votarem em candidatos esquerdistas (e, em menor grau, a absterem-se), mais uma vez em detrimento de Soares, confirmando assim as expectativas da teoria das eleições de «segunda ordem». A outra parte da história – aquela que explica o afastamento de mais eleitores do campo socialista em geral – é-nos dada pela abordagem do «aumento e declínio». Por um lado, embora o grau de identificação partidária não tenha ajudado a distinguir entre os eleitores socialistas que decidiram apoiar Soares e os que desertaram a fim de apoiar Alegre, os anteriores votantes socialistas com um baixo grau de ligação ao PS tinham muito mais probabilidade de votar em Cavaco Silva e nos candidatos apoiados pelos partidos de esquerda mais pequenos – isto é, todos os candidatos apoiados pelos partidos da oposição. De facto, o quadro 8.8 mostra que a probabilidade combinada de voto em candidatos da oposição aumenta de 3,1% para 50,2% quando o grau de proximidade ao PS muda de «elevado» para «baixo». Se considerarmos que quase metade dos eleitores do PS em 2005 afirmou ser independente ou próxima de partidos que não o socialista, compreendemos melhor o «aumento» que beneficiou os socialistas em 2005 e o «declínio» que se seguiu.¹⁷ Por outro lado, há também uma tendência para a desmobilização dos eleitores pouco interessados entre os anteriores votantes no PS, já que a probabilidade de abstenção aumenta de 2,9% para 16,8% quando o interesse pela política passa de «elevado» para «reduzido».

Por último, os resultados não confirmam a teoria do equilíbrio político como meio de explicar o abandono do governo pelos eleitores. Em igual-

¹⁷ Pode argumentar-se que a dimensão deste «aumento» transformou as eleições de 2005 num evento tão excepcional em Portugal que não é possível fazer generalização nenhuma a partir do caso de 2005. Acontece, porém, que temos motivos para crer que este «aumento» não foi de modo nenhum excepcional. Das oito eleições legislativas realizadas entre 1983 e 2005, apenas nas de 1983 e 1985 é que o partido vencedor (invariavelmente o PS ou o PSD) obteve menos de 40% dos votos válidos.

dade de circunstâncias, a proximidade entre o posicionamento ideológico dos votantes no PS em 2005 e o ponto médio da percepção de posicionamento ideológico de PS e PSD – a sua «moderação ideológica» – não nos ajuda a distinguir entre os que votaram Soares e os que desertaram. Obtivemos igualmente resultados não significativos com especificações alternativas do modelo – em que a «moderação» foi medida como a distância entre o autopoicionamento e o ponto médio da escala (como variável muda com um valor de 1 para os que se posicionavam nesse ponto médio e 0 para os restantes), ou mesmo como a distância entre os autopoicionamentos dos eleitores e o ponto médio daquilo que consideravam ser as posições ideológicas de Soares e de Cavaco. Não encontramos, portanto, evidência empírica que confirme a noção de que os votantes no PS em 2005 ideologicamente moderados tenderam a desertar para Cavaco Silva em 2006 com o objectivo de equilibrar o controlo do poder executivo pelos socialistas.

Conclusão

Qualquer observador do caso português poderia ser perdoado pelo facto de supor que as eleições presidenciais neste sistema de *premier-presidentialism* têm sobretudo a ver com o fascínio pessoal ou as qualidades aparentes dos candidatos. Afinal, em Portugal, as eleições presidenciais não determinam quem governa e, tal como a maioria dos estudos tem mostrado, mesmo as eleições legislativas parecem ser dominadas por considerações políticas altamente personalizadas e pela reduzida importância de factores sócio-estruturais e ideológicos. Do mesmo modo, podemos perdoar àqueles que se dedicam ao estudo do comportamento eleitoral num outro sistema de *premier-presidentialism* – o da França – o facto de suporem que em Portugal (ou mesmo na maioria dos regimes semipresidencialistas) as eleições presidenciais podem ser vistas como eleições de primeira ordem, em que as opções de voto são determinadas pela combinação habitual de forças a curto prazo (os candidatos), a médio prazo (os temas) e a longo prazo (a identificação partidária ou a ideologia), sendo os presidentes ou os candidatos apoiados pelo governo recompensados ou punidos com base no desempenho do executivo.

Nenhuma destas abordagens é, contudo, especialmente útil para compreender as eleições presidenciais no semipresidencialismo português. Por um lado, apesar da importância que as avaliações das características dos candidatos efectivamente tiveram nas opções de voto dos eleitores

em 2006, estes não ignoraram, pelo contrário, todos os elementos de informação que lhes permitiam colocar cada candidato num determinado campo partidário ou ideológico. Assim, mesmo numa eleição em que os candidatos se sentem frequentemente tentados a afirmar-se «suprapartidários», «nacionais» ou «independentes», a identificação partidária e a ideologia foram determinantes fundamentais do comportamento eleitoral, ajudando a explicar, em moldes bastante previsíveis, as escolhas entre candidatos apoiados por, ou provenientes de, diferentes partidos. Na verdade, a investigação existente mostra que outras eleições sem carácter estritamente partidário, como os referendos (em que o facto de uma determinada opção ser apoiada por um partido pode muito bem ser o estímulo mais visível de que os eleitores dispõem), acabam por exhibir padrões semelhantes àqueles que encontramos aqui (Bowler e Donovan 2000; Hobolt 2006).

Contudo, por outro lado, a comparação com os padrões de comportamento eleitoral nas presidenciais e nas legislativas também sugere que as avaliações do desempenho governamental têm um efeito muito limitado e, quando muito, indirecto nas decisões dos eleitores quando se trata de escolherem um chefe de Estado. Isto também não deve, verdadeiramente, surpreender-nos se considerarmos a natureza do semipresidencialismo português, especialmente o facto de os presidentes não serem manifestamente os chefes do executivo. Isto sugere que, pelo menos fora da França (ou, talvez, de regimes de *president-parliamentarism*), não é de forma alguma evidente que, mesmo após períodos de «governo unificado» – como o vivido entre 2005 e 2006 –, os eleitores vejam os presidentes ou os candidatos apoiados pelo partido do governo como actores que devam ou possam ser responsabilizados pelo desempenho político ou económico dos governos (Hellwig e Samuels 2007).

Os sistemas semipresidenciais e as suas eleições continuam a ser, sem dúvida, um território que vale a pena continuar a explorar e aprofundar não só no que se refere ao caso português, mas também ao de outros países. O presente estudo sugere algumas vias de investigação potencialmente interessantes. A primeira consiste em explorar de que forma a análise das eleições pode ajudar a abordar questões relacionadas com a própria definição de semipresidencialismo e a utilidade deste conceito para a investigação política. Num trabalho recente, Shugart (2006, 361-362) sustenta que há uma série de questões empíricas sobre o tema que estão ainda por responder: a utilidade de distinções mais minuciosas entre *premier-presidentialism* e *president-parliamentarism*; a possibilidade de estes sistemas serem simplesmente englobados, respectivamente, nas ca-

tegorias do parlamentarismo e do presidencialismo; a relevância real da categoria geral do semipresidencialismo.

O presente estudo, ao ser confrontado com a bibliografia (escassa) sobre as eleições presidenciais noutros sistemas semipresidencialistas, sugere que a coexistência de um chefe de Estado eleito e de um governo responsável perante um parlamento (a definição formal mínima de semipresidencialismo) pode efectivamente ser compatível com sistemas políticos que funcionam de maneira muito diferente, pelo menos no que se refere à natureza das eleições presidenciais. Nos sistemas semipresidencialistas em que os presidentes desempenham funções sobretudo simbólicas e de representação – como acontece na Irlanda, na Áustria ou na Islândia – os candidatos são recrutados de entre figuras partidárias secundárias e os estímulos ideológicos e partidários podem efectivamente ser menos úteis como guias das opções de voto, sendo então mais provável que se verifique uma separação total entre aquilo que está em jogo nas eleições legislativas e nas eleições presidenciais. Pelo contrário, nos sistemas onde os fracos poderes formais do presidente podem ser grandemente aumentados pelo facto de o presidente liderar a maioria parlamentar (como em França) as eleições presidenciais podem facilmente tornar-se de primeira ordem. Contudo, aquilo que começamos a descobrir sobre o sistema de *premier-presidentialism* português sugere que, ainda que os executivos não sejam responsáveis perante os presidentes, estes conservam, mesmo assim, poderes que não são irrelevantes e cujo controlo interessa muito aos partidos. Daqui resulta, tal como vimos, que as eleições presidenciais acabam por não ser nem um concurso de popularidade nem um referendo ao desempenho do governo. Novos trabalhos de investigação sobre as eleições noutros regimes de *premier-presidentialism*, especialmente aqueles em que os presidentes conservam poderes não executivos consideráveis, em que os partidos apresentam níveis comparáveis de participação nas eleições presidenciais e em que os candidatos são recrutados de entre figuras importantes dos partidos – como Purvanov na Bulgária, Kwasniewski ou Walesa na Polónia, Ilescu, Constantinescu e Basescu na Roménia, ou Paksas na Lituânia, para referir apenas alguns dos casos de maior êxito –, talvez nos ajudem a validar melhor a autonomia e relevância da categoria do *premier-presidentialism*, desta feita do ponto de vista daquilo que motiva os eleitores nas eleições presidenciais.

Estes trabalhos podem também vir a esclarecer outra questão explorada no presente texto: as interligações entre as eleições legislativas e presidenciais e os resultados esperados nestas últimas. A literatura existente sugere que a compatibilidade ou coabitação partidária entre presidentes

e primeiros-ministros parece ter consequências para a governabilidade, a composição do governo e mesmo a estabilidade institucional de sistemas semipresidenciais recentemente democratizados (Linz 1994; Baylis 1996; Protsyk 2005a; Skach 2005). Este estudo, ainda que exploratório, sugere que, excepto no caso de eleições simultâneas ou eleições presidenciais realizadas durante os períodos de «lua-de-mel» dos governos, os executivos e os partidos que os apoiam terão dificuldade em repetir o seu êxito em eleições presidenciais subsequentes, aumentando a probabilidade de coabitação partidária entre o presidente e o governo. Nas eleições portuguesas de 2006, o partido do governo perdeu votos a favor da abstenção e de candidatos da oposição: as abstenções deram-se entre eleitores periféricos e apoiantes descontentes; a transferência de votos para candidatos da oposição deu-se entre oposicionistas e independentes que haviam sido anteriormente influenciados pelas circunstâncias a curto prazo das eleições legislativas, bem como entre eleitores que anteriormente tinham votado estrategicamente. Por outras palavras, os padrões de voto observados apontam para a hipótese de que, em regimes de *premier-presidentialism*, os governos tendam sistematicamente a sofrer perdas em eleições presidenciais subsequentes.

Apêndice – Estatísticas descritivas

	Amostra completa		Votantes no PS (2005)	
	Média	Desvio-padrão	N	N
Sexo (masculino: 1; feminino: 2)	1,49	0,50	793	230
Idade (em Fevereiro de 2006)	45,82	16,65	800	234
Educação (em Fevereiro de 2006) (Sem educação formal: 1; pós-graduação: 12)	6,00	2,39	798	233
Classe social subjectiva (primeira vaga) (classe trabalhadora: 1; classe alta: 5)	2,16	0,95	787	231
Sindicalização (primeira vaga) (não: 0; sim: 1)	0,16	0,36	790	228
Religiosidade (primeira vaga) (nada religioso: 1; muito: 4)	2,75	0,89	805	236
Auto posicionamento ideológico esquerda-direita (primeira vaga) (esquerda: 0; direita: 10)	5,09	2,51	719	220
Auto posicionamento ideológico esquerda-direita (segunda vaga) (esquerda: 0; direita: 10)	5,46	2,53	666	200
Proximidade ao PSD/CDS (primeira vaga) (muito próximo de partido da oposição: - 3; muito próximo do PSD ou do CDS: 3)	-0,18	1,08	812	236
Proximidade ao PS (segunda vaga) (muito próximo de partido da oposição: - 3; muito próximo do PS: 3)	-0,22	1,48	812	236
Avaliação do desempenho governamental (primeira vaga) (muito mau: 1; muito bom: 5)	2,05	1,00	812	236
Avaliação do desempenho do governo (segunda vaga) (muito mau: 1; muito bom: 5)	3,05	1,12	812	236

	Amostra completa			Votantes no PS (2005)		
	Média	Desvio-padrão	N	Média	Desvio-padrão	N
Interesse pela política (primeira vaga) (nenhum: 1; muito: 4)	2,63	0,88	812	2,74	0,87	236
Interesse pela política (segunda vaga) (nenhum: 1; muito: 4)	2,57	0,95	812	2,62	0,94	236
Sentimentos para com os líderes no poder (primeira vaga) (média das taxas do termómetro dos líderes no poder menos média das taxas do termómetro dos líderes da oposição)	-1,44	4,08	756	-4,02	2,71	223
Qualidades pessoais dos candidatos socialistas (não seleccionadas como as melhores em nenhuma: 0; seleccionadas como as melhores em todas: 1)	0,21	0,26	812	0,32	0,31	236
Qualidades pessoais de Soares (não seleccionadas como as melhores em nenhuma: 0; seleccionadas como as melhores em todas: 1)	0,11	0,19	812	0,19	0,26	236
Importância das eleições presidenciais (nenhuma: 0; muita: 4)	3,42	0,86	812	3,41	0,85	236
Distância em relação ao ponto médio PS/PSD (primeira vaga) (diferença absoluta entre o autoapositionamento ideológico esquerda-direita e a percepção do ponto médio ideológico entre o PS e o PSD)	2,17	1,80	650	2,14	1,64	202

Bibliografia

- Alesina, Alberto, e Howard Rosenthal. 1989. «Partisan cycles in congressional elections and the macroeconomy». *American Political Science Review*, 83: 373-398.
- Amorim Neto, Octavio. 2003. «Portugal: changing patterns of delegation and accountability under the president's watchful eyes». In *Delegation and Accountability in Parliamentary Democracies*, orgs. Karen Strøm, Wolfgang Müller e Torbjörn Bergman. Oxford: Oxford University Press, 352-372.
- Amorim Neto, Octavio, e Karen Strøm. 2006. «Breaking the parliamentary chain of delegation: presidents and non-partisan cabinet members in European democracies». *British Journal of Political Science*, 36: 619-643.
- Antunes, Miguel Lobo, e Mário Torres. 1991. «A promulgação». *Suplemento do Boletim do Ministério da Justiça*, 405: 5-33.
- Araújo, António. 2003. «El presidente de la República en la evolución del sistema político de Portugal». In *Portugal: Democracia y Sistema Político*, orgs. António Barreto, Braulio Gómez Fortes e Pedro Magalhães. Madrid: Siglo XXI, 83-112.
- Baylis, Thomas. 1996. «Presidents versus prime ministers: shaping executive authority in eastern Europe». *World Politics*, 48: 297-323.
- Bowler, Shaun, e Todd Donovan. 2000. *Demanding Choices: Opinion, Voting and Direct Democracy*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Bruneau, Thomas, e Alexander Macleod. 1986. *Politics in Contemporary Portugal: Parties and the Consolidation of Democracy*. Boulder (CO): Lynne Rienner.
- Butler, David, e Donald Stokes. 1969. *Political Change in Britain*. Londres: Macmillan.
- Campbell, Angus. 1960. «Surge and decline: a study of electoral change». *The Public Opinion Quarterly*, 24: 397-418.
- Canas, Vitalino. 1998. «Sistema de governo semipresidencial». In *Suplemento do Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Lisboa: Minigráfica.
- Canotilho, José Joaquim Gomes, e Vital Moreira. 1991. *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Carrubba, Cliff, e Richard Timpone. 2005. «Explaining vote switching across first- and second-order elections». *Comparative Political Studies*, 38: 260-281.
- Carsey, Thomas, e Geoffrey Layman. 2004. «Policy balancing and preferences for party control of government». *Political Research Quarterly*, 57: 541-550.
- Cruz, Manuel Braga da. 1995. *Instituições Políticas e Processos Sociais*. Venda Nova: Bertrand.
- Dalton, Russell. 2000. «The decline of party identification». In *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, eds. Russell Dalton e Martin Wattenberg. Oxford: Oxford University Press, 19-36.
- Duverger, Maurice. 1978. *Échec au roi*. Paris, Albin Michel.
- Duverger, Maurice. 1980. «A new political system model: semi-presidential government». *European Journal of Political Research*, 8: 165-187.
- Elgie, Robert. 1998. «The classification of democratic regime types: conceptual ambiguity and contestable assumptions». *European Journal of Political Research*, 33: 219-238.
- Elgie, Robert. 1999. «The politics of semi-presidentialism». In *Semi-presidentialism in Europe*, ed. Robert Elgie. Oxford: Oxford University Press, 1-21.

- Elgie, Robert. 2001. «Divided government in comparative perspective». In *Divided Government in Comparative Perspective*, ed. Robert Elgie. Oxford: Oxford University Press, 209-242.
- Elgie, Robert. 2005. «Variations on a theme». *Journal of Democracy*, 16: 98-112.
- Ferrara, Frederico, e J. Timo Weishaupt. 2004. «Get your act together: party performance in European Parliament elections». *European Union Politics*, 5: 283-306.
- Fiorina, Morris. 1992. *Divided Government*. Nova Iorque: MacMillan.
- Frain, Mariteresa. 1995. «Relações entre o presidente e o primeiro-ministro em Portugal: 1985-1995». *Análise Social*, xxx (133): 653-678.
- Freire, André. 2001. «Presidentes e eleições no Portugal democrático». In *Os Presidentes da República Portuguesa*, org. António Costa Pinto. Lisboa: Círculo de Leitores, 192-211.
- Freire, André. 2004. «Second-order elections and electoral cycles in democratic Portugal». *South European Society and Politics*, 9: 54-79.
- Freire, André. 2005. «Party system change in Portugal, 1974-2005: the role of social, political and ideological factors». *Portuguese Journal of Social Science*, 4: 21-40.
- Gschwend, Thomas, e Dirk Leuffen. 2005. «Divided we stand – unified we govern? Co-habitation and regime voting in the 2002 French elections». *British Journal of Political Science*, 35: 691-712.
- Gunther, Richard, e José Ramon Montero. 2001. «The anchors of partisanship: a comparative analysis of voting behavior in four southern European democracies». In *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*, orgs. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther. Baltimore: The John Hopkins University Press, 83-152.
- Hellwig, Timothy, e David Samuels. 2007. «Electoral accountability and the variety of democratic regimes». *British Journal of Political Science*, 37: 1-26.
- Hobolt, Sara Binzer. 2006. «How parties affect vote choice in European integration referendums». *Party Politics*, 12: 623-647.
- Jalali, Carlos. 2004. «As mesmas clivagens de sempre? Velhas clivagens e novos valores no comportamento eleitoral português». In *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 87-124.
- Jeffery, Charlie, e Daniel Hough. 2001. «The electoral cycle and multi-level voting in Germany». *German Politics*, 10: 73-98.
- Kristinsson, Gunnar Helgi. 1999. «Iceland». In *Semi-presidentialism in Europe*, ed. Robert Elgie. Oxford: Oxford University Press, 86-103.
- Lewis-Beck, Michael. 1997. «Who's the chef? Economic voting under a dual executive». *European Journal of Political Research*, 31: 315-325.
- Lewis-Beck, Michael, e Richard Nadeau. 2000. «French electoral institutions and the economic vote». *Electoral Studies*, 19: 171-182.
- Linz, Juan. 1994. «Presidential or parliamentary democracy: does it make a difference?». In *The Failure of Presidential Democracy*, eds. Juan Linz e Arturo Valenzuela. Baltimore (MD): The Johns Hopkins University Press: 3-88.
- Lobo, Marina Costa. 2004. «O impacto dos líderes partidários: uma escolha entre candidatos pouco populares». In *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, orgs. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 193-219.
- Lobo, Marina Costa. 2006. «Short-term voting determinants in a young democracy: leader effects in Portugal in the 2002 legislative elections». *Electoral Studies*, 25: 270-286.

- Magalhães, Pedro. 2001. «As armas dos fracos: o veto político e a litigância constitucional do Presidente da República». In *A reforma do Estado em Portugal: Problemas e Perspectivas*. Lisboa: Bizâncio.
- Magalhães, Pedro. 2003. «Elections, parties, and policy-making institutions in democratic Portugal». In *Contemporary Portugal: Politics, Society and Culture*, ed. António Costa Pinto, Nova Iorque: Columbia University Press, 183-202.
- Mainwaring, Scott, e Mariano Torcal. 2006. «Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization». In *Handbook of Political Parties*, eds. Richard Katz e William Crotty. Londres: Sage, 204-227.
- Marsh, Michael. 1998. «Testing the second-order election model after four European elections». *British Journal of Political Science*, 28: 591-607.
- Marsh, Michael. 2000. «Second-order elections». In *International Encyclopedia of Elections*, ed. Richard Rose. Londres: MacMillan, 287-289.
- Marsh, Michael. 2003. «Theories of less important elections: explanations of electoral behaviour in European Parliament elections». *Revue de la maison française d'Oxford*, 1, <http://www.mfo.ac.uk>.
- Marsh, Michael. 2006. «Party identification in Ireland: an insecure anchor for a floating party system». *Electoral Studies*, 25: 489-508.
- McAllister, Ian. 1996. «Leaders». In *Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective*, eds. Lawrence LeDuc, Richard Niemi e Pippa Norris. Thousand Oaks (CA): Sage, 280-298.
- McLean, Ian, Anthony Heath e Bridget Taylor. 1996. «Were the 1994 euro and local elections in Britain really second-order? Evidence from the British election panel study». In *British Elections and Parties Yearbook 1996*, eds. David Farrell et al. Londres: Frank Cass, 1-20.
- Miller, William, e Richard Niemi. 2002. «Voting: choice, conditioning, and constraint». In *Comparing Democracies 2: New Challenges in the Study of Elections and Voting*, eds. Lawrence LeDuc, Richard Niemi e Pippa Norris. Londres: Sage, 169-188.
- Norris, Pippa. 2004. *Electoral Engineering: Voting Rules and Electoral Behavior*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Protsyk, Oleh. 2005a. «Politics of intraexecutive conflict in semipresidential regimes in eastern Europe». *East European Politics and Societies*, 19: 135-160.
- Protsyk, Oleh. 2005b. «Prime minister's identity in semi-presidential regimes: constitutional norms and cabinet formation outcomes». *European Journal of Political Research*, 44: 721-748.
- Reif, Karlheinz. 1985. «Ten second-order elections». In *Ten European Elections*, ed. Karlheinz Reif. Aldershot: Gower, 1-36.
- Reif, Karlheinz, e Hermann Schmitt. 1980. «Nine second-order national elections: a conceptual framework for the analysis of European election results». *European Journal of Political Research*, 8: 3-44.
- Roper, Steven. 2002. «Are all semipresidential regimes the same? A comparison of premier-presidential regimes». *Comparative Politics*, 34: 263-272.
- Salgado, Susana. 2007. «Parliamentary and presidential elections in Portugal 2005 and 2006». *Electoral Studies*, 26: 506-510.
- Sartori, Giovanni. 1994. *Comparative Constitutional Engineering: An Inquiry into Structures, Incentives and Outcomes*. Nova Iorque: New York University Press.
- Schleiter, Petra, e Edward Morgan-Jones. 2005. «Semi-presidential regimes: providing flexibility or generating representation and governance problems?» Centre for the Study of Democratic Government, paper #01.

- Shugart, Matthew. 1995. «The electoral cycle and institutional sources of divided presidential government». *American Political Science Review*, 89: 327-343.
- Shugart, Matthew. 2005. «Semi-presidential systems: dual executive and mixed authority patterns». *French Politics*, 3: 323-351.
- Shugart, Matthew. 2006. «Comparative executive-legislative relations». In *The Oxford Handbook of Political Institutions*, eds. R. A. W. Rhodes, Sarah Binder e Bert Rockman. Oxford: Oxford University Press, 344-365.
- Shugart, Matthew, e John Carey. 1992. *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Skach, Cindy. 2005. *Borrowing Constitutional Designs: Constitutional Law in Weimar Germany and the French Fifth Republic*. Princeton (NJ): Princeton University Press.
- Sousa, Marcelo Rebelo de. 1992. *O Sistema de Governo Português*, Lisboa, AAFDL.
- Thiébaud, Jean Louis. 2003. «France: delegation and accountability in the Fifth Republic». In *Delegation and Accountability in Parliamentary Democracies*, eds. Karen Strøm, Wolfgang Müller e Torbjörn Bergman. Oxford: Oxford University Press, 325-346.
- Van Biezen, Ingrid. 1998. «Building party organizations and the relevance of past models: the communist and socialist parties in Spain and Portugal». *West European Politics*, 21: 32-62.
- Van der Brug, Wouter, Cees van der Eijk e Michael Marsh. 2000. «Exploring uncharted territory: the Irish presidential election, 1997». *British Journal of Political Science*, 30, 631-650.
- Van der Eijk, Cees, Mark Franklin e Michael Marsh. 1996. «What voters teach us about Europe-wide elections: what Europe-wide elections teach us about voters». *Electoral Studies*, 15: 149-166.

Conclusão

Uma parte importante daquilo que julgamos saber sobre o comportamento eleitoral em Portugal vem resultando de estudos em que a unidade de análise é o indivíduo. Com recurso a inquéritos feitos a amostras representativas do eleitorado, medindo junto dos inquiridos atributos ligados à sua posição na estrutura social, às suas atitudes políticas e aos seus comportamentos, é possível obter informação na base da qual se podem testar modelos onde o comportamento de voto é expresso como função de um conjunto de características individuais: sexo, idade, instrução, rendimento, classe social ou religiosidade, por um lado; assim como posicionamento ideológico, posições sobre temas políticos, identificação partidária, ou avaliações da economia, do desempenho do governo ou das qualidades dos líderes políticos, por outro.

No primeiro livro publicado no âmbito do projecto de investigação *Comportamento Eleitoral dos Portugueses – Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002* – esta abordagem produziu várias conclusões sobre os principais correlatos das opções de voto em 2002 (Freire, Lobo e Magalhães 2004; Freire 2004, Lobo e Freire 2005; Lobo 2006). Contudo, levantou-se imediatamente uma segunda questão: de que forma as mudanças nos contextos sociais, políticos e institucionais em que os indivíduos estão inseridos afectam os padrões de comportamento político individual? Em particular, será que as conclusões que parecem valer para uma dada eleição legislativa em Portugal valem também para outras eleições? E como se situa o caso português numa perspectiva comparada? Responder a estas questões foi uma das motivações por detrás do segundo volume que resultou deste programa de investigação, *Eleições e Cultura Política*, onde temas como as orientações ideológicas dos eleitores, a abstenção, o papel das clivagens sociais «tradicionais», da economia e dos líderes no comportamento de voto e do voto estratégico foram abordados em perspectivas comparativas, fossem essas comparações feitas ao longo do tempo entre países ou mesmo entre diferentes círculos eleitorais portugueses (Freire, Lobo e Magalhães 2007). Procurou-se, desta forma, começar a responder para o caso

português ao desafio central que parece dominar as preocupações dos estudos eleitorais contemporâneos: descobrir como as decisões dos eleitores são afectadas pelo contexto em que são tomadas.¹

Este terceiro volume, publicado no âmbito deste programa de investigação, prosseguiu esta preocupação de uma forma ao mesmo tempo menos e mais ambiciosa que o anterior. Por um lado, o enfoque da comparação com outros países foi, neste caso, suspenso para que os autores se concentrassem nos dados recolhidos através dos novos inquéritos realizados sobre as eleições legislativas de 2005 e as presidenciais de 2006, assim como na informação recolhida sobre a cobertura noticiosa dessas eleições. Mas, por outro lado, a noção de «contexto» foi, neste volume, ampliada e reconceptualizada em três direcções diferentes, que retomamos seguidamente.

O contexto informacional

A primeira dessas direcções teve a ver com o contexto informacional concreto no qual os eleitores estão, por assim dizer, embebidos. Os indivíduos fazem parte de redes de comunicação impessoal e interpessoal pelas quais circula informação relevante para as suas decisões. Apesar das conclusões cépticas de Lazarsfeld e dos seus colegas sobre os efeitos da comunicação de massas, a questão recuperou hoje relevância à luz do que se sabe sobre o comportamento eleitoral (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet 1966 [1944]). À medida que se desenvolvem processos de desalinhamento eleitoral nas democracias contemporâneas e que as avaliações dos líderes políticos e as percepções da situação económica ganharam peso crescente como explicações do voto, importa perceber donde vêm, afinal, essas avaliações e percepções (Beck *et al.* 2002; Zuckerman 2005). O acesso que os indivíduos têm à informação política é, por regra, indirecto e requer uma «intermediação»: «os diferentes canais e processos através dos quais os votantes recebem informação sobre a política partidária durante uma campanha eleitoral e são mobilizados para apoiar um partido ou outro» (Gunther, Montero e Puhle 2007). Assim, uma das preocupações centrais deste livro foi a de, em vários capítulos, explorar as características dos contextos informacionais em que diferentes indivíduos estiveram inseridos nas eleições legislativas de 2005 e presidenciais de 2006.

¹ Cf. o número especial da revista *Electoral Studies* (vol. 21, 2002), intitulado *The Future of Election Studies*.

Três capítulos, de Susana Salgado, Eduardo Cintra Torres e José Santana Pereira, foram especificamente dedicados a este tema. Em primeiro lugar, eles mostram, sem surpresa, que, no que respeita a fontes impessoais de informação política, a televisão tem em Portugal clara primazia em relação aos outros meios. O grau de exposição à informação política é explicado por factores como o género, a escolaridade, o rendimento e diferentes atitudes políticas, mas a importância destes factores varia consoante o meio concreto. Enquanto o recurso à rádio é transversal a pessoas com alto ou baixo interesse pela política, o recurso à imprensa é fortemente afectado pela escolaridade dos indivíduos e pelos seus sentimentos de «eficácia» política. Contudo, um dos factos mais interessantes apurados no capítulo de José Santana Pereira é nenhum dos modelos explicativos das exposições à informação política e contendo atributos sócio-demográficos e atitudes políticas ter um poder explicativo particularmente grande. Uma das razões será certamente o facto de a exposição dos portugueses à informação política ser relativamente elevada, ou pelo menos mais elevada do que poderíamos pensar à primeira vista. Mais de dois em cada três portugueses afirmam ter acompanhado notícias sobre política na televisão durante a campanha diária ou quase diariamente, valores que na imprensa chegam a um em cada três eleitores. Por outras palavras, o retrato de um eleitor português desligado da campanha e desinteressado da informação sobre as eleições, tantas vezes veiculado no comentário político, não adere completamente à realidade.

Os debates televisivos, enquanto eventos e fontes de mensagens e informação políticas, mereceram atenção especial no capítulo de Eduardo Cintra Torres. Centrando a sua análise nas eleições presidenciais, o autor volta a refutar, antes de mais, a ideia de um desinteresse generalizado dos eleitores na campanha. Quase todos os debates foram vistos por mais de um milhão de espectadores, estiveram em vários casos no topo das audiências em cada dia e mais de dois em cada três eleitores afirmam ter assistido pelo menos a um debate. Mais difícil é sugerir, contudo, que os debates terão sido eleitoralmente decisivos. As percepções dos eleitores quanto à prestação dos candidatos só parcialmente coincidem com o seu voto e as grandes tendências do eleitorado já pareciam fixadas antes de os debates terem tido lugar. E as estratégias que parecem ter prejudicado e beneficiado uns e outros – nomeadamente a estratégia de *challenger* de Cavaco Silva, a que Mário Soares se viu acantonado, e a de «neutralidade» de Alegre em relação a esse conflito –, se bem que reencenadas nos debates, caracterizaram toda a campanha antes e depois deles.

Finalmente, os estudos aqui incluídos abordam um terceiro aspecto relevante do contexto informacional da campanha: o conteúdo substantivo da informação política veiculado pelos meios de comunicação social. Como mostra Susana Salgado, quer nas legislativas de 2005, quer nas presidenciais de 2006, o enquadramento prevalecente das notícias foi «estratégico», ou seja, predominantemente voltado para o desempenho dos candidatos e para os resultados das sondagens eleitorais, em desfavor de um enquadramento mais substantivo ligado a propostas, programas e ideias. Desta forma, prolonga-se uma tendência que já vinha de eleições anteriores (Serrano 2006). Para além disso, o tom da cobertura noticiosa teve uma forte componente crítica e negativa, mesmo fora do espaço onde esse conteúdo seria mais previsível (os artigos de opinião). É verdade também que nem todos os órgãos de comunicação se destacaram igualmente nesta negatividade. Mas, como assinala Eduardo Cintra Torres, essa negatividade não fez com que a maioria dos eleitores tivesse sentido grandes enviesamentos políticos nos conteúdos da comunicação social. Apesar de mais característica de uns órgãos do que de outros e ligeiramente mais prevalecente em relação a uns candidatos do que a outros, o tom crítico dos *media* tende a ser dirigido a todos os agentes políticos em geral. Estudos futuros poderão ajudar a perceber em que medida este tipo de cobertura das campanhas – focado na «corrida de cavalos» e na postura crítica face aos agentes políticos – se relaciona com atitudes e comportamento dos leitores e espectadores.

O contexto eleitoral

A segunda forma como conceptualizámos o «contexto» neste livro teve a ver com o pano de fundo concreto no qual se desenrolaram as eleições. Diferentes actos eleitorais caracterizam-se por darem pesos diferentes a diferentes temas de campanha, pelo grau de polarização real das posições programáticas dos partidos e sua percepção por parte dos eleitores, ou até por diferentes graus de centralização da cobertura da eleição em torno de protagonistas ou eventos políticos. É possível que tudo isto afecte a forma como os eleitores chegam a decisões, aumentando ou diminuindo a importância de diferentes explicações das escolhas eleitorais. Partindo das conclusões de estudos anteriores, utilizando indicadores do conteúdo dos programas eleitorais, das mensagens dos meios de comunicação social e das percepções dos eleitores sobre as posições dos partidos, vários capítulos procuraram caracterizar o contexto específico desta eleição e

fazer inferências sobre as suas consequências nos padrões de comportamento político dos portugueses. E o que estes capítulos mostram é que a ênfase comum nas explicações de «curto prazo» do comportamento eleitoral em Portugal – percepções do desempenho da economia e do governo ou efeitos de liderança e de campanha – pode ser algo exagerada.

É certo que um aspecto central do contexto eleitoral de 2005 foi a predominância dos temas económicos, nomeadamente o mau desempenho da economia portuguesa e a situação de derrapagem no défice orçamental, temas esses que sugeririam a possibilidade de uma grande volatilidade no comportamento dos eleitores. No entanto, Braulio Gómez Fortes e Irene Palacios chamam a atenção para uma frequentemente negligenciada dimensão de estabilidade nos comportamentos de voto, nomeadamente analisando as transferências de voto para 2002 e 2005 entre os eleitores que tinham votado no PSD nas eleições anteriores. Na verdade, mesmo numa situação de aumento do desemprego, baixo crescimento económico e percepções subjectivas muito negativas do estado da economia, uma parte substancial e claramente maioritária dos eleitores que tinham votado no PSD em 2002 voltou a apostar no mesmo partido em 2005. O que a caracteriza é um real vínculo ideológico ao partido, que os parece inocular em relação a crises de desempenho do seu partido no governo. Aliás, Gómez Fortes e Palacios voltam a confirmar resultados de estudos anteriores que mostravam, a este nível, uma diferença significativa entre os eleitores do PS e do PSD: enquanto os eleitores do PS mais à esquerda são particularmente duros quando se trata de avaliar o desempenho do governo nos temas económicos, os eleitores do PSD mais à direita tendem a dar menos importância ao desempenho da economia após a passagem do seu partido pelo governo.

No mesmo sentido, outros capítulos sugerem um eleitorado português algo mais «ideologizado» e maiores consequências dessas posições ideológicas do que estudos anteriores vinham sugerindo. É certo que, como Carlos Jalali sugere, isso não emerge quando olhamos exclusivamente para o eleitorado dos partidos do centro. Jalali aborda a questão da oferta eleitoral, nomeadamente a forma como os partidos se posicionaram sobre diferentes temas nas eleições de 2005. Concentrando-se no caso dos dois grandes partidos do centro-esquerda e centro-direita, Jalali mostra, através de uma análise de conteúdo dos programas eleitorais, que as propostas políticas de PS e PSD eram bastante semelhantes, quer do ponto de vista dos temas abordados, quer das posições sobre esses temas. A mesma ideia resulta da utilização de avaliações de peritos e da própria

avaliação dos eleitores. A consequência, segundo o autor, é que as posições sobre temas como a relação Estado/Igreja, a lei e a ordem ou o papel do Estado na saúde, na educação e na economia acabam por não ajudar muito a distinguir os eleitores dos dois partidos. Apenas no tema da descriminalização do aborto, onde de facto os dois partidos se distinguem já claramente nas suas posições na campanha de 2005, se verifica uma correspondente diferenciação dos eleitores. Por outras palavras, os eleitores só podem fazer reflectir no seu voto as suas preferências se a oferta partidária for ela própria diferenciada.

Contudo, as mesmas conclusões não fluem de uma análise mais alargada do sistema partidário. Apesar de reconhecer a baixa polarização ideológica no sistema partidário português, que terá, aliás, diminuído (pelo menos na percepção dos eleitores) de 2002 para 2005, André Freire mostra que isso não é impedimento a que as diferenças de preferências dos eleitores se reflectam em diferenças nas opções de voto. Ao contrário de Jalali, Freire compara todos os diferentes grupos de eleitores em termos das suas opções de voto, e não apenas os que optaram pelos partidos do centro. E, quando isso é feito, as escolhas eleitorais em Portugal emergem como sendo mais afectadas pelas posições dos eleitores sobre os temas do que se vinha julgando até ao momento. Os eleitores não se distinguem apenas em termos dos «temas de desempenho» (nomeadamente os relacionados com o desempenho da economia ou a actuação do governo). As posições em torno de uma possível privatização de serviços públicos ou em torno de questões de natureza moral e religiosa ajudaram de facto a distinguir alguns eleitorados entre si, nomeadamente os eleitores do PSD ou do CDS em relação aos partidos de esquerda. Em suma, a resposta à questão de saber se as eleições em Portugal servem exclusivamente para responsabilizar os governos ou também para representar preferências políticas substantivamente diferentes depende de olharmos para o sistema partidário numa lógica fundamentalmente bipartidária ou, pelo contrário, englobando um conjunto mais vasto de opções.

Finalmente, o capítulo de Marina Costa Lobo ajuda a que reinterpretamos aquilo que também se vem dizendo na literatura relevante sobre os chamados «efeitos de líder», ou seja, a maneira como as decisões dos eleitores são condicionadas pelos atributos apercebidos dos líderes partidários. Como Lobo assinala, a campanha para as eleições de 2005 foi ainda mais centrada do que o habitual nas personalidades dos principais líderes partidários. Os «efeitos de líder» no comportamento de voto foram, de facto, expressivos, especialmente no que respeita, mais uma vez, às opções feitas entre os partidos do centro. No entanto, o que sig-

nifica dizer-se que os eleitores se deixam influenciar pelas características dos líderes quando se trata de decidir em quem votar? Ao contrário do que transparece por vezes de análises mais superficiais sobre o que significa a «personalização da política», Lobo verifica que aspectos como a «eloquência» ou o «carisma» dos candidatos, tal como apercebidos pelos eleitores, são relativamente irrelevantes para eles quando se trata de tomar decisões. Pelo contrário, a maior parte dos «efeitos de líder» dá-se através da percepção que os eleitores têm sobre a capacidade dos candidatos para fortalecer a economia, combater o desemprego ou adoptar «boas políticas» (seja o que for que isso signifique para os eleitores).

O contexto institucional

Finalmente, o «contexto» foi também conceptualizado neste livro como dizendo respeito ao facto de as eleições se darem sob diferentes enquadramentos institucionais, ou seja, diferentes «contextos estruturais das reacções dos indivíduos à política» (Rokkan 1970). Particularmente importante deste ponto de vista é o contraste entre as eleições legislativas de 2005 e as eleições presidenciais de 2006. Uma contribuem para a formação do executivo, enquanto outras não. Uma elegem um órgão colectivo, outras um cargo unipessoal. Uma oferecem opções entre partidos e listas partidárias, outras entre candidatos individuais. Uma baseiam-se num sistema eleitoral proporcional, outras, forçosamente, num sistema maioritário. Quais as consequências destas diferenças?

Os capítulos de André Freire e Pedro Magalhães abordam explicitamente a comparação entre estes dois tipos de eleição, revelando, em ambos os casos, que as diferenças são menores do que poderíamos pensar à primeira vista. Prevalece no comentário político a ideia de que as eleições presidenciais, pelas suas características, levam mais os eleitores a basearem-se quase exclusivamente nos atributos e apelos pessoais dos candidatos do que nas legislativas, em vez de recorrerem a predisposições e preferências partidárias e ideológicas. Mas a ideia é claramente refutada nos dois capítulos em causa. Magalhães mostra que a identificação partidária e o posicionamento ideológico dos eleitores tiveram um papel muito importante nas escolhas dos eleitores nas eleições presidenciais, comparável ao desempenhado nas eleições legislativas. E, no mesmo sentido, Freire revela que, tal como nas legislativas, as opções pelos diferentes candidatos foram afectadas por diferentes posições dos eleitores sobre as políticas económicas mais desejáveis ou sobre o papel da moralidade re-

ligiosa nas políticas públicas. O contrário, de resto, seria estranho. Os partidos devotam enormes esforços para indicarem candidatos e mobilizarem os eleitores num ou noutro sentido nas presidenciais. Logo, os eleitores, pelos vistos, não dissociam as presidenciais de tudo o que está em jogo também numa eleição legislativa.

Isto não significa que as presidenciais sejam eleições iguais às legislativas. Freire nota, por exemplo, que nas presidenciais a avaliação da situação económica não teve um impacto significativo nas escolhas dos eleitores ou funcionou mesmo na direcção oposta à expectável. Da mesma forma, Magalhães mostra que, quando se controlam os efeitos da identificação partidária e do posicionamento ideológico dos eleitores, as avaliações do desempenho do governo não jogam um papel relevante nas opções de voto nas presidenciais. E revela também como a excepcional prestação de Manuel Alegre junto do eleitorado socialista se explica, em grande parte, pelo facto de muitos desses eleitores terem visto as presidenciais como, apesar de tudo, menos importantes que as legislativas. Assim, os eleitores parecem reconhecer que as presidenciais não são eleições sobre quem controla o executivo, facto tanto mais reforçado pelo facto de, em 2006, o detentor do cargo nem se apresentar à reeleição. Contudo, eles também não são, em Portugal, um mero concurso de popularidade: por muito que os candidatos – especialmente os que aspiram à vitória – se distanciem retoricamente dos respectivos partidos e dissociem as presidenciais das legislativas, os eleitores não deixam de usar as suas predisposições de longo prazo e suas preferências ideológicas como pistas consequentes para as presidenciais.

Qual é então o retrato do eleitor e das eleições em Portugal que resulta deste volume e da atenção que nele é dada às variações nos contextos informacionais, eleitorais e institucionais das eleições? É, sem dúvida, um retrato com mais nuances do que aquele que resultava do livro *Portugal a Votos* e da análise a que procedeu das eleições de 2002. Sem dúvida, algumas das conclusões permanecem válidas sem quaisquer reservas ou qualificações. Por exemplo, vários capítulos verificam mais uma vez que as clivagens religiosas e sócio-económicas em Portugal desempenharam, até às (e incluindo nas) eleições legislativas de 2005, um papel relativamente modesto na estruturação das escolhas eleitorais, ao contrário do que sucede com a avaliação dos líderes partidários, da situação da economia e da actuação do governo.

Contudo, a ênfase nestes factores de «curto prazo» não deve ser interpretada no sentido de se presumir um eleitorado completamente instável, volátil, imprevisível ou «caprichoso». Como vimos, as campanhas elei-

torais – e a informação a que expõem os indivíduos – não favorecem a possibilidade de que, nas campanhas, se dêem mudanças significativas nas opções dos eleitores. São campanhas onde uma alta politização dos conteúdos dos *media* não corresponde a uma qualquer evidente partidização: o tom fortemente crítico dos meios de comunicação social em relação a acção dos agentes políticos é generalizado e são ténues as bases empíricas que sustentem a ideia de que um qualquer meio de comunicação se caracteriza pelo ataque ou defesa de um partido em particular, especialmente nos meios de comunicação com uma audiência considerável. Evidentemente, isto dá-se na campanha eleitoral propriamente dita, e não é de excluir a análise de outros períodos que permitisse a detecção de outros padrões. Mas não custa admitir que estamos muito longe ainda de panoramas informativos como os existentes, por exemplo, na imprensa britânica ou na generalidade da comunicação social italiana, onde de facto a exposição diferencial aos meios de comunicação durante as campanhas parece de facto produzir efeitos visíveis nas opções de voto (Magalhães 2007).

Da mesma forma, os tais factores de curto prazo – avaliações do desempenho da economia, do governo e dos líderes políticos – não são igualmente úteis para distinguir todas as opções de voto entre si. Evidentemente, é por aqui que passa muito do que separa o eleitorado do PS do eleitorado do PSD, e é certamente por aqui que passa uma parte importante da opção de voto ao centro, da volatilidade de uma eleição para outra e das vitórias e derrotas numa eleição concreta. Contudo, isto é apenas uma parte da história. Como vimos, o PS e o PSD não são igualmente afectados pelo desempenho da economia, que é menos relevante para o «núcleo duro» do eleitorado do PSD. Nas eleições presidenciais, as dimensões de desempenho económico ou governamental jogam um papel que, em geral, é muitíssimo menos relevante que nas legislativas. E mesmo nestas os eleitores dos partidos de direita distinguem-se dos eleitores do PS e da CDU no que respeita às suas posições sobre o papel do Estado na economia e dos eleitores do PS e do BE no que respeita às suas posições sobre temas morais e de conotação religiosa. A ideologia conta não apenas na dimensão mais «abstracta» captada pelo autoposicionamento dos indivíduos numa escala «esquerda»/»direita», mas também do ponto de vista das suas posições substantivas sobre os temas. Em Portugal, o facto de o PS e o PSD terem sido os «partidos de governo» em alternância nos últimos trinta anos tem conduzido muito a nossa atenção para as opções de voto nestes partidos. Mas muitos dos ganhos e perdas relevantes dos partidos de governo não se deram apenas ao cen-

tro: deram-se em relação aos partidos à sua esquerda e à sua direita e em relação à abstenção. E aqui posições ideológicas de eleitores e de governos e desalinhamentos ou realinhamentos partidários podem jogar um papel potencialmente mais relevante e igualmente decisivo do ponto de vista eleitoral.

Finalmente, dizer que as lideranças contam nos resultados eleitorais não é a mesma coisa que dizer que as eleições não passam de «concurso de beleza» ou de «popularidade». É certo que, mais uma vez, aquilo que os eleitores pensavam sobre os líderes do PS e do PSD foi o factor que mais pesou quando se trata de distinguir os eleitores de ambos os partidos. Mas o mesmo não sucede quando se contrastam outros segmentos do eleitorado, nem são estes «efeitos de líder» a explicação hegemónica das escolhas eleitorais nas eleições onde isso mais se esperaria, ou seja, nas presidenciais. Para além disso, importa reconsiderar o que significam estes «efeitos de líder»: como se mostra atrás, as lideranças partidárias são importantes na medida em que personifiquem qualidades especificamente políticas e não outras. No nosso *Portugal a Votos*, onde se analisavam as eleições de 2002, a ideia que acabava por prevalecer era a de um eleitorado que não conseguia usar as eleições para se fazer representar politicamente. Conseguia apenas responsabilizar politicamente os governos pelos seus fracassos e sucessos e, no que tocava à representação, conseguia apenas escolher entre figuras políticas. Mas novos dados, novas eleições e novos ângulos de análise sugerem que há mais nas escolhas eleitorais do que optar por um dos principais partidos de governo ou do que recompensar e punir desempenhos. Veremos se as eleições de 2009 confirmarão este retrato algo mais complexo do eleitorado português.

Bibliografia

- Beck, Paul Allen, *et al.* 2002. «The social calculus of voting: interpersonal, media, and organizational influences on presidential choices». *American Political Science Review*, 96: 57-73.
- Freire, André. 2004. «Issue voting in Portugal: the 2002 legislative elections». *West European Politics*, 27 (5): 779-800.
- Freire, André, e Marina C. Lobo. 2005. «Economics, ideology and vote: Southern Europe, 1985-2000». *European Journal of Political Research*, 44 (4): 493-518.
- Freire, André, Marina C. Lobo e Pedro Magalhães, orgs. 2004. *Portugal a Votos: as Eleições Legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André, Marina C. Lobo e Pedro Magalhães, orgs. 2007. *Eleições e Cultura Política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Gunther, Richard, José Ramón Montero e Hans-Jürgen Puhle. 2007. «Introduction: intermediation, information, and electoral politics». In *Democracy, Intermediation, and Voting in Four Continents*, orgs. Richard Gunther, José Ramón Montero e Hans-Jürgen Puhle. Oxford: Oxford University Press.
- Lazarsfeld, Paul, Bernard Berelson e Hazel Gaudet. 1966 [1944]. *The People's Choice*. Nova Iorque: Duell, Sloan, and Pearce.
- Lobo, Marina Costa. 2006. «Short-term voting determinants in a young democracy: leader effects in Portugal in the 2002 legislative elections». *Electoral Studies*, 25: 270-286.
- Magalhães, Pedro C. 2007. «Voting and intermediation: informational biases and electoral choices in comparative perspective». In *Democracy, Intermediation, and Voting in Four Continents*, orgs. Richard Gunther, José Ramón Montero e Hans-Jürgen Puhle. Oxford: Oxford University Press.
- Rokkan, Stein. 1970. *Citizens, Elections, Parties: Approaches to the Comparative Study of the Processes of Development*. Nova Iorque: McKay.
- Serrano, Estrela. 2006. *Jornalismo Político em Portugal. A Cobertura de Eleições Presidenciais na Imprensa e na Televisão*. Lisboa: Colibri.
- Zuckerman, Alan S. 2005. «Returning to the social logic of politics». In *The Social Logic of Politics: Personal Networks as Contexts for Political Behavior*, ed. Alan S. Zuckerman. Filadélfia PA: Temple University Press, 3-20.

Índice remissivo

A

Aardal, Bernt, 158, 179
Abramowitz, Alan, 78
Abramson, Paul, 135, 152
abstenção, 20, 26, 32, 71, 112, 145, 196-197, 199, 206-208, 211-212, 227, 235, 240, 242-243, 255-256, 258-260, 262-265, 267-268, 270-271, 275, 284, 292
abstencionistas, 209-210, 213-214, 242-243
afecto pelo líder partidário, 44
agenda eleitoral, 43
agenda jornalística, 43
agenda-setting, 72-73, 107, 125
Alegre, Manuel, 25, 32, 62-63, 65-68, 70, 72, 75, 82, 85-102, 188-191, 197, 211-213, 215, 254-256, 258, 260-261, 264, 267-271, 285, 290
Alesina, Alberto, 268, 278
alinhamentos partidários, 157
Allen, Robert, 76, 103
Allum, Percy, 159, 179
Almeida, Pedro Tavares, 109-112, 124, 131, 134, 152, 187-188, 221, 254, 278
Almond, Gabriel, 119
Althaus, Scott, 139, 152
Amorim Neto, Octavio, 245-246, 248, 251, 278
análise da cobertura noticiosa, 33, 40, 48, 51

análise de conteúdo, 40-41, 44, 48-51, 61-63, 103, 157, 167, 287
Anderson, Christopher, 192, 221, 226, 229, 244, 246, 278
Antunes, Miguel Lobo, 251, 278
Araújo, António, 249, 251-252, 278
artigos de opinião, 55-57, 63, 286
atitudes políticas, 106, 108, 125, 156, 158, 162, 283, 285
Atkin, Charles, 117-119, 124
audiência dos órgãos de informação, 41
audiência média dos debates, 88
autárquicas, 21, 29, 42, 76, 124, 189
autoposicionamento ideológico, 162, 173, 177-178, 276-277
autoposicionamento na escala esquerda-direita, 199
autoritários, 158, 195, 200-203
avaliação dos candidatos, 93, 107, 184, 196-198, 200, 207-208, 210-214, 226
avaliações de desempenho, 193-194
avaliações prospectivas, 192

B

Baker, Kendall, 80, 90, 103
Bandwagon effect, 54
Bara, Judith, 166, 181
Barreiro, Belén, 132, 158
Barroso, José Manuel Durão, 20-22, 42, 60, 109, 133-135, 139-140, 177, 187, 197, 204-209

- Bartolini, Stefano, 131, 152, 158, 179, 221
- Barton, Allen, 107, 125
- Baum, Michael, 152
- Baylis, Thomas, 245-246, 275, 278
- BE, 23-25, 53, 62, 82, 95, 110, 184, 187-190, 196-197, 206-208, 210, 215-226, 228, 232-237, 240-241, 243, 254-256, 264, 291
- Bennett, Stephen, 139
- Benoit, Kenneth, 170-173, 179, 181
- Berelson, Bernard, 40, 73, 106, 125, 284, 293
- Berrocal, Salomé, 77, 103
- Bignell, Jonathan, 76, 103
- Binder, Tanja, 221, 281
- Biorcio, Roberto, 132, 152
- bipartidário, 31, 162, 165-167
- bloco central, 165
- Blumler, Jay, 116, 124
- bolsa de eleitores herdados, 130
- Booroah, Vani, 234, 244
- Borre, Ole, 158, 167, 179, 191-193, 202, 221
- Bowler, Shaun, 273, 278
- Brettschneider, Katja, 226, 244
- Brody, Richard, 153
- Brooks, Clem, 180
- Bruneau, Thomas, 250, 280
- Budge, Ian, 166, 170, 172, 179, 181, 198, 221, 223
- C**
- Cabral, Manuel Villaverde, 36, 175, 222, 224
- Calvo, Kerman, 158, 160, 175, 177, 179, 181
- campanha eleitoral, 33, 40, 43-44, 50-56, 58-62, 64, 67-71, 73, 77, 81-82, 91, 93, 105, 107-109, 111-121, 123-125, 138-139, 151, 194-195, 225, 234, 284, 291
- Campbell, Angus, 131, 152, 194, 221, 265, 278
- canais generalistas, 41, 51
- canais televisivos, 41
- Canas, Vitalino, 254, 278
- candidatura(s), 24-25, 33, 39, 44, 51, 62-63, 65-69, 71-72, 80, 86-87, 101, 130, 173, 189
- capital escolar, 159
- Cappella, Joseph, 43, 71-72
- características do líder, 228, 230
- características individuais, 283
- características pessoais dos candidatos presidenciais, 70
- características sociais, 157, 237
- Carey, John, 35-36, 245-247, 281
- Carrubba, Cliff, 266, 278
- Carsey, Thomas, 266, 278
- Casey, Bernardette, 76, 103
- Casey, Neil, 76, 103
- Castells, Manuel, 40, 72
- Cavaco Silva, 19, 24-25, 29-30, 32, 45, 48, 51, 62-63, 65-68, 70, 75, 82, 85-90, 92-102, 188-191, 197, 213, 215, 249, 252, 262-264, 269, 271-272, 286
- centralidade do desempenho e estilo do candidato, 43
- Chaiken, Sally, 124
- Chen, Peter, 221
- classe social, 105, 158-159, 161, 176-177, 183, 194, 196-197, 206-208, 211-212, 228, 236-240, 242, 256, 259-260, 268, 276, 283
- clivagens sociais, 158, 161, 163, 183, 256-284
- cobertura mediática, 63, 71, 78, 81, 107
- cobertura noticiosa, 33, 39-43, 48, 50-53, 55-58, 61-62, 64-72, 284, 286
- Comissão Europeia, 21, 42, 109, 135, 160, 179, 187
- Comparative Manifestos Project*, 166, 187
- componente valorativa, 198-199

- comportamento eleitoral, 26, 30, 32-35, 39, 41, 46, 50, 108, 129, 132-140, 142-147, 152, 155-162, 164, 167, 172, 175, 179-180, 183, 190, 192, 195, 214, 228, 242, 246-247, 253, 255-256, 261-262, 267, 272-273, 279, 283-285
- comunicação política, 18, 46-47, 49, 60, 69, 73, 103, 106-108
- concurso de popularidade, 35, 250, 253, 264, 274
- conhecimento político, 133, 137-141, 150-151
- conjunturas eleitorais, 194
- conservadorismo, 194
- Constituição, 45, 173, 248-249, 278
- conteúdo dos *media*, 40
- contexto eleitoral, 26, 48, 229, 286-287
- contexto informacional, 284, 286
- contexto institucional, 289
- contextos institucionais, 186
- Converse, Philip, 131, 152, 221
- cooperação institucional, 67
- Correio da Manhã*, 41, 51, 56-57, 64-65, 111
- Crewe, Ivor, 198, 221, 223
- crise de representação, 132
- Cruz, Manuel Braga da, 248, 278
- Curtice, John, 158, 180, 191, 221, 244
- D**
- Dahl, Robert, 186, 221
- Dalton, Russell, 132, 152, 158, 180, 256, 278
- Dearing, James, 39, 72
- debate sobre os poderes presidenciais, 45
- debates eleitorais, 75
- debates televisivos, 33, 48, 61, 66, 76, 80, 87-88, 92, 96, 102-103, 138, 285
- democracia representativa, 186, 214
- desalinhamento eleitoral, 284
- Deth, Jan Van, 193, 221, 223
- Diário de Notícias*, 41, 43, 51-52, 64-65
- dimensão cognitiva, 137
- direito de veto, 45, 67, 251
- discurso dos candidatos, 68
- discussão interpessoal, 117-118, 121
- discussão pública, 68
- dissolver a Assembleia da República, 21, 109, 225-226
- distribuição de rendimento e riqueza, 159
- distribuição espacial ideológica do eleitorado, 164
- divisão entre a esquerda e a direita, 158
- Donovan, Todd, 273, 278
- Downs, Anthony, 163-166, 172, 179-180, 190, 192, 221
- Duverger, Maurice, 245, 249, 278
- E**
- Eagly, Alice, 124
- economia, 34, 43, 49, 51, 59, 61-62, 68-70, 72, 78, 120-122, 131, 133-135, 137, 147-149, 164, 170-172, 174, 178, 180, 184, 186-188, 191-192, 196-197, 204-209, 211-215, 220, 229-231, 236, 238-240, 249-250, 253, 257, 261, 283, 287-291
- Edward Bernays, 49
- efeitos de líder, 35, 225-228, 232, 236, 242-243, 257, 259-261, 263, 288-289, 292
- efeitos dos debates, 77, 79
- efeitos dos *media*, 18, 50, 77
- efeitos dos meios de comunicação, 49
- eficácia política, 119-120, 122, 124
- Eijk, Cees van der, 221, 265, 281
- Eldersveld, Samule, 46, 72
- eleição do chefe de Estado, 246

- eleições de primeira ordem, 249-250, 265, 272
- eleições de segunda ordem, 265-266, 269-270
- eleições e cultura política, 152, 179, 221-222, 224, 284
- eleições legislativas, 19-22, 27-28, 30, 33, 35, 39-42, 45, 47, 51, 53, 59-60, 67, 70, 72, 76, 78, 108-110, 115, 124-125, 129-133, 135-136, 138-139, 144, 152-153, 155-156, 160, 165, 180-181, 185-186, 188, 191, 195, 206, 222, 225, 227-228, 230, 235-240, 242, 244, 246-250, 253-255, 258-264, 271-272, 274-275, 279-284, 289-290
- eleições presidenciais, 19, 24, 27, 30, 33, 39-41, 45, 47-48, 62-64, 71, 73-75, 78, 99, 101, 122, 185-186, 189-190, 196, 210, 222, 246-250, 252-258, 260-270, 272, 274-275, 277, 285, 290-291, 293
- eleitores de direita, 132, 146, 149-150, 262
- eleitores de esquerda, 146, 262
- eleitores exonerativos, 131, 134
- Elgie, Robert, 245-246, 278-280
- enviesamento da informação, 52
- escala esquerda-direita, 165-167, 171-173, 175, 183-184, 190-191, 194, 196-199, 210, 212, 214, 242, 257, 259-260, 268
- Escola de Jornalismo da Universidade de Colúmbia, 49
- escolhas eleitorais, 34, 80, 157, 186, 214, 287-288, 291-292, 297
- Espírito-Santo, Ana, 108, 125
- estabilidade institucional, 252, 275
- estabilidade nos comportamentos de voto, 287
- estilo de jornalismo mais agressivo, 43
- estreitamento do mercado de apoio, 163
- estrutura de clivagens, 183-184, 194-195, 198, 206-207, 210
- estudo da propaganda e da persuasão política, 49
- estudo das interacções entre *media*, política e público-eleitor, 47
- estudo dos cartazes e dos debates televisivos em contexto eleitoral, 48
- estudo dos temas da campanha eleitoral, 58
- estudos sobre *newsmaking*, 44
- estudos televisivos, 76, 87
- Evans, Geoffrey, 158, 180-182, 230, 244
- evolução de um órgão de imprensa, 49
- expert surveys*, 157, 165, 170, 172, 179
- explicação do voto, 159, 183-185, 196-197, 205, 209, 211-212, 227, 243
- exposição a mensagens políticas, 106
- exposição aos *media*, 33, 39, 80, 108, 113, 118-120, 124
- Expresso*, 23, 36, 41, 51-53, 56-57, 64-65, 67, 96, 111-112

F

- Faber, Ronald, 107, 125
- factores contextuais, 122, 216, 229
- factores de curto prazo, 34, 137, 147-148, 184, 194-195, 237, 257, 291
- factores de longo prazo, 194
- Fan, David, 107, 125
- Farlie, Dennis, 198, 221, 223
- Farrell, David, 40, 72, 280
- fenómenos sócio-cognitivos de influência, 107
- Ferin, Isabel, 48
- Ferrara, Frederico, 248, 279
- Ferro Rodrigues, 22, 42, 63, 110, 188, 226
- Figueiras, Rita, 47, 72
- finanças públicas, 187-188

Fiorina, Morris, 191-193, 221, 266, 279
Flanagan, Scott, 158, 180, 196, 200, 202, 221
formato bipolar, 87
formato do debate multicandidato, 87
Fortin, Gwenole, 103
Fraile, Marta, 138-139, 152
Frain, Marittheresa, 251, 279
Framing, 107, 125
Francisco Louçã, 23, 25, 53-58, 60-62, 65-66, 71, 75, 82, 85-102, 190-191, 196-197, 208, 211, 215, 253-254, 256, 264
Freire, André, 22, 34, 36, 46, 72, 108-112, 124-125, 131-132, 134, 145, 152-153, 156, 158, 175, 179-181, 183-185, 187-192, 194, 196, 198-200, 202, 204-206, 221-224, 229, 244, 250, 254, 261, 278-279, 283-284, 288-290
Freitas do Amaral, 76, 104, 252
Fuchs, Dieter, 244
função de agendamento, 62
funil de causalidade, 195

G

Gaber, Ivor, 87, 103
Garcia Pereira, 62, 65-66, 67, 71, 80, 86, 189, 197, 211, 215, 254
Garry, John, 181
Gaudet, Hazel, 40, 73, 106, 125, 284
Geer, John, 92
Geraghty, Christine, 76, 103
Gerstlé, Jacques, 40, 46, 72-73
Goel, Madan Lal, 141, 153
Gómez Fortes, Braulio, 132, 145, 152, 278, 287
governabilidade, 19, 30, 246, 275
governo maioritário, 112
Graaf, Nan Dirk de, 161, 181
gratificação política, 88

grau de interesse pela campanha eleitoral, 117-118
grau de polarização do sistema partidário, 260
grau de proximidade no posicionamento dos dois principais partidos, 157
Grofman, Bernard, 163, 180
Gunther, Richard, 73, 132-133, 152, 159, 175, 180, 183-185, 195-196, 200, 216, 222, 259, 261, 279, 284
Guterres, António, 20-21, 42, 59, 63, 110, 134

H

Hardin, Russell, 91, 103
Hart, Roderick, 103
Heath, Anthony, 182, 221, 223, 280
Hechter, Michael, 193, 223
Hellwig, Timothy, 273, 279
Hill, Annette, 76, 103
Hill, David, 108, 125
Hobolt, Sara Binzer, 273, 279
Holmberg, Sören, 158, 180, 244
Hooghe, Liesbet, 196, 200, 202-223
Hough, Daniel, 246, 279
Hout, Michael, 158, 180
Hunjan, Sarinder, 191, 221

I

identidades ideológicas, 183-185, 196-198, 206-208, 210-212, 214, 216
identificação partidária, 26, 34, 131-133, 183, 191, 196-199, 206-209, 211-213, 227-228, 233-234, 236-244, 250, 256, 261, 263, 265, 267, 271-273, 283, 290
ideologia, 34, 133, 137-138, 144-146, 149-150, 161, 164, 168, 180, 191, 199, 203, 227, 235, 239, 242, 250, 260-262, 267, 272-273, 292
imagem do líder, 147

impacto dos valores sobre o voto, 216
impacto indirecto dos debates, 78
impacto indirecto resultante da troca social, 78
importância dos líderes, 35, 225-227, 239
imprensa escrita, 41, 51-56, 59, 61-66, 68, 70-71, 83, 87, 115
Independente, 41, 51-53, 56-57, 61, 64-66, 112
indicador egocêntrico, 229
indicador sociotrópico, 229
Inglehart, Ronald, 158, 180, 196, 199-200, 202-223
iniciativa presidencial, 248
iniciativas políticas de campanha, 60
inquérito de painel, 60
intenção de voto, 33, 71, 75, 96-100
interesse em seguir a campanha presidencial, 81
interesse pela política, 75, 79-83, 119-122, 124, 133, 137, 146, 148, 151, 196-197, 199, 206, 211, 213, 258-260, 267-268, 271, 277, 285
intervenção presidencial, 62, 251
Iyengar, Shanto, 50, 70, 73, 106-107, 125

J

Jalali, Carlos, 25, 34, 36, 155-156, 158, 160-162, 164, 166, 168, 170, 172, 174, 176, 178-182, 261, 279, 287-288
Jamieson, Kathleen Hall, 43, 71-72
Janowitz, Morris, 46, 72
Jeffery, Charlie, 246, 279
Jornal de Notícias, 41, 51, 56-57, 62, 64-65
jornalistas, 51, 57-60, 66, 87
Jost, François, 76, 103

K

Katz, Elihu, 77-78, 116, 124, 174

Kiewiet, D. Roderick, 192-193, 223, 229
Kinder, Donald, 50, 70, 73, 106-107, 125-226, 244
King, Anthony, 147, 152, 221, 223, 244
Kitschelt, Herbert, 196, 200, 202
Klingemann, Hans-Dieter, 145, 181
Knutsen, Oddbjorn, 184, 196, 199-200, 223
Krause, George, 138, 152
Kristinsson, Gunnar Helgi, 250, 279
Kuan, Hsin-chi, 185, 195-196, 200, 216, 222
Kumlin, Staffan, 184, 194, 223

L

Lang, Gladys Engel, 77-78, 94, 103
Lang, Kurt, 77-78, 94, 103
Lanoue, David, 77, 79, 92, 103
Lasswell, Harold, 49
Laver, Michael, 171-173, 181
Lazarsfeld, Paul, 40, 73, 106-107, 125, 284
Lee, Aie-Rie, 158, 180, 196, 200, 202, 221, 223
Lewis-Beck, Michael, 158, 181, 193, 223, 229, 249
liberalismo, 194
libertários, 195, 200-203
Lilleker, Darren, 116, 125
Linz, Juan, 107, 125, 246, 275, 279
Lippmann, Walter, 49
Lipset, Seymour, 107, 125, 157-160, 180-181
Listhaug, Ola, 158, 181
Lobo, Marina Costa, 22, 25, 36, 73, 108, 125, 134, 147-148, 152-153, 155, 158, 162, 179-181, 183-185, 187, 221-226, 229, 244, 259, 279-280, 283, 288-289

Lopes, Pedro Santana, 20-23, 35, 42-43, 47, 51, 53-59, 61-62, 72, 109-112, 121, 123-124, 131, 134-137, 144, 147-151, 176-177, 187-188, 196-197, 204-210, 225-227, 230-234, 238-240, 242-243, 258

Lundberg, George, 106, 125

Lupia, Arthur, 90-91, 103

Lusted, David, 76, 103

M

Macdonald, Michael, 166, 181

Macleod, Alexander, 248, 278

Magalhães, Pedro, 35-36, 98, 108, 119, 125, 152-153, 244, 251, 278-280, 283, 291

magistratura de influência, 45

Mainwaring, Scott, 159, 181, 260, 280

maiorias absolutas monopartidárias, 161

Mair, Peter, 131, 152, 158, 163, 166, 179, 181, 221

Malcom Willey, 49

Mancini, Paolo, 43, 73

Mannheimer, Renato, 132, 152

manipulação das populações, 106

Maravall, José, 131-132, 141-142, 144, 152, 153

Marín, Benjamin, 77, 103

Marks, Gary, 196, 200, 202, 223

Maroco, João, 119, 125, 198, 224

Marsh, Michael, 222, 246, 264-265, 280-281

materialistas, 200-201, 203-205, 214

Maurer, Marcus, 91, 103

maus eleitores económicos, 131

McAllister, Ian, 253, 280

McCann, James, 194

McCombs, Maxwell, 39, 73, 107, 125, 194

McLean, Ian, 246, 280

McQuail, Denis, 77, 103, 116, 118

media, 33, 39-51, 53-55, 57, 59-63, 65-67, 69-72, 77-80, 82-87, 91, 105-109, 111-121, 123-125, 286, 291

Mellencamp, Patrícia, 76, 103

mensagem política, 40, 46, 50

mercado eleitoral, 155, 179

Milbrath, Lester, 141, 153

Miller, Toby, 76, 103

Miller, Warren Edward, 191-195, 224

Miller, William, 256, 280

modelo espacial de competição eleitoral, 164

modelo hipodérmico, 106

modelo original de Hotelling, 164

modelo sociológico do voto, 158

modelos económicos, 163

Montero, José, 132, 153, 158-159, 175, 177, 179-181, 183-184, 222, 226, 259, 261, 279

Morgan-Jones, Edward, 246, 248, 281

mudar o voto, 138

Mudde, Cäs, 166, 181

Müller, Wolfgang, 250, 278, 280-281

N

Nadeau, Richard, 249, 279

neutralidade dos *media*, 40, 47

Newcomb, Horace, 76, 103

Newton, Kenneth, 77, 84, 103

Niewbeerta, Paul, 161, 181

nível de recordação das notícias, 92-93

noção de informação suficiente, 90

Noelle-Neumann, Elisabeth, 54, 73

Norpoth, Helmut, 80, 193, 224

Norris, Pippa, 141, 153, 180, 224, 253, 256, 280

nova direita, 158

nova esquerda, 158

nova política, 195

O

oferta partidária, 156-157, 175, 178, 184, 288

opinião pública, 33, 49, 78, 107, 187
oposição entre o trabalho e capital, 158
orientações valorativas, 184-185, 194-195, 199, 203, 214

P

padrões da exposição à campanha, 123
paisagem mediática, 47
Palacios, Irene, 289
Paldam, Martin, 193, 223
paradigma dos efeitos mínimos, 106-107
participação eleitoral, 20, 24-27, 141, 188, 249, 254
participação política, 141, 168
partidos de massas, 159, 163
Pasquino, Gianfranco, 44, 73
Patterson, Thomas, 43, 73
Paulo Portas, 22, 53-58, 60-61, 110, 196, 208, 210, 258
Pennings, Paul, 170, 181, 189
percepção de desempenho dos candidatos nos debates, 79, 93
percepção de enviesamento mediático, 79
Pereira, José Santana, 33, 285
perfil do presidente português, 45
personalização da campanha eleitoral, 44
personalização do voto, 191
persuasão política, 49, 107
pesquisa de painel, 185
Pinto, António Costa, 36, 46, 72, 279-280
plataformas políticas virtualmente sobrepostas, 164
poder presidencial, 46
poderes *de facto*, 249
poderes de veto, 46
poderes formais, 249, 274
polarização ideológica, 184, 186, 191, 214, 288

pólo autoritário, nacionalista e intolerante, 202
pólo da liberdade individual, competição e autoridade, 208-209
pólo do bem comum, solidariedade e participação, 208-209
Pool, Ithiel de Sola, 46, 73
Popkin, Samuel, 14, 153
Popovich, Paula, 221
popularidade dos candidatos, 148
Portugal a Votos, 283, 290, 292
posições partidárias, 157
posições sobre temas políticos, 175, 283
pós-materialistas, 185, 196, 200, 203-204, 215
pré-campanha, 72, 86
preferências dos eleitores, 34, 168, 173, 186, 199
premier-presidentialism, 247, 250-251, 266, 272-275
president-parliamentarism, 248-249, 273
Price, Vincent, 108, 125
priming, 107
processo comunicacional, 106
processo de escolha eleitoral, 39
programas eleitorais, 157, 165-168, 170, 173, 175, 177-178, 286-287
propaganda política, 106
Prottsyk, Oleh, 246-247, 275, 280
proximidade entre PS e PSD, 157, 165, 171
Przeworski, Adam, 186, 224
Público, 23, 41, 51-52, 63-65

Q

qualidades pessoais dos candidatos, 250, 257-258, 260, 277

R

Rabinowitz, George, 192, 224
rádio, 77-78, 83-85, 91, 105-107, 109, 113-117, 121-124, 138-139

- redes de comunicação impessoal e interpessoal, 284
- regimes presidencialistas, 246
- Reif, Karlheinz, 246, 249, 265, 280
- Reinemann, Carsten, 91, 103
- relação entre a opinião de desempenho e a intenção de voto, 100
- religiosidade, 160, 162, 175, 209, 228, 235-240, 242, 256, 259-260, 268, 283
- resistência de alguns cidadãos em mudarem o seu voto, 130
- revisão constitucional de 1982, 45
- revista *Comunicação e Cultura*, 48
- Rico, Guillem, 147, 153
- Rivers, Douglas, 193, 223
- Rogers, Everett, 39, 72-73
- Rokkan, Stein, 157-160, 181, 223, 289
- Roper, Steven, 245, 280
- Rosenthal, Howard, 266, 278
- RTP1, 41, 51-52, 55, 57-58, 61, 88
- S**
- Sá, Alexandre, 105-106, 125
- Sábado*, 41, 51-53, 56, 64-65
- Salgado, Susana, 22, 24, 33, 285-286
- Sampaio, Jorge 21-22, 26, 36, 42, 44-45, 72, 109, 135, 188, 196-198, 204-206, 211-212, 215, 225, 249, 252
- Samuels, David, 273, 279
- Santo, Paula do Espírito, 48, 103
- Scarbrough, Elinor, 192, 196, 200, 221, 223
- Schleiter, Petra, 246, 248, 281
- Schmitt, Hermann, 246, 265, 280
- Schmitt-Beck, Rüdiger, 40, 72
- Schroeder, Alan, 77, 87, 100, 102
- Schrott, Peter, 77, 79, 97, 101, 102, 104
- Sears, David, 106, 108, 125
- Semetko, Holli, 50
- semipresidencialismo, 245-248, 272-274
- Sena, Nilza Mouzinho, 76, 104
- sentido de voto, 20, 33, 156, 177, 256, 270
- Serrano, Estrela, 44, 47-48, 73, 286
- Severin, Werner, 116, 118, 125
- Shah, Dhavan, 107, 125
- Shanks, J. Merrill, 191-195, 224
- Shaw, Donald, 39, 73, 107
- Shils, Edward, 82, 104
- SIC, 41, 51, 55, 58, 60-61, 88
- Simon, Adam, 106, 259
- simpatia partidária, 94, 199, 227, 232, 261
- sistema de governo, 245
- sistema de partidos, 132, 161-163, 177
- sistema proporcional, 264
- sistemas de valores, 184, 185
- Skach, Cindy, 246, 275, 281
- Sniderman, Paul, 144, 153
- Soares, Mário, 19, 25-26, 29-30, 45, 48, 62-63, 65-67, 70, 73, 75-76, 82, 85-102, 189-190, 197, 210-215, 248-249, 252, 254-258, 260-262, 264, 267-272, 277, 285
- Sócrates, José, 210-211, 213, 226, 229-233, 236, 239-240, 242-243, 253-254, 263, 269
- Somin, Ilya, 91, 104
- sondagens de opinião, 42-43, 45, 53, 62, 67, 69, 71, 112, 255
- Sorokin, Pitirim, 49
- Sousa, Jerónimo de, 23, 51, 54-56, 110, 189, 211
- Sousa, Marcelo Rebelo de, 188, 248, 252, 281
- split-ticket voting*, 266
- Stokes, Donald, 152, 191-192, 221, 224, 278
- Stokes, Susan, 131, 153, 224
- Strøm, Karen, 245-246, 248, 278, 281
- superfície dos artigos, 49
- Swanson, David, 43, 73

T

Tankard, James, 116, 188
técnicas de propaganda, 49
televisão, 32-33, 41-43, 47, 51, 53-54,
57-62, 66, 75-78, 82-83, 87, 102,
105-107, 110, 113-118, 121-124,
138-139, 285
temas consensuais, 178, 184-186, 191-
-192
temas da campanha, 52, 58, 61, 68-
-69
temas de desempenho, 184, 193, 195,
197, 199, 206-207, 210-212, 214-
-215, 288
temas de posição, 184-186, 191-197,
199-200, 205-207, 210, 214-216
temas económicos, 229, 287
temas sócio-económicos, 200
teoria do *aumento e declínio*, 265
teoria do *equilíbrio político*, 266-267,
271
teoria dos usos e gratificações, 116,
118
termómetro de simpatia, 229
Thiébaud, Jean Louis, 249, 281
Thomassen, Jacques, 179-180, 185,
191-192, 195, 221, 223, 244
Timpone, Richard, 266, 278
títulos das peças jornalísticas, 49
Torcal, Mariano, 132, 153, 260, 280
Torres, Eduardo Cintra, 33, 48, 78,
104, 285-286
Torres, Mário, 251, 278
Torres, Nuno Cintra, 76, 104
transferências de voto, 77, 266, 269,
287
transição para a democracia, 183
tratamento jornalístico, 39, 56, 71

tratamento mediático primário, 40
Trowt, Cornelis, 79, 104
TVI, 41, 51, 55, 58, 88

V

24 Horas, 41, 51-53, 57, 64-65, 72
Vala, Jorge, 107, 125, 202, 222, 224
Van Biezen, Ingrid, 261, 281
van der Brug, Wouter, 250, 281
variáveis políticas de curto prazo, 157,
162, 176-179
Veiga, Linda, 224
veto presidencial, 251
Viegas, José Manuel Leite, 202, 221,
224
Visão, 41, 51-53, 64-65
volatilidade, 30, 109, 132, 158, 188,
287
volume de informação, 51-53, 61
votante mediano, 164-165
voto económico, 131, 193
voto estratégico, 269-270, 283

W

Ward, Daniel, 246, 278
Ware, Alan, 166, 181
Wattenberg, Martin, 132, 152
Watts, Mark, 107, 125
Weakliem, David, 158, 181-182
Weishaupt, J. Timo, 246, 279
Wijnen, Pieter van, 158, 179
Wilson, Carole, 196, 200, 202, 223
Wolf, Mauro, 40, 73
Woodrow Wilson, 49

Z

Zaller, John, 108, 125, 138, 153, 235

As eleições legislativas de 2005 e as presidenciais de 2006 representam um marco na evolução democrática portuguesa. Ambas produziram resultados inéditos: uma maioria de assentos legislativos para o PS e um presidente apoiado por partidos de direita. Apesar das mudanças no comportamento eleitoral, o sistema partidário manteve-se, em larga medida, intacto. Em ambas as eleições, no entanto, o formato do sistema partidário esteve ameaçado. Se analisarmos tanto o crescimento dos pequenos partidos como o sucesso da campanha de Manuel Alegre, em particular à luz das contínuas dificuldades sócio-económicas de Portugal, podemos concluir que estamos perante um sistema partidário sob pressão. Este livro analisa estes importantes desfechos eleitorais. Vem dar continuidade ao projecto *Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses*, criado em 2001. Optámos por privilegiar os «contextos» do voto, dedicando a primeira parte do livro aos efeitos das campanhas políticas e aos *media*. Na segunda parte voltamos aos temas centrais que têm sido desenvolvidos pelo nosso projecto: o impacto dos factores de longo prazo, da identificação partidária, da ideologia, da economia e dos líderes políticos, entre outros, na explicação das escolhas dos votantes nestas eleições.



comportamento eleitoral
dos portugueses

Apoios:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

stape
Ministério da Administração Interna
Ministério da Saúde
Ministério da Justiça

CNE
Comissão Nacional de Eleições

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

TNFI
TINKER
FOUNDATION
INCORPORATED



ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

www.ics.ul.pt/imprensa

ISBN 978-972-671-254-1



9 789726 712541